UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

KARINA FERNANDA TRAVAGIM VITURINO NEVES

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA E PRODUÇÃO NÃO-CONVENCIONAL DO CACAU

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

KARINA FERNANDA TRAVAGIM VITURINO NEVES

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA E PRODUÇÃO NÃO-CONVENCIONAL DO CACAU

Versão Corrigida

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciências (Geografia Humana), junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

SÃO PAULO

2018

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, dedico esse trabalho aos meus antepassados que tiraram da terra o sustento de gerações. E de forma muito especial rememoro meus avós, Lídia e Teodoro, que me inspiraram a olhar para o campo com olhares de encanto.

Também dedico essa pesquisa aos homens e mulheres produtores não-convencionais do Sul da Bahia que, a despeito de todas as dificuldades, ousam fazer diferente e fazer a diferença.

AGRADECIMENTOS

Sempre, e em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida, pelos muitos dons com os quais me dotaste, pela força que me sustenta e pela Divina Providência.

Agradeço também ao meu esposo Marcos – companheiro, interlocutor, crítico – pelo apoio incondicional, pela partilha das conquistas e pelo suporte nas dificuldades. Conseguimos!

Aos meus três filhos – Mariana, Mateus e Lilian – pela paciência com a mamãe, pela compreensão com os momentos que foram perdidos, mas principalmente pelos momentos que desfrutamos juntos. Vocês são minha principal motivação! Luto as batalhas da vida para que possa inspirá-los a nunca desistir de seus sonhos.

Aos meus pais – Deise e Osvaldo – pelos ensinamentos que me levaram a valorizar a busca pelo conhecimento, por todo incentivo e sobretudo pelas orações.

Ao meu professor orientador, hoje amigo, Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki pela oportunidade, pela parceria, pelos ensinamentos ímpares e pela confiança em meu trabalho.

Aos meus tios – Tato e Cidinha – que me acolheram por longos períodos em seu lar e se dispuseram a cuidar da minha filha ainda bebê para que eu pudesse realizar os estudos do doutoramento.

Ao querido amigo Luciano Sanjuan Portela que me auxiliou em várias fases da pesquisa.

Aos amigos Taiara Sales e Pedro Spanghero pelas contribuições a esse trabalho.

Às amigas Eliana e Monique pela parceria e assistência.

A todos os sujeitos que disponibilizaram seu tempo para contribuir com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos familiares, amigos, antigos professores, colegas e amigos de trabalho, alunos e ex-alunos, geógrafos e geógrafas, que acreditaram no meu potencial e me estimularam de tão variadas formas ao longo do percurso.

Meus profundos agradecimentos a todxs!

Não fiqueis a lembrar coisas passadas,
Não vos preocupeis com acontecimentos antigos.
Eis que farei uma coisa nova,
ela já vem despontando: não a percebeis?
(Isaías 43, 18-19).

RESUMO

A partir dos anos 2000 identificamos a implantação e posterior expansão de diversas práticas não-convencionais no cultivo de cacau no Sul da Bahia. Desde a consolidação da cultura cacaueira hegemônica, no final do século XIX, a atividade vinha sendo desenvolvida no sistema convencional de produção. Após mais de um século de hegemonia desse cultivo a cacauicultura passou a incorporar práticas agrícolas inspiradas na Agroecologia. As práticas não-convencionais apresentam princípios que, de forma geral, contrastam fortemente com as práticas historicamente envolvidas não só na produção de cacau, mas na organização do espaço e da sociedade sul-baiana. Desenvolvemos esse trabalho tendo como objetivo analisar e discutir as transformações ocorridas no território do Sul da Bahia em decorrência da produção e comercialização não-convencional do cacau, considerando a introdução de novas lógicas de produção e trabalho e suas implicações. Por meio de observações, análise de documentos e realização de entrevistas desenvolvemos um estudo de caso fundamentado pelo conceito de território e pela categoria da formação territorial. Assumimos que o território do Sul da Bahia foi forjado como resultado histórico da inter-relação entre a sociedade local, o bioma Mata Atlântica e o cultivo do cacau e que as relações que caracterizaram historicamente esse trinômio foram abaladas por uma grave crise que acometeu a cacauicultura no final da década de 1980, contexto no qual emergiram as práticas não-convencionais do cultivo do cacau. Assim, avaliamos que para termos condições de compreender essa recente transformação na cacauicultura sul-baiana necessitávamos, em primeira instância, compreender a organização da atividade como um todo. Para tanto, desenvolvemos um estudo sobre a formação territorial do Sul da Bahia e organizamos os resultados de pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, investigamos a formação territorial da área de estudo, desde sua colonização até a hegemonia da atividade cacaueira. No segundo capítulo, analisamos a crise que se instaurou na cacauicultura sul-baiana desde o final dos anos 1980 e seus principais desdobramentos. No terceiro capítulo, analisamos o histórico e os fundamentos das práticas agroecológicas do cultivo do cacau – agricultura orgânica e biodinâmica – examinando os elementos essenciais que possam explicar a transformação nas lógicas de produção e trabalho até então hegemônicas. E no último capítulo avançamos na tarefa de compreender essas transformações analisando não apenas práticas agroecológicas do cultivo do cacau como também outras formas de produção não-convencional. Os principais resultados de pesquisa nos revelaram que, no estudo de caso em questão, aspectos da subjetividade dos produtores e diversas formas de articulação horizontal dos sujeitos foram, sem dúvida alguma, muito mais importantes na constituição de um território não-convencional do cacau do que questões de mercado, questões essas que normalmente são o foco dos estudos sobre agroecologia, sobretudo quando se trata de produção certificada. Tal qual tem ocorrido no caso do cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia, acreditamos que em outras realidades que desenvolvem atividades agropecuárias não-convencionais, aspectos da subjetividade dos sujeitos e movimentos de articulação horizontais possam estar sendo invisibilizados por análises macroestruturais, abordagem comum no meio acadêmico quando se trata da investigação do tema.

Palavras-chave: Cacau. Território. Formação Territorial. Sul da Bahia. Produção não-convencional.

RÉSUMÉ

À partir des années 2000, nous avons identifié l'implantation et l'expansion subséquente de plusieurs pratiques non conventionnelles dans la culture du cacao au sud de l'état de Bahia. Depuis la consolidation du cacao comme culture hégémonique à la fin du XIXe siècle, l'activité s'est déployé dans le système de production conventionnel. Après plus d'un siècle d'hégémonie de ce modèle, la culture du cacao a commencé à incorporer des pratiques agricoles inspirées de l'agroécologie. Les pratiques non conventionnelles présentent des principes qui, d'une manière générale, contrastent fortement avec les pratiques historiquement impliquées non seulement dans la production du cacao, mais dans l'organisation de l'espace et de la société du sud de l'état de Bahia. Nous avons développé ce travail en ayant pour objectif d'analyser et de discuter les transformations qui ont eu lieu sur le territoire du sud de l'état de Bahia suite à la production et commercialisation non conventionnelle du cacao, en considérant l'introduction de nouvelles logiques de production et de travail et leurs implications. Par le moyen d'observations, d'analyses de documents et de la réalisation d'entretiens, nous avons développé une étude de cas fondée sur le concept de territoire et sur la catégorie de formation territoriale. Nous supposons que le territoire du sud de Bahia a été façonné comme résultat historique de l'interrelation entre la société locale, le biome de la forêt atlantique (*Mata Atlântica*) et la culture du cacao; et nous supposons aussi que les relations qui ont caractérisé historiquement ce trinôme ont été ébranlées par une grave crise affectant cette activité économique à la fin des années 1980, le contexte dans lequel les pratiques non conventionnelles de la culture du cacao ont émergé. Ainsi, nous avons évalué que, pour avoir les conditions pour comprendre cette transformation récente de la culture du cacao dans le sud de Bahia, nous devions, en premier lieu, comprendre l'organisation de l'activité dans son ensemble. À cette fin, nous avons développé une étude sur la formation territoriale du sud de Bahia et nous avons organisé les résultats de la recherche en quatre chapitres. Dans le premier, nous avons étudié la formation territoriale de la zone d'étude, depuis sa colonisation jusqu'à l'hégémonie de l'exploitation économique du cacao. Dans le deuxième chapitre, nous analysons la crise qui s'est instaurée dans la culture du cacao dans le sud de Bahia depuis la fin des années 1980 et ses principaux déploiements. Dans le troisième chapitre, nous avons analysé le développement historique et les fondements des pratiques agroécologiques de la culture du cacao - agriculture biologique et agriculture biodynamique - en examinant les éléments essentiels qui peuvent expliquer la transformation dans les logiques de production et de travail jusqu'alors hégémoniques. Et dans le dernier chapitre, nous avançons dans la tâche de comprendre ces transformations en analysant non seulement les pratiques agroécologiques de la culture du cacao mais aussi d'autres formes de production non conventionnelle. Les principaux résultats de recherche dans l'étude de cas en question nous révèlent que des aspects de la subjectivité des producteurs et les diverses formes d'articulation horizontale des personnes ont été, sans aucun doute, beaucoup plus importants que des questions de marché dans la constitution d'un territoire non conventionnel de cacao, ces sont d'ailleurs sur ces questions de marché que se concentrent d'habitude les études en agroécologie, surtout quand il s'agit d'une production certifiée. De même que pour le cas de la culture non conventionnelle du cacao dans le sud de Bahia, nous croyons aussi que dans d'autres contextes, où sont développés des activités non conventionnelles agricoles ou activités d'élevage, des aspects de la subjectivité des acteurs et des mouvements horizontaux d'articulation sont rendus invisibles par les analyses macrostructurelles, une approche assez commune dans milieu académique quand il s'agit de ce sujet.

Mots-clés: Cacao. Territoire. Formation territoriale. Sud de l'état de Bahia (Brésil). Production non conventionnelle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 18

1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA..... 28

1.1 Formação territorial do Sul da Bahia antes do cacau: um pouco da história da Capitania São Jorge dos Ilhéus (1534 a 1746)..... 36

1.2 Gênese do território Sul da Bahia e emergência da Civilização do Cacau (1746-1890). 40

1.2.1 Cultivo não-comercial do cacau (1746-1860)..... 41

1.2.2 Progressiva importância do cacau no Império (1860-1890)..... 43

1.2.3 Hegemonia da cultura cacaueira no Sul da Bahia (após 1890)..... 51

1.3 Crises e mais crises: história da cacauicultura sul-baiana. Instrumentalização do território e consolidação do cacau como vocação regional (1746-2000)..... 53

1.3.1 Primeira fase da cacauicultura sul-baiana (1746-1920)..... 53

1.3.2 Segunda fase da cacauicultura sul-baiana (1920-1930)..... 61

1.3.3 Terceira fase da cacauicultura sul-baiana (1930-1989)..... 64

1.3.4 Quarta fase da cacauicultura sul-baiana (1989-2000)..... 84

2 PRODUÇÃO RECENTE DA CACAUICULTURA NO SUL DA BAHIA: BUSCA POR ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PÓS-*CRISE DA VASSOURA-DE-BRUXA*..... 92

2.1 *Crise da vassoura-de-bruxa* e seus impactos no território do cacau..... 92

2.2 Reestruturação econômica do Sul da Bahia: inserção de novos elementos na formação territorial..... 111

2.2.1 Turismo e demais serviços..... 117

2.2.2 Atividade industrial..... 127

2.2.3 Agropecuária..... 133

3 REPENSANDO ELEMENTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA: PRINCIPAIS IMPACTOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO CACAU..... 142

3.1 Agroecologia: um novo paradigma de produção no campo..... 143

3.2 Histórico da produção agroecológica de cacau no Sul da Bahia: a produção orgânica e a produção biodinâmica..... 163

4 QUINTA FASE DA CACAUICULTURA SUL-BAIANA (2000 – DIAS ATUAIS): DIVERSAS FACES DA PRODUÇÃO NÃO-CONVENCIONAL DE CACAU..... 185

4.1 Caracterização da produção não-convencional de cacau no Sul da Bahia..... 187

4.2 Para além de questões produtivas: integrando outras dimensões na análise da produção não-convencional de cacau no Sul da Bahia..... 221

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 234

6 REFERÊNCIAS..... 239

ANEXO A – Entrevistas semi-estruturadas. Roteiro I: Instituições.

ANEXO B - Entrevistas semi-estruturadas. Roteiro II: Produtores

APÊNDICE A – Lista completa dos sujeitos entrevistados

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Composição fotográfica sobre a paisagem do sistema cacau-cabruca.

Foto 2 Composição fotográfica sobre a doença da vassoura-de-bruxa: broto e fruto contaminados.

Foto 3 Composição fotográfica sobre as principais práticas biodinâmicas de cuidados com o solo.

Foto 4 Pé de cacau de médio porte “escorado” devido ao peso dos galhos.

Foto 5 Composição fotográfica sobre a poda no cultivo do cacau a partir dos conhecimentos da agricultura biodinâmica.

Foto 6 Área coletiva próxima à entrada do Assentamento Terra Vista.

Foto 7 Certificado de conformidade orgânica emitido pela Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1920.

Quadro 2 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1940.

Quadro 3 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1957.

Quadro 4 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1985.

Quadro 5 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1992.

Quadro 6 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2001.

Quadro 7 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2013.

Quadro 8 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2016.

Quadro 9 Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2018.

Quadro 10 Municípios baianos do território do cacau de 2018 segundo os perfis produtivos.

Quadro 11 Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da agroecologia.

Quadro 12 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica – Brasil, 2018.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estado da Bahia: Composição Setorial da Economia Baiana – 1960/2015.

Tabela 2 Participação das Zonas Turísticas no fluxo turístico do Estado da Bahia (2008).

Tabela 3 Principais segmentos das exportações baianas (2010).

Tabela 4 Estado da Bahia: Principais produtos agrícolas segundo o valor bruto da produção – 1985, 2001 e 2010.

Tabela 5 Produção de cacau nos principais estados brasileiros (2010).

Tabela 6 Produção de cacau nos principais estados brasileiros (2016).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Território do cacau no Estado da Bahia até 1920.

Figura 2 Território do cacau no Estado da Bahia: 1940.

Figura 3 Território do cacau no Estado da Bahia: 1957.

Figura 4 Território do cacau no Estado da Bahia: 1985.

Figura 5 Expansão da Vassoura-de-bruxa na área cacaueira da Bahia – 1989-1992.

Figura 6 Território do cacau no Estado da Bahia: 1992.

Figura 7 Território do cacau no Estado da Bahia: 2001.

Figura 8 Gráfico de desempenho da cacauicultura sul-baiana de 1990 a 2004.

Figura 9 Território do cacau no Estado da Bahia: 2013.

Figura 10 Território do cacau no Estado da Bahia: 2016.

Figura 11 Território do cacau no Estado da Bahia: 2018.

Figura 12 Mapa-síntese da evolução do território do cacau no Estado da Bahia: (1746-2018).

Figura 13 PIB do município de Ilhéus: participação dos setores produtivos (2013).

Figura 14 PIB do município de Itabuna: participação dos setores produtivos (2013).

Figura 15 Estado da Bahia: Zonas Turísticas – 2012.

Figura 16 Estado da Bahia: Distribuição das indústrias – 2012.

Figura 17 Diferentes abordagens agrícolas didaticamente tomadas em seus extremos

Figura 18 Evolução Histórica das Correntes Não Convencionais de Agricultura.

LISTA DE FIGURAS - CONTINUAÇÃO

Figura 19 Comparação entre os principais pilares da agricultura convencional e agricultura agroecológica

Figura 20 Cuidados básicos com o solo e a planta segundo a agricultura biodinâmica.

Figura 21 Modelo ilustrativo da dinâmica da renda do agricultor durante a conversão para o manejo agroecológico (em dólares por hectare).

Figura 22 Mapa dos clientes certificados por auditoria pelo IBD Certificações LTDA, com destaque para o produto cacau.

Figura 23 Mapa dos clientes certificados por auditoria pelo IBD Certificações LTDA, no Estado da Bahia, com destaque para o produto cacau.

Figura 24 Mapa do território do cacau agroecológico certificado por autoria no Estado da Bahia (2018).

Figura 25 Marca IP Sul da Bahia

LISTA DE SIGLAS

ABD – agricultura biodinâmica

ACSB – Associação Cacau Sul Bahia

AMURC – Associação dos Municípios da Região Cacaueira

AO – agricultura orgânica

APA – Área de Proteção Ambiental

APU – Administração Pública

ATV – Assentamento Terra Vista

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S.A.

CABRUCA – Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia

CEEPFCCMS – Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos

CENEX – Centro de Extensão

CEPEC – Centro de Pesquisa do Cacau

CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira

CETUR – Conselho Estadual de Turismo

CI – Conservation Internacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COOFASULBA – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia

COOPASB – Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia

COOPERCACAU – Cooperativa Agrícola de Ilhéus Ltda.

COOPERUNA – Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Una

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEPEX – Departamento de Extensão

DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

EMARC – Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira

EMTUR - Empreendimentos Turísticos da Bahia

ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária

LISTA DE SIGLAS (CONTINUAÇÃO)

ENGRUP – Encontro Nacional dos Grupos de Pesquisa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC – Instituto Brasileiro do Cacau
IBD – Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento
IESB – Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia
IFBA – Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO – Instituto Federal Baiano
IG – Indicação Geográfica
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP – Indicação de Procedência
IPAC – Inventário de Proteção do Acerco Cultural da Bahia
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCP – Organic Commodity Project
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PIB – Produto Interno Bruto
PLANTUR – Plano Nacional de Turismo
PRODEMA – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRODETUR-BA – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
PRODETUR-NE – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
SAF – Sistema Agroflorestal
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
UDR – União Democrática Ruralista
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNIUBE – Universidade de Uberaba
VB – Vassoura-de-bruxa

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX o Sul do estado da Bahia passou a desenvolver economicamente a cacauicultura, atividade pela qual essa área passou a ser conhecida nacional e internacionalmente.

A excelente adaptação desse cultivo às condições naturais do território sul-baiano, a crescente demanda internacional por amêndoas de cacau e a lucratividade advinda dessa atividade transformaram rapidamente o cultivo experimental em cultura hegemônica e as relações – políticas, culturais e econômicas – envolvidas nesse cultivo passaram a influenciar a organização do espaço e da sociedade ao longo de mais de um século de hegemonia dessa atividade econômica.

Entretanto o cacau é apenas um capítulo na formação do território Sul da Bahia. Desde a fundação da Capitania de São Jorge de Ilhéus em 1534, muitas atividades econômicas foram desenvolvidas com maior ou menor sucesso, em tempos históricos diferenciados.

Mesmo após a transformação da cacauicultura em cultivo hegemônico, o desenvolvimento da atividade enfrentou períodos de alta rentabilidade da exportação de amêndoas e crises cíclicas até ser acometida por uma grave crise no final da década de 1980, crise essa que perdura até os dias atuais.

No bojo dessa crise, a cacauicultura – que até então tinha sido orientada pelo manejo convencional – se transformou, passando a incorporar paulatinamente diversas práticas de manejo não-convencional. Essas novas práticas de cultivo do cacau que passaram a se desenvolver a partir dos anos 2000 no Sul da Bahia são o tema dessa pesquisa.

Tendo a cacauicultura sido a principal atividade econômica do Estado até meados dos anos 1970 existem inúmeros trabalhos que investigam o desenvolvimento desse cultivo desde a sua implantação, sob numerosos enfoques – histórico, social, econômico, geográfico, literário, entre outros.

Entretanto, por ser um fenômeno recente, a análise das práticas não-convencionais ainda é incipiente nos trabalhos acadêmicos e têm como foco sobretudo a agricultura orgânica, que é cronologicamente mais antiga no território sul-baiano.

Na produção do conhecimento sobre as práticas não-convencionais da agricultura no Sul da Bahia destacamos, no âmbito regional, os estudos desenvolvidos por pesquisadores ligados à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IFBAIANO) e ao Instituto Cabruca, além de inúmeras atividades desenvolvidas pela Cooperativa Cabruca, Assentamento Terra Vista e Teia dos Povos.

Particularmente no que se refere à produção do conhecimento sobre a agricultura orgânica do cacau no Sul da Bahia, identificamos muitos trabalhos que foram desenvolvidos no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UESC, que oferece os cursos de Mestrado e Doutorado.

Apesar da existência de alguns trabalhos que analisaram a produção orgânica do cacau, constatamos que, de forma geral, esse tema é investigado a partir da discussão de aspectos ligados à sua dimensão econômica e/ou ecológica, possivelmente devido à origem multidisciplinar dos pesquisadores e ao fato das linhas de pesquisa do referido programa de Pós-Graduação se concentrarem na análise ambiental.

Desta forma identificamos que as principais discussões em torno desse fenômeno se concentram na discussão de temáticas como agricultura sustentável, agroecologia, uso do solo e/ou desenvolvimento sustentável, fato que poderia ser apontado como justificativa para a realização de um estudo que desenvolvesse um enfoque geográfico do tema.

A abordagem que conferimos a esse estudo se concentra fundamentalmente na investigação das transformações promovidas pelo manejo não-convencional do cacau no

território sul-baiano, compreendendo esse território, em seu contexto mais recente, como uma porção do espaço historicamente produzido a partir do trinômio sociedade local-Mata Atlântica-cacau.

As transformações em curso no Sul da Bahia nos parecem ser fruto não só da crise que afeta os municípios historicamente dedicados ao cultivo do cacau desde o final dos anos 1980, mas também da disseminação de novos elementos que desestabilizaram as bases do que muitos autores denominaram como *Civilização do Cacau* – expressão utilizada para designar como as relações sociais foram impregnadas por práticas e valores forjados pela cultura cacaueira hegemônica.

Conforme veremos, os princípios que orientam a agricultura não-convencional, quais sejam: a preservação e ampliação da biodiversidade, a preservação da diversidade cultural e a constituição de uma organização produtiva que garanta o desenvolvimento socioeconômico justo (ALTIERI, 2008), contrastam com a estrutura produtiva previamente consolidada no território Sul da Bahia, estrutura esta fundada no cultivo hegemônico desenvolvido por meio da sobrexploração do trabalho em latifúndios comandados pelas "mãos de ferro" dos "coronéis do cacau".

Nesse embate entre as práticas herdadas do período histórico de hegemonia do cacau e as novas práticas inseridas pela agricultura não-convencional desse mesmo produto, avaliamos que algumas dimensões do fenômeno – econômica, antropológica e tecnológica – são essenciais para compreender as transformações em curso. Apesar de abarcar também a dimensão econômica procurando identificar a magnitude da participação da agricultura não-convencional do cacau na composição da riqueza territorial, nossa pesquisa teve como foco as demais dimensões supracitadas.

Sob esse ponto de vista acreditamos que mesmo estudando fenômenos semelhantes à de outros trabalhos acadêmicos (como vimos a produção do conhecimento concentra-se no estudo da agricultura orgânica do cacau enquanto nosso trabalho propõe a investigação das práticas não-convencionais do cultivo) em recortes espaciais semelhantes, a análise geográfica constitui o caráter de originalidade do nosso trabalho.

Outra justificativa que pode ser apresentada para o desenvolvimento desse trabalho é o referencial teórico que utilizamos. Tradicionalmente os estudos geográficos desenvolvidos sobre o tema da cacauicultura utilizam como conceitos centrais a paisagem e a região, sendo que mais recentemente também identificamos o crescente emprego do conceito de rede.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa elegemos como conceito central o território. Essa seleção nos pareceu adequada para análise das práticas não-convencionais do cultivo do cacau no Sul da Bahia pois partimos do entendimento de que historicamente essa porção do espaço foi forjada material e imaterialmente por certas práticas e valores que transcenderam o âmbito da produção e comercialização do cacau e passaram a mediar as relações espaciais, políticas e culturais. As relações de poder que estiveram na gênese da constituição de um território para a produção de cacau no Sul da Bahia se transformaram a partir da crise do final dos anos 1980 permitindo a emergência de outras relações de poder que possibilitaram, desta feita, a emergência de práticas não-convencionais deste cultivo.

Nesse sentido avaliamos que para termos condições de compreender a implantação e expansão das práticas não-convencionais da agricultura do cacau no território sul-baiano a partir dos anos 2000, necessitávamos, em primeira instância, compreender a organização da atividade cacauicultora como um todo.

Para tanto, recorremos à categoria da formação territorial definida por Moraes (2000) por acreditarmos que o emprego dessa categoria potencializaria a investigação geográfica no movimento histórico de constituição do território sul-baiano.

Assim, nosso estudo se desenvolveu tendo como base teórica e metodológica o conceito de território e a categoria de formação territorial, ambos discutidos por Moraes em sua tese de doutorado e publicados no livro *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI* (MORAES, 2000).

Moraes (2000, p. 17) explica que a constituição de um território é "um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história". Nesse sentido, o autor apresenta a categoria da formação territorial como um objeto empírico que surge como uma "abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas" (MORAES, 2000, p. 17).

Como referencial teórico esse arcabouço nos permitiu evidenciar as relações de poder historicamente constituídas na área de estudo e na relação dessa área com outras escalas espaciais, em diferentes períodos. A compreensão dessas relações de poder é crucial para a compreensão da implantação e hegemonia da atividade cacaueira no Sul da Bahia e, depois, para compreender sua transformação a partir dos anos 2000, possibilitando a emergência e posterior consolidação das práticas não-convencionais do cultivo.

Como referencial metodológico, esse arcabouço nos possibilitou revisitar a constituição do território sul-baiano buscando distinguir e delimitar unidades temporais significativas, bem como estabelecer critérios para definir as diferentes configurações do território do cacau considerando a dinâmica da atividade cacaueira ao longo do tempo.

Assim, a presente pesquisa consiste num estudo geográfico do tipo estudo de caso no qual buscamos compreender as transformações ocorridas na formação territorial do Sul do estado da Bahia em decorrência da introdução e expansão da produção não-convencional do cacau.

Trabalhamos com, pelo menos, três periodizações superpostas. A primeira destaca a história da formação territorial do Sul da Bahia e abarca toda história da produção de cacau convencional neste território.

Uma segunda periodização consiste em tentar agrupar, nesse histórico da formação territorial, as ações do Estado relacionadas ao cultivo do cacau na área de estudo. Essa abordagem nos levou a estabelecer fases distintas do desenvolvimento da cacauicultura de acordo com a maior ou menor atuação do Estado e seus efeitos na constituição do território sul-baiano.

Por fim, a terceira periodização consiste em delimitar e investigar, no período pós-crise da década de 1980, o histórico, os fundamentos e as práticas não-convencionais do cultivo de cacau, identificando os impactos que essas práticas promoveram no desenvolvimento da atividade.

A espacialização do fenômeno foi outro desafio. Optamos pela seleção de critérios diferenciados para definir os diversos territórios ocupados pelo cacau ao longo do tempo. Conforme procuraremos evidenciar no texto, tanto a correlação de forças envolvidas na manutenção da atividade quanto aspectos conjunturais – sobretudo os relacionados a aspectos técnicos da produção, flutuações na capacidade produtiva e composição do preço das amêndoas no mercado mundial – concorreram para a transformação da cacauicultura sul-baiana, não sendo possível definir o território do cacau por apenas um critério para todo o período investigado.

O problema de pesquisa que norteou o desenvolvimento do nosso trabalho foi assim elaborado: **Quais são os elementos sociais, políticos, culturais e espaciais essenciais para compreender a implantação e a expansão da produção não-convencional de cacau no território sul-baiano a partir dos anos 2000?**

A investigação desse problema de pesquisa teve como objetivo geral *Analisar e discutir as transformações ocorridas no território do Sul da Bahia em decorrência da produção e comercialização não-convencional do cacau, considerando a introdução de novas lógicas de produção e trabalho e suas implicações.*

Tendo em vista nosso objetivo geral, definimos como recorte temporal da pesquisa 1534 até os dias atuais. Esse recorte nos permite analisar historicamente a formação e evolução do território Sul da Bahia desde a fundação da Capitania São Jorge dos Ilhéus em 1534 até os dias atuais, investigando as primeiras atividades econômicas desenvolvidas antes do cacau; contextualizar a introdução, cultivo e hegemonia do cacau em âmbito local; identificar as relações de poder e as ações direcionadas para a instrumentalização do território para produção de cacau ao longo do tempo, perpassando pelas crises cíclicas que caracterizaram a atividade cacaueira até chegar à inovação em seu cultivo, com a introdução das práticas não-convencionais deste produto, no contexto de busca de recuperação da economia regional pós-1989.

Articulando o problema de pesquisa ao objetivo geral, formulamos os objetivos específicos que nos ajudaram a precisar os focos de investigação da pesquisa:

1. Identificar e caracterizar os estabelecimentos rurais que realizam o cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia;
2. Identificar e analisar o histórico e as motivações dos sujeitos envolvidos na produção e comercialização do cacau não-convencional na área de estudo, buscando compreender as diferentes dimensões deste fenômeno e suas implicações;
3. Caracterizar e diferenciar as práticas convencionais da agricultura do cacau das não-convencionais, avaliando as implicações sócio-territoriais desse novo tipo de cultivo;
4. Descrever e analisar os diferentes elementos que influenciam a tomada de decisões dos produtores no processo de conversão de suas propriedades do manejo convencional para o não-convencional (ou o inverso, caso também ocorra na área de estudo);
5. Analisar e discutir a evolução da produção não-convencional de cacau no território sul-baiano e suas formas de inserção no mercado;

6. Identificar e avaliar a evolução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade cacaueira na área de estudo com vistas a explicar como seus efeitos diretos e indiretos influenciaram a introdução e posterior expansão do manejo não-convencional deste produto.

Ao longo da pesquisa, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos definidos por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998): observação, análise de documentos[1] e entrevistas e expomos a seguir a forma como dispomos dos procedimentos selecionados.

No desenvolvimento da etapa empírica desta pesquisa, a observação foi fundamentalmente realizada durante os trabalhos de campo para obtenção de dados relacionados aos objetivos 2 e 3. Segundo as necessidades de cada fase da pesquisa, foram coletados dados por meio de observações semi-estruturadas principalmente nos estabelecimentos rurais, cooperativas e associações e empresas que se dedicam direta ou indiretamente às atividades relacionadas à produção não-convencional do cacau.

Por meio da observação coletamos dados para subsidiar a identificação e análise:

- das práticas não-convencionais utilizadas pelos produtores de cacau (individualmente e de forma coletiva);
- dos discursos que motivaram e justificam as diferentes formas de cultivo não-convencional de cacau para cada grupo de sujeitos, bem como da existência ou não de influências da ideologia de produção/consumo verde nas formulações de cada grupo de sujeitos;
- das relações entre produtores, diferentes formas de organização coletiva, agentes envolvidos na comercialização do cacau não-convencional e instâncias do poder público que atuem diretamente nesse segmento (se houver).

Visando subsidiar a análise das dimensões do nosso tema de estudo que estão relacionadas aos objetivos de pesquisa 1, 5 e 6, utilizamos também como fontes de dados documentos selecionados em acervos de bibliotecas universitárias e sedes de empresas, cooperativas e associações. Por meio da análise documental levantamos e analisamos dados referentes à:

[1] Conforme explicam ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER (1998, p. 169) “Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”.

- tópicos relacionados à produção, produtividade, quantidade e tamanho de estabelecimentos rurais dedicados ao cultivo não-convencional de cacau no território do cacau sul-baiano;
- relações de trabalho envolvidas na produção não-convencional do cacau;
- instâncias e mecanismos de comercialização do cacau não-convencional;
- existência e qualidade de serviços de assistência técnica especializada para a produção não-convencional de cacau;
- posição dos estabelecimentos quanto às formas de certificação da produção não-convencional, quando cabível;
- iniciativas públicas de incentivo, assistência técnica e crédito voltadas para o desenvolvimento da produção não-convencional do cacau (se houver);
- relações de poder envolvidas no histórico e desenvolvimento das práticas da agricultura não-convencional do cacau;
- além de outros aspectos que possam ser considerados relevantes no decorrer da pesquisa.

Simultaneamente à realização dos trabalhos de campo e à análise de documentos utilizamos também, como instrumento de coleta de dados, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas que nos permitiram investigar o histórico e o desenvolvimento da produção e da comercialização não-convencional do cacau no Sul da Bahia, a expansão desse tipo de prática agrícola nos últimos anos e as mudanças sociais, políticas, culturais e espaciais que estas práticas não-convencionais têm promovido na área de estudo.

Os dados coletados por meio deste instrumento foram fundamentais para identificar e analisar dimensões do fenômeno em estudo relacionadas a todos os objetivos específicos, de modo a permitir:

- complementar/aprofundar dados obtidos por meio da análise de documentos e observações;
- evidenciar detalhes do processo histórico de implantação da agricultura não-convencional no Sul da Bahia que porventura não estivesse registrado em documentos;
- identificar, em diferentes escalas, relações de poder envolvidas no histórico e desenvolvimento das práticas da agricultura não-convencional do cacau;

- caracterizar os sujeitos/grupos de sujeitos/instituições envolvidos na produção e comercialização do cacau não-convencional;
- complementar/aprofundar elementos do discurso dos diferentes grupos de sujeitos que evidenciassem seus históricos e motivações na produção não-convencional do cacau bem como sua relação com a ideologia da produção/consumo verde (se houver);
- investigar a percepção e a avaliação dos sujeitos acerca das transformações nas práticas de produção e trabalho instauradas com a agricultura não-convencional do cacau;
- identificar e discutir os elementos essenciais para a compreensão das redes de produção e comercialização do cacau não-convencional produzido no Sul da Bahia;
- analisar os elementos envolvidos no processo de decisão do produtor em optar pelo cultivo não-convencional;
- caracterizar, no nível dos estabelecimentos rurais, as práticas utilizadas, a relação produção/produtividade do cacau e a importância do cultivo não-convencional na composição da renda do produtor.

A maneira como dispomos dos dados oriundos destes três instrumentos evidenciou sua complementaridade e a necessidade de se articular as análises empregando processos de triangulação. Esses processos permitiram contrastar os discursos dos sujeitos pesquisados com suas práticas, bem como contrastar as práticas não-convencionais no Sul da Bahia com questões que permeiam a cacauicultura, sobretudo questões ligadas à infraestrutura, capacidade técnica, legislação e certificação da produção, além das questões envolvendo as interações escalares como logística, escoamento e comercialização da produção não-convencional.

Organizamos as discussões fruto do desenvolvimento dessa pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, *Formação Territorial do Sul da Bahia*, examinamos a formação inicial do território no período anterior ao cacau com vistas a compreender a gênese da atividade cacauicultora. A partir daí, investigamos a formação histórica das lavouras de cacau no Sul da Bahia e as diversas fases de desenvolvimento da atividade no território, com ênfase na atuação do Estado, na instrumentalização do território e na hegemonia cacaueira.

No segundo capítulo intitulado *Produção recente da cacauicultura no sul da Bahia: busca por alternativas econômicas pós-crise da vassoura-de-bruxa* discutimos a progressiva desestabilização das bases da *Civilização do Cacau* após a crise iniciada no final dos anos de 1980 cujos efeitos repercutem ainda hoje no Sul da Bahia. Apresentamos as principais interpretações acerca das origens dessa crise e as principais transformações que ela acarretou na formação territorial sul-baiana, com a implementação de inúmeras atividades como forma de superação dessa crise.

No terceiro capítulo *Repensando elementos da formação territorial do Sul da Bahia: principais impactos da produção agroecológica do cacau* investigamos os fundamentos da Agroecologia e sua comparação com a agricultura convencional e destacamos as duas principais vertentes agroecológicas implantadas na área de estudo, quais sejam: a agricultura orgânica e a agricultura biodinâmica do cacau. Buscamos resgatar o histórico de implantação desses cultivos no Sul da Bahia, caracterizar as práticas de cada uma dessas vertentes e discutir questões referentes à certificação e comercialização de suas produções examinando os elementos essenciais que possam explicar a transformação nas lógicas de produção e trabalho até então hegemônicas na realidade local.

Por fim, no quarto e último capítulo, *Quinta fase da cacauicultura sul-baiana (2000 – dias atuais): diversas faces da produção não-convencional*, avançamos nessa tarefa de compreender as recentes transformações na formação territorial abarcando não apenas práticas agroecológicas do cacau como também outras formas de produção não-convencional e adentrando no rico universo da subjetividade dos sujeitos que subsidiou a elaboração da tese a qual defendemos nesse trabalho.

1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA

> A palavra cacau, significando uma fruta, é um signo; usado para representar riqueza, poder, é um símbolo; quando desenhado numa tabuleta à entrada de uma fazenda, é um sinal, um índice de que ali se planta, se vive, se respira cacau; representado em esculturas, pinturas, a imagem é um ícone. Mas o cacau como signo é tudo isso ao mesmo tempo: símbolo, índice, ícone, porque está impregnado na alma, na mente, no suor dos que com ele lidam ou dele usufruem suas benesses (ROCHA, 2008, p. 125).

Nosso foco de análise nesse primeiro capítulo é a formação territorial da área tradicionalmente conhecida como Sul da Bahia. Esse território destacou-se dos demais que hoje compõe o Estado da Bahia ao desenvolver, com significante sucesso econômico, o cultivo de cacau. No entanto, esse cultivo só teve início no território sul-baiano na segunda metade do século XVIII.

Reconhecendo a importância econômica, política e simbólica do cacau na produção do espaço do Sul da Bahia elegemos o conceito de território como um dos instrumentos teóricos para analisar essa porção da totalidade espacial.

O conceito de território é elencado por Corrêa (1995) como um dos conceitos-chave da ciência geográfica. Moraes (2000) faz uma breve abordagem epistemológica do conceito de território.

De acordo com o autor, a origem ancestral do conceito remete ao *territorium*, associado à figura administrativa-militar romana, entretanto, o autor afirma que o uso contemporâneo do conceito está associado às ciências naturais "modernas", segundo o modelo "científico" consagrado no século XIX (aspas utilizadas pelo autor) (MORAES, 2000, p. 19).

Para além de sua origem, Moraes (2000) identifica quatro contextos distintos de emprego do conceito de território. O primeiro deles é o conceito de território como "área de domínio" (MORAES, 2000, p. 19), sendo que essa compreensão moderna do conceito teria tido grande influência da botânica e da zoologia oitocentista.

A apropriação da ideia de domínio das espécies vegetais e animais sobre uma determinada área, pela antropogeografia de Friedrich Ratzel levou à reconceitualização do território que passa a designar

> um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial [...] O território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica. (MORAES, 2000, p. 19).

Num segundo contexto, o conceito de território desenvolvido sob essa perspectiva foi, de acordo com o autor, praticamente banido do campo de investigação durante o período de hegemonia da Geografia regional francesa por sua "densidade política explícita" (MORAES, 2000, p. 20). Como resultado, afirma o autor,

> tal conceito é deixado, durante boa parte do século XX, como ferramenta quase exclusiva das teorias geopolíticas e jurídico-administrativas. Em tais campos, o território é trabalhado como um 'suposto', uma base empírico-factual com a qual se inicia a teorização proposta. Para a geopolítica e o direito, o território 'nacional' é visto como uma unidade política, econômica e jurisdicional (MORAES, 2000, p. 20).

O terceiro contexto de emprego hodierno do conceito de território seria o resgate desse conceito pela Geografia a partir dos anos 60 no âmbito da orientação metodológica marxista e repolitização do temário geográfico. O autor argumenta que o conceito de território assume

uma posição de centralidade uma vez que o foco dessas investigações recai sobre “uma reflexão essencialmente econômica e política (MORAES, 2000, p. 20).

Moraes (2000, p. 20) esclarece ainda que “Nessa orientação prevalece uma concepção que qualifica o território pelo seu uso social [...] o uso pressupõe a apropriação e o domínio, o que (apesar de evidentes diferenças de método) não contrapõe estruturalmente à concepção ratzeliana, anteriormente mencionada”.

O quarto contexto identificado pelo autor, mais recente, seria o resgate do conceito de território como centro da reflexão antropológica. Conforme ele explica

> Tal leitura assimila o território a um espaço de referência cultural, que se qualifica portanto por um significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social. Nessa ótica o território inscreve-se no campo dos processos de identidade societária, como referente de formas de consciência do espaço e, mesmo, de autoconsciência grupal (nos grupos que se identificam pela relação com um dado espaço). Para essa concepção antropológica, diversas territorialidades exercitam-se sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a idéia de ‘exclusividade’ presente nas visões anteriores (MORAES, 2000, p. 20-21).

A partir desse contexto, o autor afirma, podemos considerar que nos debates das ciências humanas convivem vários entendimentos do conceito de território (MORAES, 2000).

Numa compreensão mais moderna do conceito de território destacam-se, sem dúvida, as formulações de Raffestin (1993). Para o autor

> Os indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma

> sociedade para outra, mas estão sempre presentes (RAFFESTIN, 1993, p. 150-151).

Embora haja hoje uma série de ressalvas (SOUZA, 2001; SAQUET, 2010; FERREIRA, 2014) a respeito do real alcance da teorização do autor, visto que aparentemente não há um diálogo aprofundado entre os conceitos de espaço e território, ocasionando ora a confusão entre esses conceitos, ora sua simplificação, os autores reconhecem que Raffestin foi um dos pioneiros a reconhecer a importância da compreensão das múltiplas relações de poder na definição do conceito de território.

Ferreira (2014, p. 116) afirma que "Apesar de tecer uma análise de base mais econômica e política do território, este [Raffestin] reconhece a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura".

Na avaliação de Souza (2001) Raffestin estabelece novas bases nos estudos sobre o território, rejeitando a noção unilateral do poder que prevalecia na Geografia Política Clássica centrada no Estado.

Na Geografia brasileira, muitos autores têm se debruçado sobre o estudo do território nessa abordagem mais contemporânea do conceito. Saquet (2011) identifica a trajetória de Manoel Correia de Andrade na investigação geográfica e afirma seu pioneirismo e a importância de sua obra tanto no Brasil quanto em nível internacional[2]. Na avaliação do autor

> Manuel Correia de Andrade foi envolvido e influenciado por aspectos do movimento de renovação da geografia e de outras ciências, no qual destacam-se autores como Paul Claval, Bernard Kayser, David Harvey, Yves Lacoste, Pierre George, Jean Tricart, Pierre Deffontaines, entre outros. Movimento que gera uma geografia, ou geografias, muito mais vinculada à denúncia de processos sociais até então negligenciados, especialmente no que se refere à chamada organização espacial, tanto urbana como rural sob influência da interpretação marxista (SAQUET, 2011, p. 3).

[2] Saquet (2011, p. 4-5) ainda explica que: "Há uma conjugação de componentes imateriais-materiais que condiciona a emergência de novos componentes na reflexão geográfica a partir, principalmente, de atitudes anti-positivistas presentes em obras e autores que propugnam em favor da fenomenologia ou do materialismo histórico e dialético. Nesta renovação, debate-se conceitos como os de paisagem, região, espaço e território, todos fundamentais para a ciência geográfica. [...] Era tarefa do geógrafo delimitar, descrever e explicar as parcelas do espaço, evidenciando as diversidades regionais, como fizera Manuel Correia de Andrade, no Brasil: para ele, principalmente durante os anos 1960-80, a região era uma realidade histórica e administrativa, com pólos de crescimento e determinados recursos naturais. Aos poucos, na França, no Brasil e noutros países, ganham centralidade os elementos humanos e históricos diante dos naturais compreendidos em determinadas áreas. Nesse processo de renovação, Manuel Correia de Andrade se destaca tanto pelo pioneirismo como pela audácia de produzir, já nos anos 1960, uma geografia regional histórico-crítica".

Suzuki (2007) também ressalta a importância desse intelectual para a Geografia brasileira. Para o autor, Manoel Correia de Andrade é

> um geógrafo para além de seu tempo, pois, antes mesmo da virada da geografia brasileira no sentido de uma geografia marxista, publicou *A terra e o homem no Nordeste,* em 1963, discutindo a propriedade da terra, a mão-de-obra na agricultura, o latifúndio, entre outros temas tão caros à geografia pós-1978 (SUZUKI, 2007, p. 26).

No que tange especificamente o estudo do conceito de território, Saquet (2011) afirma não ser um dos conceitos centrais da obra do autor – desenvolvida sobretudo a partir dos conceitos de espaço e região – mas identifica um interessante movimento de ampliação da compreensão do conceito.

Nas obras dos anos 1960 e 1970, o território, para Manoel Correia de Andrade, grosso modo, "corresponde ao Estado-Nação, a uma área e palco dos processos sociais, como substrato e recorte espacial" (SAQUET, 2011, p. 7)

Nas obras do autor desenvolvidas a partir dos anos 1980, Saquet (2011) identifica uma mudança na concepção do conceito. Assim, o território "aparece como recorte espacial apropriado e dominado militar e estrategicamente, como uma parcela ou porção do espaço" (SAQUET, 2011, p. 10).

Por fim, Saquet (2011, p. 12) conclui que a partir dos anos 1990

> O território é entendido como produto da ação e gestão do Estado, lançando mão do conceito de área para tentar revelar a importância desta atuação na formação do Brasil enquanto Estado nacional. Há uma compreensão predominante do poder concretizado a partir das ações do Estado, no entanto, ele também reconhece o poder presente em outras relações sociais, que significa um avanço considerável, ampliando a leitura e a compreensão do território combinando aspectos materiais e imateriais.

À essa compreensão mais abrangente do território desenvolvida por Manoel Correia de Andrade no final de sua carreira, seguem-se muitos outros trabalhos desenvolvidos por inúmeros estudiosos (SANTOS, SOUZA & SILVEIRA, 1994; SANTOS & SILVEIRA 2000; SANTOS 2009; SOUZA 1995, 2009; MORAES, 2000; HAESBAERT 2004, 2007 e 2009; SAQUET 2006, 2007, 2010; ALVES, CORRIJO & CANDIOTTO, 2008; FERNANDES, 2009; SAQUET & SPÓSITO, 2009, MEDEIROS & FALCADE, 2013 entre outros).

Fato é que a partir das conceituações desses e de outros incontáveis autores, o conceito de território vai, paulatinamente, abarcando diferentes dimensões na Geografia brasileira,

distinguindo-se de outros conceitos-chave da ciência e ampliando seu alcance teórico e metodológico.

Não é intuito desse trabalho elaborar uma análise aprofundada das obras dos principais teóricos do território no Brasil. Entretanto, como selecionamos esse conceito como a base teórica desse trabalho, julgamos importante realizar esse breve retrospecto de sua produção científica, indicando as principais abordagens do conceito e, dentre elas apresentar e justificar a conceituação que adotamos para o desenvolvimento deste trabalho.

Sem a pretensão de classificar a vasta produção do conhecimento sobre o conceito de território no Brasil, recorremos ao trabalho por nós desenvolvido durante o curso de Mestrado em Geografia (NEVES, 2010).

Na ocasião nos deparamos com o conceito de território ao investigarmos mais de 400 obras que trabalhavam com a temática da relação cidade-campo no Brasil, ao longo de 30 anos de Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA). Baseados nas obras analisadas, identificamos três dimensões a partir das quais os autores desenvolviam sua conceituação de território, quais sejam:

> - a dimensão simbólica – relacionada às lutas ocorridas pelo/no território e às múltiplas relações de poder exercidas pelos diferentes grupos sociais na apropriação e controle do espaço (com destaque para a questão da luta de classes);
> - a dimensão político-institucional, referente às diferentes ações e políticas do Estado na regulação e legitimação do território nacional e das territorialidades dos grupos sociais;
> - a dimensão cultural – relacionada aos vínculos estabelecidos pelos indivíduos/grupos sociais com o espaço geográfico apropriado, sendo esses vínculos mediados por elementos culturais, pelo contrato social e pelas identidades territoriais (NEVES, 2010).

A essas três dimensões por nós definidas a partir do trabalho desenvolvido em 2010 acrescentamos a dimensão histórico-crítica, identificada por meio da pesquisa bibliográfica. Para Moraes (2000, p. 21) “A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si mesmo, denso de particularizações temporais e espaciais”.

Essa dimensão histórico-crítica de análise prioriza, ao nosso ver, a constituição do território a partir do fato histórico, potencializando investigações que, tal como a nossa, procura compreender a dinâmica de dado território numa escala temporal mais abrangente.

Assim, nesse trabalho partimos do entendimento de que "o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo com o espaço que o abriga" (MORAES, 2000, p. 18).

Ainda que integrada a realidades maiores – estadual, nacional e internacional – no âmbito local, o desenrolar da História é único. Isso porque, como nos explica Moraes (2000) "a lógica geral do modo de produção não aplasta, contudo, a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares" (p. 16). Partindo dessa interpretação compreendemos que

> [...] o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada 'formação econômica e social' (MORAES, 2000, p. 21).

Associada ao conceito de território, também compõe nosso referencial teórico a categoria de formação territorial, também construída por Moraes (2000). Essa categoria é definida como

> objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post festum* (MORAES, 2000, p. 21).

Acreditamos que a utilização da categoria da formação territorial nos permite a investigação das particularidades do movimento histórico do modo de produção, possibilitando visualizar as "tonalidades locais específicas" (MORAES, 2000, p. 17). Na análise do estudo de caso essa abordagem é muito adequada uma vez que, em muitos momentos históricos, o desenvolvimento do território sul-baiano opôs-se às diretrizes gerais hegemônicas observadas em outras escalas de análise.

Além disso, a perspectiva da formação territorial evidencia "a relação de uma sociedade específica com o 'seu' espaço (MORAES, 2000, p. 17). Imortalizada nas incontáveis obras literárias, filmes e novelas, a sociedade grapiúna é reconhecida por determinados elementos que caracterizam sua relação com a natureza e entre os homens. Santos (1957, p. 07), se referindo à zona cacaueira a apresenta como um todo que apresenta uma "personalidade regional bem diferenciada".

O autor analisa que “O cacau é, como produto agrícola, o responsável por inúmeros dos traços da fisionomia do seu 'habitat', tanto no aspecto econômico, como no social, e, até mesmo, no psico-social” (SANTOS, 1957, p. 08).

O emprego da categoria da formação territorial também nos possibilita a análise das instrumentalizações sucessivas do território para o desenvolvimento da atividade ca caueira que, fruto das ações sociais, “subvertem as características naturais originais e tornam -se uma qualidade do lugar”[3].

Avaliamos que a utilização da categoria da formação territorial como objeto de análise permite também, na análise da produção do território, a articulação entre as determinações econômicas e políticas que, no caso do cacau na área estudada, é um elemento fundamental de investigação.

Por fim, Moraes (2000) evidencia que na análise histórica dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço. Essa discussão é importante uma vez que muitas vezes esses sujeitos são apresentados como esteriótipos que pouco contribuem para a análise histórica da constituição territorial ou pior, são “romantizados”, como é o caso da figura do desbravador. Muitas vezes essa figura é associada ao que corresponderia atualmente à figura do “empreendedor” que, à sua época teria sido responsável pela prosperidade regional. Ignora-se ou oculta-se, no entanto, que muitos desses desbravadores (os que depois tornaram-se os grandes nomes do cacau na região) se valhiam de diversas formas de violência e meios ilícitos para constituir suas fazendas.

Assim, território e formação territorial, ambos elementos teóricos definidos por Moraes (2000), estão fundamentando as discussões desse capítulo que consiste numa historiografia do Sul da Bahia.

Na primeira seção analisamos o Sul da Bahia antes de sua formação como território do cacau. Essa seção apresenta as atividades desenvolvidas pela Capitania de São Jorge dos

[3] Esse trecho faz referência à análise de Moraes (2000, p. 15-16) – por sua vez fundamentada nas discussões de Milton Santos nas obras *Por uma geografia nova* e *Pensando o espaço do homem* – que explica: “Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *universal*. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual também regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo *social*, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. Tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas, tornando-se qualidades dos lugares”.

Ilhéus desde sua fundação em 1534 até 1746, data da introdução da cacauicultura no território. Analisamos a inserção dessa Capitania no contexto colonial e as dificuldades locais.

Na segunda seção discutimos o processo histórico de consolidação da cultura cacaueira como atividade econômica hegemônica no Sul da Bahia, avaliando desde o cultivo experimental implantado com a introdução desse produto agrícola na metade do século XVIII até a consolidação do cacau como principal produto de exportação do estado da Bahia, no final do século XIX.

Na terceira seção abordaremos o desenvolvimento da cacauicultura sul-baiana enfocando as crises pelas quais essa atividade tem passado e discutindo o papel do Estado na instrumentalização do território e na definição dos rumos da cacauicultura no território.

Compreendendo a relevância da dimensão histórica na categoria da formação territorial, iniciamos nossa análise por uma breve retrospectiva da formação territorial do Sul da Bahia no período anterior à hegemonia da cacauicultura, para em seguida apresentar as bases que estruturaram a *Civilização do cacau* e assim, reunir elementos para compreender as transformações que estão em curso no território, fruto da introdução e expansão do manejo não-convencional desse produto agrícola.

1.1 Formação territorial do Sul da Bahia antes do cacau: um pouco da história da Capitania São Jorge dos Ilhéus (1534 a 1746)

A formação do território que desde o final do século XIX é reconhecido como Sul da Bahia (graças ao cultivo do cacau) esteve, por muito tempo, ligada ao aglomerado urbano litorâneo de Ilhéus, fundado em 1534 sob a denominação de Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Os limites dessa capitania foram fixados em 50 léguas, de forma que sua área se estendia do sul da Baía de Todos os Santos, em Salvador, até as proximidades de Porto Seguro e, no sentido oeste, seus domínios atingiam as áreas onde hoje se situam os estados de Tocantins e Goiás (VINHÁES, 2001).

Nas primeiras décadas de colonização, a economia regional estava fundamentalmente restrita ao cultivo de subsistência, à exploração do pau-brasil e ao cultivo de cana-de açúcar, com a utilização de mão-de-obra indígena escrava.

Alguns autores ainda relatam iniciativas de cultivo de arroz (SANTOS, 1957) e algodão (FREITAS & PARAÍSO, 2001). Contudo, apesar do donatário da Capitania de Ilhéus

ser financiado por uma família de banqueiros italianos, a Capitania não prosperou por muito tempo.

Segundo Freitas e Paraíso (2001), alguns fatores podem ser apontados como responsáveis pelo insucesso da administração do regime de capitanias no caso brasileiro. Dentre eles, os de maior relevância seriam: a [falta de] habilidade dos donatários em atrair colonos para suas terras; a disponibilidade de capital para investimentos; a concessão de sesmarias a pessoas de recursos e influentes junto à administração metropolitana (que não surtiu o efeito esperado)[4]; a capacidade de adaptação dos colonos às condições de vida e de trabalho e o grau de hostilidade dos índios.

No caso de Ilhéus, os estudiosos deste período apontam que as maiores dificuldades encontradas para consolidar o povoamento foram as dificuldades de acesso da capitania em relação aos grandes centros coloniais, a presença de uma densa floresta tropical e os constantes ataques dos índios que, a partir de 1560, passaram a atingir os colonos e suas roças devido às constantes violações dos territórios indígenas (FREITAS & PARAÍSO, 2001; VINHÁES, 2001).

Devido a essas e outras dificuldades a capitania vivia em condições precárias

> A falência da Capitania de Ilhéus fez com que grande parte dos moradores e colonos migrasse para outras áreas, como as da Capitania da Bahia, despovoando a região. As atividades econômicas dos que ali permaneceram ficaram restritas à pesca, ao extrativismo de madeiras e piaçava, à lavoura de subsistência e à criação de animais para consumo familiar (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 23).

Durante o século XVII, a situação da Capitania se agravou ainda mais. Restrita ainda à atividade de subsistência e à exportação de pau-brasil (e eventualmente exportação de farinha de mandioca) como principais atividades econômicas[5] e sujeita ao ataque de piratas e corsários e aos constantes ataques indígenas, a Capitania passou por um processo de despovoamento. De acordo com Vinháes (2001, p. 59)

---

[4] Para exemplificar, o donatário da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, homem de prestígio na sociedade portuguesa nunca esteve, uma vez sequer, nas terras que lhe foram confiadas no "além-mar", não se responsabilizando, de fato, pelas atividades aí desenvolvidas. A função de comando da capitania foi delegada a Francisco Romero (VINHÁES, 2001).

[5] Vinháes afirma que a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, até o final do século XVII estava proibida de ter engenhos e plantações de canaviais "para evitar o desvio de braços da cultura de mandioca" (VINHÁES, 2001, p. 70) que servia principalmente às necessidades da Bahia e da armada, mas que também era exportada para a África, quando o cultivo não era devastado pelos indígenas.

> a ação dos Aimoré levou ao quase abandono a parte norte da capitania, ali permanecendo cerca de 20 famílias, alimentando-se apenas de ervas e tubérculos, tendo, inclusive os jesuítas, deixado suas terras de Camamu, regressando ao colégio da Bahia.

O autor relata ainda que por volta de 1658 iniciou-se a Guerra dos Gueren, entre os índios e colonos. Essa guerra teria sido fruto de expedições de desbravamento do interior da Capitania em busca de terras férteis e se estendeu por cerca de 20 anos (VINHÁES, 2001, p. 66-67).

Associado aos conflitos desse período foi registrado, em 1665, o surto de bexiga "tendo Ilhéus apresentado grande mortandade" (VINHÁES, 2001, p. 69), além da formação e proliferação de mocambos

> onde vadios, criminosos e marinheiros desertores se juntavam para fugir às ações penais do capitão-mor e ouvidor da capitania. Negros fugidos também amocambaram-se [...] Para não falar dos piratas que viviam a rondar a costa, saqueando as vilas (VINHÁES, 2001, p. 69-70).

O problema dos ataques indígenas na Capitania era tão preocupante que o Governador Geral contratou os cabos de guerra paulistas para dizimar os Gueren. Eles agiram na Capitania de 1671 a 1673 e Vinháes (2001, p. 69) relata que os contratados "Partiram de Cachoeira e de Cairu, chegando até o Jequitinhonha e depois embrenhando-se até o sertão".

Apesar de destruir aldeias e dizimar a população indígena, essas expedições não foram capazes de impedir os ataques indígenas que perduraram por várias décadas ainda, adentrando o século XVIII, não obstante várias expedições de combate aos índios (VINHÁES, 2001, p. 72).

Freitas e Paraíso (2001) afirmam que no final do século XVII a descoberta de ouro na área hoje conhecida como o Estado de Minas Gerais teve como principal efeito indireto na Capitania de Ilhéus estimular as entradas para os sertões. Esse movimento, possibilitado pela intensificação da perseguição aos indígenas foi responsável pela descoberta de ouro no norte da Capitania (região do Rio de Contas) fato que motivou o deslocamento dos colonos para essa área. Os autores analisam que

> Como consequência dos deslocamentos provocados pela mineração, abriu-se estrada ligando Ilhéus às margens do rio de Contas, o que indica a possibilidade de se ter estabelecido um incipiente comércio entre as duas povoações (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 29).

Nesse contexto de relativo controle dos ataques indígenas, de descoberta de ouro e de modesto povoamento tudo parecia indicar que finalmente a Capitania de São Jorge dos Ilhéus iria prosperar. Vinháes (2001) afirma que em 1722 havia grandes engenhos em Camamu, Boipeba e Tinharé. Freitas e Paraíso (2001) relatam que entre 1725 e 1728 foram observadas ações do Conde de Sabugosa no sentido de investir na criação de novos aldeamentos em volta da vila de Ilhéus e de permitir a expansão e a abertura de novos caminhos para o interior (FREITAS E PARAÍSO, 2001, p. 29-30).

No entanto, os conflitos entre indígenas e colonos voltaram a se acentuar a partir de 1730. Freitas e Paraíso analisam que

> [...] o aumento de conflitos com grupos indígenas sempre deve ser interpretado como o resultado das tentativas de incorporação de terras ou de trabalhadores e, portanto, da busca de alternativas econômicas para o marasmo econômico e do apoio do Estado a essas iniciativas (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 30).

Esse novo momento de conflitos comprometeu não só o desenvolvimento econômico da Capitania como também os projetos de expansão que haviam sido implantados e os que eram previstos para a área. Conforme relatam Freitas e Paraíso (2001), o quadro de empobrecimento era tão significativo na Capitania que, muitas vezes, os colonos buscavam atenuar essas dificuldades aprisionando indígenas para atuarem na lavoura, fato que acirrava ainda mais os conflitos entre índios e colonos.

Como pudemos perceber por meio desse breve histórico da área atualmente identificada como Sul da Bahia, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus não teve grande vulto no contexto colonial. A conjugação de fatores, dentre os quais se destacam: a má administração, as dificuldades de acesso entre as aglomerações urbanas da Capitania e os demais centros coloniais; os ataques de piratas e corsários e os constantes conflitos entre colonos e indígenas, fizeram com que a vida e a economia na Capitania São Jorge dos Ilhéus se desenvolvessem em condições extremas de precariedade.

Esse é o cenário que caracterizaria a formação territorial do Sul da Bahia no período anterior à introdução do cacau, produto que viria a se tornar a principal fonte de riqueza da Província da Bahia (no período colonial e imperial) e do Estado da Bahia (após a Proclamação da República) até ser suplantado por outras atividades econômicas, sobretudo a industrial, após a década de 1970.

1.2 Gênese do território Sul da Bahia e emergência da Civilização do Cacau (1746-1890)

O cultivo do cacau teve início na Capitania de São Jorge dos Ilhéus em 1746, quando na Fazenda Cubículo iniciou-se uma plantação experimental de sementes desse fruto, oriundas da região onde hoje se localiza o Estado do Pará. Como veremos, esse cultivo se adaptou perfeitamente as condições naturais da região, mas num primeiro momento não tinha finalidades comerciais.

A introdução do cacau antecede em alguns anos o período da administração pombalina que, segundo Freitas e Paraíso (2001) teve efeitos significativos na Capitania de São Jorge dos Ilhéus. De acordo com os autores, um dos primeiros efeitos da administração pombalina foi a liberação dos indígenas para uso por particulares, uma vez que os jesuítas foram expulsos e os aldeamentos extintos.

Outro efeito da administração pombalina apontado por Freitas e Paraíso (2001) foi a incorporação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus à Coroa Portuguesa, graças ao decreto que extinguia o Regime de Capitanias Hereditárias no Brasil. A partir de 1753 a antiga Capitania, agora Comarca, foi incorporada à Província da Bahia. Como resultado direto dessa mudança administrativa, Freitas e Paraíso (2001) ressaltam a criação de um Corpo de Ordenanças, que visava atender as necessidades da nova Comarca e superar a condição de abandono administrativo dos sucessivos donatários.

Nas ações da nova administração, percebe-se que "a questão da segurança dos colonos ainda era considerada prioritária e vista como uma solução para o marasmo econômico vivido pela Comarca" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 33).

Ao final da administração pombalina notamos que, do ponto de vista do projeto colonizador, os esforços empreendidos com a questão de segurança parecem ter surtido efeito, uma vez que em meados de 1770 se registrou pela primeira vez o aumento da população na Comarca de Ilhéus, mesmo que ainda houvesse alguns episódios de enfrentamentos entre colonos e indígenas (FREITAS & PARAÍSO, 2001).

A atividade econômica "mais desenvolvida no fim do século XVIII nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro era a extração de madeiras de construção" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 33). No entanto, os autores salientam que o volume de madeira, a desordem e a atitude ambiciosa dos colonos colocava em risco o fornecimento futuro da madeira (e o

próprio futuro da expansão colonial), fato que levou a Coroa Portuguesa à regulamentar (de forma muito severa) a extração de madeira, por meio da Carta Régia de 13/03/1797.

Também nesse período, Freitas e Paraíso explicam que

> Outro golpe nos projetos de enriquecimento dos moradores de Ilhéus foi a determinação real de que se continuasse a plantar mandioca na área da Capitania para solucionar a carência de farinha de mandioca na Bahia e na própria Comarca. A interferência da metrópole interrompeu a expansão do plantio de cana-de-açúcar e de arroz que tendia a superar o de mandioca (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 34).

Essa realidade de relativa estagnação econômica que caracterizou toda história da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e que persistia na Comarca de Ilhéus começou a se modificar a partir da segunda metade do século XIX, quando importantes transformações no cenário socioeconômico nacional e internacional levaram à progressiva decadência da economia açucareira na Colônia, fato que impactou diversas atividades econômicas.

Na Província da Bahia, os três pilares da economia – açúcar, algodão e pecuária – entraram em colapso. Nesse cenário de crise econômica, associado às possibilidades de abertura política graças a transferência da sede do poder para a Colônia em 1808, a atividade cacaueira desenvolvida na região de Ilhéus "representava não só a possibilidade de solução para os problemas na balança de pagamentos vividos pela Província, como também um escoadouro natural para os excedentes de mão-de-obra livre [...]" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 84).

Com base na revisão de trabalhos que analisam a implantação e a evolução do cultivo do cacau no Sul da Bahia, identificamos três grandes períodos de formação histórica da lavoura cacaueira: o cultivo não-comercial do cacau, a partir de sua introdução na área de estudo, em 1746; a progressiva importância do cacau a partir de 1860 e a consolidação da cultura cacaueira como atividade hegemônica no Sul da Bahia após 1890.

1.2.1 Cultivo não-comercial do cacau (1746-1860)

No período se estenderia de 1746 até aproximadamente 1860, observamos o início do cultivo do cacau na área de estudo, ainda sem fins comerciais. A respeito da chegada do cacau no Sul da Bahia, Barros relata

> O primeiro plantador de cacau da Bahia foi Antônio Dias Ribeiro, que, em 1746, recebendo sementes do colono francês Luiz Frederico Warneaux, plantou-as na fazenda 'Cubículo' – no Rio Pardo, em Canavieiras.
> Ainda hoje existe o primeiro cacaueiro ali plantado, o qual forneceu sementes para os municípios vizinhos (BARROS, 2004, p. 97).

Apesar do cacau ser uma planta bastante exigente, as características naturais do Sul da Bahia supriram todas as suas necessidades, garantindo sua perfeita adaptação e foram, em grande medida, responsáveis pelo posterior sucesso desse plantio, uma vez que a cacauicultura só produz economicamente "dentro de certas condições de solo, topografia e clima, sendo, sabidamente, mais importante esta última" (SANTOS, 1957, p. 10). Conforme explica Santos

> Não será, apenas, uma simples imagem poética o dizer-se que o cacaueiro depende mais do céu do que da terra. É que, de fato, se as condições de solo influem na sua produção, determinando maior ou menor rendimento, são as condições de clima as preponderantes, pois, fora de certos limites, observados em tôdas as regiões cacauicultoras do mundo, a sua produção torna-se econômicamente impraticável.
> O cacau é fruto que possui uma ecologia vegetal das mais exigentes, daí explica-se a sua preferência e adaptação nas terras do sul da Bahia, onde as suas necessidades são tôdas supridas. Gostando de umidade, tanto do ar, quanto do solo, ambos os requisitos são aí satisfeitos, pela abundância das chuvas, presentes durante todo o ano e alcançando aproximadamente dois metros anuais, com cêrca de duzentos e dois dias chuvosos (SANTOS, 1957, p. 17).

No entanto, como Barros ressalta "O cacau baiano só teve importância de 1890 em diante" (BARROS, 2004, p. 97). Devido à grande importância da cana-de-açúcar no cenário nacional e desse e de outros cultivos na Província da Bahia, a introdução do plantio do cacau nesse primeiro momento é relatada como uma experiência, uma excentricidade que de forma alguma concorria com os outros cultivos, sobretudo o de mandioca.

Freitas e Paraíso (2001) expõem algumas das razões pelas quais o cacau não foi considerado, nesse momento, uma cultura atrativa do ponto de vista comercial:

a. "por exigir um longo período de aclimatação ao novo *habitat* e um tempo longo – de quatro a oito anos – entre o plantio e a primeira colheita" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 87);

b. “a não inserção do cacau no circuito de comercialização interna, pois não havia tradição de seu consumo no país, ou mesmo qualquer tipo de indústria de beneficiamento” (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p.87);

c. “problemas decorriam dos cuidados exigidos no período de plantio e nas diversas etapas do ciclo produtivo, pressupondo a existência de pessoas capacitadas e de recursos para se fazer frente a esses investimentos” (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 87-88) e

d. “a região de Ilhéus não era considerada prioritária para investimentos pelo governo provincial” (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 88).

Como vimos, esse período em que observamos a introdução do cacau no Sul da Bahia é caracterizado por sérias dificuldades de comunicação entre a Capitania/Comarca de Ilhéus e outras porções do território colonial/imperial.

Além das deficiências de infra-estrutura e das longas jornadas necessárias para o abastecimento, havia também um clima de insegurança que dificultava os deslocamentos devido aos constantes conflitos entre índios e colonos que, como vimos, persistem desde a constituição da Capitania. Outro fenômeno mais recente, na história local, datando do século XVIII, também concorria para esse clima de insegurança e consistia nas incursões de escravos negros fugidos e/ou organizados em quilombos.

Vale destacar, por fim, que nessa fase experimental o cultivo do cacau esteva restrito aos vales dos rios devido à necessidade de terreno plano e alto grau de umidade para se desenvolver satisfatoriamente.

1.2.2 Progressiva importância do cacau no Império (1860-1890)

O segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira estaria compreendido entre os anos de 1860 e 1890, quase exclusivamente no período imperial brasileiro (a República foi estabelecida em 1889).

Apesar de autores como Rocha (2003) relatarem que a partir dos anos de 1830 a região Sul da Bahia já passou a fornecer regularmente amêndoas de cacau para o exterior, outros autores como Freitas e Paraíso (2001) e Vinháes (2001) afirmam que até meados dos anos 1860 não havia ainda grandes lavouras constituídas.

Esse segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira seria caracterizado não só pela consolidação do cacau como produto de interesse comercial frente à crescente desvalorização do cultivo da cana-de-açucar (no Brasil e na Bahia), mas principalmente pela rápida expansão das áreas de cultivo.

Nesse breve período de 30 anos, importantes transformações ocorreram no território sul-baiano dentre as quais destacamos:

a) os intensos movimentos migratórios;

b) a expansão das áreas de cultivo;

c) a emergência de uma hierarquia urbano-regional;

d) formação das fazendas de cacau.

Acreditamos que a análise dessas transformações expõe as bases sobre as quais foi constituída a *Civilização do Cacau*, termo utilizado por diversos autores regionais e que pode ser interpretada como a peculiar configuração espacial fundada na hegemonia da cultura cacaueira nos planos econômico, político e social e cultural. Isto posto, passamos a aprofundar nossa análise em cada um desses elementos que caracterizam o segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira.

A partir de 1860, foram registrados intensos fluxos migratórios em direção à região hoje conhecida como Sul da Bahia, sendo que esses imigrantes se dirigiram para a área com o principal objetivo de se dedicar ao cultivo do cacau. Rocha (2008) explica que nesses movimentos migratórios destacam-se especialmente os migrantes nordestinos, sobretudo oriundos de Sergipe.

Freitas e Paraíso (2001) indicam que a veiculação de informações acerca das possibilidades de progresso individual para os que se dispusessem a conquistar as terras "virgens e ricas" do Sul da Bahia era uma das principais razões que motivaram esses intensos movimentos migratórios. Os autores identificam três principais fontes de informações capazes de interferir nos fluxos migratórios desse período: as propagandas do Governo Federal, as falas do Presidente da Província e a correspondência circulada entre imigrantes e suas famílias.

Essas terras eram geralmente "descritas como um bem ilimitado e apropriável por qualquer pessoa que se dispusesse a trabalhá-las" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 85). Contudo, os autores ressaltam que

> [...] é possível afirmar que a crença nas possibilidades de todos terem acesso aos bens ilimitados e ao enriquecimento era, na verdade, mais uma imagem ideologicamente construída e alimentada pelos segmentos dominantes do que uma realidade concreta (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 85).

A chegada dos imigrantes na área de estudo foi um dos fatores que possibilitaram a expansão da áreas de cultivo de cacau, listada entre as quatro transformações observadas nesse segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira.

Santos (1957) explica que as culturas novas exigem grande quantidade de braços. Essa afirmação é particularmente verdadeira para o caso do cultivo do cacau, cuja prática mais difundida é a do cabrocamento, que consiste no "plantio sem destruição do manto florístico [...] A plantação do cacau fica sendo simplesmente um verdadeiro sub-bosque, ensombrado pela floresta persistente" (SANTOS, 1957, p. 19).

Freitas e Paraíso (2001) explicam os mecanismos através dos quais se deu essa expansão cacaueira a partir do fenômeno de imigração. Os autores afirmam que os imigrantes se instalavam inicialmente em terras devolutas, acreditando na regularização de sua situação fundiária. Os autores associam essa primeira leva de imigrantes aos verdadeiros desbravadores da zona da mata que, em geral, plantavam o cacau e roças de subsistência "o que lhes permitia sobreviver por algum período" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 90).

Muitas eram as dificuldades por eles encontradas, dentre as quais os autores ressaltam o acesso ao crédito e às redes de comercialização, além da demora na efetivação da primeira colheita. Diante dessas dificuldades, muitos desses imigrantes tornavam assalariados e suas "buraras"[6] eram incorporadas às grandes propriedades (FREITAS & PARAÍSO, 2001). No momento em que se aproximava a primeira colheita

> apresentava-se a segunda leva de imigrantes, já financiados pelas casas exportadoras, que adquiriam os pés de cacau plantados pelos desbravadores, empurrando-os e a seus sonhos para a nova franja de expansão da produção cacaueira (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 90).

Diante do quadro de frequente interiorização das roças, Freitas e Paraíso (2001, p. 90) avaliam que "a expansão cacaueira era constante, estando o aumento da produção associado à incorporação de novos espaços e não à racionalização do sistema produtivo".

[6] "Burara" é a denominação regional para as pequenas roças de cacau.

Além da grande disponibilidade de braços, frutos da chegada dos intensos fluxos migratórios para preparar as roças, a introdução de dois novos tipos de cacau – o Forasteiro e o do Pará – foi outro fator que permitiu a expansão espacial do cultivo. Essas novas plantas, mais resistentes, dispensavam a exigência de terrenos de aluvião e possibilitaram a criação de roças em direção ao interior da Comarca.

Graças ao sucesso da atividade cacaueira e sua crescente importância no cenário político-econômico imperial e provincial, observamos a emergência de uma hierarquia urbano-regional polarizada pela então vila de São Jorge dos Ilhéus. Essa seria a terceira característica desse período de formação histórica das lavouras de cacau.

Para compreender a centralidade de Ilhéus na formação territorial deste período, havemos de considerar duas afirmações de Santos (1957, p. 70) na sua tentativa de determinar "o que é urbano na zona do cacau".

A primeira é afirmação é a de que "Não se pode compreender o fenômeno urbano na zona cacaueira baiana, sem lembrar que êsse produto e a sua economia se voltam, desenganadamente, para o exterior" (SANTOS, 1957, p. 57). E a segunda afirmação, à primeira relacionada, nos explica que

> as cidades cacaueiras são núcleos voltados para o exterior da zona, seja com o objetivo de escoar-lhe a produção, seja com o de receber (ou fabricar) e distribuir primáriamente as utilidades de que a população rural necessita (SANTOS, 1957, p. 73)

Assim, por meio dessas afirmações, podemos compreender a centralidade da aglomeração urbana de Ilhéus no contexto provincial, uma vez que essa aglomeração concentrava as principais casas comercializadoras do cacau, os armazéns que estocavam a produção de todos os municípios produtores do Sul da Bahia e o porto através do qual as amêndoas eram exportadas.

A respeito dos demais municípios da região cacaueira, Chiapetti (2009) afirma

> As aglomerações urbanas que surgiam no entorno de Ilhéus, em direção ao interior, não recebiam os mesmos investimentos em equipamentos urbanos, nem gozavam socialmente das riquezas da produção cacaueira. Tais investimentos eram exclusivamente para o exercício da atividade agrícola, indispensável à expansão do modelo agro-exportador, o qual direcionava as ações e os investimentos territoriais, tudo conforme os interesses de uma classe social privilegiada e conforme os interesses e demandas do mercado internacional (p. 37).

Para finalizarmos a análise desse segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira resta-nos ainda analisar o processo histórico a partir do qual se deu a formação das fazendas.

Em alguns aspectos, a formação histórica da lavoura cacaueira nesse período se assemelha às análises feitas por Martins (2010) a respeito da formação da monocultura cafeeira no Estado de São Paulo. Particularmente no primeiro capítulo de sua obra *O cativeiro da terra* o autor discute em uma das seções "A formação da fazenda de café: conversão da renda em trabalho em capital" e levanta importantes questões acerca da conformação da tríade capital-terra-trabalho que, acreditamos, podem ser transpostas para a realidade do território sul-baiano nesse breve período de 1860 a 1890.

As principais contribuições do trabalho de Martins (2010) que podem elucidar questões para compreensão da formação de fazendas de cacau nesse período são: a) a importância da abundância de mão de obra livre, b) as questões referentes à propriedade da terra e c) as aspirações de ascensão social dos imigrantes.

Na articulação desses três elementos (na qual é importante destacar a mediação do Estado em suas diversas instâncias e instituições) reconhecemos relações associadas à tríade capital-terra-trabalho, semelhantes às destacadas pelo autor, caracterizando o período de formação de fazendas de cacau no Sul da Bahia.

Martins (2010, p. 59) analisa que a generalização do trabalho livre separava "o trabalho e a pessoa do trabalhador, libertando, enfim, o próprio trabalho como fator de criação de riqueza". Na peculiar conjuntura histórica de formação de fazendas o autor explica que "A intervenção do Estado na formação do contingente de mão de obra para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro" (MARTINS, 2010, p. 59). O autor elucida o processo através do qual, nessa conjuntura, *o trabalho é incorporado na atividade produtiva como uma modalidade de capital*

> O trabalhador arregimentado, transportado e colocado na fazenda tinha um custo. De fato, uma doação do Estado que, livrando o fazendeiro dessa despesa, o liberava da imobilização improdutiva de parte de seu capital na aquisição de mão de obra. Ora, a forma de incorporar essa modalidade de capital ao processo produtivo era a abertura de novas fazendas, a ampliação dos cafezais. [...] *Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também fazendas de café* (MARTINS, 2010, p. 60-61).

No caso da produção de cacau no Sul da Bahia a intervenção do Estado nesse período de formação de fazendas não foi tão incisiva quanto na lavoura cafeeira de São Paulo (considerada prioridade no projeto nacional de desenvolvimento territorial), mas sua atuação foi fundamental para promover e sustentar os fluxos migratórios que garantiram o excedente de mão de obra livre necessário à formação das lavouras de cacau, além de garantir novas terras para expansão das lavouras.

Assim, além de envolvimento direto na "propaganda" da região, Freitas e Paraíso (2001, p. 86) citam alguns dos estímulos oferecidos pelo Governo Imperial aos trabalhadores que se deslocassem para Ilhéus nesse período

> facilidade de se apossarem de quanta terra pudessem e, para os que se engajassem em projetos de Colônias Nacionais, além do acesso a lotes de terra, financiamentos, pagamento de passagens e das despesas inicialmente feitas.

Uma vez garantida a mão de obra necessária à formação das fazendas de cacau, a oferta de novas terras para expansão das lavouras foi garantida pelo Estado por três meios principais: a ausência de fiscalização dos títulos de propriedade (que em grande parte eram fruto de grilagem), a extinção dos aldeamentos indígenas por meio de diversas determinações legais e a definição de terras devolutas de colônias falidas – provinciais e estrangeiras.

Tal qual como ocorreu na economia cafeeira, observamos que a abundância de terras disponíveis não foi tão importante para a expansão cacaueira quanto a disponibilidade de mão de obra livre: "O avanço da cultura cafeeira sobre novas áreas dependia fundamentalmente de mão de obra, sem o que a terra tinha pouca utilidade" (MARTINS, 2010, p. 52).

A incorporação do trabalho sob forma de capital nesse momento de formação de fazendas refletia no preço da terra, que passou a se elevar depois da constituição das lavouras. Também se intensifica a preocupação com os títulos de propriedade e surge, nos dizeres de Martins (2010, p. 61) "uma verdadeira indústria de grilagem de terra". A esse respeito Martins afirma que

> Todo um conjunto de atividades lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passou a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário. Em troca, o fazendeiro recebia a terra livre e desembaraçada, cuja propriedade dificilmente seria contestada judicialmente (MARTINS, 2010, p. 61-62).

Nesse período de formação de fazendas, no caso do cacau no Sul da Bahia, os conflitos por terra fizeram emergir a figura do "coronel", o grande proprietário de terras. Rocha (2003, p. 49) relata que "Os coronéis tornaram-se homens com poder muito grande sobre a população, tornando-a refém de seus caprichos, e fazendo da política local o meio de impor suas vontades e realizar seus interesses".

Em muitos casos o coronel foi o antigo "desbravador"[7] (nativo ou imigrante) que, geralmente por meio da força (armada e posteriormente política) se apropriava de grandes extensões de terras, às vezes devolutas, mas geralmente já cultivadas com cacau pelos imigrantes pioneiros. Diferentemente dos grandes proprietários de fazendas de café, os "coronéis", assim como seus descendentes, tinham pouco ou nenhum acesso à educação formal, fato que é normalmente associado às recorrentes crises que abalaram a produção cacaueira ao longo de sua história.

Por fim, para completar a análise da configuração da tríade capital-terra-trabalho na formação territorial nesse período de constituição de fazendas, resta-nos comentar o terceiro elemento, o trabalho. Parafraseando Martins (2010, p. 51), podemos dizer que "Trabalhar para vir a ser proprietário de terra foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção de **cacau**". Freitas e Paraíso (2001, p. 89) explicam que

> Inicialmente, esses imigrantes se instalavam em terras devolutas, na esperança de vir a ter sua situação fundiária regularizada e se transformarem em proprietários e produtores de cacau. Contudo, as dificuldades encontradas, particularmente quanto ao acesso ao sistema de crédito e à rede de comercialização do produto, além da demora na efetivação da primeira colheita, terminavam por transformá-los em assalariados, sendo suas 'buraras', como são chamadas as pequenas roças de cacau nessa região, incorporadas às grandes propriedades.

Assim, nesse segundo período de formação histórica da lavoura cacaueira (1860-1890) em que identificamos a efetiva formação das fazendas de cacau – seja pela criação de novas fazendas, seja pela ampliação das pré-existentes – observamos semelhanças com a peculiar configuração da tríade capital-terra-trabalho analisada por Martins (2010) para o caso da lavoura cafeeira.

Apesar de, nesse período, já se desenhar a correlação de forças entre Estado-iniciativa privada-fazendeiro e se moldar as relações de produção e trabalho na grande lavoura

[7] "Em muitos casos, o desbravador torna-se coronel. Contudo, nem todos os desbravadores acabam como coronéis do cacau, assim como nem todos os coronéis do cacau foram desbravadores" (ROCHA, 2008, p. 135).

cacaueira na área de estudo, a forte intermediação na comercialização era o principal obstáculo ao desenvolvimento da atividade. Freitas e Paraíso (2001, p. 89) explicam que

> A comercialização estava estruturada de tal forma, que pressupunha a existência de inúmeros intermediários, transformando o preço de mercado do produto num dado ignorado pelo produtor. Essa situação fazia com que a acumulação de capital gerada pela produção de cacau estivesse concentrada nas mãos dos representantes das casas comercializadoras do produto, na sua maioria, francesas. Elas passaram, como era tradição, a financiar e controlar a produção, interferindo no ritmo, na produção e expansão da lavoura e na posse da terra por determinados segmentos sociais.

Esse cenário se modificou a partir do momento em que o cacau se valorizou no mercado internacional e passou a ser a principal atividade econômica da província da Bahia. Nesse novo contexto, apesar das casas comercializadoras ainda conservarem sua importância político-econômica, o "coronel" assumiu definitivamente o papel de comando tanto no processo produtivo quanto na política local, além de influenciar significativamente as redes de comercialização do cacau.

Além da figura do desbravador e a do coronel (que muitas vezes se confundem) e dos trabalhadores do cacau – que se diferenciavam pelo regime de trabalho – outras figuras "surgiram por conta da cultura do cacau, assim como o senhor do engenho, os capatazes, os cortadores de cana da zona canaviera nordestina e os barões do café, os escravos, substituídos depois pelos colonos emigrados da Europa no Sudeste brasileiro" (ROCHA, 2008, p. 130).

Dentre as figuras que compunham a "Civilização do Cacau" as mais conhecidas são: o jagunço[8], o caxixeiro[9], o alugado[10], todas elas envolvidas, em maior ou menor grau, com formas de violência no campo. No meio urbano, as principais figuras também são ligadas ao cacau, quais sejam os exportadores e os banqueiros.

[8] "Na região cacaueira da Bahia, a função destes homens é defender seu patrão, seja ele fazendeiro, grileiro, caxixeiro, coronel" (ROCHA, 2008, p. 138).
[9] "um tipo de trapaceiro, fazedor de negócios escusos a fim de conseguir vantagens para si ou para outrem" (ROCHA, 2008, p. 140).
[10] "homens alugados para serviços temporários, dispostos a executar qualquer tarefa[...] O que se despreende desta afirmação é que o alugado tanto podia executar tarefas na lavoura, na casa do coronel ou na defesa das propriedades legítimas ou não" (ROCHA, 2008, p. 142)

1.2.3 Hegemonia da cultura cacaueira no Sul da Bahia (após 1890)

A partir de 1890 (já no contexto do Brasil República) observamos a emergência do terceiro período histórico de formação da lavoura cacaueira no Sul da Bahia, período este caracterizado pela efetiva implantação da cultura cacaueira de exportação.

Vinháes (2001) afirma que é a partir desse ano que o cacau se firmou como principal produto baiano. A partir daí, como explicam Freitas e Paraíso (2001, p. 97), iniciou-se um novo período da história local

> O isolamento e a marginalização econômica deixaram de existir, a conquista das matas ocorreu e implantou-se o modelo tradicional de exploração de terra e velho modelo de estrutura social hierarquizado e excludente das camadas sociais que não conseguiram realizar seus sonhos de tornar-se proprietários e produtores de cacau.

Aos primeiros seis sacos de cacau exportados em 1798[11], seguiram-se milhares de outros. Vinháes (2001, p. 214) relata que "em 1895, já se exportavam 112 mil sacos e, em 1910, era o maior ou o 2º maior produtor de cacau do mundo, com 29 mil toneladas anuais"[12].

No âmbito estadual, já no início do século XX, mais precisamente no ano de 1904, o cacau assumiu a liderança da pauta de exportações e

> a atividade cacaueira passou a produzir, em média, 15 mil toneladas por ano, quantidade essa que possibilitou estabelecer um fluxo de exportação contínua e, ao ritmo crescente das cotações e da demanda internacional, alcançou uma produção média de 50 mil toneladas/ano em 1920 (CHIAPETTI, 2009, p. 32).

Podemos afirmar, então, que a partir de 1890 a lavoura cacaueira predominava na formação territorial da área que atualmente é identificada como o Sul da Bahia, como principal produtora de riqueza, poder local, *status* social e representatividade política.

É importante salientar que as relações sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas no âmbito da produção cacaueira extrapolava os limites dos espaços de

---

[11] Vinháes (2001, p. 215) afirma que "no fim do século XVIII, embora sem significado econômico, a cultura do cacau na comarca já era conhecida, com alguns pés cultivados e outros em estado silvestre, sendo em 15 de maio de 1798, exportados pelo barco *Vai Hoje* apenas seis sacos de cacau".

[12] Rocha (2008, p. 49) esclarece essa imprecisão afirmando que "Segundo dados da CEPLAC, em 1910 o Brasil liderava a produção de cacau mundial, tendo, até os anos de 1930, vivido um período de expansão e crescimento".

produção e comercialização – a fazenda, os armazéns, as empresas exportadoras, o porto – consolidando práticas e valores que passaram a mediar a relação sociedade-natureza, as relações interpessoais e a relação Estado-sociedade.

A esse respeito, Mira (2015, p. 224) analisa

> o cacau se enraíza, incrusta-se nas organizações regionais, mesmo naquelas com as quais não está relacionado diretamente. Mais que isso, ele molda-as, fazendo com que suas regras passem a valer, na maioria das vezes, para a sociedade em geral. Ora, a sociedade regional foi fundada a partir da produção de cacau, caso típico de emergência de uma matriz institucional como resultado de uma mudança econômica. Este cenário histórico demonstra que a ideologia dominante na microrregião Ilhéus-Itabuna foi formada pela cacauicultura.

Rocha também sintetiza a relevância do cacau no contexto local apresentando-o como "um signo impresso na alma sul-baiana"

> O cacau tornou-se um signo regional de expressão, devido à sua presença marcante **em todos os momentos do desenvolvimento, das crises e da reestruturação da região Sul da Bahia**. Considerado o manjar dos deuses pelos sacerdotes astecas, fruto de ouro pelos exportadores, registrado pelos escritores e internalizado pela população, virou riqueza, viveu grandes crises, ultrapassou as fronteiras do Sul da Bahia ganhando o mundo nas páginas literárias, poesia, teatro, filmes, cordel. Marcou e marca presença nos mais importantes momentos da vida regional. Impulsionou o aparecimento e, muitas vezes, o declínio de povoados, vilas e cidades. Foi o pivô de crises cíclicas em função de doenças que o acometeram, de preços aviltantes no mercado internacional, de quem é refém. Foi o personagem principal de muitos romances, crônicas, poesias e literatura de cordel. É tema recorrente de monografias de conclusão de curso, especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado. Foi o modelador de uma *civilização do cacau* com seus desbravadores, coronéis, jagunços, contratistas, alugados, caxixes, juparás. Trouxe a CEPLAC, uma comissão que, apesar de ter função provisória, persiste na região como tal desde 1957. Permitiu a construção de estradas, escolas e da universidade mais importante da região, a hoje Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Por ele muitos nasceram, cresceram, morreram e mataram. Todo esse poder o cacau tem, pois foi dado aos humanos como uma dádiva dos deuses, conforme a mitologia (ROCHA, 2008, p. 125-126, grifo nosso).

Na terceira seção desse primeiro capítulo analisaremos de forma mais detalhada o desenvolvimento da cacauicultura e observaremos que o território do cacau não apresentou a mesma configuração espacial ao longo da história da cacauicultura sul-baiana e que, apesar de sua importância, a atividade não se desenvolveu sem dificuldades.

1.3 Crises e mais crises: história da cacauicultura sul-baiana. Instrumentalização do território e consolidação do cacau como vocação regional (1746-2000)

A história da cacauicultura do Sul da Bahia foi caracterizada por crises recorrentes ocasionadas ora por condições climáticas adversas, ora por oscilações no preço das amêndoas do cacau no mercado internacional e, ainda, por inúmeros fatores de natureza econômica e política.

Dada a importância econômica dessa atividade tanto no contexto local quanto nas esferas estadual e nacional, optamos por periodizar a história da produção do cacau no sul da Bahia em função da atuação do Estado, cujas ações colaboraram com o desenvolvimento da cacauicultura – em maior ou menor grau de acordo com o momento histórico – principalmente por meio da concessão de crédito, da instrumentalização do território e da consolidação político-ideológica do cacau como vocação regional.

1.3.1 Primeira fase da cacauicultura sul-baiana (1746-1920)

Durante toda a história da cacauicultura sul-baiana no período colonial, imperial e no início da República observamos que a atuação do Estado é mínima e resume a algumas medidas isoladas.

Essa primeira fase de desenvolvimento da cacauicultura no Sul da Bahia que compreende o período entre 1746 e 1920 – ou seja: engloba desde o cultivo experimental do cacau até sua hegemonia no território sul-baiano – seria caracterizada pela ausência de políticas públicas voltadas para a atividade, conforme afirmam Freitas e Paraíso (2001, p. 101) “No caso do Estado da Bahia, não se pode falar da existência de políticas de apoio à cacauicultura antes dos anos vinte”.

Essa postura de gestão pública revela, de um lado, a mentalidade político-econômica hegemônica que imperou até a crise mundial de 1929 – a do liberalismo econômico – e explica, de outro, tanto o empirismo que fundamentou as práticas agrícolas na produção do cacau no território sul-baiano o quanto o crescente poder econômico e político dos “coronéis” do cacau.

Durante todo o período de implantação da lavoura cacaueira no território sul-baiano e mesmo após sua consolidação como principal cultura da Província/Estado da Bahia, a

atividade se desenvolveu quase sem nenhum apoio do Estado, sendo observadas apenas algumas iniciativas isoladas que pouco contribuíram para o seu desenvolvimento. Freitas e Paraíso (2001, p. 101) relatam que "Foram necessários longos anos de presença ativa do cacau na pauta de exportações do Estado para que começassem a surgir as primeiras medidas de apoio".

Muitas das ações promovidas pelo poder público nessa primeira fase da cacauicultura foram fruto de anos de reivindicações da comunidade local, reivindicações essas todas elaboradas em função das demandas da produção de cacau.

Uma das principais reclamações dos produtores de cacau no período imediatamente ulterior à implantação das roças era a falta de braços para a colheita. Freitas e Paraíso (2001 , p. 104-105) explicam que

> A cacauicultura, quando de sua implantação e processo inicial de expansão, foi capaz de fixar os imigrantes que em grande número chegavam à região. Terminando o processo de desmatamento, escasseando a terra mais apta para a expansão da área cultivada, ficou muito reduzida a possibilidade de trabalho permanente.

Diante da escassez de trabalhadores para a colheita do cacau e das constantes reclamações dos produtores observamos a primeira iniciativa do Estado no sentido de apoio a cacauicultura: durante o governo de José Marcelino de Souza (1904-1908) o governo do estado da Bahia "autorizou o fornecimento de transporte marítimo gratuito, por parte da Navegação Baiana, a todos os interessados" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 112).

Além da própria dinâmica produtiva, a baixa remuneração e as péssimas condições de vida eram apontadas como fatores que inviabilizavam a fixação dos imigrantes no território sul-baiano.

Freitas e Paraíso (2001) relatam que a avaliação da Sociedade Baiana de Agricultura a respeito da oferta de trabalho na zona agrícola do cacau recomendava ao Estado que criasse medidas para o desenvolvimento da policultura no sul da Bahia (praticamente inexistia agricultura de alimentos no território) e aos fazendeiros que melhorassem a remuneração e criassem condições melhores de vida, tais como: "construção de casas higiênicas, oferta de alimentos em bom estado de conservação e a preço de custo, condições de lazer nas fazendas e educação para os filhos dos trabalhadores" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 106). Vale salientar que essa avaliação foi realizada em 1924 e, desta forma estaria incluída na próxima

fase da cacauicultura sul-baiana, demonstrando que o transporte gratuito para a região cacaueira não foi uma medida eficaz na garantia da mão de obra.

Outra medida que revela a atuação do Estado nesse período foi a implantação em Ilhéus, do Banco de Crédito Hypotecário e Agrícola do Estado, em 1905. No entanto conforme avaliam Freitas e Paraíso (2001), a ausência de recursos disponíveis e as exigências administrativas fez com que o banco quase não efetuasse negócios. A efetiva implantação da atividade bancária no território só se daria em 1917, com a inauguração da primeira agência do Banco do Brasil, em Ilhéus.

Interessante lembrar a partir de 1904 a produção de cacau sul-baiana alcançou o *status* de líder mundial. Freitas e Paraíso (2001) ressaltam que até os anos de 1920 a cacauicultura se desenvolveu basicamente com "recursos próprios". Como principais fontes de recursos eles destacam a importância do crédito hipotecário (para os grandes proprietários) e dos empréstimos concedidos pelos grandes fazendeiros/comerciantes a pequenos e médios produtores.

No ano de 1908 o governo do Estado da Bahia reorganizou a sua frota, visando atender as necessidades da atividade cacaueira. Rocha expõe que nesse ano o Estado adquiriu

> novas unidades para a navegação de cabotagem com a finalidade de fazer face ao crescimento da produção de cacau e às dificuldades para a saída da safra regional para os portos de embarque (ROCHA, 2008, p. 54).

Mesmo estando entre os maiores produtores mundiais de cacau o sul da Bahia não exportava diretamente sua produção, fator de grande insatisfação para os cacauicultores. A essa época toda produção era embarcada em pequenos e médios navios e seguia para Salvador, de onde era exportado. Chiapetti (2009) relata que o movimento portuário local estava restrito ao Porto do Arraial do Banco da Vitória que consistia num pequeno ancoradouro às margens do rio Cachoeira e estava localizado entre Ilhéus e Itabuna.

Em 1911 observamos a primeira iniciativa do Estado no âmbito local, na qual "a municipalidade concedia privilégios para a montagem de usinas de beneficiamento do cacau" (VINHÁES, 2001, p. 217).

Chiapetti (2009) explica que o processamento do cacau pode ser dividido em duas fases: na primeira fase se realiza apenas a moagem das amêndoas do cacau e sua transformação em produtos semi-industrializados (massa ou liquor e em pó) e de seus

derivados (manteiga e torta) enquanto que a segunda fase corresponderia à fabricação de chocolates e outros produtos.

Em geral, na cadeia produtiva, os produtos resultantes da segunda fase de processamento do cacau são os de maior valor agregado. No entanto, ressaltamos que grande parte da história da cacauicultura sul-baiana resume-se basicamente à exportação de amêndoas de cacau, portanto produto de menor valor agregado e além de ser também o que apresenta o maior risco de todo circuito produtivo do cacau.

Foi só a partir de 1913 que surgiram as primeiras preocupações com aspectos técnicos da produção cacaueira. O empirismo que dominava essa prática agrícola e a necessida de de combater pragas e doenças, além do desejo de elevar a produtividade foram os principais fatores que trouxeram a Ilhéus o botânico Leo Zehntner que elaborou o primeiro trabalho "que tinha como objeto a cacauicultura e o seu impulso recente na economia baiana" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 104). Seu estudo foi publicado em 1914, sendo que, a partir desse ano, importantes fatores abalaram a produção cacaueira deixando a sociedade grapiúna em dúvida quanto ao futuro da cacauicultura. O primeiro desses fatores foi a ocorrência da *primeira crise do cacau.* Essa crise, que teve origem climática – as chuvas anormais provocaram as enchentes de 1914 e a perda de inúmeras roças – foi agravada pelo início da Primeira Guerra Mundial e seus impactos na comercialização mundial do cacau.

Além das incertezas quanto às possibilidades de comercialização das safras, a Primeira Guerra Mundial acarretou também modificações importantes no mercado internacional de cacau. Os Estados Unidos tornou-se o maior mercado consumidor do cacau brasileiro graças não só às dificuldades de transporte para a Europa como também devido à pressão exercida pelo Reino Unido sobre os países europeus para o consumo do cacau africano de suas colônias (FREITAS & PARAÍSO, 2001).

Findada a guerra em 1918, as condições de produção da cacauicultura sul-baiana não melhoraram muito graças "ao caráter especulativo do seu comércio, o que se mostrava mais grave diante das já sucessivas pragas e moléstias que atingiam a produção" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 110).

Para piorar, no ano seguinte, teve início a *segunda crise do cacau,* cujas origens novamente remetem ao excesso de chuvas e a perda de lavouras (ROCHA, 2008). Diante desse cenário, "A cacauicultura não podia continuar governada pelos seus recursos exclusivos,

fazia-se necessário o estabelecimento de políticas mais amplas, a criação de organismos modernos e dinâmicos" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 110-111).

Na segunda fase da cacauicultura sul-baiana observaremos que importantes mudanças ocorreram no que se refere à atuação do Estado no apoio à cacauicultura, mas veremos também que esse anseio de políticas mais amplas e criação de organismos que auxiliassem a atividade só iria se concretizar na terceira fase de desenvolvimento da cacauicultura no Sul da Bahia, a partir de 1930.

Dessa primeira fase concluímos que a ação do Estado em sua instância federal é praticamente nula, não obstante o cacau já se apresentar como um produto de vulto na pauta de exportações brasileira.

No âmbito do governo estadual e local, observamos algumas iniciativas, no entanto nenhuma delas foi significativa para apoiar e regulamentar a produção do cacau, quanto menos para estabelecer uma política de desenvolvimento regional que atendesse as necessidades dos trabalhadores do campo.

Para exemplificar a falta de atuação efetiva do Estado no território sul-baiano nessa primeira fase da cacauicultura indicamos que duas das mais importantes obras de infraestrutura para o escoamento do cacau, do então maior produtor mundial, foram construídas em Ilhéus sem o apoio do Estado: a ferrovia[13] e o porto[14], ambos inaugurados em 1911.

Freitas e Paraíso (2001, p. 120) expõe que "Na ausência de uma política de crédito, os pequenos e médios produtores ficavam na dependência de iniciativas emergenciais ou nas mãos dos grandes fazendeiros e comerciantes". Diante dessa constatação avaliamos que a ausência de políticas públicas na concessão de crédito para a atividade cacaueira serviu para reforçar o poder dos "coronéis", legitimando suas ações e seu prestígio uma vez que as bases da "Civilização do Cacau" foram consolidadas sob relações concretas de subordinação econômica e política.

Além disso, a não-participação do Estado nas principais obras de infra-estrutura que dinamizavam o escoamento da produção deu visibilidade à figura do empreendedor, "homem

[13] "A linha férrea já está construída até Itabuna e desde 1911 a Concessionária, com autorização do Governo, estabeleceu o tráfego provisório entre Ilhéus e Itabuna num percurso de 50 quilômetros. Em 21 de agosto de 1913 foi inaugurado o trecho definitivo, num percurso de 59 quilômetros [...]" (BARROS, 2004, p. 109).

[14] "O Sr. Bento Berilo de Oliveira firmou com a Intendência Municipal, em 6 de abril de 1911, o contrato de construção do porto, mediante o seguinte: uso e gozo por espaço de 90 anos, juros de 6% ao ano. Obrigações: construir um cais, aterro e ponte no porto da cidade; construir um mercado ; construir dois grandes armazéns para serem alugados e explorar armazenagens" (BARROS, 2004, p. 99).

ilustre" cujas ações conduziam ao progresso da atividade, cujo ícone seria o "Coronel" Bento Berillo de Oliveira. Envolvido tanto com as obras da ferrovia quanto com as do porto, o "coronel" assim é retratado por Barros (2004, p. 107)[15] ao comentar a instalação da ferrovia Ilhéus-Conquista

> Velha aspiração, ela tornou-se um fato, devido à rara atividade, à perseverança e ao inexcedível esforço do grande industrial baiano, Sr. Bento Berillo de Oliveira, a quem Ilhéus deve grande contingente do seu progresso, o qual não mediu sacrifícios para levar avante esta obra de tão assinalado merecimento e do máximo alcance para o desenvolvimento das rendas do Estado.

Ainda nessa primeira fase da cacauicultura no Sul da Bahia, é importante destacar as inúmeras tentativas de minimizar as dificuldades de comunicação do território sul-baiano por meio da construção de obras de infraestrutura. No entanto, as demandas da produção do cacau sobrepujaram as necessidades locais e os recursos foram empregados fundamentalmente em obras que garantissem o escoamento da produção, dentre as quais citamos como principais as obras do porto e da ferrovia. Para se ter uma idéia, a rodovia que ligava as principais cidades da região cacaueira – Ilhéus e Itabuna – só foi construída em 1916.

Para finalizar a análise dessa primeira fase da cacauicultura construímos a Figura 1 na qual apresentamos a primeira configuração do território do cacau. Dada a expressiva abrangência temporal de estudo da cacauicultura sul-baiana (1746-1920) e as dificuldades teóricas intrínsecas à delimitação de um território, procuramos adequar o critério de classificação dos municípios produtores às características gerais de seu contexto histórico.

Assim sendo, a definição do território do cacau de 1920 obedece o critério histórico, pois a cacauicultura apresentava uma produção significativa mas ainda estava espacialmente muito concentrada, de forma que incluímos todas as áreas produtoras, independente do volume de produção.

[15] A publicação original data de 1915.

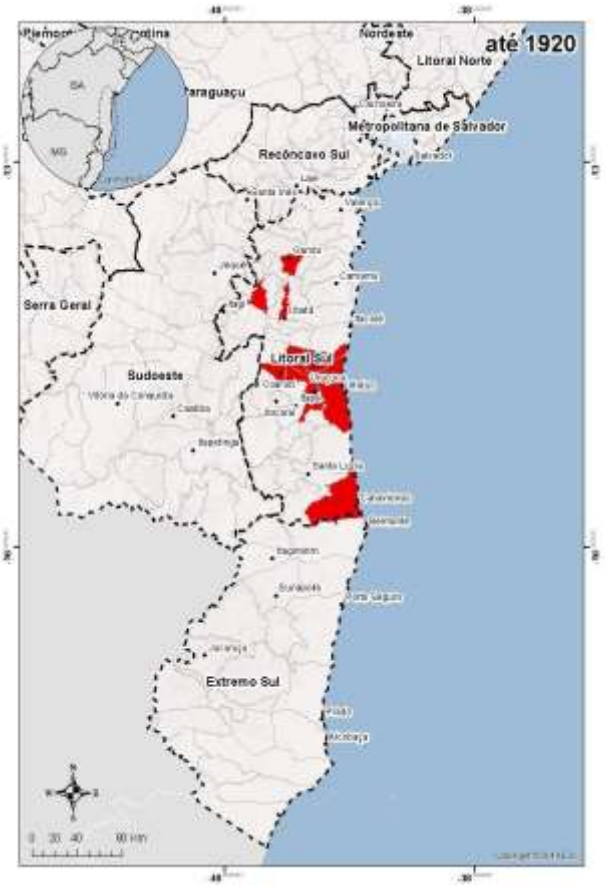

Figura 1 – Território do cacau no Estado da Bahia até 1920.

Fonte: VINHÁES (2001).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Utilizamos os dados disponíveis no trabalho de Vinhães (2001) acerca da produção cacaueira no Sul da Bahia para delimitar o território do cacau até 1920. Vale lembrar que todas essas áreas que hoje são municípios (cujas fronteiras estão discriminadas no mapa) pertenciam, até então ao município de Ilhéus[16], município este criado em 28 de junho de 1881 pela Lei Provincial nº. 2.187.

Conforme podemos visualizar na figura 1, o território do cacau no Sul da Bahia até 1920 corresponde à área que atualmente localizam-se 10 municípios que compõe a microrregião geográfica Ilhéus-Itabuna, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Além da área que hoje corresponde ao município de Canavieiras (à época já estava emancipado e era identificado como Vila Imperial de Canavieiras), berço da cacauicultura

[16] Para maiores informações a respeito da evolução administrativa do município de Ilhéus consultar: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=291360>.

baiana, observamos duas áreas produtoras que atualmente correspondem: a) a área dos municípios-pólo Ilhéus e Itabuna e seu entorno (Uruçuca, Itajuípe e Coaraci) e b) uma área mais ao norte do território, composta pelos municípios de Ubaitaba, Ubatã, Gandu e Ipiaú.

Quadro 1 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1920.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Canavieiras, Coaraci, Gandu, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itajuípe, Ubaitaba, Ubatã e Uruçuca

Fonte: VINHÁES (2001).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2018).

O cacau produzido no Sul da Bahia passou a ser a principal fonte de recursos do estado "para estabelecer políticas e realizar investimentos" (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 100). A relevância desse produto para a economia estadual não seria superada senão no final da década de 1970, com o florescimento da indústria na capital, Salvador.

Freitas e Paraíso (2001, p. 103) comentam o significado da constituição da monocultura cacaueira[17] no âmbito local

> Se o fenômeno foi significativo para toda a Bahia, regionalmente promoveu uma verdadeira revolução, transformando rapidamente a estrutura sócio-econômica regional, secularmente baseada na policultura de subsistência. A partir de 1890, os recursos disponíveis terão um só destino: produzir amêndoas de cacau, estimulando-se a expansão da área cultivada e o conseqüente aumento do volume da produção, num **processo desorganizado**, mas que possuía uma dinâmica própria, apresentando retorno imediato e, de certa forma, garantido. A tendência foi, então, a constituição de uma região exclusiva para a produção de cacau, fornecendo os contornos da futura atividade monocultora (grifo nosso).

Desta forma, podemos concluir que apesar do Sul da Bahia ter desenvolvido inúmeras atividades econômicas (a maioria sem grande sucesso), a notoriedade regional só veio com sua integração ao modelo de produção agrícola exportador, ou seja, com a exploração do cacau e sua inserção no mercado internacional.

Apesar dos "altos e baixos" da atividade (cuja variação esteve sobretudo relacionada a composição dos preços relacionados aos mecanismos de oferta e demanda mundial), a

[17] Neste trabalho preferimos utilizar a expressão "cultura hegemônica" à monocultura por compreendermos que apesar de o cacau ter se firmado como principal atividade econômica na Bahia e apresentar grande abrangência espacial na porção sul deste estado, monocultura indica *exclusividade*, ou seja, um sistema agrícola caracterizado pela especialização em apenas um produto. Essa exclusividade na exploração do solo é, em primeiro plano, perceptível pela uniformização da paisagem. No caso do cacau sul-baiano, para além do sistema cacau-cabruca, que por si só já impediria a classificação desse cultivo como monocultor, existem uma série de produtos consorciados que, além de heterogeneidade na paisagem, podem (e comumente são) utilizados economicamente.

preponderância de condições econômicas favoráveis fizeram com que o cultivo se tornasse hegemônico no território sul-baiano.

1.3.2 Segunda fase da cacauicultura sul-baiana (1920-1930)

Não obstante a hegemonia do liberalismo econômico na economia mundial, nessa segunda fase de desenvolvimento da cacauicultura, que compreende apenas uma década (1920-1930) e que coincide com o final da República Velha no Brasil, observamos o progressivo interesse do Estado no apoio à atividade. Particularmente no caso do Estado da Bahia constatamos que a lavoura cacaueira

> Apesar de significar apenas a renovação da identificada 'vocação agrícola' do Estado, não deixava de ser uma novidade: pela primeira vez, na história econômica do Estado, apresentava-se de forma consistente e duradoura uma alternativa agrícola, ainda de acordo com a secular forma de organização da produção e do comércio em função da demanda externa, situada fora da área de controle da classe dominante baseada na capital e no recôncavo (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 114).

Nesse breve período observamos uma atuação maior do governo baiano na defesa dos interesses dos cacauicultores. Para exemplificar, as oscilações das safras de 1919-1922 fez com que o governante da Bahia na época (Governador Seabra) se envolvesse diretamente na busca de soluções e intercedesse junto ao governo federal para evitar uma crise iminente. Freitas e Paraíso (2001, p. 109-110) relatam que

> A correspondência entre o governador e o presidente Epitácio Pessoa indica os insistentes pedidos de criação, por parte do Banco do Brasil, de uma carteira de crédito para o cacau, através do qual se faria a renegociação das dívidas com os cacauicultores com aquela instituição financeira, além da concessão de novos financiamentos aos interessados.

No período correspondente ao governo de Góes Calmon, que se estendeu de 1924 a 1928, observamos a maior concentração de medidas de apoio à cacauicultura registradas até então. Já no primeiro ano de seu mandato

> o governador pretendia atender aos critérios da recém criada Liga Internacional dos Produtores de Cacau, que tinha solicitado a intervenção do Estado no sentido de só permitir a exportação do cacau do tipo 'Bahia Superior' (FREITAS & PARAÍSO, 2001, p. 102).

No entanto, as mesmas razões que inviabilizaram a industrialização do cacau, quais sejam: a alta rentabilidade do comércio de amêndoas e as baixas exigênci as dos mercados consumidores, contribuíram para a "inércia" que mantinha a produção centrada exclusivamente na exportação de amêndoas de cacau, sem grandes preocupações com questões de qualidade.

Apesar de não ter sido concretizada a exportação de amêndoas de qualidade superior, como idealizava o então governador, o Estado interviu, pela primeira vez, na regulamentação da cacauicultura no ano de 1925 movido pelas constantes reclamações dos mercados consumidores. A partir dessa data, Freitas e Paraíso (2001) indicam que a exportação do cacau passou a seguir a regulamentação do governo que classificava o cacau em cinco tipos, de acordo com a qualidade das amêndoas: superior, sepfixo, bom, regular e restolho.

No ano seguinte, graças às obras de dragagem realizadas no porto de Ilhéus foi feita a primeira exportação direta do cacau para o exterior, marco importante para a sociedade local.

Data também de 1926 a primeira fábrica destinada à industrialização do cacau, fundada em Ilhéus por Hugo Kaufmann, sem contudo, provocar importantes mudanças na estrutura produtiva.

Na análise de Santos (1957) sobre a industrialização do cacau podemos compreender alguns fatores que explicariam a insistência histórica na exportação exclusiva de amêndoas. O autor explica que à falta de interesse dos produtores em realizar investimentos nos processos industriais do cacau somava-se o fato de que, num contexto de baixa qualidade das amêndoas, as usinas "aproveitavam o 'refugo', parte da produção que era rejeitada pelos exportadores" (SANTOS, 1957, p. 97).

Esses são apenas dois fatores locais que explicariam as inúmeras tentativas mal-sucedidas de industrialização do cacau ao longo das décadas seguintes. A esses, Chiapetti (2009) acresce ainda a política fiscal internacional e o subsídio do parque processador nos países importadores de amêndoas.

Chiapetti (2009) avalia que os principais importadores de amêndoas de cacau praticam diferentes taxas para os diversos produtos de cacau estabelecendo, em geral, taxa livre somente para as amêndoas e não para seus derivados. Além disso, geralmente esses países concentram parques de processamento do cacau, subsidiando suas atividades, fato que inviabilizaria investimentos na indústria nacional na produção de derivados que, sem tais subsídios, seria incapaz de competir no mercado internacional.

Apesar de o Brasil já ter perdido a posição de líder mundial na produção de cacau desde 1913 para Ghana, a importância desse cultivo seguia incontestável para o estado baiano. Freitas e Paraíso (2001, p. 114) explicam que "Em geral, o cacau contribuiu com aproximadamente 40% do valor total das exportações baianas na primeira república, alcançando, em 1927, o seu momento mais expressivo com a participação de 53,5%".

Nesse breve período de 10 anos, o Estado, até então focado nas demandas da capital e do recôncavo baiano, reconheceu a importância da cacauicultura no sul-baiano e passou a atuar nesse território no sentido de garantir a continuidade da expansão desse cultivo.

Freitas e Paraíso (2001, p. 116-117) analisando o período imediatamente anterior à crise mundial de 1929 indicam que, aos primeiros sinais de que poderia haver perda dos valores de exportação, a atuação do Estado foi incisiva "tendo o governo firmado consórcio com firmas comerciais objetivando a compra de até cem mil sacos de cacau, com a obrigação de encontrar condições para pronta venda da mercadoria logo que o preço oferecido cobrisse o total do custo".

Não obstante o envolvimento progressivo do Estado no território sul-baiano, instaurou-se a *terceira crise do cacau* desencadeada pela crise mundial provocada pela queda da bolsa de Nova York (1929). Nesse contexto

> registrou-se a primeira queda de preço das amêndoas de cacau no mercado internacional, trazendo conseqüências não só para a região, mas atingindo o governo federal e estadual, os quais 'engordavam' seus orçamentos em grande parte com os impostos referente às exportações de cacau (CHIAPETTI, 2009, p. 45).

Para o cacau brasileiro a crise foi ainda mais significativa pois, como vimos, um dos efeitos da Primeira Guerra Mundial foi a reorganização dos mercados, ocasião a partir da qual os Estados Unidos se firmaram como principal consumidor desse produto. Para termos uma ideia da dimensão da queda dos preços, Rocha (2008) indica que a arroba do cacau que era vendida a 30 mil réis em 1927, baixou para 9 mil réis em 1933.

Chiapetti (2009) explica que a partir da crise mundial de 1929, o poder público passou a intervir mais efetivamente na economia e os gastos governamentais passaram a conduzir a divisão territorial do trabalho. No caso do sul da Bahia, a atuação do Estado, de agora em diante, viria a fomentar a cacauicultura em detrimento de outras atividades econômicas e a consolidar a produção de cacau como "vocação regional".

Nossa pesquisa não encontrou dados que indicassem a configuração do território do cacau nesse período.

1.3.3 Terceira fase da cacauicultura sul-baiana (1930-1989)

O desenvolvimento da cacauicultura sul-baiana desta terceira fase está resumido no seguinte trecho extraído de Rocha (2008, p. 54)

> Até 1930, a lavoura se desenvolveu bem. A partir daí, contudo, uma série de problemas vividos pela República Velha, associados à crise internacional, deu início a um período de reveses. De 1930 a meados de 1950, as dificuldades foram aumentando, e as crise passaram a ser cíclicas. A partir da segunda metade do século XX até 1980, a lavoura se recuperou satisfatoriamente, entrando em crise novamente no final desta década.

Durante os quase sessenta anos que compõem essa terceira fase da cacauicultura sul-baiana observamos, no âmbito mundial, a mudança de diretriz do liberalismo econômico para a intervencionismo do Estado na economia e, no contexto local, a participação efetiva do Estado no atendimento das demandas dos produtores de cacau.

Na avaliação de Freitas e Paraíso (2001, p. 117) a partir dos anos trinta, passaram a ocorrer variadas formas de intervencionismo na produção do cacau. Dentre elas

> As duas iniciativas mais marcantes foram o Instituto do Cacau da Bahia (1931) e a CEPLAC[18] (1957), que tentariam dar à região novas bases para o seu desenvolvimento, e à cacauicultura, novas condições para competir (e sobreviver) dentro das regras do mercado.

A criação de um Instituto do Cacau havia sido proposta pelo Sindicato dos Agricultores de Cacau ao governador Goés Calmon, em 1925, em meio às outras reivindicações. No entanto, o Instituto de Cacau da Bahia só foi criado em 1931, por iniciativa do Governo Federal, como forma de auxiliar os produtores a superar a crise mundial iniciada em 1929.

Quanto às atividades previstas para o órgão, Vinháes (2001, p. 220) expõe que

[18] CEPLAC é a sigla da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira, órgão público de autarquia federal ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

> A finalidade almejada era a coordenar e executar a política de desenvolvimento da região, planejamento e desenvolvimento da área, participar da comercialização, desenvolver meios de transporte e outros serviços de utilidade pública na região e construir e fomentar a construção de armazéns e depósitos capazes de abrigar as amêndoas por longo tempo, sem perigo de deterioração do produto. Visava-se, com isso, a fazer frente aos baixos preços e permitir a venda nos momentos de alta, com melhor remuneração aos produtores.

Chiapetti (2009, p. 46) avalia que "O ICB representou o primeiro sistema técnico-científico de organização e de defesa da atividade cacaueira, intervindo no sistema de atividades agrícolas".

A intervenção do Estado na cacauicultura por meio do ICB se deu através: a) da concessão de crédito, cuja principal modalidade era o crédito hipotecário; b) da intervenção no comércio, através da qual o Estado estabeleceu normas para garantir os preços e eliminar a especulação generalizada do comércio exportador e c) da construção e/ou aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia do meio geográfico, com a realização de inúmeras obras públicas (CHIAPETTI, 2009). Para o autor, a criação desse órgão é, de fato, a primeira intervenção do Estado na cacauicultura do sul da Bahia.

Interessante registrar que o ICB estava sediado na capital do estado, Salvador, distante cerca de 450 quilômetros de Ilhéus, centro do território do cacau. Chiapetti (2009) avalia que num primeiro momento a atuação do ICB promoveu mudanças que dinamizaram a atividade cacaueira aumentando tanto a produção quanto a área cultivada nos anos seguintes à sua implantação.

O destaque, sem dúvida, é a atuação do órgão na construção de uma rede rodoviária considerável que interligava os municípios da zona cacaueira[19], facilitando o escoamento da produção que até então era transportada por meio de canoas ou barcos de pequeno porte e nos lombos dos burros.

No entanto, não foram desenvolvidas ações no sentido de prestar assistência técnica aos produtores. É importante destacar que, do ponto de vista ambiental, a cacauicultura tal como se desenvolveu no Sul da Bahia, não é, em essência, um cultivo muito agressivo.

Além de ser um cultivo muito exigente do ponto de vista edafo-climático – e por essa razão não se adaptar à quaisquer condições – a cacauicultura tradicionalmente têm se

[19] Citando dados apresentados por Garcez (1981), Rocha (2008, p. 57) afirma que a rede rodoviária construída pelo ICB era "constituída de 531 km, dos quais já tinha construído 290km e recuperado 82km das antigas".

desenvolvido no território sob a forma de cabruca, prática que contribui para a preservação da Mata Atlântica, bioma no qual está inserido.

Foto 1 – Composição fotográfica sobre a paisagem do sistema cacau-cabruca.

Fonte: Pesquisa de campo (2016 e 2017).

Na composição fotográfica acima (Foto 1) registramos à esquerda uma visão panorâmica de uma área de lavoura no sistema cacau-cabruca, interface com área de pastagem. As lavouras de cacau se desenvolvem no interior da Mata Atlântica, conforme podemos visualizar na foto central, com o cultivo e o fruto em primeiro plano e o sombreamento por vegetação natural ao fundo. Na foto da direita registramos uma vista parcial do "teto" de uma roça de cacau. Nesse caso a fotografia foi capturada a partir de um ângulo de 90º em relação ao solo e a altura média das árvores foi estimada em 20 metros.

Santos (1957) descreve os processos culturais da produção do cacau deixando claro sua integração com a Mata Atlântica. Sua obra é representativa porque a primeira edição, publicada em 1955, analisou a cacauicultura no auge do cultivo tradicional[20] que, já no ano seguinte passaria a sofrer uma grande crise com baixo preço das amêndoas do cacau no mercado internacional e elevado grau de endividamento dos produtores (CHIAPETTI, 2009, p. 49).

Reconhecendo a importância da obra, optamos por transcrever a descrição de Santos (1957) porque ela resume os principais elementos do cultivo tradicional do cacau. O trecho descreve a base do conhecimento da cacauicultura no território sul-baiano, cujas práticas eram

[20] Consideramos quatro tipos de cultivo diferenciados na história da cacauicultura no Sul da Bahia: o cultivo tradicional, histórico no sul da Bahia e fundamentalmente empírico; o cultivo moderno, implantado no final da década de 50, inspirado em algumas das práticas da Revolução Verde. Esses dois primeiros tipos serão analisados nesse capítulo. Investigado no capítulo 3, o cultivo agroecológico é fundamentado na ciência agroecológica e foi identificado na área de estudo sob as vertentes da agricultura orgânica e da agricultura biodinâmica. O quarto tipo de cultivo engloba o que denominamos nesse trabalho como agricultura não-convencional que será investigada no Capítulo 4 e engloba tanto a produção certificada quanto a não certificada.

(e em certa medida ainda são) aplicadas tanto em pequenas roças familiares quanto nas imensas propriedades dos coronéis do cacau:

> Uma das práticas mais comuns antes de ser plantado o cacau é a derruba, queima e limpa das matas. As árvores derrubadas podem, também, não ser queimadas, ficando a apodrecer sôbre o terreno. Assim se consegue uma adubação comumente chamada de física. Mas pode-se também recorrer depois à **adubação química, aliás pouco utilizada** na zona, para a qual se faz uma valeta a um metro do pé de cacau, nela depositando o fertilizante indicado.
> Após a limpeza do terreno, cavam-se buracos com mais ou menos 5 centímetros de profundidade e colocam-se dentro dêles duas ou três sementes, (assim se uma não 'pegar', há esperanças de que as outras germinem).
> A distância que deve ser mantida entre um pé e outro é de 15 palmos, sejam 450 pés em cada tarefa, regra a cuja obediência todos os lavradores mais ou menos se curvam. A semeação é feita, de preferência, entre maio e junho, no período da lua nova. Dizem alguns cacauicultores de que o plantio feito na lua mingüante faz também o produto minguar, o que revela a **boa parte de empirismo que ainda domina essa cultura.**
> **A enxada e a picareta são instrumentos indispensáveis** a êsse trabalho. Há também plantações feitas pelo macaco noturno de nome Jurupará, que se incumbe de espalhar as sementes nas matas, depois de partir e comer o fruto. Tais plantações, como natural, são mal distribuídas, desordenadas, mas a elas se atribui uma grande frutificação e maior desenvolvimento.
> Para melhor produção e desenvolvimento dos cacaueiros é necessário que se faça o seu sombreamento, com bananeiras, ou outra planta de pequeno porte, na primeira idade e com cedro, cajazeira, etc., sendo que a erythrina é a árvore de sombreamento permanente mais eficaz, embora ainda não usada em tôdas as fazendas, porque essa descoberta é relativamente recente.
> Há, também, a prática do cabrocamento. Dá-se quando a mata, sendo formada de indivíduos de grande porte, não é exigida a sua derrubada, bastando conservar as suas árvores, para o necessário sombreamento. Êsse é um proveitoso acôrdo em que lucram tanto a natureza quanto o homem.
> **Para maior resultado da produção exigem-se cuidados constantes e contínuos**, quer com a planta, quer contra os parasitos, dos quais os mais elementares são a limpeza, (as limpas devem ser feitas todo ano), a podação, a tiragem do enxêrto, a abertura de valados para o escoamento da água, o que se faz mediante o uso da foice, da enxada e do facão. Mesmo essas operações rudimentares são esquecidas por boa parte dos lavradores, o que se reflete na pequena produtividade de seus cacauais.
> Diversos inimigos tem a planta do cacau, sendo mais conhecidas a 'podridão parda', a 'formiga de enxêrto', o 'azêdo', etc., para os quais os remédios são mais ou menos eficazes e nem sempre empregados racionalmente.
> À podridão parda atribui-se a perda anual de mais de um têrço da produção baiana.
> O cacaueiro pode atingir os dez metros de altura. O seu fruto é comumente amarelo, apresentando estreitas colunas que se ligam em 2 pontos, isto é, no vértice. Sua forma é ligeiramente oval. Tem 20 a 25 centímetros de comprimento e 30, aproximadamente, de diâmetro. No seu interior, cobertas por uma película pastosa, aveludada, encontram-se as amêndoas, em número

> de 20 a 30, estimando-se que cada árvore forneça, em condições normais, cêrca de 3 quilos. Partindo-se a infrutescência vê-se que as amêndoas estão empilhadas na forma do seu envoltório, havendo no centro a chamada 'sibira', massa de côr branca que também entre elas se ramifica.
> Há duas fases de colheita. Uma é a safra propriamente dita que começa em agôsto e a outra é o chamado temporão, iniciado desde março. O 'paradeiro' é a fase entre janeiro e março.
> O cacau é colhido com podões amarrados em varas. Em seguida é arrumado em pequenos montes que os lavradores chamam de bandeiras, as quais, reunidas, formam as rumas. Depois de embandeirado e junto o cacau é quebrado, sendo os caroços conduzidos pelos tropeiros em caixas e no lombo de burros, para os cochos de fermentação, onde ficam 6 a 7 dias. À proporção que as amêndoas se vão fermentando ficam coradas e quentes, sentindo-se ao longe o cheiro acre dessa operação. No côcho, ainda com a sibira, permanecem cêrca de 4 a 5 dias, sendo que no fim da safra, às vêzes êsse tempo é abreviado para três dias. Quando, porém, acontece o cacau ser colhido verde, a que dão o nome de 'violeta', custa a fermentar e secar.
> Depois de fermentado o cacau é levado para as barcaças, onde vai ser pôsto a secar. Ai também é catada e pisada a sibira. Fazendas maiores possuem, para atender à sua produção, uma estufa, onde o calor provindo da queima de lenha substitui o calor solar.
> As barcaças são grandes taboleiros cobertos por um telhado móvel de zinco e que impulsionado de uma extremidade desliza sôbre rodas, cobrindo ou descobrindo o taboleiro. Em baixo dessas barcaças ordinariamente ficam as residências dos trabalhadores.
> **Depois de sêco o cacau, é êle encaminhado ao depósito, onde, por vêzes, é atacado por borboletas, causadoras de grandes prejuízos. Em seguida, é o cacau ensacado em sacos de 4 arrôbas ou 60 quilos e transportado por trem ou caminhão para o pôrto de embarque** (SANTOS, 1957, p. 27-30, grifos nossos).

Partindo da descrição de Santos (1957) acerca dos processos culturais do cacau, sintetizamos alguns elementos que caracterizariam o cultivo tradicional desse produto. Em primeiro lugar, destacamos a afirmação do autor de que a adubação química era pouco utilizada na zona do cacau. Apesar de já ser de uso corrente no exterior, a utilização de insumos químicos no Brasil era muito incipiente e praticamente inexistente na cacauicultur a tradicional sul-baiana. Além do custo elevado dos insumos, a alta produtividade do cacau dispensava a utilização desses produtos uma vez que garantia os lucros em patamar satisfatório aos produtores.

Outra afirmação interessante para se compreender o cultivo tradicional do cacau no território Sul da Bahia era "a boa parte de empirismo[21] que ainda domina essa cultura". Apesar da criação do Instituto do Cacau em 1931, que previa, como um de seus objetivos, o

[21] Utilizamos aqui o vocábulo "empirismo" tal qual Milton Santos (1957) em sentido *lato* para nos referir aos conhecimentos que são validados pela experiência dos sujeitos no trato cultural, sem intenção nenhuma de desqualificar os saberes tradicionais.

desenvolvimento de pesquisas que melhorassem a produção e a produtividade, Rocha avalia que "a cultura do cacau era constituída de uma lavoura empírica sem a preocupação de uso de tecnologias que pudessem melhorar seu desempenho"[22] (ROCHA, 2008, p. 56).

O empirismo no trato do cacau consolidou certas práticas que passaram a orientar, com certa precisão, o cultivo tradicional desse produto, o que pode ser observada em trechos da citação de Santos tais como "Após a limpeza do terreno, cavam-se buracos com mais ou menos 5 centímetros de profundidade e colocam-se dentro dêles duas ou três sementes" ou "A distância que deve ser mantida entre um pé e outro é de 15 palmos".

A dominância de certas práticas ocorre porque, segundo Assis e Romeiro (2002, p. 69) a agricultura se desenvolve num processo histórico de acúmulo de conhecimentos na qual a tecnologia agrícola "evoluiu sempre no sentido de procurar diminuir as restrições do meio ambiente e de necessidade de trabalho".

Assim, mesmo sem orientação técnica, os produtores dispõem de um arsenal de conhecimentos, historicamente construídos por meio de observação, ensaios e experimentos que indicam quais são os melhores métodos e técnicas de plantio e colheita do cacau, cuidados com a lavoura e tratamento das amêndoas.

A partir da descrição de Santos (1957) também percebemos a necessidade de braços na lavoura cacaueira, uma vez que "A enxada e a picareta são instrumentos indispensáveis" e "Para maior resultado da produção exigem-se cuidados constantes e contínuos". A esse respeito Mascarenhas (2004, p. 29) é enfático ao afirmar que a cacauicultura é "uma atividade intensiva em mão-de-obra, contribui para a geração de empregos, fixando o homem ao meio rural".

Apesar dessa característica da cacauicultura de promover a fixação do homem no campo, à época em que Santos analisou esse cultivo o autor destacava o absenteísmo como uma forte característica do proprietário da terra

> De fato, grande parte dos fazendeiros vive em Ilhéus, Itabuna e demais cidades da zona, na capital do estado e até na da República, fruindo calmamente as rendas que lhe advêm, anos mais volumosos, outros menos, de suas colheitas […] A maioria, porém, não dirige os seus estabelecimentos.

[22] Para sustentar essa afirmação a autora cita algumas importantes constatações do trabalho de Tosta Filho (1936), as quais reproduzimos nessa nota "[...] Quando o Instituto foi criado em 1931 não existia na Bahia um único agrônomo especializado em cultura de cacau, não obstante tratar-se da maior lavoura do Estado. Agrônomos saídos de nossa Escola agrícola recebiam os seus diplomas sem nunca terem visto uma árvore de cacau, a não ser os que era, filhos da zona sulina" (In: ROCHA, 2008, p. 56).

desenvolvimento de pesquisas que melhorassem a produção e a produtividade, Rocha avalia

> tarefas da exploração agrícola, cabendo-lhe dar contas, de período em período, ao proprietário distante (SANTOS, 1957, p. 106).

Avaliamos que para esse absenteísmo concorriam: a) a propriedade privada da terra – uma vez findada a época dos desbravadores era o título da terra que garantia a propriedade (não importando se este fora obtido de forma lícita ou não); b) o coronelismo – as relações de poder instituídas socialmente permitiam aos coronéis se afastar de suas propriedades deixando um "encarregado" que era reconhecido como os "olhos e a voz" do coronel no comando da produção; c) a estabilidade do cacau – sem grandes variações nos preços ou graves doenças que ameaçavam significativamente a produção, os coronéis podiam usufruir dos equipamentos urbanos crescentes nas principais cidades cacaueiras.

Por fim, destacamos da descrição de Santos (1957) acerca das práticas culturais do cacau a precariedade do tratamento das amêndoas. O autor nos indica que "Depois de sêco o cacau, é êle encaminhado ao depósito, onde, por vêzes, é atacado por borboletas, causadoras de grandes prejuízos" e ainda "Em seguida, é o cacau ensacado em sacos de 4 arrôbas ou 60 quilos e transportado por trem ou caminhão para o pôrto de embarque".

A alta rentabilidade do cacau e as baixas exigências dos mercados consumidores contribuía para que se mantivesse o *status quo* da cacauicultura sul-baiana, qual seja a exportação quase que exclusiva de amêndoas de cacau. A esse respeito Chiapetti (2009, p. 55) analisa que

> Embora a atividade cacaueira tenha gerado excedentes que poderia dinamizar a industrialização do cacau no território brasileiro, a produção tinha como destino o comércio internacional das amêndoas de cacau, tudo de acordo também com as diretrizes normativas do Estado.

No final da década de 1930 teve início um novo conflito global: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe novamente para o território do cacau região as incertezas quanto às possibilidades de venda da produção, fato que fez com que os produtores clamassem pela intervenção do Estado na cacauicultura sul-baiana.

No limiar desse conflito, levantamos dados estatísticos a respeito da área produtora de cacau na obra de Santos (1957) que apontam para uma nova configuração do território do cacau.

A área produtora, identificada na figura 2, também foi classificada pelo critério histórico, pois, tal qual na configuração do território do cacau em 1920, observamos que a cacauicultura apresenta uma produção significativa mas ainda estava espacialmente muito concentrada.

Assim incluímos todas as áreas que desenvolviam a atividade, independente do volume de produção. Veremos adiante que sob a influência desses núcleos produtores é que a cacauicultura se expandirá nas próximas décadas.

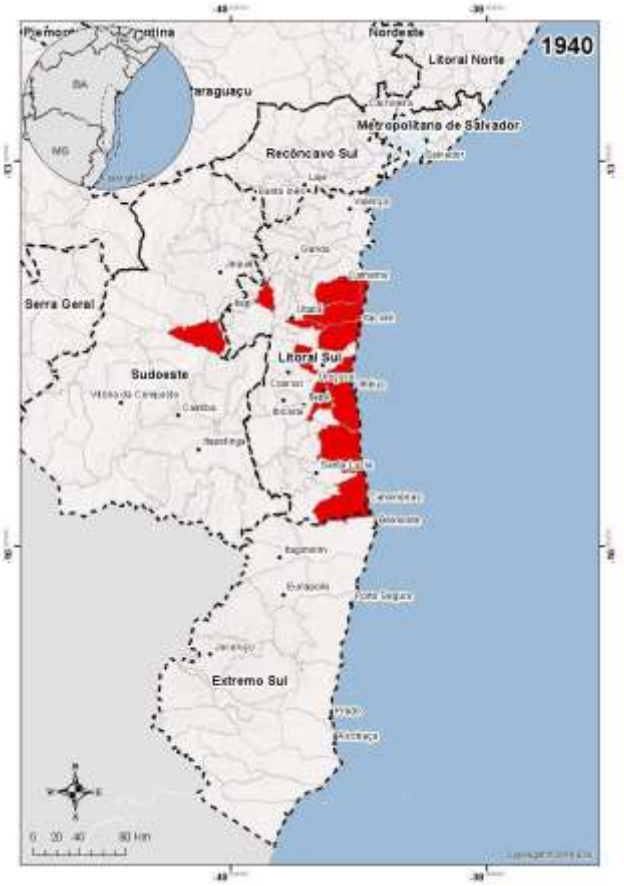

Figura 2 – Território do cacau no Estado da Bahia: 1940.

Fonte: SANTOS (1957).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Por meio da análise da figura 2, percebemos que ainda são 10 áreas produtoras de cacau no estado da Bahia, doravante denominadas pelos nomes dos municípios que atualmente compõem a rede urbana estadual[23].

[23] Nesse ano de 1940 inúmeros municípios já tinham sido criados, desmembrados do município de Ilhéus.

Analisando os dados de 1940 no território Sul da Bahia verificamos que das áreas produtoras identificadas em 1920 somente 5 permanecem dedicadas à cacauicultura, quais sejam: Ilhéus, Itabuna, Ipiaú, Ubaitaba e Canavieiras.

As áreas que atualmente correspondem aos municípios de Uruçuca, Ubatã, Gandu, Itajuípe e Coaraci não figuram mais entre os produtores de 1940 enquanto que novos municípios – Itacaré e Una – passaram a desenvolver a cacauicultura.

Por esses dados observamos a modesta expansão do território do cacau em relação ao território do cacau de 1920. Observamos que as áreas produtoras em 1940 transcenderam a atual microrregião Ilhéus-Itabuna e atingiram a microrregião de Valença (atuais municípios de Maraú e Camamu – próximos à Ubaitaba) e a área correspondente à Mesorregião Centro Sul Baiano, mais especificamente a microrregião de Vitória da Conquista, onde se localiza o município de Boa Nova (área relativamente próxima de Ipiaú).

Quadro 2 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1940.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Canavieiras, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Ubaitaba e Una
	Valença	Maraú e Camamu
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Boa Nova

Fonte: SANTOS (1957).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2018).

Retornando à análise do contexto político-econômico, temos que com o prolongamento da guerra

> o Estado, na defesa dos interesses da classe de produtores rurais, realizou sua segunda intervenção na comercialização da amêndoa de cacau, estabelecendo definitivamente seu controle com a criação, em 1943, da Portaria nº 63 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o que atribuiu o monopólio da comercialização ao ICB (CHIAPETTI, 2009, p. 47).

Acreditamos que essa medida, que estabeleceu o monopólio de comercialização do cacau ao ICB, pode ser explicada ao analisarmos o comportamento do maior mercado consumidor nesse período.

Durante a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos continuaram importando a quantidade habitual de amêndoas, no entanto, tendo seus esforços concentrados no conflito, esse país estabeleceu um preço-teto *(ceiling-price)* para o cacau que desestimulava a

produção[24]. Considerando que as exportações para a Europa cessaram no período da guerra, o Estado brasileiro, concentrando toda produção por meio do ICB tinha melhores condições de negociar preços com os Estados Unidos do que os produtores isoladamente. Findada a guerra a Portaria 63 foi extinta em 1946, liberando os produtores para a livre comercialização das suas safras.

Chiapetti (2009) analisa que essa intervenção do Estado favorecia, na realidade, os "pequenos" produtores que dependiam de intermediários para comercializar sua produção. Com o término da guerra em 1945 e o gradual restabelecimento da demanda europeia e das linhas de transporte transcontinental, extinguiu-se o monopólio de venda do cacau que, em sua essência, contrariava os interesses da burguesia cacaueira uma vez que os maiores produtores de cacau geralmente exerciam também a atividade de compra de amêndoas dos menores produtores.

Ao longo dos anos, o ICB foi perdendo efetividade na sua atuação na lavoura cacaueira. Para isso concorreram: sua transformação em autarquia estadual, em 1941, que acirrou as disputas de poder local (CHIAPETTI, 2009); o direcionamento do órgão com fins político-partidários (SANTOS, 1957); a criação da CEPLAC (1957) com objetivos específicos e melhores condições de atuar junto aos produtores e na produção devido a sua sede na zona cacaueira[25] e o "desgaste" do órgão que foi extinto em 1992 "por não atender mais às funções para as quais fora criado" (ROCHA, 2008, p. 57).

Apesar da atuação do ICB na lavoura cacaueira, o endividamento crescente dos produtores e os reflexos do longo período pelo qual se estendeu a Segunda Guerra Mundial levou a região a um nível de empobrecimento geral que marcou o final da década de 1940. Muitos produtores, tendo hipotecado as suas propriedades, as perderam; foram observadas altas taxas de desemprego rural e a falta de equipamentos e serviços urbanos básicos era comum a todos os municípios da região cacaueira.

Na década seguinte esse cenário se agravou ainda mais quando, tendo as indústrias reposto seus estoques após a guerra, iniciou-se "um novo período de baixa cotação de preços do cacau no mercado internacional, desta vez pelo aumento da produção mundial" (CHIAPETTI, 2009, p. 48).

---

[24] Chiapetti (2009) fornece essa informação baseado no trabalho de Lima (1964).

[25] Vinháes (2001, p. 225) registrou que "em 1967, sendo governador Luiz Viana Filho, Washington Setenta foi nomeado presidente do ICB, orientando sua gestão no sentido de não superpor sua ação àquelas já desenvolvidas pela CEPLAC".

Assim, no ano de 1956 teve início a *quarta crise do cacau.* Os produtores, insatisfeitos com a atuação do ICB (que nessa época já respondia diretamente ao governo do Estado da Bahia), recorreram novamente à esfera federal, a qual respondeu prontamente com a criação, no ano seguinte, da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), sediada inicialmente em Ilhéus. Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda

> A CEPLAC foi criada, inicialmente, para servir à elite cacaueira, renegociando e prolongando as dívidas e fornecendo crédito subsidiado aos produtores. Num primeiro momento, os problemas de endividamento foram solucionados e tanto os produtores como as empresas exportadoras foram beneficiadas. Então, estes mesmos produtores passaram a fazer constantes apelos pela **modernização da produção**, o que levou o Estado a investir na criação de um órgão que modernizasse o cultivo do cacaueiro.
> Em 1962, a CEPLAC fortaleceu suas atividades com a implantação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) [...], do Centro de Extensão (CENEX) e da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC), tornando-se uma das principais referências de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo. Assim, o cacau 'embarcou' definitivamente na Revolução Verde e a condução da atividade se deu com um conteúdo, cada vez mais crescente, de ciência, de técnica e de informação (CHIAPETTI, 2009, p. 49-50, grifo nosso).

A CEPLAC, tornada órgão público federal, permanece ativa no Sul da Bahia e tem ditado, com maior ou menor eficiência, os rumos do cacau sul-baiano nos últimos 50 anos.

No estudo desenvolvido por Santos (1957) encontramos uma importante contribuição para a regionalização da produção de cacau da época. Tendo sido seu trabalho originalmente publicado em 1956, poucos meses antes da crise registrada nesse ano, o autor analisa e discute do ponto de vista geográfico o que poderia ser compreendido como "zona cacaueira da Bahia", a despeito da classificação oficial.

Santos (1957, p. 10) explica que há certas disparidades entre a classificação oficial do IBGE e a estatística da produção que faz com que

> Alguns municípios de colheita considerável, como Jequié e Boa Nova, não são citados na classificação oficial […] E, pelo contrário, há alguns municípios, oficialmente considerados como da zona cacaueira, mas que produzem muito pouco.

Verificamos pela análise dos dados estatísticos referentes à produção cacaueira que a partir dos anos de 1950, a cacauilcultura começou a se expandir significativamente no estado da Bahia. Entretanto, há que se destacar que muitos desses municípios apresentavam uma

produção inexpressiva: para exemplificar, a produção de cacau em Ilhéus, município ícone do cacau, era de 43.737 toneladas em 1985 (auge das exportações brasileiras) enquanto a produção dos municípios de Santo Antônio de Jesus (5), Candeias (4) e Cairu (3) não ultrapassava 5 toneladas.

Assim sendo, utilizamos o fator volume de produção como critério de classificação dos municípios para compor os territórios do cacau de 1957 e posteriores estabelecendo um mínimo de 25 mil arrobas (375 toneladas). Esse volume mínimo de produção foi definido por Santos (1957) para classificar ou não um município produtor e identificar a zona cacaueira. Conservamos esse critério por entender que é necessária uma produção de vulto no âmbito local para forjar as relações características da sociedade cacaueira.

Partindo da classificação proposta pelo autor, embasada no critério de volume de produção (mínimo de 25 mil arrobas) construímos a figura 3, para representar a conformação do território do cacau no Sul da Bahia em meados de 1950.

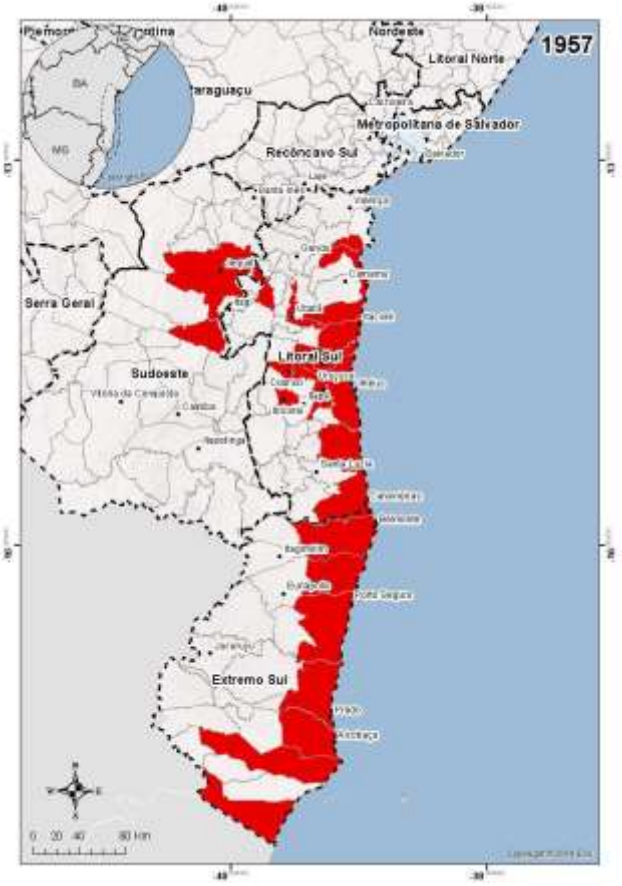

Figura 3 – Território do cacau no Estado da Bahia: 1957.

Fonte: SANTOS (1957).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Comparando a figura 2 (1940) e figura 3 (1957), podemos visualizar que houve uma considerável expansão da cacauicultura baiana. De acordo com a classificação de Santos (1957), o território do cacau em 1957 abrangeria um total de 24 municípios.

Vemos que o território do cacau se estende por toda costa formando quase que um *continuum*, exceto pelos municípios de Mucuri, no extremo sul, e Ituberá e Nilo Peçanha, na porção setentrional. À oeste do território verificamos a existência de outro núcleo produtor, composto pelos municípios de Jequié e Boa Nova sobre a área de influência de Ipiaú, município produtor de cacau desde a implantação da cultura de exportação.

Analisando a distribuição geográfica dos 24 municípios produtores constatamos que nessa época eles se estendiam por duas mesorregiões geográficas e cinco microrregiões, segundo classificação atual do IBGE (2010).

Quadro 3 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1957.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Belmonte, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca
	Valença	Ituberá, Maraú e Nilo Peçanha
	Porto Seguro	Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Boa Nova
	Jequié	Jequié

Fonte: SANTOS (1957).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2013).

À exceção de Camamu, todos os outros municípios identificados como produtores em 1940 permaneceram dedicados à cacauicultura. Dentre os municípios que compõe a atual microrregião Ilhéus-Itabuna identificamos que, excetuando-se Gandu, os outros quatro municípios identificados como produtores em 1920 e não listados entre os produtores de 1940 – Uruçuca, Ubatã, Itajuípe e Coaraci – retornaram à atividade cacauicultora.

O maior vetor de expansão da cacauicultura sul-baiana nessa época esteve direcionada para a atual microrregião de Porto Seguro. Desde a consolidação da cultura cacaueira como hegemônica, nenhum dos municípios que atualmente compõe esta microrregião figurava entre os produtores enquanto que, em 1957, foram identificados seis municípios com produção significativa.

Não obstante a expansão da cacauicultura e a importância dessa atividade no âmbito regional, o cultivo do cacau permaneceu caracterizado pelo forte empirismo e o seu desenvolvimento no sul da Bahia se viu seriamente ameaçado pela crise que se iniciou no ano de 1956.

Como vimos, a instalação da CEPLAC (Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira) em 1957 foi a principal medida tomada para tentar conter os efeitos dessa crise. A atuação desse órgão levou à recuperação da lavoura e à modernização do cultivo, introduzindo novas práticas agrícolas com o intuito de contornar a crise e recuperar as condições de produção do cacau.

Avaliamos que a criação e atuação da CEPLAC no território sul-baiano serviu, para além das ações de recuperação e modernização da atividade cacaueira, para a legitimação política-ideológica do cacau como vocação regional. Ao analisar a formação territorial local Chiapetti (2009) destaca a relação entre a progressiva instrumentalização do território e a consolidação da "vocação" cacaueira. O autor afirma que

> Todos os períodos de transformação da Região Cacaueira aparecem tanto na vocação racional das ações historicizadas e geograficizadas, como na vocação originalmente técnica dos objetos que aí vão se instalando intencionalmente e funcionalmente (CHIAPETTI, 2009, p. 31).

A CEPLAC foi a grande responsável por modernizar a lavoura cacaueira a partir dos anos 1960, recuperando as lavouras decadentes e orientando a transição do cultivo tradicional para o cultivo moderno do cacau no Sul da Bahia por meio da introdução de algumas das práticas da "Revolução Verde".

A chamada Revolução Verde diz respeito à emergência e posterior consolidação de um novo conjunto de práticas agrícolas possibilitado pelos avanços nos campos da ciência (particularmente a agronômica e a química) e da tecnologia (principalmente as especialidades da engenharia).

Para Souza e Bray (1992, p. 327) a denominação "Revolução Verde" se refere ao "modelo agrícola americano que visava a elevação da produtividade média através do uso de sementes melhoradas, condicionado ao uso de máquinas e insumos químicos em geral".

Navarro (2001) avalia que a consolidação do modelo da Revolução Verde como paradigma de produção no campo (1950-1975) coincide com o período dos "anos dourados" da expansão capitalista. Ele explica que

> após lenta acumulação de inovações anteriores, constitui-se uma nova e acabada 'compreensão de agricultura' que gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas tornada concreta nos diferentes sistemas agrícolas dos países a que ela aderiram. Alicerçada no que foi genericamente intitulado de 'revolução verde', materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, **rompeu radicalmente com o passado,** pois integrou fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando com a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001, p. 83, grifo nosso).

Pelo menos quatro considerações devem ser feitas ao se relacionar o modelo hegemônico da Revolução Verde ao processo de modernização da lavoura cacaueira implantada a partir da década de 1960, quais sejam:

a. as repercussões da Revolução Verde no estado brasileiro;
b. o contexto de implantação do cultivo "moderno" do cacau;
c. as diferenças entre os princípios da Revolução Verde e a Revolução Verde implementada na cacauicultura sul-baiana e
d. as transformações ocorridas no modelo de produção tradicional do cacau.

Em primeiro plano destacamos as repercussões da Revolução Verde no modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado brasileiro. Ferreira (2002, p. 191) explica que no Brasil, até meados dos anos 60 "as relações de produção no campo se faziam em moldes não especificamente capitalistas". As ações do estado brasileiro vinham se concentrando no modelo de desenvolvimento industrial e urbano desde os anos de 1930[26] e progressivamente passaram a compreender a agricultura como obstáculo ao crescimento, razão do atraso econômico do país em comparação aos países desenvolvidos.

Com as transformações no campo produzidas pelas práticas agrícolas da Revolução Verde "obteve-se aumentos inequívocos de produtividade (entre 1950 e 1984 a produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimento por habitante aumentou em 40%)" (ASSIS

[26] Oliveira (2011, p. 35) esclarece "A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma *realização parcial interna crescente*".

& ROMEIRO, 2002, p. 70), fato que induziu o Estado brasileiro a assumir o papel de planejador do desenvolvimento, incentivando, por um lado, a aceleração da urbanização e da industrialização – como já era de praxe – mas também, por outro, promovendo a modernização do campo através da concessão de crédito destinado à modernização dos cultivos agrícolas, sobretudo os destinados à exportação (FERREIRA, 2002).

Obviamente o modelo de desenvolvimento urbano-industrial não era prioridade do Estado em áreas de cultivos tão rentáveis como o cacau, fato que explica, por exemplo, a parca industrialização do cacau, além da escassez de equipamentos urbanos essenciais na maioria das cidades cacaueiras.

Nesse contexto em que a economia nacional estava subordinada à dinâmica industrial, Müller (1989, p. 32) avalia que "Afora cana-de-açucar, café, algodão, trigo e **cacau**, que gozaram de privilégios creditícios por parte do Estado, toda a agricultura de abastecimento sofreu descomunais prejuízos [...]" (grifo nosso).

A segunda consideração que julgamos importante para compreender esse período de transição do cultivo tradicional do cacau para o moderno diz respeito ao contexto de implantação das novas práticas na cacauicultura baiana.

A "nova compreensão de agricultura" balizada nos princípios da Revolução Verde chegou ao Sul da Bahia pelas "mãos" do Estado e em tempo propício: no período da crise de 1956. Foram as orientações da CEPLAC que conduziram os passos dos produtores de cacau para a agricultura moderna.

Rocha (2008) identifica 6 fases na trajetória da CEPLAC[27], dentre as quais destacamos sua fase áurea que corresponderia ao período de 1962 a 1985. Nesse período a autora indica que, graças as ações promovidas por esse órgão, foram observados: incremento de 53% na produção, aumento de 28% na produtividade, salto de 1.914% na renda cambial, aplicação de 10% dos recursos na construção do Porto Internacional do Malhado (Ilhéus)[28], apoio ao desenvolvimento de infra-estrutura[29], levantamentos aerofotogramétricos, apoio aos transportes urbanos e elaboração do projeto que resultou na criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

---

[27] As fases da CEPLAC segundo Rocha (2008): Composição das dívidas (década de 1950); Identificatória (1960-1961); Áurea (1962-1985); Predatória (1986-1989); Do retrocesso (1993-1997) e Heróica (1998-2002).

[28] Após 80 anos de reivindicações o novo Porto, construído em mar aberto, foi inaugurado em 1971.

[29] A autora relaciona à atuação da CEPLAC nesse período de 1962 a 1985 a construção de: 8 mil quilômetros de estradas vicinais, 148 pontes, postos de saúde, entidades assistenciais, 400 escolas primárias, serviços de saneamento básico, 11 centros de abastecimento de água, 7 aeroportos de pequeno porte (ROCHA, 2008, p. 59).

Numa terceira ordem de considerações acerca da modernização da lavoura cacaueira havemos de distinguir as práticas gerais da Revolução Verde e as práticas que foram efetivamente implantadas no território sul-baiano nesse processo.

Como podemos observar pela definição de Souza e Bray (1992), os principais elementos responsáveis por elevar a produtividade agrícola nesse novo modelo produtivo consistem no uso de sementes melhoradas, de máquinas e de insumos químicos. No cultivo moderno do cacau no território sul-baiano o primeiro e o último elemento foram implementados mas não o uso de máquinas, pelo menos não na intensidade em que foram incorporados a outros cultivos como a cana-de-açúcar e a soja, por exemplo.

Em primeiro lugar porque a própria natureza da cacauicultura sul-baiana, caracterizada pela produção integrada à floresta em sistema de cabruca, inviabiliza a utilização intensiva de máquinas e, em segundo lugar, porque a industrialização do cacau não foi significativa, sendo a exportação realizada em forma de amêndoas.

Para compreendermos a modernização da produção cacaueira sul-baiana por meio da implementação das práticas agrícolas inspiradas na Revolução Verde – que doravante denominaremos Revolução Verde do Cacau – é imprescindível analisar o papel da CEPLAC no "socorro", planejamento e gestão da lavoura cacaueira no território Sul da Bahia, pois foram as intervenções desse órgão que conduziram à modernização da atividade.

No primeiro momento de sua atuação a CEPLAC, criada em 1957, cumpriu seu objetivo principal, qual era "sanar as dívidas contraídas pelos produtores e evitar, assim, o colapso econômico da região" (ROCHA, 2008, p.61).

No entanto, "Fazendo somente isso […] não estaria cumprindo na íntegra sua missão, pois era necessário dar suporte à assistência técnica e à pesquisa" (ROCHA, 2008, p. 62). Assim, para concretizar essa missão foram criados, num segundo momento, o Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), em 1963, e o Departamento de Extensão (DEPEX), em 1964[30].

A ampliação das funções da CEPLAC e a criação desses centros de pesquisa e assistência técnica coincidem com a implantação do governo militar (1964-1985) cujas políticas agrícolas promoveram e financiaram a Revolução Verde no Brasil.

A seguir reproduzimos um relato de Vinháes (2001) sobre a atuação da CEPLAC na modernização da lavoura cacaueira

[30] Atualmente o antigo DEPEX recebeu a denominação de Centro de Extensão (CENEX).

> Sob a orientação da CEPLAC e distribuídas pelo DEPEX, as sementes de cacau de plantas híbridas, desenvolvidas no CEPEC, eram plantadas em saquinhos de plástico e colocadas em viveiros, donde, após cerca de três meses, eram levadas para o campo preparado sob a mata desbastada ou sombreada com mandioca, bananeira e eritrina. Assim, foram plantados novos cacaueiros e recuperados os antigos, preenchendo-se as falhas, substituindo-se os muito velhos. Os agrônomos e técnicos da CEPLAC visitavam as fazendas e ministravam ensinamentos quanto a sombreamento, plantio, adubação (as amostras de solo eram retiradas, analisadas e as deficiências eram corrigidas de acordo com as indicações), controle da podridão parda, com pulverização de sulfato de cobre, e de insetos, com BHC. Essas condutas elevaram a produtividade das plantações e, como conseqüência, levaram a um crescente aumento do número de arrobas produzidas e euforia em toda a região, apesar do alto custo na efetivação das medidas (VINHÁES, 2001, p. 225).

Por meio da análise do relato sobrescrito, percebemos que a modernização da lavoura cacaueira que, no cultivo tradicional era caracterizada por alto grau de empirismo, concentrou-se na racionalização do processo produtivo.

Através da CEPLAC foram desenvolvidos estudos e propostas técnicas agrícolas que transformaram o modo tradicional de cultivo do cacau. A manipulação genética das plantas e a utilização de insumos químicos foram implantados na atividade, traduzindo-se em ganhos extraordinários na produção e na produtividade.

Assim, graças à atuação da CEPLAC, não só a crise de 1956 foi contornada como a recuperação das lavouras antigas e a modernização do cultivo conduziu os produtores à ganhos satisfatórios, firmando o Brasil, por meio da produção sul-baiana, novamente entre os maiores produtores de cacau do mundo.

Desta forma, foi se desenhando, ao longo das décadas seguintes, uma relação de confiança entre os produtores e as orientações do órgão; relação essa que só foi (parcialmente) abalada a partir da *crise da vassoura-de-bruxa*, que será investigada no capítulo 2.

Construímos a figura 4 para representar a constituição do território do cacau na década de 1980, antes da mais dura crise da cacauicultura baiana. Para realizar essa representação, selecionamos o ano de 1985, pois foi o ano em que as exportações brasileiras atingiram o seu máximo, antes de decrescer sua participação no mercado mundial (CUENCA & NAZÁRIO, 2004). Para a delimitação do território do cacau de 1985 conservamos o critério do volume mínimo de produção definido por Santos (1957).

No auge das exportações brasileiras, o território do cacau no Sul da Bahia era composto por 63 municípios com produção superior a 25 mil arrobas (375 toneladas).

Conforme podemos visualizar na figura 4, o território do cacau se densificou e interiorizou: em 1957 eram apenas 24 municípios que compunham o território do cacau e a grande maioria estava localizada ao longo da costa; em 1985 dos 63 municípios que compõe o território do cacau apenas 15 estão localizados na costa.

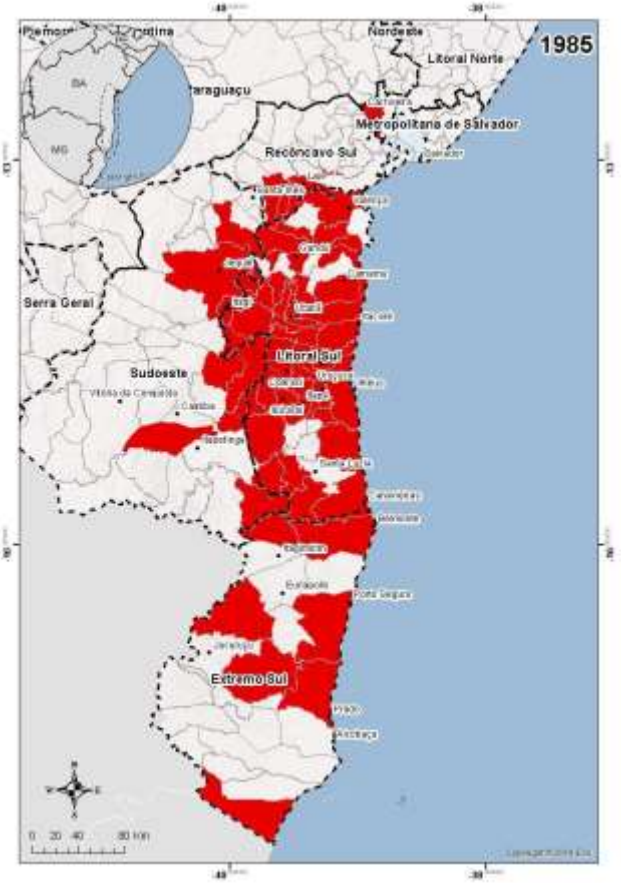

Figura 4 – Território do cacau no Estado da Bahia: 1985.

Fonte: IBGE (1987).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

O território do cacau em sua porção central – que corresponderia às atuais microrregiões Ilhéus-Itabuna e Valença e aos municípios produtores da Mesorregião Centro-Sul Baiano formam um *continuum*, excetuando-se algumas manchas que consistem em municípios cuja produção não atingiu o mínimo estabelecido.

Afora essa área contínua encontramos os municípios que compõem a atual microrregião de Porto Seguro e um núcleo produtor isolado ao norte do estado que consiste no município de Cachoeira, atual microrregião de Santo Antônio de Jesus.

Como forma de analisar a distribuição geográfica dos municípios produtores de cacau em 1985 construímos o quadro 4, agrupando-os segundo a classificação atual do IBGE (2010).

Quadro 4 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1985.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gogongi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Mascote, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães
	Valença	Camamu, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença
	Porto Seguro	Guaratinga, Itamaraju, Mucuri, Porto Seguro e Prado
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Dário Meira, Ibicuí e Iguaí
	Jequié	Aiquara, Itaji, Jaquaquara, Jequié, Jiquiriça, Jitauna, Lage, Mutuípe e Ubaíra
	Itapetinga	Itambé, Itororó, Potiraguá
Metropolitana de Salvador	Santo Antônio de Jesus	Cachoeira

Fonte: IBGE (1987).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2013).

Podemos verificar que o território do cacau em 1985 abrangia 3 mesorregiões e 7 microrregiões geográficas. Os vetores de expansão da cacauicultura baiana nesse período concentram-se nas microrregiões geográficas Ilhéus-Itabuna – que quase triplicou sua participação em comparação com os dados de 1957, passando de 13 municípios produtores à 36 – e Valença que dobrou o número de municípios produtores (de 3 em 1957 para 6 em 1985), além da participação da Mesorregião Centro Sul Baiano. Essa mesorregião ampliou significativamente a produção cacaueira no período de 1957 a 1985, passando de 2 municípios produtores para 15, estes distribuídos em 3 microrregiões.

A microrregião de Porto Seguro que tinha sido o principal vetor de expansão da cacauicultura baiana na configuração anterior apresenta 5 municípios produtores sendo que

apenas 3 – Mucuri, Porto Seguro e Prado – dos seis municípios listados em 1957 permaneceram dedicados a atividade.

Para finalizar nossa análise da formação territorial do Sul da Bahia, salientamos que segundo a leitura que fazemos da implantação do cultivo moderno do cacau pela CEPLAC no contexto pós-crise de 1956, a modernização da atividade não teria representado significativas transformações no contexto regional, pois apesar das modificações que o cultivo moderno provocou, não ocorreu o "rompimento radical com o passado", conforme afirmou Navarro (2001).

Reconhecemos que importantes mudanças ocorreram com a racionalização do processo produtivo que, por sua vez, ocasionou o aumento vertiginoso da produção, mas avaliamos que, no geral, *essas mudanças reforçaram as bases que sustentaram a cacauicultura desde a sua consolidação como cultura hegemônica voltada para exportação*, quais sejam: o predomínio da produção cacaueira em latifúndios, a intensa concentração de renda, a concentração de equipamentos urbanos nas principais cidades do território do cacau (principalmente Ilhéus e Itabuna) e o significativo poder político e econômico dos coronéis.

Constatamos assim que o crescimento econômico resultante da implementação de novas práticas agrícolas e a recuperação/modernização da lavoura cacaueira, serviu fundamentalmente à manutenção do *status quo* da *Civilização do Cacau*.

Segundo nossa análise, foi somente com a *crise da vassoura-de-bruxa*, que consiste na *quinta crise do cacau*, iniciada no final da década de 1980, que significativas transformações ocorreram no território Sul da Bahia deteriorando algumas das principais bases do modelo tradicional de produção (metamorfizado posteriormente em cultivo moderno) que sustentaram a atividade cacaueira desde a sua consolidação como principal atividade agrícola do estado da Bahia.

1.3.4 Quarta fase da cacauicultura sul-baiana (1989 – 2000)

Antes de iniciarmos a exposição da quarta fase da cacauicultura sul-baiana é fundamental esclarecermos a questão do marco temporal. Os autores que produzem conhecimento acerca dessa atividade no Sul da Bahia assumem uma única unidade t emporal de análise a partir de 1989 estendendo-a até os dias atuais por compreender que a região ainda sofre os inúmeros efeitos da *crise da vassoura-de-bruxa*.

Entretanto, nessa pesquisa, reconhecemos duas unidades temporais distintas. A primeira será tratada nessa seção e diz respeito à análise da crise que se abateu sobre a região a partir de 1989 e que teve seu maior expoente na propagação de uma doença que ainda hoje persiste nas lavouras sul-baianas.

A segunda unidade temporal que identificamos neste trabalho foi delimitada a partir dos anos 2000, marco a partir do qual a produção orgânica se consolidou no Sul da Bahia, seguida mais recentemente pela produção biodinâmica. Partimos do entendimento que, apesar da crise e, em grande medida graças a ela, outras práticas agrícolas passaram a se propagar na cacauicultura local. Nesse sentido, propomos uma periodização até então inédita que considera uma **quinta fase da cacauicultura sul-baiana, definida a partir dos anos 2000 até os dias atuais.**

Como veremos mais adiante, apesar das tentativas de implantação do cultivo orgânico na década de 1990, foi apenas a partir dos anos 2000 que esse manejo se consolidou no Sul da Bahia. Nesse ano, dois eventos são representativos: graças a criação da Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCA) e o manejo orgânico do Assentamento Terra Vista.

Feitos os devidos esclarecimentos acerca do que estamos denominando nesse trabalho como quarta fase da cacauicultura sul-baiana (1989-2000), retomamos nossa análise. Pudemos acompanhar por meio da exposição realizada até aqui, que a história da cacauicultura sul-baiana é composta por crises cíclicas, cujos efeitos interferiram negativamente no desempenho da atividade com intensidades diferenciadas segundo as causas primárias de cada crise e seus desdobramentos.

De todas as cinco crises do cacau, a última é, sem dúvida, a mais grave e prolongada. A crise iniciada no ano de 1989 atingiu diferentes dimensões estruturantes do que se convencionou denominar *Civilização do Cacau* transformando, “para o bem e para o mal”, aspectos significativos da sociedade grapiúna e do território cacaueiro. Os efeitos dessa grave crise são sentidos até hoje nos municípios dedicados a esse cultivo e têm orientado diferentes ações – públicas, privadas e associativas – no sentido de superação das dificuldades.

Vale destacar que o desenvolvimento da agricultura não-convencional do cacau, nosso tema de estudo, iniciou-se no bojo dessa quinta crise, ao lado de outras iniciativas implantadas no mesmo contexto como tentativas de gerar emprego, renda e divisas para os municípios produtores. Essas iniciativas serão investigadas no próximo capítulo. Por ora, nos limitamos a

apresentar melhor essa quinta crise do cacau, que inaugura a quarta fase da cacauicultura do Sul da Bahia.

O senso comum tende a associar a crise iniciada no final dos anos 1980 no Sul da Bahia à doença vulgarmente denominada vassoura-de-bruxa, doença provocada pelo fungo *Crinipellis perniciosa.* No entanto, a crise iniciada nesse período não pode ser compreendida apenas por meio da análise da disseminação dessa doença e seus impactos na produção/produtividade cacaueira e na configuração do território do cacau.

Chiapetti (2009) analisa a instauração dessa crise a partir da ocorrência de cinco eventos simultâneos e interrelacionados observados a partir de 1980, quais sejam:

a. a diminuição dos preços do cacau no mercado internacional;
b. a conjuntura político-econômica mundial doravante orientadas pelos princípios neoliberais e seus reflexos na conjuntura política nacional;
c. um longo período de seca que se estendeu de 1987 a 1992;
d. o aparecimento da vassoura-de-bruxa e
e. modificações na estrutura global de oferta[31].

No que tange o pivô da crise regional pós-1980 – a vassoura-de-bruxa – uma vertente que tem ganhado vulto na última década considera que a introdução e o alastramento dessa doença nos cacauais do Sul da Bahia teria sido criminosa.

A análise da disseminação da vassoura-de-bruxa como um crime biológico se fundamenta nos resultados da investigação da Polícia Federal que concluiu que a propagação da doença decorreu de ato humano deliberado, uma vez que "este fungo não seguiu seu curso natural de propagação, atingindo pontos estratégicos da Região Sul Baiana" (RANGEL; JACINTO; TONELLA, 2010).

[31] Chiapetti (2009, p. 82) explica em detalhes o processo através do qual se deram as modificações na oferta do cacau "A alta cotação do cacau na década de 1970 fez com que vários países da Ásia e África incentivassem o plantio, ocorrendo uma elevação da oferta mundial de cacau e, conseqüentemente, dos estoques mundiais. No final da década de 1970, o estoque mundial encontrava-se com 276 mil toneladas, quantidade suficiente apenas para abastecer as indústrias por 2,3 meses, um nível de estoque considerado crítico para as indústrias. Na safra de 1976/77, os preços se elevaram para 3.622 dólares/tonelada (preços médios) e voltaram incentivar o aumento da produção em nível mundial. O Brasil, a Malásia e a Costa do Marfim aumentaram a produção fazendo com que a produção mundial passasse de 1.342 mil toneladas em 1976/77 para 2.506 mil toneladas em 1990/91. Com este aumento, o estoque mundial passou para 1.663 mil toneladas, quantidade suficiente para abastecer as indústrias por 8,6 meses, elevando a margem de segurança da indústria de processamento e ocasionando uma redução do preço para 1.193 dólares/tonelada. Esta situação permaneceu por muitos anos até que na safra de 2006/07 houve novamente um déficit de 255 mil toneladas, diminuindo mais uma vez a margem de segurança das indústrias para 5,2 meses, o que acarretou elevação do preço para 1.854 dólares/tonelada".

Rocha (2008) sintetiza as principais evidências utilizadas por especialistas e pela polícia para corroborar a tese de crime biológico na disseminação da vassoura -de-bruxa no território do cacau baiano.

Em primeiro lugar, o padrão de proliferação do fungo não seguiu o padrão esperado. A difusão da vassoura-de-bruxa foi muito mais rápida do que o esperado e seguiu, inicialmente uma linha reta, ao longo da BR 101, atingindo as principais lavouras do território do cacau. Normalmente doenças fúngicas "espalham-se em círculo, havendo maior tendência para locais aonde o vento se dirige" (ROCHA, 2008, p. 87).

Além disso, dois focos pioneiros estavam distantes, em linha reta, cerca de 100 quilômetros e localizavam-se exatamente nos maiores agrossistemas da região cacaueira na época – Uruçuca e Camacan (Figura 5).

Um terceiro argumento que sustenta que a vassoura-de-bruxa foi introduzida criminosamente na região identifica que a doença teve como focos pioneiros os estabelecimentos cujos proprietários tinham vínculo político-partidário "Em Uruçuca, o foco detectado foi na propriedade de um líder da União Democrática Ruralista (UDR) e, em Camacan, na de um ex-deputado e ex-prefeito desta cidade" (ROCHA, 2008, p. 86).

Em depoimento à polícia, o Sr. Luiz Henrique Franco Timóteo[32] teria confessado sua participação na disseminação da vassoura-de-bruxa na região e alegado que esse ato foi planejado no ano de 1987 pela cúpula regional de um determinado partido político, que apesar de sua importância no contexto nacional, não tinha grande visibilidade regional. Segundo seu depoimento essa medida teria sido planejada para, entre outras razões, enfraquecer o poder econômico dos produtores de cacau e permitir a tomada de poder, pelo partido, na região.

[32] Veja a íntegra da denúncia registrada por Luiz Henrique Franco Timóteo em: http://www2.uol.com.br/aregiao/serv/denuncia-timoteo.html. Acesso em: 19 jul 2012.

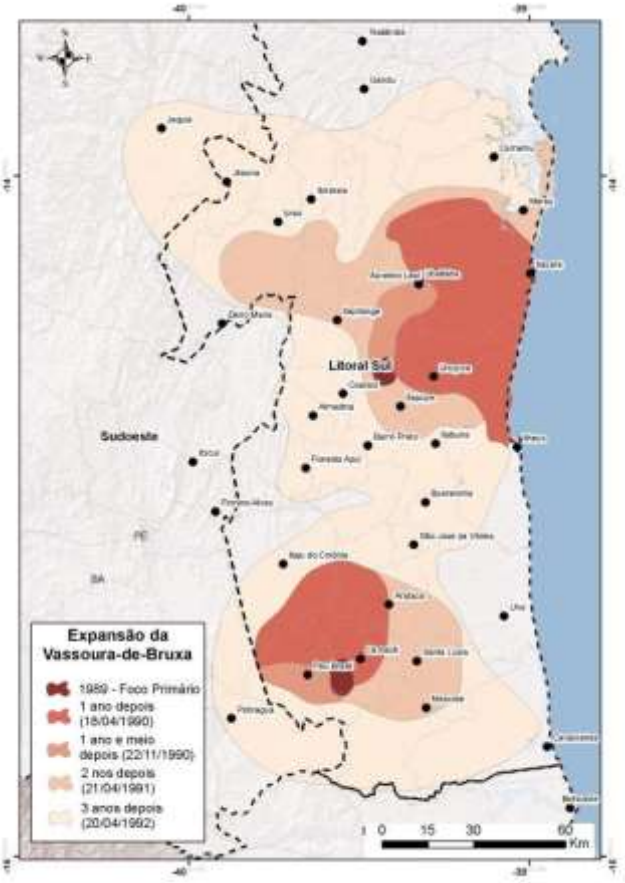

Figura 5 – Expansão da Vassoura-de-bruxa na área cacaueira da Bahia – 1989-1992.

Fonte: Rocha (2008, p. 86).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Rangel, Jacinto e Tonella (2010, p. 11) revelam que apesar da investigação da Polícia Federal concluir pela existência de crime na disseminação da vassoura-de-bruxa na região cacaueira, a condenação social do coronelismo (que por tantas décadas impregnou as relações político-econômicas) tem sido utilizada para minimizar a gravidade do crime biológico que de fato ocorreu na região prejudicando não só os "coronéis", mas sobretudo "200, 250, 350 mil trabalhadores (as fontes de informação não são precisas) [que] perderam seus empregos e tiveram que migrar do campo para as cidades, das cidades da região para outras cidades".

Os autores avaliam que o fato de o poder público não reconhecer – a despeito das conclusões da Polícia Federal – crime biológico na disseminação da vassoura de bruxa "dificulta que os produtores de cacau tenham legitimidade social e política em suas reivindicações e nem há alarido quanto ao desencadeamento de um processo de investigação e punição aos culpados" (RANGEL, JACINTO E TONELLA, 2010, p. 8).

Independentemente de como se analise a proliferação da vassoura-de-bruxa – acidental ou criminosa – a quinta crise do cacau é, sem sombra de dúvidas, a pior crise da cacauicultura sul-baiana. No entanto, Chiapetti (2009) conclui, após ter analisado os cinco fatores que culminaram nessa crise que

> Não resta dúvida que a VB [vassoura-de-bruxa] foi importante para agravar a situação dos produtores de cacau, mas não menos que a mudança da política de financiamento para a atividade e a situação do modelo primário/exportador que, historicamente subordinado ao mercado internacional, e sob o comando das empresas transnacionais, produziu riquezas, mas os excedentes, em forma de lucros e impostos, foram drenados para fora da região e do próprio País (CHIAPETTI, 2009, p. 86).

Quando da disseminação do fungo os produtores, como era o costume, recorreram às orientações da CEPLAC para proteger seus cacauais da doença e/ou sanear os cacaueiros contaminados[33].

Não obstante todo o processo de racionalização produtiva do cacau em curso desde os anos 1960, a conjuntura dos anos 1980 revelou o despreparo dos produtores e do Estado (por meio de sua instituição mais representativa no cultivo do cacau – a CEPLAC) para controlar e contornar os eventos que, juntos, culminaram na chamada "crise da vassoura-de-bruxa". Rocha (2008) explica que

> Se por um lado, os produtores em geral não estavam em condições de enfrentar o problema, por outro, a CEPLAC, órgão responsável para estar à frente com novas tecnologias, prevenção e combate às pragas da lavoura cacaueira, foi pega de surpresa, apesar de atuar também na Amazônia, onde a *Crinipellis perniciosa* é endêmica e convive com os cacaueiros (ROCHA, 2008, p. 81).

Muitas foram as medidas propostas pela CEPLAC na tentativa de conter a disseminação da vassoura-de-bruxa, porém a ineficiência de suas orientações na contenção da doença não só abalou a confiança dos produtores na instituição como também têm sido o

[33] De acordo com a denúncia do Sr. Timóteo, haveriam técnicos da CEPLAC envolvidos no planejamento e disseminação da doença. Ele indica que estavam presentes na reunião de 1987: "Geraldo Simões, ex-prefeito de Itabuna e atual presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Wellington Duarte, apelidado de Gamelão, atual titular da Superintendência para Bahia e Espírito santo, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Subes/Ceplac), Elieser Corrêa, conhecido como Catatau, atual chefe do Centro de Extensão e Educação - Cenex/Ceplac, Everaldo Anunciação, ex-coordenador geral da Ceplac, Jonas Nascimento, conhecido como Jonas Babão, atualmente encarregado de Assuntos Pedagógicos do Cenex/Ceplac, Josias Gomes, atual deputado federal, entre outros".

principal elemento que embasa a ação judicial movida pelos produtores de cacau atingidos pela crise no pleito por indenização do Estado

> Atualmente, como tentativa de resolver seus problemas de endividamento, os grandes e médios produtores, os quais tiveram 'prejuízos' na lavoura cacaueira e hoje estão inadimplentes, entraram na justiça reclamando uma ação indenizatória do Estado responsabilizando-o pela 'indução' na adoção de tecnologias de combate à praga causadora da doença VB [vassoura-de-bruxa], que não produziram resultados eficientes. A ineficiência das técnicas de combate à praga é apontada pela maioria dos produtores como uma das causas dos seus endividamentos e da conseqüente diminuição da produção e, portanto, da crise regional (CHIAPETTI, 2009, p. 85).

Dentre as práticas implantadas pela CEPLAC durante a crise se destaca a clonagem , que ainda é prática usual no território do cacau da atualidade. Vinháes (2001, p. 229) explica como essa técnica tem sido empregada com o objetivo de combater a doença

> são utilizadas plantas resistentes à vassoura de bruxa e utilizadas como matrizes de novas unidades resistentes. Baseia-se o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia nas cinco variedades clonais – TSH, TSA, CEPEC 42, EET 397 e os híbridos *Theobahia*, que têm como fonte de resistência o clone SCA 6 […] O trabalho começa com a seleção de plantas tolerantes a vassoura de bruxa, seguida da enxertia, nas suas três modalidades, muda, toco e lateral, parecendo ser a de toco e no broto basal a de mais fácil desenvolvimento.

Quando da deflagração da *crise da vassoura-de-bruxa*, a produtividade do cacau no Sul da Bahia decaiu significativamente de forma que

> O Brasil, entre 1990 e 2003, teve um decréscimo no ranking mundial da produção, saindo de nono para o décimo sétimo lugar, passando de 256,3 toneladas métricas em 1990, para apenas 170,7 toneladas métricas em 2003 (CUENCA & NAZÁRIO, 2004, p. 10).

No âmbito local “Essa doença espalhou-se por toda a Região Sul da Bahia, trazendo prejuízo e desânimo entre os produtores, fazendo cair a produção de 400 mil toneladas, em 1990, para 174 mil toneladas em 2003” (CUENCA & NAZÁRIO, 2004, p. 14), isto significa uma redução de cerca de 40% na produtividade. Apenas pela análise desses números referentes à produção e produtividade do cacau podemos deduzir a dimensão dessa quinta crise do cacau, sobretudo no âmbito regional.

Na composição fotográfica abaixo registramos um broto atacado pelo fungo e o aspecto de um fruto contaminado pela doença, visto por fora e por dentro.

Foto 2 – Composição fotográfica sobre a doença da vassoura-de-bruxa: broto e fruto contaminados.

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

No capítulo seguinte, investigaremos de forma mais aprofundada os impactos dessa crise no território do cacau, crise essa que se convencionou denominar crise da *vassoura-de-bruxa*. Conforme veremos, inúmeras atividades econômicas passaram a ser fomentadas/desenvolvidas, como alternativas à atividade cacaueira nesse contexto.

2 PRODUÇÃO RECENTE DA CACAUICULTURA NO SUL DA BAHIA: BUSCA POR ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PÓS-*CRISE DA VASSOURA-DE-BRUXA*

> Uma coisa é certa: o cacau realmente mudou com a vinda da vassoura-de-bruxa! Teve uma queda brutal e isso mudou o panorama socioeconômico da região inteira. É aquela história da monocultura, né? O problema da monocultura! A região sofreu muito e eu acho que hoje em dia todo esse trabalho [referindo-se à agregação de valor, diversificação da produção e produção de chocolate] é quase que um recomeço que a região está vivenciando (SOCONUSCO, 2016).

Esse capítulo está dividido em duas partes: na primeira analisamos os principais impactos da quinta crise do cacau, instaurada a partir de 1989 e na segunda parte analisamos as principais mudanças na estrutura econômica do estado da Bahia e dos municípios do território do cacau, apresentando as principais atividades que têm sido desenvolvidas no Sul da Bahia como forma de superação da crise.

2.1 *Crise da vassoura-de-bruxa* e seus impactos no território do cacau

A análise da constituição do território do cacau no período imediatamente ulterior à crise nos revela um dado importante: a despeito da crise instaurada no território sul-baiano no

final da década de 1980 a cacauicultura continuou se expandindo no Estado da Bahia conforme podemos verificar na Figura 6.

Apenas alguns anos após a crise o território do cacau continuava em expansão: pela análise dos dados do ano de 1992, o território do cacau abrangia 83 municípios, vinte a mais do que o território delimitado em 1985. Importante registrar que para definir os municípios pertencentes ao território do cacau a partir de 1989 consideramos o impacto da vassoura-de-bruxa na produção sul-baiana e reduzimos o patamar de inclusão dos municípios produtores em cerca de 40%, seguindo as tendências médias regionais. Assim sendo, o volume mínimo de produção decresceu de 25 mil arrobas (375 toneladas) – estabelecido por Santos (1957) – para 10 mil arrobas (150 toneladas).

Obedecendo o novo critério, constatamos que totalizam 10 os municípios que foram incluídos no território do cacau de 1992 por sua produção de cacau encontrar-se entre o antigo e o novo patamar de produção mínima.

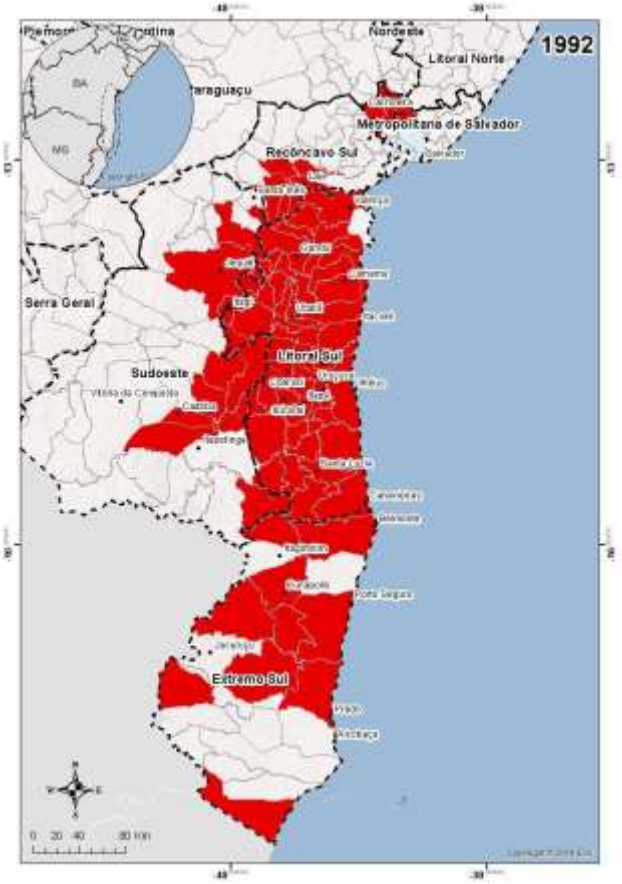

Figura 6 – Território do cacau no Estado da Bahia: 1992.

Fonte: IBGE (1992).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Comparando as figuras 4 e 6 que representam, respectivamente, o território do cacau em 1985 e em 1992, verificamos um adensamento ainda maior deste território. Em primeiro lugar indicamos que o território delimitado com base nos dados de produção do ano de 1992 passou a englobar *todos* os 41 municípios da atual microrregião Ilhéus-Itabuna sendo que o território do cacau de 1985 apresentava apenas 36 municípios em sua composição.

Na microrregião de Valença, à exceção de Cairu, todos os outros municípios são considerados produtores de forma que sua participação na composição do território do cacau aumentou de 6 municípios em 1985 para 9 municípios em 1992.

Analisando a microrregião de Porto Seguro verificamos que a cacauicultura voltou a se expandir e que a microrregião apresenta 9 municípios considerados produtores integrando este território. Dentre eles encontramos 5 municípios que, listados em 1985, permaneceram na atividade e outros 4 que são identificados pela primeira vez como produtores – Eunápolis, Itabela, Itanhém e Jucuruçu.

A mesorregião Centro Sul Baiano também ampliou sua participação no território do cacau passando de 15 municípios produtores em 1985 para 21 em 1992 e integrando ao cultivo, nos dados mais recentes, vários municípios que nunca haviam sido identificados como produtores[34]. Nessa Mesorregião, maior destaque é para a microrregião de Jequié que de 9 municípios integrantes do território do cacau em 1985 passa a apresentar 13 em 1992.

Na mesorregião Metropolitana de Salvador verificamos que também passam a compor o território do cacau os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, vizinhos do município de Cachoeira que, desde 1985, estava inserido no território do cacau baiano.

No quadro abaixo apresentamos a distribuição dos 83 municípios produtores de cacau com bases nos dados do IBGE de 1992. Segundo a análise que realizamos nesse trabalho podemos afirmar que *essa composição do território do cacau representa o auge da atividade em termos de abrangência espacial.*

[34] Vale destacar que essa mesorregião concentra 4 dos 10 municípios incorporados ao território do cacau pelo novo critério de produção (pós-crise da década de 1980), qual seja 10 mil arrobas (150 toneladas).

Quadro 5 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 1992.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gogongi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória*****, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães
	Valença	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença
	Porto Seguro	Eunápolis, Guaratinga, Itabela*****, Itamaraju, Itanhém*****, Mucuri, Porto Seguro e Prado
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Caatiba*****, Dário Meira, Ibicuí, Iguaí e Nova Canaã
	Jequié	Aiquara, Amargosa*****, Apuarema, Cravolândia*****, Itaji, Jaquaquara, Jequié, Jiquiriça, Jitauna, Lage, Mutuípe, São Miguel das Matas***** e Ubaíra
	Itapetinga	Itambé, Itororó, Potiraguá
Metropolitana de Salvador	Santo Antônio de Jesus	Cachoeira***** e Santo Amaro*****
	Salvador	São Francisco do Conde*****

* Municípios incluídos no território do cacau pelo novo critério de produção referente a 10 mil arrobas ou 150 toneladas.
Fonte: IBGE (1992).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2013).

Analisar os dados de 1992 é significativo não só pela sua proximidade temporal com o início da crise, mas também porque esse foi o marco da importação de amêndoas de cacau no Brasil. Chiapetti (2009, p. 89) explica que

> Como a diminuição da produção de cacau não conseguia suprir nem mesmo a demanda interna das indústrias processadoras da Bahia, as empresas passaram a importar cacau, mudando a característica da região brasileira, historicamente exportadora para importadora de cacau.

> Foi no ano de 1992 que se iniciaram as primeiras importações de amêndoas de cacau
> pelo Porto do Malhado de Ilhéus, o qual neste mesmo ano tinha exportado 80 mil toneladas de amêndoas. A partir de então, o Brasil passou a exportar cada vez menos e, no ano de 1999, encerrou seu período virtuoso de exportação de amêndoas de cacau e passou à condição de importador.

Acreditamos que a expansão da cacauicultura mesmo nesse período de crise se deve a dois fatores principais e interrelacionados: a natureza da lavoura e elementos associados à subjetividade dos produtores/representantes públicos.

A lavoura cacaueira é uma lavoura permanente que, conforme indicamos, apresenta tempo médio de produção de 4 a 6 anos. Sendo assim, a substituição da lavoura cacaueira por outra atividade econômica implicaria, no caso de um retorno posterior a atividade, uma grande perda de capital e de tempo para recuperar esses investimentos.

No que tange aos elementos subjetivos que permeiam as ações dos produtores e dos representantes do poder público e influenciam seu poder de decisão a respeito das atividades produtivas, destacamos três aspectos: o poder simbólico do cacau no contexto regional, o histórico de crises recorrentes na cacauicultura sul-baiana e a relação de confiança estabelecida entre os produtores e a CEPLAC.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que, no Sul da Bahia, o cacau se constituiu ícone da produção de riqueza. Mesmo a atividade apresentando altos e baixos ao longo do tempo, os produtores/municípios dedicados a essa atividade geralmente prosperaram. Assim, o imaginário coletivo (fomentado pela atuação do Estado) foi sendo formado em torno da vocação regional para a cacauicultura e da possibilidade de progresso individual/coletivo por meio do desenvolvimento dessa atividade.

Rocha (2008, p. 165) estudando a saga, percepção e representação da região cacaueira a partir de uma visão fenomenológica afirma que

> Para os habitantes da Região Cacaueira, sejam eles fazendeiros, trabalhadores rurais, profissionais liberais, comerciantes, comerciários, bancários, população em geral, o cacau faz parte do seu cotidiano como signo em qualquer circunstância: signo de dias tranqüilos, caso a produção seja satisfatória, visto significar circulação de dinheiro para suprir as necessidades de cada um; signo de dias incertos se, por qualquer motivo, estiver em baixa de preço ou de produção.

Em segundo lugar, esse cultivo se desenvolveu em meio a doenças e flutuações do mercado internacional de amêndoas e, apesar de todas as crises, conservou sua hegemonia em escala estadual e, com maiores ou menores perdas, cedo ou tarde, recuperava seu vigor econômico. Crises recorrentes na cacauicultura parecem ter deturpado a avaliação dos agentes locais (produtores/representantes públicos) que demoraram para reconhecer a gravidade da quinta crise e orientar suas ações no sentido de combater seus efeitos.

Por fim, salientamos também a forte atuação do Estado, por meio da CEPLAC, na cacauicultura baiana pode ter deturpado também a avaliação da gravidade da crise entre os agentes envolvidos. A atuação do órgão no final dos anos 1950 foi decisiva na superação da crise de 1956 e passou a ser fundamental na definição dos rumos da cacauicultura baiana a partir de então. Graças à modernização da lavoura promovida pelas ações e orientações do órgão e aos resultados mais do que positivos em termos de produção e produtividade da lavoura sul-baiana (acompanhada pela alta dos preços no mercado mundial) desenhou-se uma relação de confiança entre os produtores e a CEPLAC, relação essa que sem dúvida fez com que os agentes envolvidos no cultivo do cacau apostassem na superação da "nova" crise e no futuro da atividade.

Acreditamos que essa relação histórica entre cacauicultura, crise e Estado pode ter influenciado tanto produtores quanto o poder público local a persistir na atividade. Antes de analisar as alternativas econômicas que foram implementadas no Sul da Bahia analisaremos a seguir alguns dados que nos oferecem um panorama do desenvolvimento da cacauicultura no contexto pós-crise de 1980.

De acordo com o estudo realizado por Araújo, Silva e Midlej (2012, p. 8) a respeito do valor da produção de cacau no estado da Bahia revela que "a área utilizada com a produção de cacau manteve-se mais ou menos constante, em torno de 700 mil hectares entre 1990 e 1995 […]".

Com relação ao rendimento médio da produção os autores indicam um declínio constante "com variações acentuadas, passando de 497 kg/ha em 1990 para 286 kg/ha em 2004, o que representou uma redução de 42% no período" (ARAÚJO, SILVA & MIDLEJ, 2012, p. 8). Eles associam esse declínio da produção tanto à redução do poder de compra dos produtores (que passaram a apresentar dificuldades em manter os tratos culturais da lavoura) quanto ao envelhecimento das plantações.

Por fim, analisando o fator preço os autores afirmam que o declínio dos preços no período de 1990 a 1999 foi muito acentuado e, no caso do Estado da Bahia, está diretamente associado à doença da vassoura-de-bruxa que compromete o rendimento da produção (ARAÚJO, SILVA & MIDLEJ, 2012, p. 8).

A partir do ano de 1995 o estudo indicou também uma redução constante da área cultivada com cacau no Estado da Bahia até o ano de 2000, a partir do qual se observa que a área se manteve estável (ARAÚJO, SILVA & MIDLEJ, 2012, p. 8).

Analisando os dados do IBGE relativos à Produção Agrícola Municipal dos anos de 1992 e 2001 percebemos que a totalidade dos municípios dedicados à cacauicultura no estado da Bahia diminuiu de 104 para 99 municípios, fato que não nos parece significativo para explicar a redução da área cultivada com o cacau. Considerando que os municípios responsáveis pela maior produção do estado permaneceram praticamente os mesmos, a diminuição da área cultivada com cacau só pode ser por sua perda de importância frente a outras atividades.

Diante da crise, os municípios produtores e o governo do Estado passaram a estimular o desenvolvimento de outras atividades econômicas que passaram a concorrer com o cacau sem, contudo, anular sua importância simbólica.

Conforme podemos constatar pela análise da figura 7, o território do cacau em 2001, passados mais de 10 anos da instauração da crise, não sofreu grandes alterações, permanecendo praticamente o mesmo de 1992. Para delimitação desse território utilizamos o critério de produção mínima estabelecida em 10 mil arrobas (considerando a queda de cerca de 40% na produtividade do cacau no território).

Na figura abaixo (figura 7) estão representados os 80 municípios com produção significativa de cacau no Estado da Bahia em 2001. Não houve grandes mudanças em relação à constituição do território do cacau em 1992, quando 83 municípios foram considerados produtores.

A grande maioria dos municípios produtores de 1992 permaneceu dedicada à atividade a despeito da queda constante dos preços e das dificuldades de acesso à crédito e manutenção da lavoura.

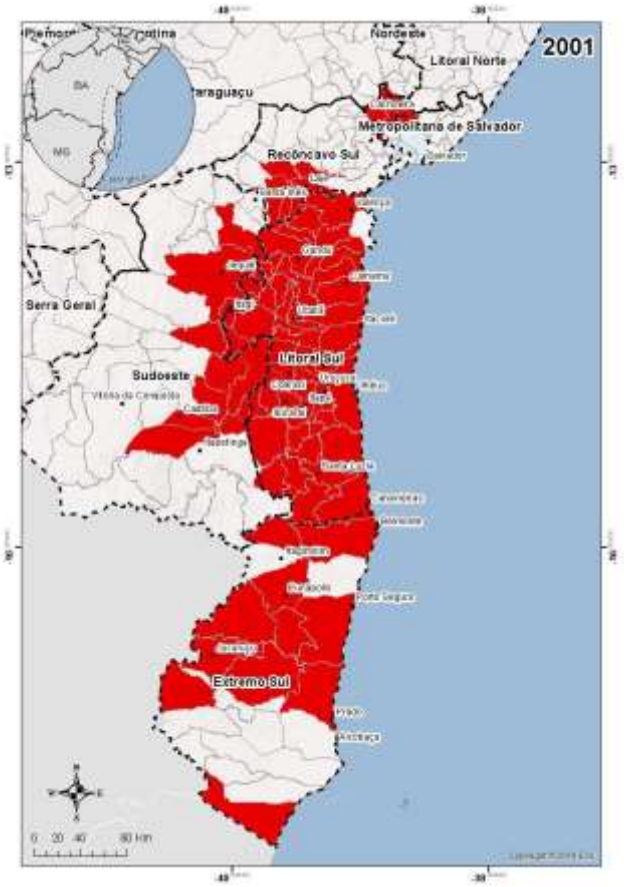

Figura 7 – Território do cacau no Estado da Bahia: 2001.

Fonte: IBGE (2001).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Por meio do quadro abaixo (Quadro 6) podemos perceber as sutis diferenças na constituição do território do cacau nos dois momentos subsequentes: 1992 e 2001.

Quadro 6 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2001.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gogongi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia*****, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória*****, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e W. Guimarães

	Valença	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença
	Porto Seguro	Eunápolis, Guaratinga, Itabela*****, Itamaraju, Itanhém*****, Mucuri, Porto Seguro***** e Prado
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Boa Nova*****, Caatiba, Dário Meira, Ibicuí, Iguaí e Nova Canaã*****
	Jequié	Aiquara, Apuarema, Itaji, Jaquaquara*****, Jequié, Jiquiriça, Jitauna, Lage, Mutuípe e Ubaíra
	Itapetinga	Itambé e Itororó
Metropolitana de Salvador	Santo Antônio de Jesus	Cachoeira***** e Santo Amaro
	Salvador	São Francisco do Conde*****

* Municípios incluídos no território do cacau pelo novo critério de produção referente a 10 mil arrobas ou 150 toneladas.
Fonte: IBGE (2001).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2013).

A distribuição geográfica dos municípios que compunham o território do cacau em 2001 é quase idêntica ao território de 1992. Com a diferença de que os municípios de Amargosa, Cravolândia, São Miguel das Matas e Potiraguá não são mais identificados como produtores[35] e de que o município de Boa Nova ampliou sua produção e voltou a fazer parte do território do cacau em 2001[36].

As variações na área cultivada e as recorrentes quedas na produção e nos preços das amêndoas (Figura 8) que caracterizaram o período investigado por Araújo, Silva e Midlej (2012) não foi capaz de aplacar a importância do cacau no território e na alma sul-baiana.

[35] Os três primeiros municípios citados todos pertencentes à microrregião de Jequié tinham sido inclusos no território do cacau de 1992 pelo rebaixamento do patamar de produção de 25 mil arrobas para 10 mil arrobas.
[36] Vale destacar que o município de Boa Nova tem tradição com o cultivo do cacau, tendo sido incluso nos territórios do cacau em 1940 (sendo o primeiro município do Centro Sul Baiano a se dedicar à atividade) e 1957 (mesmo não sendo oficialmente classificado como pertencente a zona cacaueira).

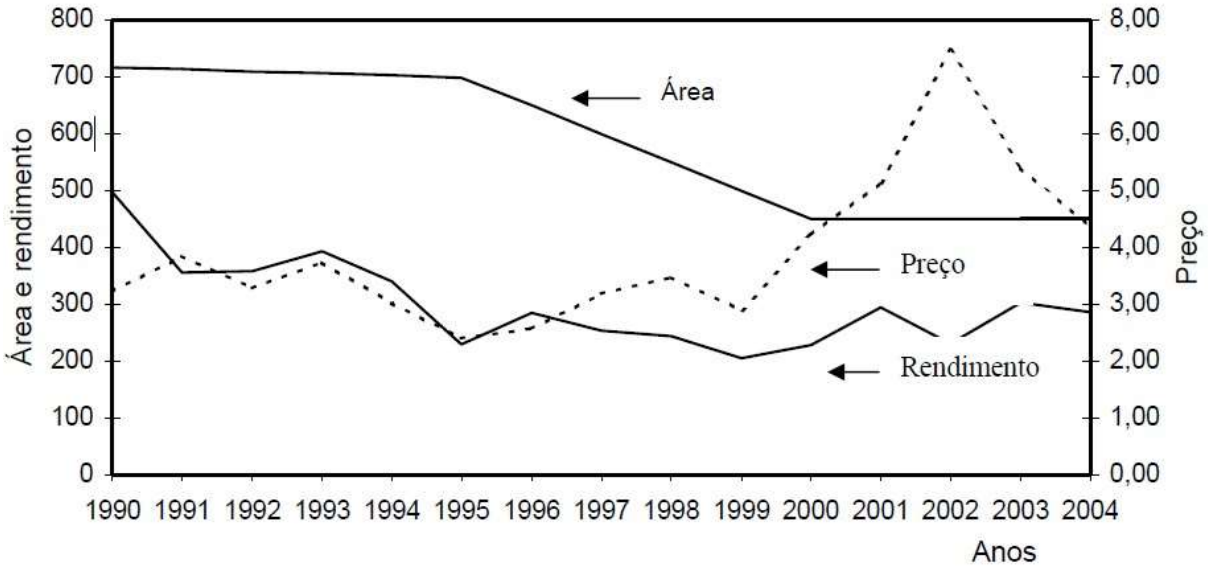

Figura 8 – Gráfico de desempenho da cacauicultura sul-baiana de 1990 a 2004.
Fonte: Araújo, Silva & Midlej (2012, p. 08).

Conforme podemos verificar no gráfico, os anos 2000 iniciaram com uma elevação dos preços das amêndoas de cacau, a qual Araújo, Silva e Midlej (2012) atribuem à guerra civil na Costa do Marfim, principal produtor mundial de cacau naquele momento.

Com a diminuição do conflito e a normalização da produção naquele país, os preços tenderam a baixar novamente, mas se conservaram acima da média observada na década de 1990. Nesse ínterim, muitos produtores sul-baianos já haviam diminuído a área destinada a cacauicultura para se dedicar a outras atividades.

Avaliamos que as sucessivas perdas econômicas do cacau nesse contexto de crise têm levado à progressiva extinção das bases estruturantes da sociedade cacaueira no território sul-baiano, fundada do coronelismo. Além da real perda de poder e de prestígio dos antigos "coronéis", doravante endividados, também concorrem para a extinção do coronelismo a introdução de novas atividades e novos agentes econômicos que passaram a concentrar a riqueza e influenciar as políticas públicas não só no contexto local como, sobretudo, no âmbito estadual.

Por fim, há que se considerar também como elemento de deterioração das relações coronelistas no território do cacau, o pivô dessa crise, a vassoura-de-bruxa. Conforme relata Vinháes (2001, p. 229)

> o que está acontecendo é a extinção da figura do 'coronel de cacau', tendo-se em conta que os pequenos produtores são os que mais têm preservado o cacau regional, pela simples facilidade do controle corpo-a-corpo, visto que têm menos plantas para cuidar.

Como principais consequências dessa crise – que, vale registrar, ainda está em curso na área estudada – apontamos "um intenso êxodo rural, **degradação dos recursos naturais renováveis**, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional" (ROCHA, 2008, p. 76, grifo nosso).

Desde a deflagração da crise nos anos 1980 muitas outras atividades vêm sendo desenvolvidas no território do cacau como forma de recuperar a economia. Também a atividade cacaueira tem apresentado transformações como o cultivo orgânico e biodinâmico, a orientação para produção de "cacau fino" e o investimento na produção e ampliação de produtos agroindustrializados derivados do cacau. Mesmo diante dessas transformações mais recentes veremos, na próxima seção, que o setor agropecuário pouco contribui na composição do PIB e muitos municípios têm abandonado o cultivo do cacau, dedicando-se a outras atividades econômicas.

Diante de tal realidade, optamos por descartar o critério produtivo para identificar os territórios do cacau a partir de 2001 e estabelecer um outro critério que englobasse os municípios que ainda se identificam com esse cultivo. Assim, optamos por delimitar os mais recentes territórios do cacau não mais a partir do volume de produção dos municípios, mas de sua vinculação à Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC)[37] por compreendermos que, independente do vulto da produção desses municípios, a sociedade civil organizada e o poder público local estão interessados em persistir na cacauicultura[38].

Mesmo descartando o critério produtivo, podemos visualizar na figura 9, que o território do cacau 2013 diminuiu bastante em comparação aos anos anteriormente investigados. Nos dados de 1992 e 2001, todos os municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna integravam o território do cacau. De acordo com os dados de 2013, dos 41 municípios da microrregião somente 23 são associados da AMURC. Dos municípios da microrregião de Valença, que tinham ampla participação na constituição dos territórios do cacau em 1985,

[37] A AMURC foi criada em 1984 com o objetivo de "representar os municípios produtores de cacau da região Sul da Bahia, visando defender seus interesses diante do Estado e da União" (AMURC, 2012).

[38] Em 2013, em texto produzido para o VII Encontro Nacional dos Grupos de Pesquisa (ENGRUP) utilizamos pela primeira vez o vínculo com a AMURC como critério para definição do território do cacau (NEVES & SUZUKI, 2013). Nesse momento a associação contava com 29 municípios distribuídos entre o Sul e Centro Sul Baiano.

1992 e 2001 somente o município de Maraú é que compõe o território do cacau de 2013. Nenhum dos municípios da microrregião de Porto Seguro estava associado à AMURC nessa ocasião e na mesorregião Centro Sul Baiano, área de expansão da cacauicultura baiana desde os anos 50, apenas 5 municípios estavam associados.

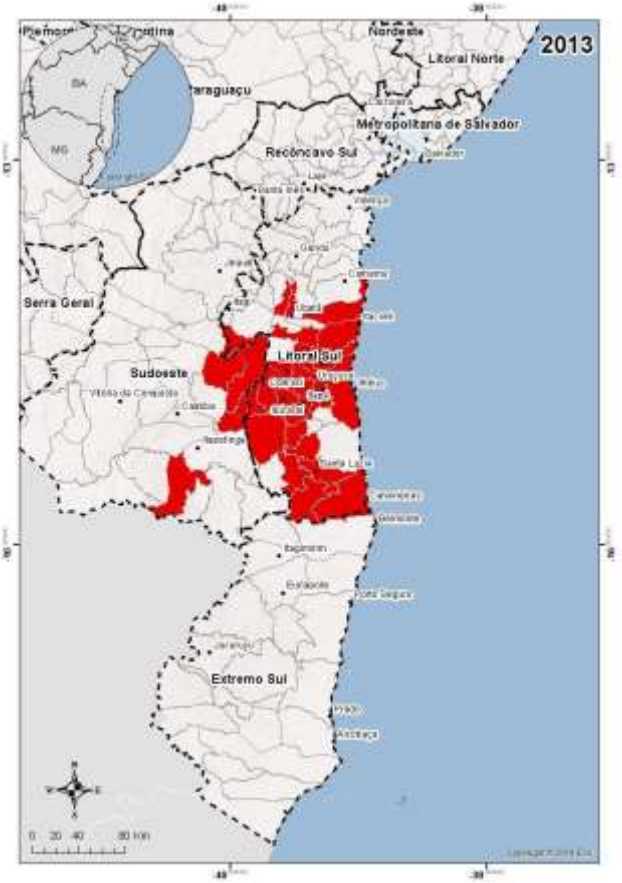

Figura 9 – Território do cacau no Estado da Bahia: 2013.

Fonte: AMURC (2013).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

No quadro abaixo indicamos a distribuição geográfica dos municípios associados à AMURC que passaram a ser considerados como integrantes do território do cacau em 2013.

Quadro 7 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2013.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Jussari, Mascote, Santa Cruz da

		Vitória, Santa Luzia, Ubatã, e Uruçuca
	Valença	Maraú
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Dário Meira, Ibicuí e Iguaí
	Itapetinga	Itororó e Macarani

Fonte: AMURC (2012).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2013).

Conforme podemos analisar a cacauicultura baiana continua concentrada no território correspondente à microrregião Ilhéus-Itabuna. No Centro Sul Baiano destacamos a ausência de municípios produtores da microrregião de Jequié, que compunha o território do cacau desde os anos 50 e chegou a participar com 13 municípios produtores na composição do território do cacau no ano de 1992. Em contrapartida, verificamos que o município de Macarani, microrregião de Itapetinga, é associado da AMURC em 2013 mesmo sem ter participado da constituição de nenhum dos territórios do cacau anteriormente identificados.

No ano de 2016, por conta do processo de qualificação desse trabalho realizamos nova atualização do território do cacau, baseada no critério de associação à AMURC e descobrimos, com certa surpresa que em apenas 3 anos a configuração do território do cacau havia se modificado: o número de municípios associados havia aumentado, englobando 32 municípios.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa nos revelou que não foram simplesmente três acréscimos entre os associados da AMURC: sete municípios que estavam associados à AMURC em 2013 se desligaram da instituição – quais sejam: Canavieiras, Itajú do Colônia e Itacaré, na microrregião Ilhéus-Itabuna; Dário Meira e Iguaí, na microrregião de Vitória da Conquista e Itororó e Macarani, na microrregião de Itapetinga. Nesse interim, outros 10 municípios se associaram, mesmo em meio a pior crise hídrica (2015-2017) registrada na região em quase um século. São eles: Buerarema, Ibirapitanga, Itapitanga, São José da Vitória, Ubaitaba e Una; Camumu; Nova Canaã; Itapetinga e Itarantim.

Na figura 10 apresentamos essa nova configuração do território do cacau.

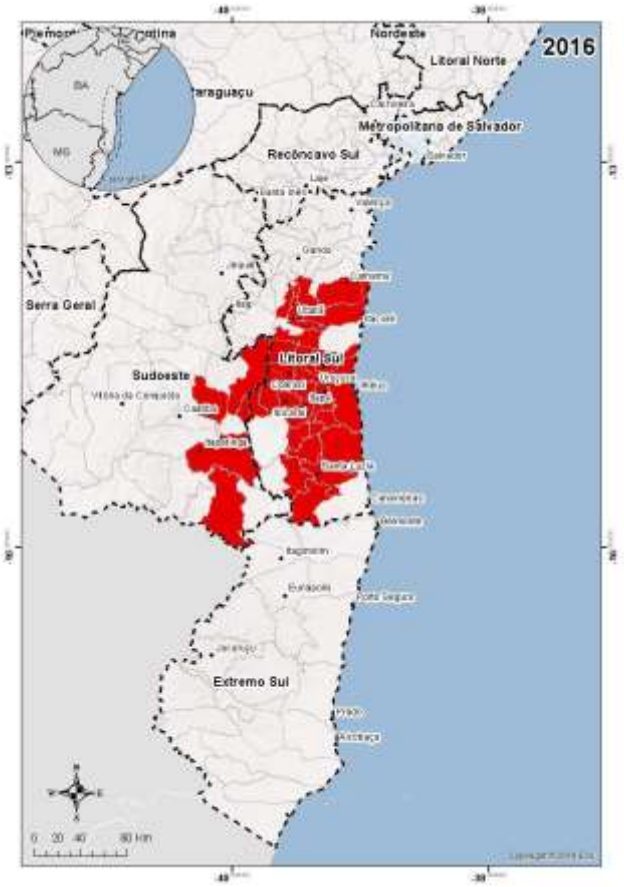

Figura 10 - Território do cacau no Estado da Bahia: 2016.

Fonte: AMURC (2016).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

No quadro a seguir (Quadro 8) apresentamos a distribuição dos municípios associados à AMURC em 2016.

Quadro 8 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2016.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca
	Valença	Maraú e Camumu
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Ibicuí e Nova Canaã
	Itapetinga	Itapetinga e Itarantim

Fonte: AMURC (2016).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2016).

Como podemos observar pela análise da figura 10 e do quadro 8 (2016), em comparação com a figura 9 e o quadro 7 (2013), a distribuição das mesorregiões e microrregiões que se dedicam ainda hoje ao cultivo do cacau não mudou. As transformações ocorridas entre os anos de 2013 e 2016 atingiram os municípios.

Dos 6 municípios que se associaram à AMURC em 2016 na microrregião Ilhéus-Itabuna, 3 fazem fronteira com Ilhéus e 1 com Itabuna, fato que pode ser utilizado para demonstrar a forte polarização dessas duas cidades no cultivo do cacau.

Lembramos que a composição do território do cacau em outros marcos temporais chegou a englobar todos os municípios do Sul da Bahia. Essa "familiaridade histórica" com o cultivo também é característica comum aos demais municípios recém-associados da AMURC, com exceção dos municípios da microrregião de Itapetinga, que até então não apareceram listados em nenhuma configuração dos territórios por nós delimitados anteriormente.

A respeito do território do cacau definido para 2016, consideramos importante ressaltar dois aspectos: em primeiro lugar, o fato dos dois municípios da microrregião de Itapetinga (Itapetinga e Itarantim) não terem integrado nenhum dos territórios do cacau definidos anteriormente não significa efetivamente que esses municípios nunca tenham se dedicado a esse cultivo, mas sim que não se enquadravam nos diferentes critérios estabelecidos nesse trabalho nos diferentes marcos temporais.

Em segundo lugar, se considerarmos a gravidade da crise hídrica que se estendeu na região desde o segundo semestre de 2015 até meados de 2017, causando racionamentos nas principais cidades e perdas inestimáveis na pecuária e agricultura, a inclusão de municípios na associação pode indicar, para além do interesse na atividade cacaueira em si, a busca p or institucionalização como forma de pressionar o Estado por políticas públicas emergenciais nesse período tão delicado.

A saída de municípios tradicionalmente dedicados a esse cultivo, como é o caso de Canavieiras que compunha o território do cacau desde o primeiro marco temporal (1920) e Itacaré (presente nas diferentes configurações do território do cacau de forma ininterrupta desde 1940) também pode estar ligada à crise hídrica (além, obviamente, da diversificação das atividades econômicas, sobretudo em Itacaré, importante pólo turístico). Notícias regionais e produtores entrevistados durante a pesquisa de campo nos indicaram que devido à seca,

grande parte das lavouras mais antigas não resistiram e morreram na região. A mensuração oficial dos danos causados por esse período de seca ainda não foi publicada mas sabe-se que é a pior crise hídrica dos últimos 100 anos no Sul da Bahia.

Por fim, dado o contexto de finalização da pesquisa, pela terceira vez nesta década consultamos a AMURC como forma de verificar os municípios associados em 2018. Nesse curto intervalo de tempo entre 2016 e 2018 houve modificações nos municípios associados e, consequentemente na configuração do território do cacau. Os associados de 2016 permaneceram inalterados enquanto identificamos a inclusão de três municípios que já haviam composto o território do cacau em outros momentos e que passaram a compor o atual território do cacau (2018), quais sejam: Canavieiras, Dario Meira e Iguaí.

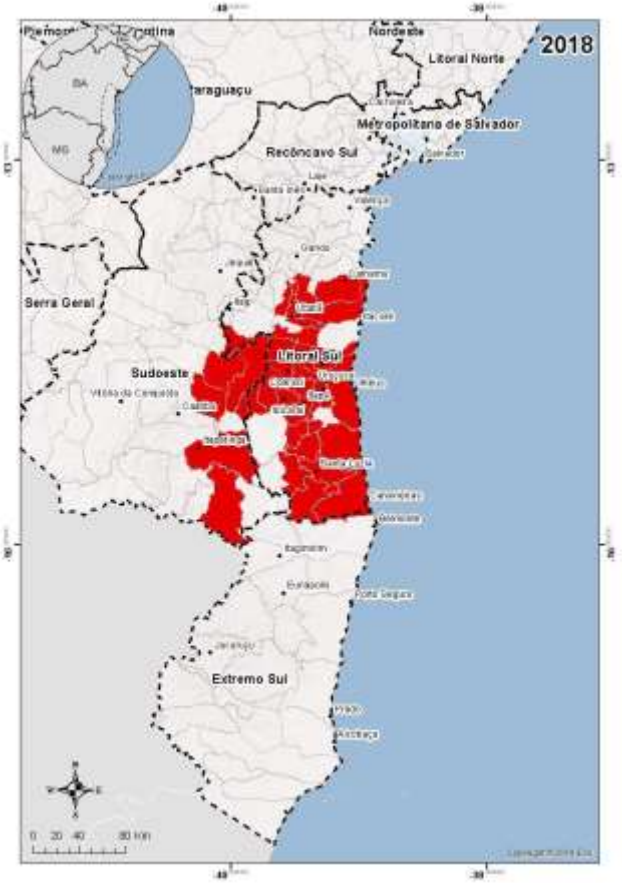

Figura 11 - Território do cacau no Estado da Bahia: 2018.

Fonte: AMURC (2018).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Conforme analisamos no histórico do desenvolvimento da cacauicultura sul-baiana, a área pioneira nesse cultivo correspondia ao atual município de Canavieiras. Esse município

integra praticamente todas as configurações do território do cacau analisados ao longo do tempo (1920, 1940, 1957, 1985, 1992, 2001, 2013), com exceção do território do cacau de 2016, quando não figurava mais entre os municípios associados à AMURC. Já nos dados coletados para a definição mais atual do território do cacau (2018) identificamos novamente o município entre os associados à instituição.

Os outros dois municípios que passaram a integrar o território do cacau 2018 – Iguaí e Dário Meira – são pertencentes a mesorregião Centro Sul Baiano, microrregião Vitória da Conquista. Eles passaram a integrar o território do cacau a partir do auge da atividade (1985) e permaneceram mesmo após a crise (1992, 2001, 2013). À semelhança do município de Canavieiras eles não estavam associados à AMURC no ano de 2016, tendo retornado ao conjunto de municípios ligados à instituição nos dados mais recentes.

No quadro 9 apresentamos a distribuição dos 35 municípios associados à AMURC em 2018. O quadro é semelhante ao de 2016 (quadro 8), apresentando apenas a inclusão dos três municípios supracitados.

Quadro 9 – Distribuição geográfica do território do cacau no Estado da Bahia em 2018.

Mesorregião	**Microrregião**	**Municípios Produtores**
Sul Baiano	Ilhéus-Itabuna	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca
	Valença	Maraú e Camumu
Centro Sul Baiano	Vitória da Conquista	Dário Meira, Iguaí, Ibicuí e Nova Canaã
	Itapetinga	Itapetinga e Itarantim

Fonte: AMURC (2018).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2018).

Concluímos assim a análise da evolução do território do cacau no estado da Bahia (figura 12), baseados nas discussões teóricas desenvolvidas por Moraes (2000) acerca do conceito de território e da categoria da formação territorial.

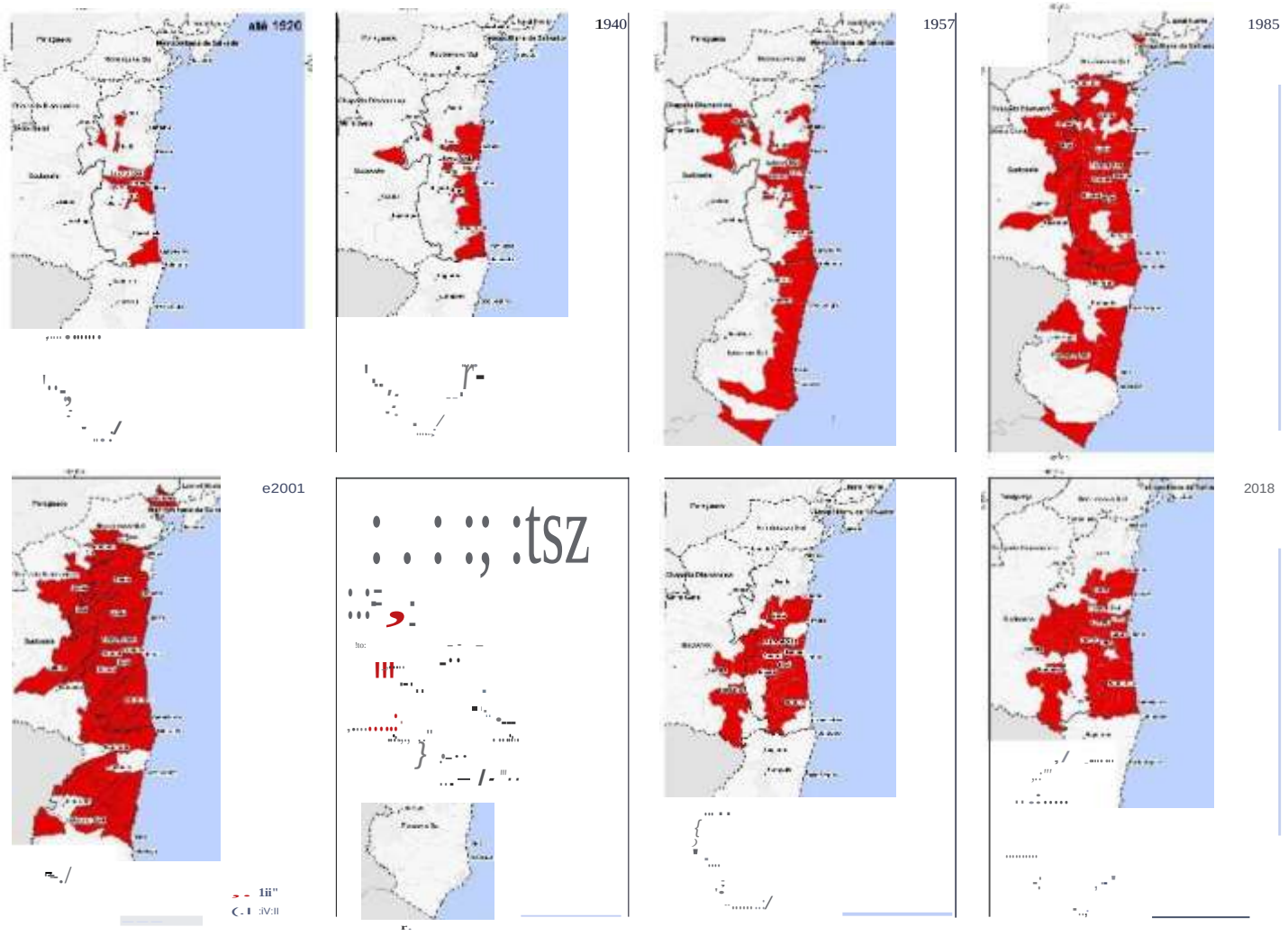

Figura 12- Mapa-síntese da evolução do território do cacau no Estado da Bahia: (1746-2018).

Fonte: Pesquisa bibliográfica. Elaboração: SPANGHERO (2018).

Conforme pudemos acompanhar pela análise apresentada até aqui e podemos visualizar na figura acima, o território do cacau assumiu diferentes configurações ao longo dos marcos temporais que estabelecemos.

Na concepção de Moraes (2000, p. 18) que fundamenta teoricamente o desenvolvimento desse trabalho, "o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexiste como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza".

Vimos como ao longo de mais de 250 anos diferentes porções do espaço sul-baiano foram **criadas e qualificadas** pelas sociedades históricas que o ocuparam para o cultivo do cacau. O que designamos neste trabalho como **território do cacau** é justamente *as diversas porções do espaço, variáveis no tempo, que foram apropriadas pelas sucessivas gerações e orientadas, por muito tempo, definidas pelas relações materiais e imateriais resultantes da cacauicultura.*

Moraes (2000, p. 21) explica que "todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa". Apreender a formação territorial do Sul da Bahia, com destaque para a constituição e o movimento do território do cacau ao longo do tempo, buscando compreender a conformação e a estrutura atual desse território foi um dos esforços desse trabalho.

Ao longo do tempo, o espaço, a sociedade e o cultivo se transformaram, daí a necessidade de aplicarmos diferentes critérios para conseguirmos identificar as diferentes áreas nas quais a atividade cacaueira exercia grande influência econômica e, portanto, orientava não só a instrumentalização do espaço para a produção da atividade como permeava relações sociais de cunho político e cultural.

Se analisarmos apenas a configuração do território do cacau nos últimos três marcos temporais – 2013, 2016 e 2018 – verificaremos que ainda hoje esse território apresenta dinamismo, revelando sua importância em escala regional.

Após espacialização e análise território ocupados pelo cultivo do cacau desde sua implantação até a configuração mais atual – 2018, ano de finalização deste trabalho, reconhecemos que a *crise da vassoura-de-bruxa* (como vimos a crise pós-1989 não se resume à propagação da doença), mas afetou não só a economia dos municípios produtores e seu entorno, mas afetou a economia da Bahia como um todo, impondo uma reestruturação

econômica de abrangência estadual, visto que até o final da década de 1970 o cacau era o principal produtor de riqueza e que mesmo após sua superação pelo PIB gerado pelo setor industrial o cacau era o principal cultivo de exportação do estado.

A seguir apresentaremos os principais elementos envolvidos nessa reestruturação e enfatizamos as principais atividades que passaram a ser desenvolvidas nos municípios do Sul da Bahia nas últimas décadas como forma de superação da crise. Conforme veremos algumas dessas atividades parecem fortalecer a atividade cacaueira e reafirmar a "vocação regional" enquanto outras parecem sinalizar para outros vetores do desenvolvimento econômico.

2.2 Reestruturação econômica do Sul da Bahia: inserção de novos elementos na formação territorial

Analisando os dados relativos à economia regional, nos surpreendeu particularmente a composição intersetorial do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Sul da Bahia. Contrariando o discurso hegemônico que afirma a dependência econômica desses municípios do cultivo do cacau, constatamos que, na atualidade, o setor agropecuário é coadjutor na composição do PIB dos principais municípios do território do cacau.

Conforme apresentaremos, a participação das atividades agropecuárias na geração de riquezas no território cacaueiro é muito diminuta em contraposição aos outros setores da economia, setores esses que passaram a se desenvolver sobretudo após a crise do cacau da década de 1980. Vale salientar que essa nova realidade econômica não é observável apenas nos municípios dedicados ao cultivo do cacau, mas caracteriza, num movimento amplo, o desenvolvimento econômico recente do estado da Bahia e do Brasil como todo.

Silva, B. et. al. (2004) explicam que nas últimas décadas a Bahia passou a registrar uma significativa alteração da sua estrutura econômica com a progressiva diminuição da importância das atividades agropecuárias – que historicamente predominaram na economia do estado – frente ao crescimento do setor industrial e de serviços, estes em franca expansão sobretudo a partir da década de 1970.

Os autores demonstraram a transformação na estrutura econômica do estado no período de 1960-2001 na tabela (Tabela 1) que reproduzimos a seguir (SILVA, B. et. al., 2004).

Complementamos a tabela elaborada pelos autores com os dados atualizados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2012a/2018) referentes à composição setorial da economia da Bahia nos anos de 2010 e 2015.

Tabela 1 – Estado da Bahia: Composição Setorial da Economia Baiana – 1960/2015.

Ano	Setor Primário (%)	Setor Secundário (%)	Setor Terciário (%)
1960	40	12	48
1970	21,2	13,4	65,4
1980	16,4	31,6	52
1990	15	30	55
2001	10,3	41,7	48
2010*	7,8*	29,9*	62,3*
2015▪	8,3▪	22,1▪	69,6▪

Fonte: SILVA, B. et. al. (2004, p. 101).

* Dados da SEI (2012a).

▪ Dados da SEI (2018).

Conforme podemos verificar pela evolução da participação dos setores na economia baiana, a contribuição das atividades agropecuárias na composição da riqueza do estado diminuiu progressivamente reduzindo sua participação de 40% para pouco mais de 10% no período de 1960 a 2001. Essa tendência de queda na participação do setor primário se confirmou no período de 2001 a 2015 e atualmente o setor responde apenas por cerca de 8% do PIB baiano.

Em contraposição o setor secundário que em 1960 contribuía com apenas 12% para o PIB estadual ampliou sua participação na composição do PIB e, pelos dados de 2001, era responsável por 41% da riqueza gerada na Bahia. Entretanto no período de 2001 a 2015 o setor industrial apresentou uma retração na sua participação no PIB baiano, conservando a segunda posição no ranking da composição setorial mas diminuindo sua importância para a ordem dos 22% dos valores brutos do PIB do Estado.

O setor de serviços foi o que apresentou maior instabilidade ao longo do tempo, embora tenha conservado sua liderança na composição do PIB baiano em todo período. Tendo sido responsável por 48% do PIB baiano na década de 1960 o setor cresceu na década de

1970, que foi a mais significativa para esse setor, sendo sua participação na composição do PIB mensurada em 65%. Como veremos mais adiante, nesse momento o setor industrial ainda estava latente no estado enquanto estavam sendo implementadas políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, fato que pode explicar a contribuição tão significativa desse setor nessa década e nas duas seguintes atingindo patamares acima de 50% da composição do PIB.

Considerando os dados de 2001 verificamos uma leve queda do setor terciário frente ao modesto crescimento do secundário. No entanto, o setor terciário ampliou novamente sua participação na composição do PIB atingindo, em 2010, o patamar de 62% da geração de riqueza do estado. Já nos dados de 2015 verificamos uma nova ampliação da participação deste, atingindo quase 70% da composição setorial da economia baiana.

Para esse novo momento de significativa importância do setor terciário concorre principalmente a ampliação e diversificação da prestação de serviços que, mesmo na capital Salvador, era precária até a virada do século em comparação a outras regiões metropolitanas brasileiras.

É importante também ressaltar o papel da Administração Pública (APU) na composição do PIB, cujos valores estão agrupados no setor terciário. A relevância desse subsetor é inegável na geração de empregos e renda de grande parte dos municípios baianos, como demonstram Santos, Silva e Pereira (2011).

Os autores analisaram a tipologia dos 417 municípios baianos, classificando-os em seis perfis produtivos:

> 1 – municípios caracterizados pela presença significativa da administração pública;
>
> 2 – municípios multissetoriais com vocação para serviços e indústria;
>
> 3 – municípios com perfil agropecuário;
>
> 4 – municípios com perfil multissetorial com vocação para serviços e agropecuária;
>
> 5 – municípios voltados para os serviços;
>
> 6 – municípios com vocação industrial.

A análise quantitativa revelou que os municípios enquadrados no perfil 1 – Administração Pública (APU) – são os mais numerosos do Estado da Bahia, correspondendo a 212 municípios, enquanto que os perfis produtivos 6 (Indústrias) e 3 (Agropecuária) são os

que agrupam menor quantidade de municípios, respectivamente, 17 e 22 (SANTOS; SILVA & PEREIRA, 2011).

Os autores ainda avaliaram o peso da participação de cada um dos seis grupos de municípios na composição do PIB estadual. De acordo com o estudo

> o grupo de municípios industriais responde por 22,6% do PIB estadual, enquanto que os municípios do grupo APU participam com apenas 15,5%. Essa discrepância é facilmente entendível na medida em que a atividade industrial é muito mais dinâmica que a administração pública, gerando, assim, maior nível de renda, fato este comprovado pela diferença do PIB per capita, quase 10 vezes maior. [...] o grupo dos municípios de serviços é o que detém maior participação, com 43,9%. Finalmente, observa-se que o grupo com perfil agropecuário possui somente 22 municípios e uma participação de apenas 3,3% do PIB estadual. Apesar disso, em termos de análise da distribuição da renda, nota-se que este grupo corresponde à segunda melhor distribuição, com renda per capita de R$ 10.613 (SANTOS; SILVA & PEREIRA, 2011, p. 10).

No que diz respeito ao pessoal ocupado por setor econômico no Estado da Bahia, observamos que ainda é grande participação do setor agropecuário. De acordo com Silva, B. et. al. (2004) o setor terciário é o que mais emprega com 47,1% do pessoal ocupado, seguido do setor agropecuário que emprega 38,3%. O setor secundário ocupa 13,3% do pessoal e 1,2% estaria ocupado em outras atividades.

Articulando as características gerais observadas na economia do estado à escala local, constatamos a superação da exclusividade do cacau na produção de emprego, renda e divisas nos municípios do território Sul da Bahia pela coexistência de atividades econômicas dos outros setores.

Ao analisarmos, como exemplo, a composição intersetorial do PIB dos dois principais municípios do território cacaueiro – Ilhéus (Figura 13) e Itabuna (Figura 14) – poderemos constatar a importância do setor industrial e de serviços na composição da riqueza local, a exemplo do que têm ocorrido na economia do estado.

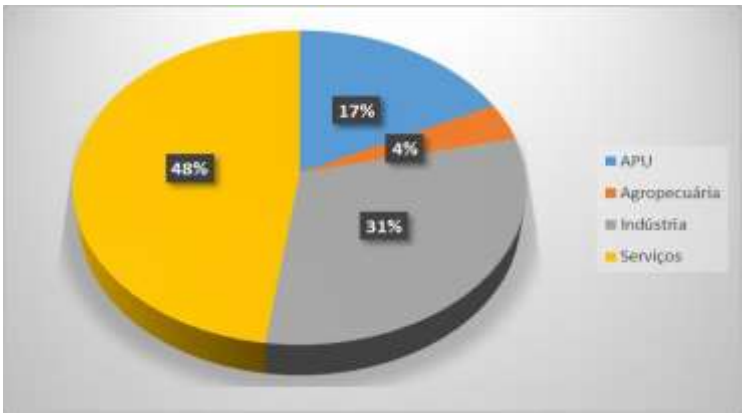

Figura 13 – PIB do município de Ilhéus: participação dos setores produtivos (2013).
Fonte: IBGE (2016a).

Conforme podemos verificar pela análise do gráfico, o setor agropecuário corresponde ao setor de menor contribuição na composição do PIB de Ilhéus, enquanto que o setor de serviços é o que mais contribui, seguindo as tendências estaduais de composição setorial da economia.

De acordo com os dados da SEI (2003), o grande destaque do setor de serviços em Ilhéus é o turismo. Por ser um município litorâneo, Ilhéus foi beneficiada com os investimentos turísticos realizados pelo Governo do Estado, sobretudo a partir da década de 1990 (trataremos desse assunto pouco mais adiante, na seção 2.2.1).

No que tange a divisão intersetorial da economia do município de Itabuna verificamos as mesmas características gerais observadas em Ilhéus e no estado da Bahia quais sejam: a diminuição da participação relativa da agropecuária na geração de riquezas e o predomínio do setor de serviços na composição do PIB.

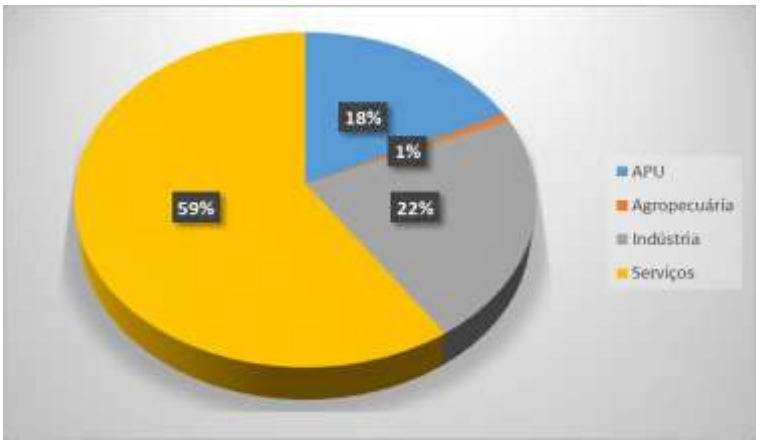

Figura 14 – PIB do município de Itabuna: participação dos setores produtivos (2013).
Fonte: IBGE (2016b).

No entanto, notamos que em comparação com os dados do PIB do município de Ilhéus, a contribuição do setor de serviços é ainda mais significativa em Itabuna, enquanto que a do setor agropecuário é ainda mais diminuta. Isso ocorre porque, diferentemente de Ilhéus (que é uma cidade litorânea), a atividade turística no município de Itabuna é inexpressiva, sendo que a riqueza gerada pelo setor terciário é proveniente tanto da prestação de serviços quanto do comércio.

Um documento produzido pela SEI (2003) explica, ao analisar a dinâmica demográfica do estado da Bahia que, no contexto da crise do cacau da década de 1980, "Itabuna, centro de comércio varejista e de serviços, absorveu os fluxos comerciais de todo esse espaço e aqueles que se deram entre regiões circunvizinhas, dentro e fora da Bahia" (SEI, 2003, p. 214).

A hegemonia do setor terciário na composição da economia, demonstrada pela análise dos casos de Ilhéus e Itabuna, é observada em *todos* municípios do Sul da Bahia, enquanto que a segunda posição apresenta, segundo o município estudado, as atividades industriais ou as agropecuárias.

A partir dos dados fornecidos pelo estudo de Santos, Silva e Pereira (2011) pudemos constatar que dos 35 municípios que compõem o território do cacau na atualidade (2018), a maior quantidade está enquadrada no perfil 1 referente à Administração Pública (17 municípios). Em seguida identificamos os municípios agrupados no perfil 4 – Serviços e Agropecuária (8 municípios) e no perfil 5 – Serviços em geral (6 municípios).

Em menor quantidade, verificamos os municípios agrupados nos perfis 3 – Agropecuária (1 município) – e 2 Serviços e Indústria (3 municípios). Nenhum dos municípios do território do cacau 2018 foi enquadrado no perfil 6, referente à vocação industrial.

Essa nova realidade da estrutura econômica tem transformado significativamente o território sul-baiano nos últimos anos, extinguindo certos elementos socioculturais tradicionais, transformando outros e introduzindo novos elementos na formação territorial.

A prática da agricultura não-convencional do cacau é uma dessas atividades que concorrem para a nova configuração da tríade sociedade-cacau-Mata Atlântica na formação territorial do Sul da Bahia. No entanto, como esse é nosso objeto de estudo, não será abordado exaustivamente nessa seção, sendo investigado de forma mais aprofundada nos próximos capítulos. Por ora convém apenas destacar que esse fenômeno é concomitante aos primeiros

anos da crise do final da década de 1980 e representou, ao mesmo tempo, um caminho alternativo na busca de soluções para a crise e uma forma de reafirmar a vocação regional do Sul da Bahia, ainda que lançando novas e complexas bases para seu desenvolvimento.

A seguir discutimos as principais atividades econômicas realizadas no território do cacau no contexto pós-*crise da vassoura-de-bruxa* procurando indicar os agentes envolvidos em cada uma das atividades e discutindo o momento histórico de sua implantação/transformação.

No caso de atividades preexistentes, como a agropecuária, buscamos identificar as principais transformações ocorridas com o advento da crise do cacau enquanto que, ao investigar novas atividades, a exemplo do turismo, discutimos o processo de implantação no Sul da Bahia, sempre articulando seu desenvolvimento à escala estadual. Organizamos a exposição dessas atividades em três blocos: turismo e demais serviços, atividade industrial e agropecuária.

2.2.1 Turismo e demais serviços

Uma atividade de grande expressão econômica implantada no Sul da Bahia no contexto pós-crise do cacau (1980) foi o turismo. A nível estadual, Silva B. et. al. (2004, p. 133) explicam que

> Até a década de 1970 do século passado, o turismo só possuía expressão em Salvador e em seus arredores, onde tinha começado na década de 1950. Nas décadas de 80 e 90, sobretudo na última, cresce o turismo no litoral e na Chapada Diamantina.

De acordo com Chiapetti (2009) os programas estatais de apoio ao desenvolvimento do turismo na Bahia iniciaram-se no ano de 1971 com o Plano de Turismo do Recôncavo. A partir dessa data o Governo do Estado passou a estimular e regulamentar a atividade turística através da criação de órgãos específicos como o Conselho Estadual de Turismo[39] (CETUR), Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR) e a Empresa de Turismo da Bahia S.A.

[39] Esse órgão foi extinto em 1989 quando foi oficializado o comando único da BAHIATURSA no fomento e desenvolvimento da atividade turística no Estado da Bahia.

(BAHIATURSA)[40]. Para o autor "A ênfase na atividade turística como vetor de desenvolvimento regional ocorreu, sobretudo, nas áreas com potencialidades naturais, como as litorâneas" (CHIAPETTI, 2009, p. 138).

Na década de 1990 foi elaborado pelo Governo Federal o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) que representou para o Governo do Estado da Bahia uma oportunidade para buscar novas fontes de recursos e realizar novos investimentos na atividade turística. Através desses recursos foi traçada uma nova estratégia para o desenvolvimento econômico da Bahia com papel de destaque para o turismo. Nesse contexto

> o estado da Bahia criou o seu Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA) reproduzindo as mesmas diretrizes da política neoliberal do PLANTUR, isto é, tinha como objetivo disciplinar a atividade econômica do turismo, tanto para o setor privado – com subsídios ao planejamento e execução da atividade, quanto para o setor público – através da reconstrução ou remodelação dos produtos turísticos com o propósito de diversificar a oferta para os investidores (CHIAPETTI, 2009, p. 140-141).

Ainda na década de 1990 as ações do governo estadual no que tange o desenvolvimento do turismo foram reforçadas a partir da integração da Bahia no PRODETUR/NE em 1995. A partir de então passaram a ser prioridade os investimentos na criação e melhoria da infraestrutura (sobretudo nas vias de circulação), na preservação ambiental (visando o turismo ecológico) e na recuperação do patrimônio histórico (CHIAPETTI, 2009).

Conforme esclarece Chiapetti (2009) nesse novo momento de desenvolvimento do turismo no estado observamos a BAHIATURSA atuando com recursos do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO) – atual Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (DESENBAHIA). Por meio dessa parceria foi instituído o Programa Pró-Turismo destinado "a financiar empreendimentos privados nas áreas turísticas 'prioritárias', áreas que oferecem como atrativos tanto as praias como o patrimônio histórico" (CHIAPETTI, 2009, p. 139).

---

[40] Chiapetti (2009, p. 139) explica a trajetória desse órgão: "A BAHIATURSA foi e ainda é um órgão gerido pelo Estado, mas composto por uma sociedade acionária. Na sua origem, tinha como objetivo a construção e gerenciamento de uma rede hoteleira no Estado. Assim, a atividade turística começou a se expandir a partir da década de 1970, tendo o governo estadual como principal investidor […] Atualmente, a Bahiatursa é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Turismo, sendo responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, no Brasil e no exterior. É também a responsável pela administração e comercialização do Centro de Convenções da Bahia (Salvador), de Ilhéus e de Porto Seguro e dos postos de informações turísticas do Pelourinho (SAT), do Aeroporto, da Rodoviária e do Mercado Modelo".

Nesse contexto foram criadas as zonas turísticas pelo governo estadual, conforme podemos visualizar na figura 15.

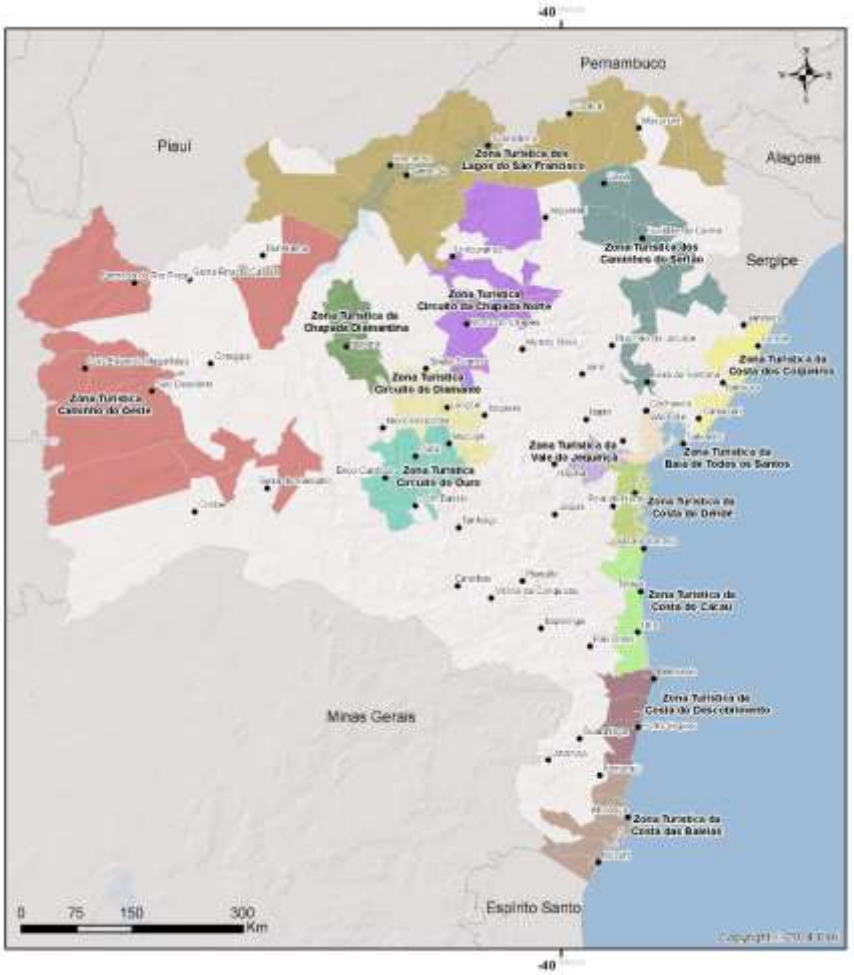

Figura 15 – Estado da Bahia: Zonas Turísticas – 2012.

Fonte: SEI (2012).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Especificamente no território Sul da Bahia o turismo foi uma das alternativas econômicas promovidas com vistas à recuperação econômica de alguns dos municípios dedicados historicamente ao cultivo do cacau. Denominada pelo governo estadual como Costa do Cacau (identificada pela cor verde clara no mapa da figura 15), essa zona turística é composta por seis municípios: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras, sendo que a atividade turística é mais expressiva nos municípios de Ilhéus e Itacaré.

Além dos diversificados atrativos naturais e históricos da Costa do Cacau a existência de um porto internacional e de um aeroporto nacional em Ilhéus garantiu a facilidade de acesso à massa de turistas interessados em conhecer a região.

Outro fator crucial para a compreensão do turismo no Sul da Bahia está ligado à ampla divulgação das obras do escritor Jorge Amado. Muitas de suas histórias, traduzidas e comercializadas em mais de cem países, são ambientadas no território do cacau, atraindo a atenção de muitos turistas. A influência das obras desse autor é inconteste na orientação das ações públicas de preservação e recuperação do patrimônio histórico – sobretudo do município de Ilhéus – ações essas interessadas em promover o turismo local.

Figueiredo (2005) apresenta uma sucinta retrospectiva das ações do poder público na valorização, recuperação/preservação e institucionalização do patrimônio histórico ilheense, através da qual podemos ver de forma bastante nítida a relação entre a atividade turística e as adaptações da obra de Jorge Amado

> O turismo vai influenciar sobremaneira a seleção e os investimentos voltados para a preservação e valorização do patrimônio histórico da cidade de Ilhéus. Como grande motivador deste processo temos as obras de Jorge Amado, que ao serem adaptadas pela TV e pelo cinema, difundiram Ilhéus num mercado globalizado do turismo [...] As datas são reveladoras. A novela [Gabriela] acaba em 1977, fazendo com que a cidade seja visitada por turistas que queriam conhecer o local descrito nas ficções de Jorge Amado, as histórias dos coronéis e jagunços, elementos desse imaginário do cacau difundido pelo autor [...] foi em 1978 que o poder público vai começar a criar meios legais para a preservação do patrimônio histórico da cidade, dando atenção aos símbolos da cultura do cacau (FIGUEIREDO, 2005, p. 11-12).

Segundo esse autor, a primeira ação no sentido de valorizar e preservar o patrimônio histórico de Ilhéus – "porta de entrada" para a Costa do Cacau – data de 16 de maio de 1978, quando foi assinada a Lei nº 1.183, cujo principal objetivo seria "cooperar para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do Município" (FIGUEIREDO, 2005, p. 10).

Alguns anos depois, em 23 de janeiro de 1985, foi assinada a Lei nº 2.175, que buscou regular o uso e a ocupação do solo "ressaltando a importância da preservação de construções em áreas consideradas de interesse histórico e cultural, delimitando-as" (FIGUEIREDO, 2005, p. 10).

No ano de 1988, o governo do Estado, enumerou alguns bens patrimoniais da cidade após realizar o Inventário de Proteção do Acerco Cultural da Bahia (IPAC): "Nesse, vão estar presentes, além das igrejas mais antigas do município e da prefeitura municipal, sedes de fazendas e palacetes dos coronéis do cacau" (FIGUEIREDO, 2005, p. 11).

Um ano depois, o poder público municipal criou o Centro Histórico de Ilhéus, na área central da cidade "onde se encontram palacetes, casarões e ruas construídas no início do século XX pelos coronéis do cacau" (FIGUEIREDO, 2005, p. 11).

O autor conclui esse retrospecto demonstrando que no início dos anos 2000, a Prefeitura Municipal, visando o desenvolvimento do turismo, buscou revitalizar o centro histórico de Ilhéus com a criação de dois roteiros turísticos: "o roteiro *cravo* e o roteiro *canela*, referência ao livro de Jorge Amado *Gabriela cravo e Canela"* (FIGUEIREDO, 2005, p. 11).

No entanto é de amplo conhecimento que a obra de Jorge Amado não se restringe ao território Sul da Bahia (ou à dita Costa do Cacau); várias partes da cidade de Salvador são também cenários das histórias do escritor. Assim, mesmo com a divulgação da Costa do Cacau pelas adaptações de alguns trabalhos de Jorge Amado, os principais recursos do Governo Federal e Estadual destinados à promoção da atividade turística foram destinados para Salvador, cabendo aos governos municipais (em plena crise!) os principais investimentos para o desenvolvimento do turismo na Costa do Cacau.

Resultado disso é que a atividade turística só se consolidou como uma atividade realmente significativa nos municípios de Ilhéus e Itacaré, sendo que o turismo nesse último município é mais recente e foi possibilitado, em grande parte, pela pavimentação da Rodovia BA-001 que liga Ilhéus a Itacaré, obra concluída em 1998.

Essa obra financiada com recursos do PRODETUR-NE, intensificou o fluxo turístico no município de Itacaré, transformando significativamente as características do turismo até então praticado no município e, por conseguinte, reestruturando a dinâmica econômica municipal. Na avaliação de Chiapetti (2009, p. 148)

> A Rodovia Gabriela rompeu o isolamento de Itacaré e permitiu novas dinâmicas turísticas e imobiliárias.
> De um cenário historicamente construído, em que as áreas de praia tinham baixo valor econômico e eram freqüentadas por surfistas, pescadores e turistas 'alternativos' (aquelas pessoas que buscam fazer turismo em lugares pouco explorados), começaram a ser objeto de disputa, primeiro por especuladores que se anteciparam à valorização dos imóveis, devido às obras de infra-estrutura, como a construção da rodovia, a criação das APAs e do Parque do Conduru; depois por grupos de investidores atraídos pelas oportunidades também dos incentivos governamentais.

O exemplo da construção da Rodovia Gabriela e os impactos dessa obra no município de Itacaré pode ser utilizado também para demostrar a importância da intervenção do estado no planejamento da atividade turística viabilizando sobretudo a criação de infraestruturas de transportes que facilitem e sustentem os fluxos turísticos que se deseja atrair.

Mais recentemente a classificação oficial do Governo do Estado da Bahia reagrupou as sete zonas turísticas em quatro pólos turísticos, quais sejam: Pólo do Descobrimento, formado pela Costa do Descobrimento e pela Costa das Baleias; Pólo de Salvador e Entorno, formado pela Bahia de Todos os Santos, incluindo o município de Salvador e a Costa dos Coqueiros; Pólo Litoral Sul, que abrange a Costa do Dendê e a Costa do Cacau e o Pólo Chapada Diamantina.

As políticas públicas de regionalização do turismo conduzidas pelo governo do estado têm sua inspiração nos estudos de Perroux acerca dos pólos de desenvolvimento. Explicitaremos os princípios desses estudos ao discutirmos a criação dos distritos industriais, na próxima seção (2.2.2).

Principalmente quando analisamos o caso dos municípios litorâneos, observamos que o crescimento do turismo têm estimulado o desenvolvimento do setor de serviços, com a criação e/ou ampliação de certos ramos ligados a demanda turística. Chiapetti (2009, p. 158) constata

> O que observamos como maior impacto proporcionado pelos incentivos do Estado, na viabilização de infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade turística na Costa do Cacau é a multiplicação de equipamentos turísticos voltados para atender uma demanda de hóspedes dispostos a pagar diárias de elevado valor. Esses equipamentos são denominados como *resorts*, *condo-resorts*, *condo-hotéis*.

O autor diferencia esses equipamentos explicando que os *resorts*[41] são "hotéis de lazer inseridos nas categorias luxo ou luxo superior e apresentam grande capacidade de hospedagem, infraestrutura, conforto, segurança e variedade de serviços" (CHIAPETTI, 2009, p. 158). Enquanto que

> Os *condo-resorts* e *condo-hotéis* são empreendimentos de uso misto (residência e hospedagem) que contam com serviços de hotelaria, equipamentos de lazer e entretenimento, desobrigando o proprietário de uma

[41] Chiapetti (2009) utiliza a definição de: MATOS, Olgária. **Discretas Esperanças.** São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

> residência quanto às responsabilidades de manutenção, segurança e ocupação permanente do bem, pois isto fica a cargo da empresa administradora, que se encarrega de todos os serviços de manutenção e hospedagem. Como estratégia na condução do empreendimento, a empresa reúne possíveis sócios para um 'pool empresarial' coordenado por uma empresa hoteleira, que adquire uma área, geralmente com acesso à praia, vendendo parte dela para o setor privado, mas permanecendo na administração do *condo-resort* (CHIAPETTI, 2009, p. 158).

De acordo com Chiapetti (2009) as expansões e criações dos *resorts*, *condo-resorts* e *condo-hotéis* teve início a partir da pavimentação da Rodovia Gabriela (BA-001). Desde então,

> os imóveis rurais e urbanos iniciam um novo período de valorização. A cada ano intensificam-se, no eixo viário, novas aquisições de áreas para a exploração da atividade turística, de atividades comerciais ou como uma reserva de capital ou para uma futura moradia, o que sinaliza uma economia em transformação (CHIAPETTI, 2009, p. 148).

Apesar de sua importância na reestruturação econômica de alguns municípios do território cacaueiro, o turismo não é uma atividade econômica tão significante quantos em outras regiões do estado como Salvador, por exemplo, para onde se destinam a maior parte dos investimentos na atividade turística.

Segundo dados da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (2012), a Costa do Cacau participa com apenas 3,8% do fluxo turístico do Estado, conforme podemos visualizar na tabela 2.

Tabela 2 – Participação das Zonas Turísticas no fluxo turístico do Estado da Bahia (2008).

ZONA TURÍSTICA	PARTICIPAÇÃO (%)
Baía de Todos os Santos	35,1
Costa do Descobrimento	10,8
Caminhos do Oeste	7,0
Costa dos Coqueiros	5,3
Caminhos do Sertão	5,1
Costa das Baleias	5,0
Costa do Cacau	**3,8**
Costa do Dendê	1,9
Chapada Diamantina	1,5
Lagos do São Francisco	1,3

ZONA TURÍSTICA	PARTICIPAÇÃO (%)
Vale do Jequiriçá	0,4
Outras cidades	22,8
TOTAL	100,0

Fonte: SECRETARIA DE TURISMO DA BAHIA (2012).

Mesmo considerando a diminuta participação da Costa do Cacau na composição dos fluxos turísticos estaduais, Chiapetti (2009, p. 146) analisa que

> Embora vários segmentos da sociedade e do Estado se organizem para fazer da atividade turística 'um bom negócio para todos', aproveitando-se da 'dádiva de deus', é importante ressaltar que o modelo de planejamento da atividade - conduzido pelos Programas do estado da Bahia, com investimentos prioritários para grandes obras de infra-estrutura e de normatização do território, para qualificar e oferecer lugares como recurso vantajoso ao investimento - privilegia, seletivamente, as grandes corporações de capitais nacionais e internacionais. Atropelados pelo novo período de fluidez e competitividade, os investimentos não levam em consideração as especificidades do lugar e a atividade turística passa a ser divulgada como a única possibilidade de investimentos.

Como resultado do crescimento do turismo nas últimas décadas o autor discute uma série de problemas, dentre os quais destacamos: a supervalorização dos imóveis urbanos e rurais, a expulsão dos pequenos produtores rurais e membros de comunidades tradicionais; o aumento da população urbana e a precariedade de serviços básicos urbanos; o crescimento do subemprego, principalmente em atividades ligadas ao turismo; a privatização dos espaços comuns, principalmente no que tange o acesso à praia (CHIAPETTI, 2009).

Seduzido pela expectativa de aumentar a arrecadação pública por meio da atividade turística, muitas vezes o poder público passa a atender interesses individuais/corporativos em detrimento dos interesses/direitos coletivos. O exemplo mais emblemático é o desrespeito das legislações federais que regulamentam o acesso à praia pelos grandes empreendimentos imobiliários nos municípios litorâneos. Daí a necessidade de envolvimento da sociedade civil organizada no planejamento, gestão e fiscalização das novas atividades econômicas que se instalam no território do cacau.

Muitos dos investimentos públicos em infraestrutura previstos para o Sul da Bahia estão sendo ou serão realizados via PRODETUR-NE, demonstrando o interesse dos municípios e de instâncias superiores do governo em desenvolver a atividade turística no

território sul-baiano. Esses investimentos representam alternativas de geração de emprego, renda e divisas em escala local.

Entretanto, apesar de ser uma atividade de grande expressão na geração de riquezas no Sul da Bahia, o turismo é muito concentrado. Os investimentos e fluxos turísticos no Sul da Bahia estão restritos à Costa do Cacau que, como vimos é composta por apenas seis municípios. Porém, se formos analisar o volume de recursos destinados a atividade turística e os principais destinos dos fluxos turísticos, veremos que a atividade encontra-se ainda mais concentrada, estando basicamente circunscrita aos municípios de Ilhéus e Itacaré[42].

Como vimos, o setor de serviços é o principal componente do PIB dos municípios do território cacaueiro na atualidade (69,6% pelos dados de 2015). Para além das atividades envolvidas diretamente com o turismo, esse setor compreende basicamente a Administração Pública e Serviços em Geral, ambos subsetores que vem se ampliando no território do cacau, contribuindo assim para dinamizar a economia local.

Organizamos o quadro a seguir (Quadro 10), a partir da classificação proposta no trabalho de Santos, Silva e Pereira (2011) para identificar os perfis produtivos dos 35 municípios que atualmente compõe o território do cacau na Bahia. De acordo com a classificação dos autores esses municípios estariam distribuídos entre os perfis 1, 2, 3, 4 e 5[43].

Segundo os critérios que orientaram o desenvolvimento do estudo, nenhum dos municípios atualmente dedicados ao cultivo do cacau no Sul da Bahia apresentaram características que os pudessem enquadrar no perfil produtivo 6, relativo à vocação industrial. No quadro abaixo apresentamos os municípios cuja economia se ancora sobretudo em atividades do setor terciário, ou seja, perfis produtivos 1, 2, 4 e 5.

Quadro 10 – Municípios baianos do território do cacau de 2018 segundo os perfis produtivos.

Perfil 1 **Administração Pública**	**Perfil 2** **Serviços e Indústrias**	**Perfil 4** **Serviços e Agropecuária**	**Perfil 5** **Serviços em geral**
Barro Preto	Itajuípe	Almadina	Buerarema
Camacan	Itapetinga*	Aurelino Leal	Ibicaraí
Camamu*	São José da Vitória	Barra do Rocha	Ilhéus*
Canavieiras		Dário Meira	Itabuna*

[42] Segundo dados da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (2012), a participação média dos principais destinos no fluxo turístico do estado está distribuída da seguinte forma: Salvador (60%); Porto Seguro (16,1%); Mata de São João (4,5%); Cairú (4,2%); Ilhéus (2,6%); Itaparica (0,8%); Itacaré (0,6%); Outros (11,2%).

[43] Somente um município do território do cacau no Sul da Bahia foi classificado no perfil 3 – agropecuária. Trata-se do município de Arataca. Para facilitar a visualização organizamos no quadro 10 a distribuição dos demais 34 municípios em 4 perfis produtivos.

Coaraci		Ibirapitanga	Ubaitaba
Firmino Alves		Jussari	Ubatã
Floresta Azul		Maraú	
Ibicuí		Nova Canaã	
Iguaí			
Itapé			
Itapitanga			
Itarantim			
Mascote			
Santa Cruz da Vitória			
Santa Luzia			
Una*			
Uruçuca			

***** Municípios que apresentam os cinco maiores PIBs do território do cacau (IBGE, 2016a).

Fonte: Santos, Silva e Pereira (2011).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2018).

Analisando os dados dos municípios com os cinco maiores PIBs do território do cacau na atualidade, quais sejam por ordem decrescente: Itabuna, Ilhéus, Itapetinga, Camamu e Una (IBGE, 2016a), podemos constatar a importância do setor terciário na geração da riqueza regional.

Os maiores PIBs do território do cacau são dos municípios de Itabuna (8ª posição do estado da Bahia) e Ilhéus (9ª posição do estado). Ambos estão classificados no setor de serviços, sendo que em Itabuna se destaca sobretudo o comércio atacadista e varejista, enquanto que em Ilhéus a atividade turística se sobressai.

Os PIBs desses municípios em relação aos demais que compõem o atual território do cacau revela sua importância regional: Itabuna lidera com um PIB de R$ 3.667.701,00 seguido de Ilhéus com PIB de R$ 3.513.498,00 (IBGE, 2016a).

Não são só os valores brutos da produção do PIB que indicam a importância do bipólo Ilhéus-Itabuna no território sul-baiano. Dados apresentados por Silva, B. et. al. (2004) relativos à distribuição dos estabelecimentos comerciais, distribuição do pessoal ocupado no comércio e distribuição das agências bancárias confirmam a centralidade desses dois municípios em relação aos demais municípios do território do cacau.

Os demais municípios listados entre os cinco maiores PIBs do território do cacau são, em ordem decrescente: Itapetinga, Camamu e Una. O município de Itapetinga está listado no

Perfil 2 – Serviços e Indústrias, sendo que o PIB desse município, segundo o IBGE (2016a), é de R$898.629,00, ocupando a 34ª posição do Estado.

Mesmo ocupando a 3ª posição do território do cacau, constatamos a disparidade em relação aos valores brutos deste em comparação aos dois primeiros colocados: enquanto Ilhéus e Itabuna os valores médios de PIB superiores a 3 milhões e 500 mil reais, o PIB de Itapetininga não atinge 1 milhão de reais.

Por sua vez, distanciam-se ainda mais os valores de PIB do quarto e quinto colocados no território do cacau – Camamu e Una – que ocupam respectivamente a 84ª e 101ª posição no Estado da Bahia com os valores brutos de R$296.821,00 e R$ 270.288,00. Ambos municípios estão listados no perfil 1 – Administração Pública.

2.2.2 Atividade industrial

A centralidade dos municípios de Ilhéus e Itabuna no território do cacau também é ressaltada ao estudarmos dados referentes à distribuição das indústrias, quantidade de pessoal ocupado na indústria e localização de distritos industriais. Segundo classificação de Silva, B. et. al. (2004, p. 157) os municípios de Ilhéus e Itabuna constituem um bipólo, considerado

> como um só centro urbano, funcionalmente integrado, merecedor da classificação como capital regional de 1º nível[44] [...] Os melhores exemplos da integração que se processa no eixo urbano Ilhéus-Itabuna são dados pela localização da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira e da UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz no meio do percurso que liga as duas cidades (rodovia BR-415).

Na produção geográfica local acerca do processo de industrialização do Sul da Bahia, destaca-se o trabalho de Gonçalves (2007) que estudou o desenvolvimento industrial nos dois municípios centrais do território do cacau. De acordo com a autora as atividades industriais nas seis primeiras décadas do século XX nos municípios de Ilhéus e Itabuna eram essencialmente voltadas para o consumo local, dificilmente ultrapassavam as fronteiras municipais e, portanto, não apresentavam grande expressão econômica. As principais indústrias desse período eram serrarias, padarias, olarias e pequenas fábricas como de sabão e vinagre.

[44] De acordo com a classificação dos autores, na hierarquia urbana do estado da Bahia, o bipólo Ilhéus-Itabuna estaria no mesmo nível do município de Feira de Santana, ambos classificados como capitais regionais de 1 º nível, abaixo apenas da Região Metropolitana de Salvador.

Para Gonçalves (2007) os fatores que contribuíram para essa debilidade industrial estavam concentrados em três áreas. Em primeiro lugar a autora aponta a falta de iniciativa por parte da maioria dos produtores de cacau, ao que ela denomina "inércia empresarial". Essa inércia seria caracterizada pela crença de que a região se apoiaria, com sucesso, exclusivamente no cacau. Essa crença estaria fundamentada na produção, que àquela época estava em franca ascensão, na estabilidade dos preços e do mercado – tanto o interno como o externo, que eram bastante promissores.

Em segundo lugar, a autora indica que não havia infraestrutura adequada à implementação de atividades industriais. Mesmo as infraestruturas básicas como estradas, água encanada, energia elétrica e telefonia eram precárias (GONÇALVES, 2007).

Finalmente, a autora afirma que devido à prosperidade econômica advinda da cacauicultura (e as expectativas positivas para o futuro da atividade) inexistia uma política industrial que privilegiasse a região, tanto de âmbito nacional quanto estadual (GONÇALVES, 2007).

Diante dessa realidade podemos constatar que a industrialização desses dois municípios – considerados bipólo e classificados como capital regional de 1º nível – foi tardia e o seu desenvolvimento inicial foi essencialmente ligado ao beneficiamento do cacau, como pudemos verificar no capítulo anterior.

Gonçalves (2007) afirma que foi somente a partir da década de 1970 que ocorreu a implementação dos distritos industriais de Ilhéus e Itabuna**,** sendo o de Ilhéus criado em 1973 e o de Itabuna em 1978. Os principais responsáveis por fomentar o desenvolvimento das atividades industriais nesses municípios foram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o governo do Estado da Bahia e os governos municipais.

Na avaliação de Silva, B. et. al. (2004) o processo de industrialização da Bahia remonta ao final da década de 1960, quando o Governo do Estado passou a priorizar o setor industrial estabelecendo planos e metas de crescimento econômico. Nesse primeiro momento , três foram as etapas responsáveis por implementar a industrialização na Bahia: a criação d o Centro Industrial de Aratu[45] em 1967, a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari em 1978 e a criação dos distritos industriais no interior do Estado (o de Ilhéus foi implementado pelo Governo do Estado enquanto o de Itabuna foi realizado pelo Governo Municipal).

[45] O Centro Industrial de Aratu é um complexo industrial localizado nos municípios de Simões Filho e Candeias, ambos integrantes da Região Metropolitana de Salvador.

Segundo análise de Gonçalves (2007) o desenvolvimento industrial promovido pelos poderes públicos nos municípios do interior do Estado – como é o caso de Ilhéus e Itabuna – tiveram forte inspiração nos estudos sobre polarização de François Perroux. A autora explica que esses estudos defendiam a criação de pólos satelizados para a organização territorial da produção industrial, implantando "indústrias motrizes" em lugares estratégicos. Essas indústrias motrizes seriam responsáveis pela atração de outras indústrias interdependentes e/ou complementares. A criação desses pólos permitiria ao Estado maior controle das atividades econômicas através da orientação e concentração espacial das atividades industriais. Silva, B. et. al. (2004, p. 123) sintetizam o atual cenário industrial do estado afirmando que "a atividade industrial da Bahia ainda é fortemente concentrada na Região Metropolitana de Salvador e, em menor grau, em Feira de Santana" e que "É importante ressaltar a existência de muitos municípios sem qualquer atividade industrial ou com um número pequeno de indústrias e operários".

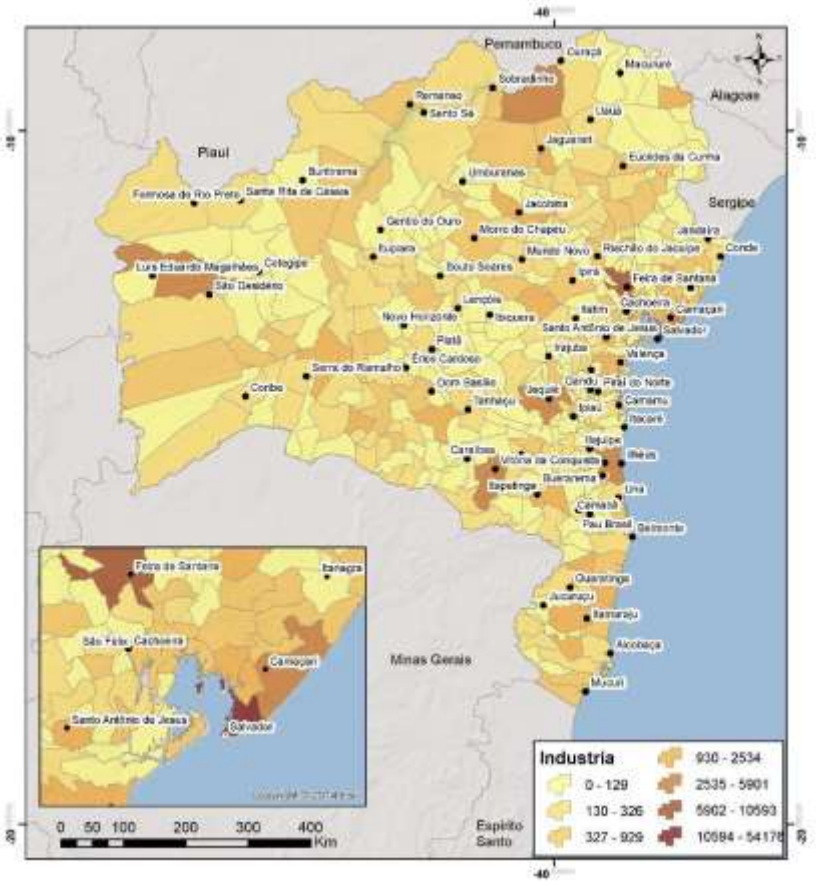

Figura 16 – Estado da Bahia: Distribuição das indústrias – 2012.

Fonte: SEI (2012).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Por meio da análise da figura 16 podemos verificar a distribuição espacial das indústrias no Estado da Bahia. Em geral, os distritos industriais criados nas décadas de 1960 e 1970 – Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista e Juazeiro – potencializaram seu desenvolvimento industrial.

Excetuando-se os municípios que foram selecionados pelo Governo do Estado para a criação dos distritos industriais só observamos outros três municípios cuja atividade industrial é expressiva na atualidade: Barreiras, Jequié e Itabuna. Considerando que o estado da Bahia apresenta 417 municípios esse dado parece demonstrar a importância da ação estatal na indução do processo de industrialização.

De acordo com Gonçalves (2007) o interesse por transformar os municípios de Ilhéus (e Itabuna) em novos sítios industriais a partir de 1970 esteve associado principalmente aos seguintes fatores: incentivos fiscais, mão-de-obra barata, proximidade com a área produtora da matéria-prima básica da indústria alimentícia (principalmente cacau e leite), existência de uma infraestrutura razoável (principalmente de transportes, graças a então recém inaugurada BR-101) e possibilidade de redução dos custos operacionais. Apesar das deficiências na infraestrutura no Sul da Bahia, essa conjuntura seria capaz de proporcionar maiores chances de permanência e competitividade no mercado e de maior lucratividade para as empresas aí instaladas.

Dentre as diversas tipologias de Distritos Industriais, Gonçalves (2007) classificou o modelo implementado nos municípios de Ilhéus e Itabuna como "Plataformas Satélites" (denominação de Markusen[46]). De acordo com ela, somente um dos elementos que caracterizam essa tipologia não foi concretizado na região[47], qual seja: o desenvolvimento de pesquisas acerca das atividades industriais desenvolvidas. As demais características dessa tipologia, listadas abaixo, foram constatadas durante o desenvolvimento da pesquisa de Gonçalves:

- Organização dos distritos industriais através dos governos federal e estadual, com o intuito de promover o desenvolvimento regional, e, portanto financiados com o dinheiro público;
- Afastamento dos grandes centros urbanos;

[46] De acordo com Garcia e Costa (2005) Markusen define quatro tipologias de distritos industriais: Marshallianos, Centro-Radiais, Plataforma Industrial Satélite e Suportados pelo Estado.
[47] Gonçalves (2007) relata que essa não é uma particularidade da área de estudo; em grande parte dos casos esse elemento não é observado.

- Mão-de-obra técnica e gerencial externa à região recebendo os mais altos salários;
- Estrutura econômica dominada por investimentos de grandes firmas, cujas decisões de maior complexidade são tomadas fora da plataforma satélite;
- Indústrias heterogêneas sem conexões intra-distrital.

Gonçalves (2007) analisa a partir da década de 90 as características da industrialização nos dois municípios começaram a se transformar, refletindo as tendências gerais de desconcentração geográfica das atividades industriais, flexibilização produtiva e globalização dos mercados.

A principal característica desse novo momento de industrialização é que as fábricas deixaram de se estabelecer nos distritos industriais e passaram a se fixar nos bairros periféricos. Buscando com isso a redução de custos e a utilização de mão-de-obra (ainda mais) barata, em alguns casos, estabeleceram-se novas relações de trabalho, a exemplo dos trabalhos domiciliares superexplorados.

Em relação às principais atividades industriais dos dois municípios destacamos em Ilhéus a forte presença da indústria alimentícia (com destaque para o segmento cacau e derivados) e a existência de um Pólo de Informática fundado em 1995, e, em Itabuna o complexo calçados/têxteis/confecções (SEI, 2003).

Conforme podemos verificar pelos dados da tabela (Tabela 3) as atividades industriais desenvolvidas nesses municípios têm participação bastante reduzida entre os principais segmentos das exportações baianas.

Tabela 3 – Principais segmentos das exportações baianas (2010).

Segmentos	**Participação (%)**	**Variação (%)**
Químico e Petroquímico	19,7	31,1
Papel e celulose	18,8	30,5
Soja e derivados	10,4	-4,2
Petróleo e derivados	15,2	74
Metalúrgicos	7,2	3
Automóveis	6,1	30,9
Minerais	3,8	25,6
Cacau e derivados*	3,3	26,5
Algodão e seus subprodutos*	3,3	35
Borrachas e suas obras	2,5	20
Café e suas especiarias	2,5	14,5

Frutas e suas preparações	1,5	15,3
Couros e peles	1,2	26,3
Calçados e suas partes*	1,2	26,8
Sisal e derivados	0,7	-5,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos*	0,9	77,1
Fumo e derivados	0,3	25,6
Móveis e semelhantes	0,1	4,4
Demais segmentos	2,2	19,2
Total	**100**	**26,8**

***** Os segmentos sinalizados com asterisco indicam as principais atividades econômicas atualmente desenvolvidas no território do cacau.

Fonte: SEI (2012b).

Conforme podemos verificar na tabela o segmento eletro-eletrônico é o que demonstrou o maior crescimento entre as atividades industriais no ano de 2010, atingindo uma variação positiva de 77%. Para esse crescimento muito contribuiu a produção do Pólo de Informática de Ilhéus. De acordo com Mascarenhas (2012), além da importância local desse pólo (que gera cerca de 1.500 empregos diretos e 6.000 indiretos) as mais de sessenta empresas que o compõe respondem por cerca de 20% da produção nacional de microcomputadores e eletroeletrônicos.

Numa análise mais geralista e mais atualizada do segmento industrial na Bahia, identificamos por meio de informações disponíveis na Confederação Nacional da Indústria (CNI), que o Estado da Bahia é o sexto maior PIB do Brasil, com R$ 216 bilhões de PIB, valores de referência do ano de 2015. Na geração de riqueza do estado a indústria é responsável por 22,1%, com PIB industrial de R$ 47,8 milhões, montante esse equivalente à apenas 4,1% da indústria nacional (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2018).

Apesar da modesta participação da indústria baiana no total de riquezas geradas pelo segmento no Brasil, os índices registram aumento da participação do Estado no PIB industrial nacional em comparação aos dados anteriores, de 2005 (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2018).

Além disso, a variação positiva da maioria dos segmentos industriais no montante de exportações baianas, indicam a dinâmica atual dessas atividades e sinalizam para sua provável continuidade, ao menos em curto prazo.

2.2.3 Agropecuária

Ao estudar a agropecuária baiana, Silva, B. et. al. (2004) elencaram três características gerais: a) a persistência no desenvolvimento de atividades tradicionais buscando progressiva adaptação tanto às exigências do mercado quanto às condições naturais da área de cultivo (os autores citam, entre os exemplos, a cultura do cacau); b) o dinamismo recente proporcionado pela modernização das atividades agropecuárias tradicionais e/ou implantação de novas atividades (soja, arroz, fruticultura, sivilcultura, hortaliças, carnicultura, entre outros) e c) a tentativa de responder a novas demandas dos mercados nacionais e internacionais (característica que podemos associar, em parte, à produção orgânica e biodinâmica certificada do cacau).

Os autores organizaram a tabela que reproduzimos a seguir (Tabela 4) para demonstrar os impactos da utilização das novas tecnologias de produção e das novas exigências do mercado na hierarquia dos principais produtos agrícolas da Bahia nos anos de 1985 e 2001. Complementamos a tabela com dados atualizados da SEI (2012c) referentes ao ano de 2010.

Tabela 4 – Estado da Bahia: Principais produtos agrícolas segundo o valor bruto da produção – 1985, 2001 e 2010.

	1985		2001		2010*	
	PRODUTOS	**(%)**	**PRODUTOS**	**(%)**	**PRODUTOS**	**(%)**
1ª	**Cacau**	36,2	Mandioca	14,6	Soja	15,6
2ª	Mandioca	10,7	Soja	12,1	Algodão	9
3ª	Café	9,2	Banana	9,2	Mamão	7,8
4ª	Feijão	7,1	Cana-de-açúcar	7,8	**Cacau**	7,4
5ª	Mamão	4,4	**Cacau**	7,5	Milho	7,4
6ª	Algodão	4,4	Mamão	6,7	Banana	5,8
7ª	Cana-de-açúcar	4,1	Café	5,7	Feijão	5,4
8ª	Soja	3,3	Milho	5,3	Mandioca	5,3
9ª	Milho	3,2	Feijão	4,7	Café	5,3
10ª	Mamona	2,9	Coco-da-baía	4	Maracujá	3,8
11ª	Banana	2,4	Algodão	3,4	Cana-de-açúcar	3,5
12ª	Sisal	2,3	Laranja	2,6	Laranja	2,8
13ª	Laranja	2,1	Manga	2,1	Cebola	2,4
14ª	Tomate	1,8	Tomate	1,9	Tomate	2,3
15ª	Coco-da-baía	1,3	Sisal	1,8	Batata inglesa	2,1
16ª	Arroz	1,1	Uva	1,5	Coco-da-baía	2,1
17ª	Fumo	0,4	Melancia	1,2	Manga	2

18ª	Cebola	0,4	Maracujá	1,1	Uva	2
19ª	Batata doce	0,4	Cebola	0,8	Sisal	2
20ª	Caju	0,3	Batata inglesa	0,8	Abacaxi	1,2
	Outros	1,9	Outros	5,4	Outros	4,8
	TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100

Fonte: SILVA, B. et. al. (2004, p. 105).

* Dados fornecidos pela SEI (2012c).

A partir da análise da tabela visualizamos, em primeiro lugar, a perda de importância econômica do cultivo de cacau na produção de riqueza do estado baiano. O cacau ocupava, em 1985, a primeira posição entre os principais produtos agrícolas da Bahia, com participação de 36,2%, sendo responsável por mais de um terço das exportações agrícolas do estado. Após a crise iniciada no final da década de 1980, decaiu significativamente assumindo a quinta posição em 2001 e a quarta em 2010, com valores percentuais 7,5% e 7,4%, respectivamente nos dados mais recentes.

Observamos também pela análise dos dados de 2001 e 2010 que nenhum outro produto apresentou a importância relativa que o cacau já teve na produção agrícola do estado. Não obstante a significativa participação da mandioca, da soja e da banana – líderes da produção agrícola da Bahia em 2001 – a soma desses três produtos (35,9%) não atinge o valor bruto da produção de cacau registrada no ano de 1985 (36,2%).

O mesmo ocorre se somarmos os valores percentuais dos três líderes da produção agrícola baiana em 2010 – soja, algodão e mamão. Conforme podemos ver não só a soma desses produtos (32,9%) não atinge o valor que o cacau tinha em 1985 no âmbito estadual , quanto a soma é inferior ao valor equivalente à soma da produção dos três líderes de 2001 (35,9%), fato que pode ser utilizado para ilustrar tanto o processo de diversificação que tem caracterizado a produção agrícola baiana nas últimas décadas quanto o desenvolvimento de outros setores da economia.

Com a crise do cacau e a perda relativa de sua importância na economia do estado, outras atividades passaram a ser desenvolvidas no território sul-baiano, assim como outras atividades foram fomentadas pelo governo em outras áreas do estado. Os principais destaques a nível estadual, devido sua importância econômica, são: a soja, cultivada no Oeste Baiano, e a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, culturas de exportação em franco crescimento.

No território do cacau, as principais atividades do setor primário que vêm sendo desenvolvidas, muitas delas substituindo (parcial ou integralmente) antigas roças de cacau nas últimas décadas são: feijão, mandioca, banana, café, coco-da-baía, guaraná e gado bovino (SILVA, B. et. al., 2004).

Além da perda da hegemonia do cacau na economia regional – que, como vimos atualmente é dominada pelo setor terciário – e na economia do estado da Bahia – onde o cacau encontra-se na quarta posição entre os produtos de exportação (sendo que o seu valor bruto de produção nos dados de 2010 consiste em aproximadamente ¼ do valor de 1985) – observamos também significativas mudanças na participação do Sul da Bahia na cacauicultura nacional.

Na análise de Cuenca e Nazário (2004), as exportações brasileiras de cacau atingiram seu máximo em 1985; a partir daí a produção foi diminuindo e a partir de 1992 o Brasil passou a importar cacau. Amparados em dados do IBGE, os autores avaliam que " Ao se comparar a área colhida da Bahia com a do Brasil, percebe-se que a mesma representava 82% do total brasileiro em 1990" (CUENCA & NAZÁRIO, 2004, p. 12).

Baseados nos dados do Censo Agropecuário de 1996, os autores afirmam que

> Quando se observa as regiões geográficas, em 1990, o Nordeste é o destaque, com 83,7% da produção nacional, seguida das Regiões Norte com 14%, Sudeste com 1,9% e apenas 0,5% na Região Centro-Oeste. A Região Sul não apresentou produção de cacau em nenhum dos anos estudados (CUENCA & NAZÁRIO, 2004, p. 12).

Essa configuração da cacauicultura brasileira se transformou desde a crise do cacau no Sul da Bahia. De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (2012b) referentes à produção agropecuária (2010), a Região Nordeste seria responsável por 62,9% da produção de cacau; a Região Norte por 34,4%; a Sudeste por 2,5% e a Centro-Oeste 0,2%. A Região Sul não apresentou produção de cacau.

Podemos constatar que, depois da crise do cacau no Sul da Bahia, a participação da Região Nordeste na produção nacional diminuiu significativamente – cerca de vinte pontos percentuais – enquanto que a participação da Região Norte mais que dobrou no período de 1990 a 2010 passando de 14% a 34,4%.

O estado da Bahia ainda é o maior produtor nacional, concentrando toda a produção da região Nordeste (62,9% do total nacional), seguido pelos estados do Pará (25,3%), Rondônia

(7,4%) e Amazonas (1,7%). Juntos, esses quatro estados são responsáveis por 97,3% da quantidade de cacau produzida no Brasil. Na tabela a seguir reunimos os principais indicadores da produção desses estados, segundo dados de 2010.

Tabela 5 – Produção de cacau nos principais estados brasileiros (2010).

PRODUÇÃO DE CACAU (2010)						
Principais estados	**Participação na produção nacional (%)**	**Área destinada à colheita (ha)**	**Área colhida (ha)**	**Quantidade produzida (t)**	**Rendimento médio (kg/ha)**	**Valor (1.000 R$)**
Bahia	62,9	519.990	519.990	148.254	285	781.302
Pará	25,3	81.764	81.764	59.537	728	300.302
Rondônia	7,4	28.891	28.891	17.486	605	95.921
Amazonas	1,7	9.771	7.808	3.902	414	14.843
BRASIL	**100**	**662.674**	**660.711**	**235.389**	**356**	**1.229.880**

Fonte: IBGE (2012b)

Analisando os dados da tabela, podemos verificar que em todos os estados, exceto no do Amazonas, a produção de cacau está estável, sendo a área colhida correspondente à área destinada à colheita.

Dentre os principais estados produtores a cacauicultura parece estar em expansão apenas no estado do Amazonas, onde 1.963 hectares destinados à colheita não estão sendo colhidos; esse fato pode ser explicado pelo tempo médio de produção comercial dos cacaueiros que é de 4 a 6 anos.

No que tange à área destinada à produção de cacau no Brasil, averiguamos que 79% localiza-se no estado da Bahia. Dada a sua relevância em termos de área destinada à produção, a maior quantidade da produção nacional de cacau é, como era de se esperar, proveniente desse estado – aproximadamente 148 mil das 235 mil toneladas.

No entanto, ao analisarmos o rendimento médio da produção baiana (285 kg/ha) verificamos que é o menor dentre os principais estados produtores, estando muito abaixo da média nacional, mensurada em 356 kg/ha.

O baixo rendimento das lavouras baianas pode ser explicado a partir de uma série de fatores, dentre os quais destacamos: as doenças (principalmente a vassoura-de-bruxa que ainda assola a região), a perda do poder aquisitivo dos produtores (que afeta a aquisição de insumos e outros investimentos na cacauicultura) e a idade das lavouras, algumas constituídas desde a implantação da cultura hegemônica voltada para exportação.

Apesar de, em essência, a cacauicultura realizada com cabrocamento ser um cultivo bastante ecológico, sendo uma cultura permanente, provoca o esgotamento dos solos[48]. Já na segunda metade da década de 1950, Santos relatava que "A ausência de processos químicos de recuperação do solo, que sòmente conhece a adubação digamos natural, é responsável pelo seu esgotamento e pela queda sensível de produtividade que atualmente se registra nas plantações baianas" (SANTOS, 1957, p. 26).

Todos os estados da Região Norte, conforme tabela 6, apresentam rendimento médio superior à média nacional, sendo o rendimento do estado do Pará o mais significativo – 728 kg/ha. O valor do rendimento médio desse estado representa quase três vezes o rendimento médio da produção de cacau da Bahia e mais que o dobro da média nacional, fato que pode explicar a expansão da cacauicultura nos últimos trinta anos.

Cuenca e Nazário (2004, p. 15) explicam que

> A aplicação de novas tecnologias de plantio e o estímulo ao reflorestamento em áreas desmatadas nas décadas anteriores fez com que os estados localizados na Região Norte aumentassem consideravelmente seu rendimento por hectare cultivado
> com cacau, entre 1990 e 2002.

Tabela 6 – Produção de cacau nos principais estados brasileiros (2016).

PRODUÇÃO DE CACAU (2016)						
Principais estados	**Participação na produção nacional (%)**	**Área destinada à colheita (ha)**	**Área colhida (ha)**	**Quantidade produzida (t)**	**Rendimento médio (kg/ha)**	**Valor (1.000 R$)**
Bahia	54,1	565.145	553.592	115.756	209	1.108.581
Pará	40,1	130.193	129.829	85.826	661	789.946
Espírito Santo	2,6	22.341	22.340	5.507	247	53.426
Rondônia	2,5	11.972	11.932	5.272	442	47.567
Amazonas	0,37	1.879	1.407	797	566	3.450
Mato Grosso	0,24	833	723	515	712	2.782
Minas Gerais	0,08	217	217	162	747	1.296
Roraima	0,003	13	13	8	615	32
BRASIL	**100**	**732.583**	**720.053**	**213.843**	**297**	**2.007.079**

Fonte: IBGE (2018)

[48] Analisando aspectos técnicos desse esgotamento do solo, Santos (1957, p. 26) explica que "Segundo Gregório Bondar, a produção de cada tonelada de cacau comercial, em outras palavras, cada hectare plantado, representa uma retirada ao solo de 112 quilos de matérias minerais, donde 60 quilos de potassa, 10 quilos de ácido fosfórico e 20 de azôto".

Conforme podemos analisar pela comparação das tabelas 5 e 6, em pouco mais de meia década, a configuração espacial da produção de cacau por estados se transformou novamente no Brasil. De acordo com os dados do IBGE (2018) referentes ao ano de 2016, quatro novas unidades da federação passam a ser identificados como produtoras de cacau, quais sejam: Espirito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Roraima.

Analisando primeiramente o conjunto dos estados que já figuravam entre os produtores em 2010 – Bahia, Pará, Rondônia e Amazonas – observamos importantes modificações.

Em primeiro lugar, destacamos, por meio dos dados de 2016, a expansão do cultivo do cacau na Bahia. Nos dados de 2010 a área destinada à colheita era igual a área colhida, demonstrando estabilidade dessa lavoura que é do tipo permanente. Já nos dados referentes ao ano de 2016 verificamos que a área destinada à colheita aumentou 8,68% (45.155 ha), assim como a área colhida que aumentou 6,46% (33.602 ha).

Apesar da expansão da área de cultivo, identificamos na análise dos dados de 2016 a diminuição tanto da quantidade produzida quanto do rendimento médio. A quantidade produzida diminui 21,9% (32.498 toneladas) em relação a 2010, enquanto que o rendimento médio, que já era baixo em 2010 (tanto em comparação aos outros estados quanto em comparação à média nacional), diminuiu ainda mais: com uma redução de 26,7% no rendimento médio, a Bahia passa a apresentar um rendimento médio de 209 kg/ha, inferior à média nacional definida para 2016 cujo patamar passa a ser de 297 kg/ha.

Essa queda na produção e no rendimento do cacau no Estado da Bahia pode ser explicada principalmente pela grande estiagem que atingiu o Sul da Bahia entre os anos de 2015 e 2017. Conforme já citamos, foi a maior estiagem dos últimos 100 anos na região, afetando não só a produção agropecuária como a dinâmica urbano-industrial, impondo racionamentos em certos setores das principais cidades, inúmeras perdas econômicas em vários setores econômicos e transtornos à população.

Conforme podemos perceber pela análise das tabelas 5 e 6, a participação da Bahia na produção nacional de cacau diminuiu de 62,9% para 54,1%. As quedas de produção ocasionadas pela crise hídrica foram acompanhadas pelo crescimento da cultura no estado do Pará.

De acordo com Mercado do Cacau (2016), em 2011 o Governo do Estado do Pará definiu a cacauicultura como um dos segmentos prioritários da política agrícola estadual.

Desde então os índices têm apresentando crescimento contínuos. A reportagem procura explicar a expansão do cultivo no estado:

> Além das parcerias entre o Governo do Estado e entidades governamentais, privadas e do terceiro setor para que a assistência técnica chegue às lavouras, o protagonismo da rede de pequenos produtores – que é a grande força da produção paraense -, as boas experiências do cacau em modelos agroflorestais de plantio e as condições geográficas, de solo e clima da Amazônia, são hoje os grandes trunfos da virada do cacau paraense, esperada para breve (MERCADO DO CACAU, 2016).

Podemos observar na comparação das tabelas 5 e 6 que praticamente todos os índices de produção de cacau do Pará aumentaram, assim como a participação do estado na produção nacional que saltou de 25,3% para 40,1%.

A área destinada à colheita aumentou 59,2% (48.429 ha), assim como a área colhida que aumentou 58,7% (48.065 ha) em comparação aos dados coletados para o ano de 2010. A correlação entre a área destinada à colheita e a área colhida demonstram certa estabilidade da área de cultivo, uma vez que a diferença entre elas é pequena.

A quantidade produzida no ano 2016 também aumentou, passando das 59.537 toneladas em 2010 para 85.826, ou seja, um aumento de 44,1%. Entretanto o rendimento médio do cacau produzido no Pará diminuiu no período: no ano de 2010 o rendimento médio apresentava o patamar surpreendente de 728 kg/ha e nos dados de 2016 o rendimento médio passa a ser 661 kg/ha. Apesar dessa diminuição podemos perceber que o novo patamar de rendimento médio é maior que o dobro do rendimento médio nacional, agora fixado em 297 kg/ha.

Com relação aos estados de Rondônia e Amazonas identificamos a diminuição significativa das áreas de cultivo e consequentemente nos demais indicadores analisados : em Rondônia a área destina à colheita diminuiu 58,5% (passando de 28.891 ha em 2010 ha para 11.972 ha em 2016) enquanto que no estado do Amazonas a redução da área destinada à colheita foi ainda mais significativa, atingindo 80,8% (de 9.771 ha em 2010 para 1.879 ha em 2016).

Considerando que o rendimento médio (kg/ha) dos dois estados estão bem acima da média nacional e que o preço de mercado aumentou no período 2010-2016 (aumento de 79,6%), a diminuição da área destinada à colheita provavelmente indica a substituição do cultivo do cacau por outras atividades econômicas.

No que se refere aos novos estados que passaram a ser considerados produtores de cacau pelos dados de 2016 – Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais e Rondônia – identificamos inicialmente que a curto prazo o cultivo permanece estável, sendo a área destinada à colheita praticamente igual à área colhida, com exceção do estado do Mato Grosso que apresenta 110 ha que são destinados à produção mas que ainda não participaram da safra 2016 (lembrando o tempo médio de produção econômica do cacaueiro que é de 4 a 6 anos após o plantio).

A participação desses estados ainda é diminuta no conjunto da produção nacional, sendo que entre eles o estado do Espírito Santo apresenta maior participação (2,6%) enquanto os demais estão abaixo do patamar de 1%.

Ao analisarmos o rendimento médio do cacau produzido nesses estados verificamos que, com exceção do estado do Espírito Santo que apresenta rendimento médio de 247 kg/há, portanto abaixo da média nacional (297 kg/ha), todos os demais estados apresentam rendimento médio muito superior à média nacional (Roraima 615 kg/ha; Mato Grosso 712 kg/ha e Minas Gerais 747 kg/ha).

Os valores da produção também aumentaram significativamente no período 2010-2016 indicando valorização do cacau no mercado internacional. No ano de 2010 a tonelada de cacau apresentava valor aproximado de R$ 5.225,00 enquanto que esse valor em 2016 passa a ser de aproximadamente R$ 9.386,00.

Essa valorização econômica do cacau nesse período pode ser associada à expansão da atividade tanto no âmbito do estado da Bahia quanto em escala nacional, com significativa ampliação das áreas destinadas ao plantio no estado Pará e o registro do início do cultivo em outros estados da federação.

Após analisarmos a produção cacaueira em escala nacional, procurando compreender qual a participação do cacau baiano para o país e investigando dados relacionados a essa produção em comparação aos outros estados produtores, retomamos a análise de nossa área de estudo.

Conforme indicamos, no contexto da crise desencadeada na década de 1980, uma das alternativas econômicas foi a implantação do cultivo orgânico do cacau no Sul da Bahia. Numa primeira aproximação do tema, a partir da pesquisa bibliográfica, tendíamos a interpretar que o desenvolvimento do cultivo orgânico (depois seguido por outras práticas não

convencionais) esteve diretamente associada à crescente demanda por produtos de origem orgânica, principalmente nos países desenvolvidos.

É muito propagada, entre os estudiosos do tema, a ideia de que existe um nicho de mercado disposto a remunerar melhor aqueles itens agropecuários produzidos sem o emprego de agrotóxicos e que ao mesmo tempo respeitem relações justas de trabalho e desenvolvam seus processos produtivos com responsabilidade ambiental, uma vez que os resultados desse tipo de agricultura seriam produtos de alta qualidade, que pouco impactam o meio ambiente, a saúde do trabalhador e do consumidor e que respeitam as leis trabalhistas. Os produtores que satisfazem essas exigências são certificados para garantir a legitimidade de tal processo e, portanto, têm a opção de "cobrar mais caro" pelo seu produto não só pela qualidade superior que apresentam mas também pelos serviços ambientais e sociais que estão envolvidos. Os consumidores, por sua vez, reconhecendo o processo diferenciado de produção estariam dispostos a pagar mais caro por esse tipo de trabalho, remunerando melhor o produtor.

Nas palavras de Mascarenhas (2004, p. 27) "Os produtos orgânicos obtêm, no chamado 'mercado justo' (*eco-trading, fair-trading*), um preço superior ao obtido pelos produtos convencionais, alcançando, algumas vezes, o dobro do obtido pelos produtos convencionais".

Pode até ser que existam nichos de mercado tal qual descrito pelo autor para certos produtos agropecuários mas conforme veremos nos próximos capítulos, não podemos afirmar que essa é uma realidade para a cacauicultura sul-baiana.

O que verificamos no contexto pós-crise do cacau foi que as práticas agroecológicas não-convencionais: apresentaram-se como uma solução que não descartava a lavoura permanente, nem o *know-how* acumulado no cultivo do produto mas que, desenvolvidas sobre outras bases, poderiam garantir a recuperação daqueles que sofriam com a *crise da vassoura-de-bruxa*.

Nos próximos dois capítulos investigaremos melhor essas práticas, procurando caracterizá-las e distinguí-las. Após termos analisado a formação territorial do Sul da Bahia, orientamos nossos esforços para compreender a implantação e expansão do cultivo não-convencional e seu papel na composição do território do cacau.

No Capítulo 3 centramos nossa análise na Agroecologia e na produção certificada de cacau no Brasil e no Sul da Bahia: discutimos os princípios e vertentes da agroecologia e apresentamos o histórico e as particularidades da produção agroecológica do cacau.

3 REPENSANDO ELEMENTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DA BAHIA: PRINCIPAIS IMPACTOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO CACAU

> É preciso reconhecer que as experiências resultantes da crise fomentaram novos nichos, como a produção de cacau orgânico (sem adubos químicos e agrotóxicos) e de cacau fino (demandado para a fabricação de chocolates finos por chocolaterias da Europa). São mais valorizados que o cacau comum e exigem procedimentos diferenciados no manejo das árvores e das amêndoas (NOIA, MIDLEJ & ROMANO, 2015, p. 34).

Como vimos, a quinta crise do cacau iniciada no final dos anos de 1980 consolidou a perda da hegemonia do cacau no Brasil – que de exportador de grande vulto passou a ser importador de amêndoas de cacau – e na Bahia – com o desenvolvimento do setor industrial[49] e de serviços que hoje domina a produção de riquezas no estado. No território Sul da Bahia uma das alternativas que surgiu nesse contexto de crise foi o cultivo agroecológico do cacau.

Tendo estudado o processo histórico de desenvolvimento da atividade cacaueira e seu papel na formação territorial do Sul da Bahia a partir da metade do século XIX,

[49] Silva B. et. al. (2004, p. 100) relatam ao analisar o contexto econômico da Bahia que "foi só entre 1970 e 1980, com o crescimento do Centro Industrial de Aratu e, sobretudo com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que aconteceu a superioridade do setor secundário sobre o primário, em termos de produção econômica".

denominaremos, de agora em diante, de manejo convencional o conjunto de práticas associadas ao cultivo tradicional do cacau – que consiste no cultivo fundamentalmente empírico – e ao cultivo moderno desse produto, que corresponde à aplicação de certos princípios da Revolução Verde à cacauicultura a partir do final da década de 1950, sob orientações da CEPLAC.

Ao manejo convencional do cacau, contrapomos, nesse terceiro capítulo, o manejo agroecológico, introduzido paulatinamente no território Sul da Bahia a partir da década de 1990, fundado em princípios da Agroecologia.

Assim, organizamos esse terceiro capítulo em duas partes: na primeira tratamos de forma mais generalista a Agroecologia enquanto ciência, a questão da certificação e a produção agroecológica certificada no Brasil e na segunda parte analisamos o histórico e desenvolvimento da produção agroecológica do cacau no Sul da Bahia sob as duas vertentes agroecológicas identificadas na área de estudo: a produção orgânica e a produção biodinâmica de cacau. Posteriormente, no quarto capítulo, identificamos outras práticas de produção não-convencional que não necessariamente ligadas à ciência agroecológica.

3.1 Agroecologia: um novo paradigma de produção no campo

Em primeiro lugar, consideramos importante identificar, ainda que brevemente, o papel da Agroecologia no conjunto da produção agropecuária, analisando suas práticas em comparação com a agricultura convencional.

Desde a década de 1920 têm sido observadas iniciativas de exploração agropecuária que buscavam valorizar os recursos naturais e diminuir a dependência de insumos externos aos estabelecimentos agrícolas. Por serem contrários ao modelo hegemônico de exploração agrícola, cujo fundamento é a lógica econômica, essas iniciativas foram agrupadas sob o rótulo de “agricultura alternativa” ou ainda “agricultura não-convencional”.

Desde o seu surgimento esses movimentos de agricultura alternativa enfretam reações; a maior parte delas na direção de ridicularizar essas iniciativas associando suas práticas a uma visão retrógrada e/ou romântica que pregaria a volta ao passado. No entanto, nos últimos anos esse discurso tem encontrado cada vez menos ancoradouros.

Apesar de se manter em uma posição periférica na agricultura mundial – ainda dominada pelo manejo convencional – a agricultura alternativa tem sido apontada em

inúmeros estudos (inclusive pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos) como uma prática absolutamente viável para milhares de agricultores por reduzir os custos de produção e ser tão rentável quanto os sistemas convencionais (ASSIS & ROMEIRO, 2002).

Na figura 17, reproduzimos o fluxograma produzido por Jesus (2005) como forma de sistematizar as principais diferenças entre os sistemas agrícolas convencionais e os não-convencionais.

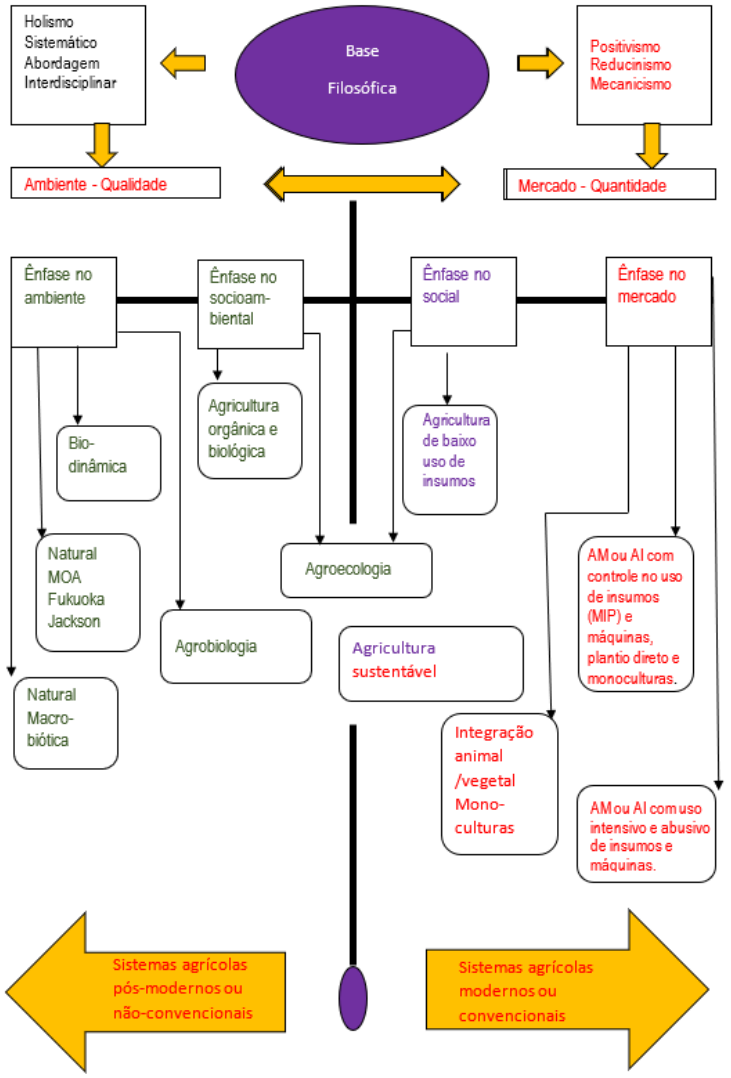

Figura 17 – Diferentes abordagens agrícolas didaticamente tomadas em seus extremos.

Fonte: JESUS (2005).
Elaboração: VITURINO (2018).

Tendo como base as formulações de Thomas Samuel Khun[50] em *A estrutura das revoluções científicas*, Jesus (2005, p. 40) considera

> a agroecologia como um paradigma emergente, substituto da agricultura industrial ou convencional, exatamente por incorporar elementos de síntese, unificadores, integradores. Esse novo paradigma se diferencia por ter uma abordagem holística, não apenas no que concerne às questões ambientais, mas sobretudo às questões humanas.

O próprio autor reconhece que "Existem, evidentemente, outras possibilidades de entendimento do conceito de agroecologia, algumas mais reducionistas do que outras" (JESUS, 2005, p. 40). Em nossa pesquisa bibliográfica identificamos ser mais comum uma abordagem mais histórica da agroecologia, abordagem em que destaca seu papel mais recente na história da agricultura em contraposição ao modelo de agricultura desenvolvido a partir da Revolução Verde.

Na mesma direção de Jesus (2005), Miguel Altieri, em seu livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (2012) também reconhece o caráter revolucionário da agroecologia ao afirmar que

> A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova *revolução agrária* não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar.
> As iniciativas orientadas pelo paradigma agroecológico procuram transformar os sistemas de produção industrializados ao promoverem a transição da agricultura baseada no uso de combustíveis fósseis e dirigidos à produção para a exportação e biocombustíveis para agriculturas diversificadas voltadas para a produção nacional de alimentos por camponeses e famílias agricultoras rurais e urbanas a partir da inovação local, dos recursos locais e da energia solar (ALTIERI, 2012, p. 15).

Nosso entendimento é semelhante ao dos autores. Baseados nos resultados de pesquisa desse trabalho tendemos a concordar com Altieri (2012) e Jesus (2005, p. 40), quando o autor afirma que a agroecologia "pode ser entendida como um novo paradigma, um paradigma emergente".

---

[50] Jesus (2005, p. 40) resume as contribuições desse autor para o desenvolvimento de seu trabalho: "De acordo com Kuhn (1987), a evolução científica se dá por meio de revoluções, nas quais um novo paradigma se instala, assumindo, gradualmente, o lugar antes ocupado por outro, menos avançado ou menos complexas".

Tendo como referência o estudo de caso que desenvolvemos, consideramos que a implantação da agricultura orgânica do cacau – seguida depois por outras práticas não-convencionais – foi revolucionária por transformar as bases sob as quais a cacauicultura se desenvolvia no sul da Bahia[51].

Importante destacar que, independente da perspectiva adotada, a Agroecologia é reconhecida como ciência, e como tal apresenta um corpo próprio teórico e metodológico sendo seu objeto de estudo, grosso modo, definido como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica.

Assis e Romeiro (2002, p. 71) definem a Agroecologia como

> uma ciência que surge na década de 1970 como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna.

No que tange especificamente o histórico da agroecologia como ciência recorremos ao trabalho de Carmo (2004) no qual foram identificadas quatro vertentes originais da agricultura não-convencional, quais sejam: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura organo-biológica e agricultura natural[52].

A autora explica que ao longo do tempo essas correntes

> foram apresentando algumas diferenças, porém, mantendo os princípios básicos que norteiam uma produção ecologicamente equilibrada, entre eles, a abolição de insumos químicos solúveis e a presença da biodiversidade dos agrossistemas (CARMO, 2004, p. 57).

A autora ainda completa a análise dos elementos comuns às diferentes correntes da Agroecologia (e correntes derivadas) destacando mais dois elementos que lhes confere unidade

> É importante frisar que a base comum de todas elas se encontra na manutenção do solo não apenas como um suporte físico às plantas e animais,

[51] A primeira vez que defendemos essa abordagem, ainda sem o conhecimento do trabalho de Jesus (2005) foi em NEVES & SUZUKI (2013).

[52] Jesus (2005) define de forma muito mais aprofundada as diferentes abordagens de agricultura pós-moderna ou pós-industrial, quais sejam, por ordem cronológica: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura ecológica, agricultura natural, permacultura, agricultura regenerativa e agricultura sustentável. Entretanto, optamos pela referência ao histórico desenvolvida por Carmo (2004) por ser mais conciso e dar igual destaque às duas principais vertentes da Agroecologia observadas na área de estudo – a orgânica e a biodinâmica.

> mas com características físicas e químicas propícias a abrigar a vida, dedicando às transformações biológicas um papel central na evolução e manutenção da fertilidade. Ademais, a visão orgânico/sistêmica, ou seja, a unidade produtiva vista enquanto um organismo, é também a base dessas correntes, embora nem todas explicitem esse ponto (CARMO, 2004, p. 60).

A partir dessas quatro vertentes iniciais originaram-se novos movimentos os quais, para Carmo (2004), desembocaram na agricultura sustentável dos dias atuais. Ela sintetiza a evolução histórica dessas vertentes por meio de uma figura[53] que reproduzimos a seguir (Figura 18).

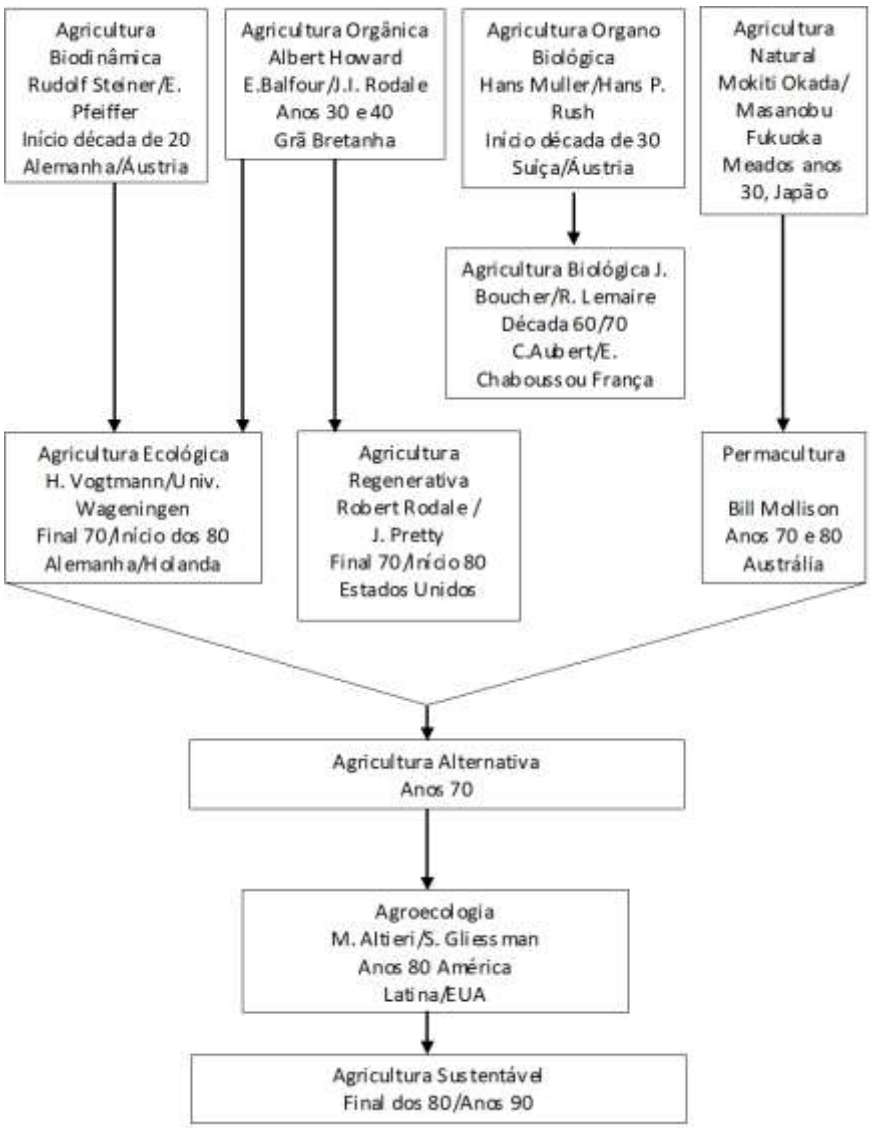

Figura 18 – Evolução Histórica das Correntes Não Convencionais de Agricultura.

Fonte: CARMO (2004, p. 57).
Elaboração: VITURINO (2018).

[53] A figura em questão tem como fonte primária o trabalho de Darolt (2000, p. 89) e foi adaptada pela autora.

Um dos maiores expoentes dos estudos sobre Agroecologia, Altieri[54] descreve a abordagem agroecológica destacando seu potencial para integrar diferentes dimensões na busca por uma estratégia de desenvolvimento que considere não só questões tecnológicas mas também questões sociais e econômicas

> A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas […] A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (ALTIERI, 2008, p. 23).

Para o autor, nos últimos vinte anos, os movimentos agroecológicos têm adquirido importância crescente e legitimidade social ao contestar as práticas agrícolas e as formas de organização produtiva do modelo difundido pela Revolução Verde (ALTIERI, 2008).

Altieri sintetiza no quadro que reproduzimos abaixo (Quadro 11) a comparação entre as principais práticas empregadas na agricultura fundamentada na Revolução Verde e as utilizadas pelos movimentos agroecológicos analisando os aspectos técnicos, ambientais, econômicos, institucionais e socioculturais.

Quadro 11 – Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da agroecologia.

Características	**Revolução Verde**	**Agroecologia**
Técnicas:		
Cultivos afetados	Trigo, milho, arroz, etc	Todos os cultivos
Áreas afetadas	Na sua maioria, áreas planas e irrigáveis	Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas declivosas)

[54] Jesus (2005) explica que "Altieri (1987) e outros cientistas que colaboraram em seu livro, talvez sejam os mais importantes autores em relação à popularização do uso da palavra agroecologia, como um novo marco conceitual científico e de desenvolvimento, incorporando a noção de conhecimento indígena, aspectos culturais, manejo ecológico de pragas, manejo da biodiversidade, aspectos socioeconômicos, educação em agroecologia, etc., apresentando uma decisiva contribuição na evolução conceitual, com relação às formas de agriculturas não-convencionais".

Sistema de cultivo dominante	Monocultivos geneticamente uniformes	Policultivos geneticamente heterogêneos
Insumos predominantes	Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e combustível fóssil	Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos, grande dependência nos recursos locais renováveis
Ambientais:		
Impactos e riscos à saúde	Médios a altos (poluição, química, erosão, salinização, resistência a agrotóxicos, etc). Riscos à saúde na aplicação dos agrotóxicos e nos seus resíduos no alimento	Nenhum
Cultivos deslocados	Na maioria variedades tradicionais e raças locais	Nenhum
Econômicas:		
Custos das pesquisas	Relativamente altos	Relativamente baixos
Necessidades financeiras	Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado	Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local
Retorno financeiro	Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão-de-obra	Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Baixa a média produtividade da mão-de-obra
Institucionais:		
Desenvolvimento tecnológico	Setor semipúblico, empresas privadas	Na maioria, públicas, grande envolvimento de ONGs
Socioculturais		
Capacitações necessárias à pesquisa	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas	Ecologia e especializações multidisciplinares
Participação	Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias	Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade
Integração cultural	Muito baixa	Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização

Fonte: ALTIERI (2008, p. 43-44).

A adoção do modelo produtivo da Revolução Verde pela maioria dos países tendeu à disseminar problemas ambientais e à acirrar as desigualdades já existentes uma vez que, em geral, a modernização – financiada pelo Estado – não foi acompanhada nem da distribuição da terra nem de acesso amplo ao crédito. Como resultado da hegemonia desse modelo observamos, além de graves problemas ambientais decorrentes do uso intensivo de máquinas, insumos químicos e perda da biodiversidade, “os maiores e mais ricos agricultores, que

controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos" (ALTIERI, 2008, p.19).

Por meio da comparação estabelecida pela figura 17 e pelo quadro 11, podemos compreender como a recente valorização dos movimentos agroecológicos tem contrastado com o discurso que sustenta o modelo hegemônico de produção agrícola fundamentado na lógica econômica.

O reconhecimento da legitimidade dos movimentos agroecológicos nos últimos anos não significa, no entanto, que o manejo agroecológico seja uma novidade na atividade agrícola. Na realidade, a Agroecologia, enquanto ciência, se desenvolveu, a partir da década de 1970 sobre a base de conhecimentos historicamente construídos na prática agrícola, nas diversas sociedades.

Já o modelo de exploração agrícola fundamentado pela lógica econômica tem sido construído a partir do século XIX, com os avanços possibilitados pela química agrícola[55]. Consolidado pelo advento da Revolução Verde e seus incontestáveis resultados em termos de produtividade e lucratividade "a humanidade desenvolveu-se sob uma lógica econômica que considerou os recursos naturais inesgotáveis, e a degradação ambiental como um preço a ser pago pelo progresso tecnológico" (ASSIS & ROMEIRO, 2002, p. 70). Essa lógica econômica contrariava o saber mais fundamental acumulado na prática agrícola cujo "bom senso, enquanto sinônimo de sobrevivência, indicou durante milênios que simplificações extremas como a monocultura deveriam ser evitadas" (ASSIS & ROMEIRO, 2002, p. 70).

A agroecologia como ciência que fundamenta as práticas agrícolas contrárias ao modelo hegemônico, valoriza, resgata, aplica e aperfeiçoa os saberes historicamente acumulados na agricultura.

De acordo com Altieri (2008) seriam três os princípios da Agroecologia. A preservação e ampliação da biodiversidade é o primeiro e, nas práticas agrícolas, é utilizada para produzir auto-regulação dos agroecossistemas.

Além disso, a preservação da diversidade cultural, que nutre as agriculturas locais, é seu outro princípio, uma vez que "O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) tem revelado que o conhecimento das pessoas do

[55] Para os autores "a química agrícola surgia como uma possibilidade de eliminar o problema do esgotamento dos solos provocados pela monocultura, viabilizando um novo modo de produção na história da agricultura que foi amplamente disseminado pelo mundo desde o final do século XIX e durante o século XX" (ASSIS & ROMEIRO, 2002, p. 69).

local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado" (ALTIERI, 2008, p. 23).

Por fim, o terceiro princípio da agroecologia refere-se à constituição de uma organização produtiva que garanta o desenvolvimento socioeconômico justo pois "A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente" (ALTIERI, 2008, p.27).

Na figura 19, apresentamos uma comparação entre os principais pilares que sustentam a agricultura convencional e a agricultura agroecológica, discutidos respectivamente em Jesus (2005) e Altieri (2012).

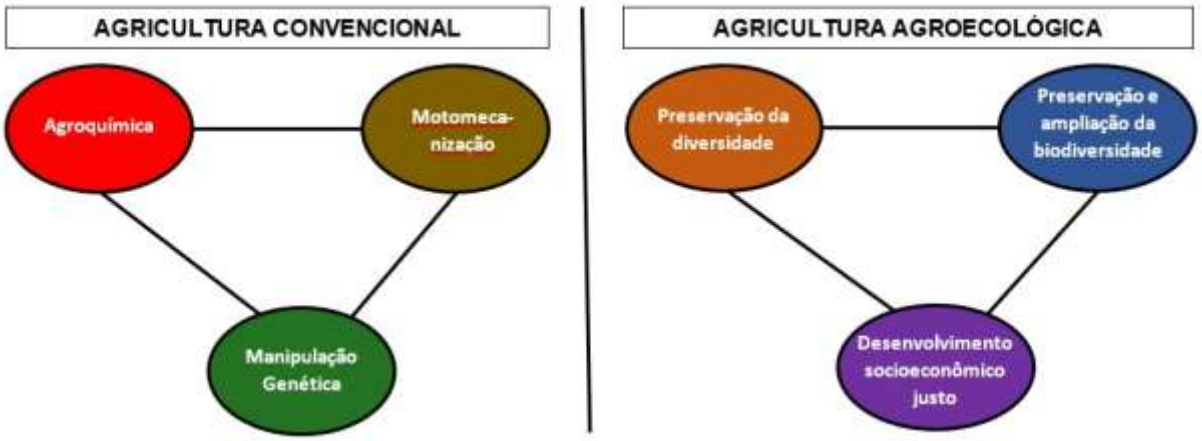

Figura 19: Comparação entre os principais pilares da agricultura convencional e agricultura agroecológica.

Fonte: JESUS (2005) e ALTIERI (2012).
Elaboração: VITURINO (2018).

Para Jesus (2005), quando se analisa a agricultura convencional, o pilar da agroquímica estaria relacionado à produção de insumos que permitem o controle das restrições ambientais; o da motomecanização possibilitaria simultaneamente o barateamento dos custos de produção e a ampliação das áreas de monoculturas, enquanto que o pilar da manipulação genética contribuiria para a redução da biodiversidade e para dependência crescente de insumos químicos.

Em contraposição a esse modelo de produção agrícola, Altieri (2012, p. 16) explica que o enfoque da Agroecologia "está enraizado na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na integração, assim como em processos sociais baseados na participação da comunidade".

Diante da discussão dos três princípios da agroecologia, resumidos na figura 19, o autor conclui “A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento” (ALTIERI, 2008, p. 27).

No território Sul da Bahia as iniciativas pioneiras de cultivo agroecológico – sob a vertente da agricultura orgânica – foram praticamente simultâneas aos primeiros anos da crise iniciada a partir de 1989.

Muitos autores analisam que essas iniciativas surgiram como uma prática agrícola diferenciada voltada para um segmento específico do mercado externo, o chamado Mercado Justo (ou Comércio Justo).

A concepção desse mercado surgiu na Europa na segunda metade do século XX a partir da tomada de consciência dos limites do modelo de produção agropecuária inspirado na Revolução Verde e em consonância com a crescente preocupação com a qualidade de vida que “vem motivando e mudando os referenciais dos consumidores modernos quanto à preocupação com a saúde, a preservação ambiental e a sustentabilidade socioeconômica do negócio agrícola” (SILVA, R., 2004, p. 115).

Altieri (2008) explica que diante da compreensão dos impactos da agricultura convencional

> Há um interesse geral em reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível. Muitos avanços tecnológicos inovadores estão sendo introduzidos, mas há, ainda, muito destaque para os aspectos tecnológicos (ALTIERI, 2008, p. 20).

Quando iniciamos nossa pesquisa, havíamos definido como tema de estudo a agricultura orgânica do cacau no Sul da Bahia. Entretanto, ao longo da pesquisa identificamos o surgimento e a expansão de um outro conjunto de práticas agrícolas relacionadas à Agroecologia sob a vertente da agricultura biodinâmica. Esse segundo conjunto de práticas não se contrapõe às práticas orgânicas, mas as complementam e, na visão de alguns sujeitos de pesquisa as transcendem.

Jesus (2005, p. 30) explica que

> Do ponto de vista prático, o que mais diferencia a ABD [agricultura biodinâmica] da AO [agricultura orgânica], é o uso de determinados preparados incorporados nas pilhas de compostagem, ou então pulverizados

> diretamente sobre as plantas. Os princípios de uso desses preparados são baseados numa perspectiva de ação mais energética e sutil, do que num efeito físico-químico, que possa ser medido pelos métodos analíticos usados na agricultura industrial.

Antes de passarmos à exposição do histórico e desenvolvimento das práticas agroecológicas do cacau no Sul da Bahia consideramos importante detalhar, ainda que brevemente essas duas vertentes – a orgânica e a biodinâmica. Iniciamos a exposição pela agricultura orgânica que foi a vertente pioneira da agroecologia no território do cacau, tendo sido efetivamente implantada na área de estudo a partir dos anos 2000.

Assis e Romeiro (2002) exploram a relação entre agroecologia e agricultura orgânica explicando que apesar de suas origens estarem imbricadas, elas não devem ser compreendidas como sinôminos. Os autores esclarecem a distinção entre os dois termos:

> no primeiro caso, a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura interrelacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. Isto porém, sem esquecer que o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável, ou seja, a agricultura deve ser entendida como uma atividade econômica que permita suprir as necessidades presentes dos seres humanos, respeitando os limites ambientais de forma a não restringir as opções futuras.
> No segundo caso, a agricultura orgânica é uma prática agrícola e, como tal, um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (ASSIS & ROMEIRO, 2002, p. 73-74).

As origens da agricultura orgânica, de acordo com Carmo (2004), remetem às experiências de Albert Howard com agricultores indianos, na década de 1920. A autora relata que, observando os sistemas de produção desses agricultores, Howard percebeu o papel fundamental da matéria orgânica do solo, concluindo que "A fertilidade do solo e o fato de não desiquilibrá-lo com adubos e inseticidas químicos eram fatores essenciais de uma produção livre de pragas e doenças" (CARMO, 2004, p. 58).

Também as experiências de Eve Balfour e Jerome Rodale desenvolvidas respectivamente nas décadas de 20 e 30 na Inglaterra e nos Estados Unidos somaram -se à experiência pioneira de Howard e fundamentam hoje a concepção da agricultura orgânica (CARMO, 2004; CORREIA, 2003).

No Brasil, a definição oficial da prática agrícola orgânica é expressa no artigo 1º da Lei nº 10.831

> Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 01).

A essência da definição oficial pode ser resumida pela definição de Altieri (2008, p. 74), para quem a agricultura orgânica consiste num "sistema que sustenta a produção agrícola evitando ou excluindo em grande parte o uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos".

O plano de manejo orgânico é, segundo documento produzido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um instrumento gerencial imprescindível ao produtor e deve contemplar

> o histórico de utilização da área de produção; a manutenção e incremento da biodiversidade, o manejo de resíduos, a conservação do solo e da água, os procedimentos de pós-produção, envase, armazenamento, processamento, transporte e comercialização. Ainda deve incluir medidas para prevenção e mitigação de riscos de contaminação externa; procedimentos que contemplem as boas práticas de produção; as inter-relações ambientais, econômicas e sociais; a ocupação da unidade de produção e ações que visem evitar a contaminação interna e externa (BRASIL, 2011, p.7).

Especificamente no que referente à produção vegetal, que é o caso do cultivo do cacau, o documento lista algumas ações que o produtor deve observar:

> ✓ Registrar e manter um histórico da produção, do uso do solo, do manejo dos animais e dos recursos naturais
> ✓ Aumentar a diversidade de cultivos, animais e de plantas nativas
> ✓ Fazer plantios consorciados e rotação de culturas
> ✓ Aproveitar os resíduos (esterco, cascas, palha e outros), melhorar a sua qualidade e reutilizar na produção para aumentar a fertilidade do sistema
> ✓ Tratar os resíduos para não contaminar o ambiente e a produção
> ✓ Conservar o solo marcando as curvas de nível e fazendo terraços e plantios em linhas e faixas seguindo o nível, mantendo sempre o solo coberto com palhada (cobertura morta) ou com adubação verde e outras plantas (cobertura viva)

> ✓ Conservar as fontes e cursos de água, pois ajudará no equilíbrio da sua propriedade, além de servir para abastecer as pessoas e os animais e para aumentar a produção
> ✓ Controlar as pragas e doenças das plantas e animais com produtos e práticas que não prejudiquem a saúde do solo, das plantas, dos animais e das pessoas
> ✓ Produzir e controlar a qualidade de seus próprios insumos usados na produção
> ✓ Integrar a produção vegetal com a produção animal
> ✓ Processar os produtos e aumentar o valor agregado de sua produção
> ✓ Produzir suas próprias sementes e mudas por meio da escolha e melhoria de variedades crioulas, que são rústicas, adaptadas e produtivas
> ✓ Manter registro de entrada de insumos permitidos pela legislação orgânica e da saída de produtos, de forma que seja possível rastrear o produto (BRASIL, 2011, 31).

Especificamente no caso da agricultura orgânica do cacau praticada no Sul da Bahia, com base em nossas pesquisas de campo, destacamos entre as técnicas orgânicas mais utilizadas: o preparo adequado do solo, controle natural de pragas e doenças, a adubação verde e a proteção dos mananciais hídricos, além, obviamente, da preservação da cobertura vegetal nativa – a cabruca, que é prática comum da cacauicultura sul-baiana até mesmo entre os cacauicultores convencionais.

No que se refere ao preparo do solo, identificamos que os produtores evitam a todo custo a exposição do solo nu e o revolvimento das camadas do solo; são tomadas medidas para manutenção da fertilidade natural dos solos e aumento da matéria orgânica e há preocupação com a desagregação dos solos no plantio das lavouras em áreas declivosas.

Acerca do controle natural de pragas (animais e ervas daninhas) e doenças são preferidos os métodos mecânicos como, por exemplo, a poda seletiva e a soca de formigueiros, além da utilização de plantas consorciadas para combate específico de alguma praga, à exemplo do emprego da planta de "comigo-ninguém-pode" próximo à formigueiros. Quando necessários são aplicados caldas e produtos de baixa ou nula toxidade no controle de insetos e doenças.

Especificamente no que tange a adubação verde, destacamos a prática da compostagem – processo de decomposição biológica controlada, com a ciclagem sobretudo de restos vegetais do próprio estabelecimento agrícola – e o manejo de leguminosas – que aumentam o teor de matéria orgânica do solo, aumenta a capacidade de retenção de água no solo e em alguns casos permite o combate de pragas (insetos) e ervas invasoras.

Por fim, no que diz respeito à proteção dos mananciais hídricos, verificamos grande preocupação dos produtores em preservar nascentes, garantir a área de mata ciliar e o uso racional dos recursos hídricos nas propriedades.

Conforme já expusemos em outras seções do texto, recentemente o Sul da Bahia passou pela estiagem mais severa dos últimos cem anos. Inúmeros produtores entrevistados fizeram questão de frisar que, enquanto o campo e a cidade sofriam com a escassez de água, suas propriedades estavam supridas; que enquanto muitos produtores convencionais perderam lavouras inteiras por conta da seca, eles não foram severamente afetados, fato que atribuem à adoção de práticas conservacionistas e uso racional dos recursos.

Reproduzimos a seguir um pequeno trecho da fala de Trinitário, realizada no auge da estiagem, que sintetiza o pensamento de muitos outros sujeitos entrevistados sobre a questão da estiagem

> o que eu quero é ter uma região sem agrotóxicos, uma região com a galera mais consciente... Você vê a seca, a estiagem? E o nosso rio tem água, graças a Deus. Você viu o [rio] Santana ali? Está correndo! O ribeirão aqui da fazenda também tem água [...] Aqui no entorno de Ilhéus e Itabuna você vê as plantações mortas, morreu muitos pés de cacau! [...] São dez meses de estiagem... Ninguém nunca viu isso aqui! O cacau aqui não morreu; a gente não perdeu nenhum pé de cacau (TRINITÁRIO, 2016).

Tendo apresentado alguns aspectos relacionados à produção orgânica, passaremos a discorrer sobre a agricultura biodinâmica. Essa vertente da Agroecologia é ainda mais recente no sul da Bahia, sendo as primeiras práticas iniciadas em 2011, ou seja, mais de 10 anos após a implantação da agricultura orgânica do cacau.

Carmo explica que

> A biodinâmica é ressaltada pelos seus seguidores como ligada à antroposofia, uma visão espiritual das relações humanas que preconiza a interação do homem à natureza em seu sentido mais amplo, abrangendo as influências cósmicas e os princípios homeopáticos como forma de potencializar as forças naturais (CARMO, 2004, p. 58).

Jesus (2005) detalha que a agricultura biodinâmica está ligada à figura de Rudolf Steiner, filósofo e matemático austríaco. Para o autor, os biodinâmicos costumam apresentar grande integração com a propriedade rural, manejando-a como se fosse um organismo vivo.

Outro aspecto muito significativo para essa vertente agroecológica está ligado às influências cósmicas sobre as plantas (JESUS, 2005).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram coletados, duas fontes de dados primários: a primeira sendo fruto da realização de observações e entrevistas junto aos produtores que utilizam as técnicas biodinâmicas (certificados ou não) em seus proce ssos produtivos e, a segunda, oriunda de nossa participação em um evento, o Projeto Biodinâmica no Sul da Bahia, promovido pela Cooperativa Cabruca, em janeiro de 2017.

Nesse evento, os palestrantes destacaram que a capacitação para a utilização das práticas biodinâmicas inicia-se pelo resgate dos conhecimentos tradicionais no que diz respeito aos manejos agrícolas mais básicos, como a roçagem, poda, adubação e plantio (COOPERATIVA CABRUCA, 2017).

Para eles, o conceito mais importante da biodinâmica é o de organismo agrícola. Explicam que esse conceito, aplicado na escala da propriedade, evidencia a íntima relação entre solo-planta-homem-cosmo e se traduz numa paisagem diversificada e equilibrada (COOPERATIVA CABRUCA, 2017).

Na agricultura biodinâmica o solo tem uma importância crucial; este elemento natural é compreendido como um organismo vivo e, sendo assim considerado, tanto o solo quanto a planta devem ter cuidados especiais, sem os quais, não há uma boa produção. A seguir, sintetizamos em uma figura os principais pontos discutidos durante o referido evento acerca desse tema.

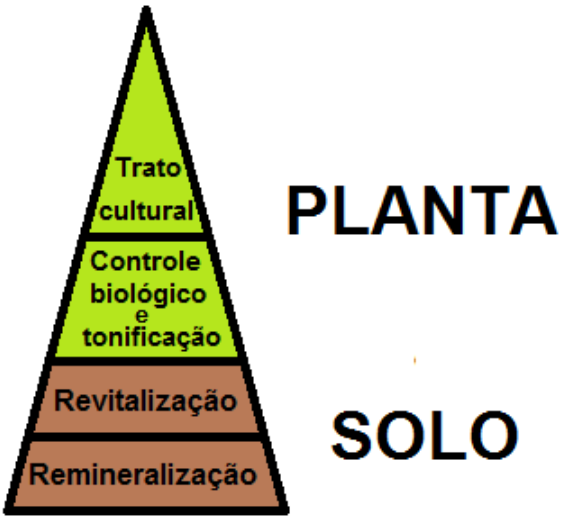

Figura 20 – Cuidados básicos com o solo e a planta segundo a agricultura biodinâmica.
Fonte: COOPERATIVA CABRUCA (2017).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2018).

A seguir, listamos as principais práticas envolvidas em cada uma das ações sintetizadas na figura 20. Vale destacar que como se tratava de um evento de escala regional, os palestrantes da Cooperativa Cabruca, responsáveis pelo projeto, já deram exemplos de práticas a serem aplicadas no cultivo do cacau, uma vez que o público-alvo era composto por produtores, profissionais e pesquisadores ligados/interessados no cultivo.

Para a *remineralização do solo* foram apresentadas como alternativas: a utilização das cinzas da película da semente do cacau (resíduo da indústria de chocolate que geralmente é doado pelas empresas aos produtores interessados); aplicação do pó de rocha de Ipirá (rocha composta de mais de 80 elementos); emprego do casqueiro do cacau triturado (reaproveitamento dos nutrientes extraídos pela planta – Foto 3, próxima página, à esquerda) e a utilização da cinza de ossos (rica em potássio).

No que se refere à *revitalização do solo*, o pressuposto é de que o solo é um organismo vivo e, como tal, deve ser nutrido e ter estimulada a produção de vida em seu interior. As principais práticas elencadas foram: a utilização de biofertilizantes com microorganismos eficientes e a aplicação dos principais preparados biodinâmicos.

Os biofertizantes são preparados a partir de esterco biodinâmico, água e rocha de Ipirá e eventualmente enriquecidos com microorganismos eficientes, conforme registrado no centro da foto 3. O processo relatado para conseguir esses microorganismos eficientes é o seguinte: em um plástico do tipo lona se prepara uma mistura de arroz cozido sem sal, serapilheira e gravetos, que permanece coberto por cerca de cinco dias para produção de fungos. Posteriormente os fungos cultivados neste arroz são coletados, misturados em água e açúcar e depois adicionados ao biofertilizante que será aplicado na lavoura.

No que tange os preparados biodinâmicos, foram destacados chifre-sílica, chifre-esterco e fladen, que passamos a detalhar. O chifre-sílica consiste num preparado a base de rocha sílica moída, enterrado no chifre da vaca durante todo verão (Foto 3, à direita). Após desenterrado, o conteúdo do chifre-sílica é misturado na água e aplicado nas folhas, caule e frutos das plantas com o objetivo de potencializar a absorção da luz solar e proteger a planta de ataques de doenças.

O chifre-esterco é uma prática biodinâmica semelhante, entretanto o elemento enterrado no chifre é o esterco e a estação do ano em que esse procedimento acontece é o inverno. Depois de desenterrado, o conteúdo do chifre-esterco é igualmente misturado em

água e aplicado na lavoura, entretanto no solo, com o objetivo de estabelecer as raízes e desenvolver melhora da planta.

O fladen é um preparado biodinâmico que atua enriquecendo a matéria húmica. Deve ser diluído em água e aplicado sobre qualquer tipo de material a ser decomposto na lavoura.

Na foto 3 reunimos algumas das práticas biodinâmicas relacionadas aos cuidados com o solo.

Foto 3 – Composição fotográfica sobre as principais práticas biodinâmicas de cuidados com o solo: da esquerda para direita observamos: casqueiro, biofertilizante e sinalização do local em que está enterrado o chifre sílica).

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Especificamente no que se refere à remineralização do solo selecionamos para integrar essa composição fotográfica, uma prática bastante simples exposta pelos palestrantes – a utilização da casca do cacau. A foto à esquerda consiste numa área de casqueiro, onde ficam concentrados os frutos após a remoção das amêndoas de cacau, procedimento esse que ocorre ainda na lavoura. As cascas descartadas devem ser concentradas em um ou mais pontos da lavoura e permanecer depositadas sobre a serapilheira até alcançar um avançado estado de decomposição, tais como os frutos da foto 3. Nesse ponto devem ser triturados grosseiramente pelos trabalhadores através da ‘pisa’ do casqueiro e o material resultante deve ser utilizado livremente na lavoura pois garante a reposição de parte dos nutrientes que a planta utilizou para produção do fruto.

No que tange à revitalização do solo selecionamos para a composição fotográfica a produção de biofertilizantes – cuja foto encontra-se no centro da Foto 3. Os biofertilizantes são preparados a partir de esterco biodinâmico, água e rocha de Ipirá e eventualmente enriquecidos com microorganismos eficientes, conforme explicado anteriormente.

Por fim, à direita da composição fotográfica (foto 3) visualizamos a sinalização de um local com o chifre-sílica enterrado, no meio da lavoura do cacau, material esse que no tempo propício será desenterrado e seu conteúdo terá a destinação explicada anteriormente.

Entre os cuidados com a *planta*, as principais ações destacadas pelos palestrantes desse evento foram o sistema de plantio com cinco sementes; a roçagem seletiva; o controle de pragas e doenças por meio de estratégias naturais e a poda correta do cacaueiro.

Iniciamos a exposição das principais práticas biodinâmicas envolvidas nos cuidados com a planta lembrando mais uma vez que no contexto de realização do evento os tratos culturais estão especificamente relacionados ao caso da planta do cacau, e não genericamente as técnicas biodinâmicas.

O sistema de plantio em cinco sementes é um importante elemento de resgate dos conhecimentos tradicionais. O palestrante (que é produtor e também atua como consultor biodinâmico) explicou durante o curso que uma das primeiras perguntas que os produtores fazem a ele é: "qual seria o melhor tipo de muda para adquirir para plantio ou replantio da lavoura?" (TRINITÁRIO, 2017).

Isso se deve, em sua análise, tanto ao importante papel regional da Biofábrica[56], quanto ao fato do foco de ação da CEPLAC para controle da vassoura-de-bruxa ainda recair sobre a questão da clonagem. Para ele, parece que os produtores se esqueceram que, em essência, plantar cacau é "colocar sementes no chão"! (TRINITÁRIO, 2017).

Ele explica um método que consiste em plantio de 5 sementes simultaneamente à sombra de bananeira, já no local em que se deseja, em meio à lavoura. Dentre as sementes que germinarem, ele apresentou critérios para selecionar as de melhor desenvolvimento. Com isso você evita o custo de adquirir mudas e também a necessidade de criar e manter uma estrutura de viveiro (TRINITÁRIO, 2017).

No que se refere à roçagem seletiva, os palestrantes esclareceram que diz respeito à roçagem parcial, observando plantas companheiras e o tamanho das plantas. A roçagem seletiva procura preservar parte da vegetação que circunda o cacaueiro e eliminar apenas as que são consideradas indesejadas por concorrer com a luz, ou absorver muitos nutrientes do solo ou ainda aquelas que podem "esconder" o fruto do cacau na época da colheita.

Sobre o controle de pragas e doenças, foi destaque a questão do controle das formigas, muito comum na região. As principais técnicas discutidas foram o emprego da técnica de

[56] Trata-se do Instituto Biofábrica de Cacau, que conta com inúmeras parcerias, incluindo o Governo do Estado, e é responsável pela produção e comercialização de mudas de cacau de alta qualidade.

"soca" – que consiste na compactação constante do formigueiro – ou do plantio de "comigo-ninguém-pode" próximo do formigueiro. Para o combate de outros tipos de insetos, foram apresentados a calda de fumo ou a utilização da pimenta.

Por fim, grande enfoque foi dado na questão dos tratos culturais à prática da poda. Na avaliação dos palestrantes a poda é um elemento crucial para a boa produção do cacau e que tem sido absolutamente negligenciada pelos produtores. Apresentaram que um bom indicativo de que o cacaueiro não está em boas condições de produção é a utilização de escoras, muito comum na região e retratado na foto 4.

Foto 4 – Pé de cacau de médio porte "escorado" devido ao peso dos galhos.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Para eles, o porte ideal de um cacaueiro é entre dois metros e dois metros e meio pois facilita sua manutenção, não precisa de "escoras", não concorre em luminosidade com outros cacaueiros vizinhos. Para se ter uma ideia, informa Trinitário (2017) "Existem na região cacaueiros antigos que atingem 6 metros de altura. É impossível fazer a manutenção numa planta desse tamanho".

Os palestrantes defendem que a planta rebaixada apresenta excelente rentabilidade, favorece a rápida identificação de pragas e doenças e permite a rápida colheita – à mão, com tesoura.

Foto 5 – Composição fotográfica sobre a poda no cultivo do cacau a partir dos conhecimentos da agricultura biodinâmica.

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

No referente aos cuidados com a planta, a poda foi apresentada como uma prática fundamental de manejo do cultivo do cacau. Na foto 5 vemos à esquerda dois principais instrumentos utilizados na poda do cacaueiro – a tesoura comum e a tesoura alongada –, e à direita podemos visualizar o aspecto de uma roça rebaixada, de fácil manutenção e produtiva (é possível visualizar um fruto na lateral direita, que seria facilmente colhido com a tesoura comum).

Além disso ainda existe a questão de associações com espécies inadequadas e, em alguns casos, a crença de que não se pode manejar a cabruca. Nos foi apresentado que o sombreamento inadequado pode concorrer em luminosidade com até 5 cacaueiros. Para os palestrantes, respeitando espécies em extinção e áreas de reserva legal e associada a práticas cuidadosas de reflorestamento, espécies da cabruca podem e devem ser manejadas para garantir o pleno desenvolvimento da lavoura (COOPERATIVA CABRUCA, 2017).

Os palestrantes concluíram a atividade destacando aos agricultores, profissionais e demais pesquisadores presentes que a principal vantagem da agricultura biodinâmica na região é o baixo custo dos insumos utilizados, denominados “preparados”. Além dos inúmeros benefícios para a produção e a produtividade, o baixo custo dos preparados diminui o custo de produção e combate o grande endividamento dos produtores, que é uma realidade regional, mesmo transcorridos quase 30 anos do início da *crise da vassoura-de-bruxa* (COOPERATIVA CABRUCA, 2017).

Apresentado em termos gerais alguns princípios da Agroecologia e aspectos relacionados à produção orgânica e biodinâmica, passaremos a discorrer sobre a implantação e desenvolvimento dessas vertentes da agricultura agroecológica no território do cacau.

3.2 Histórico da produção agroecológica de cacau no Sul da Bahia: produção orgânica e produção biodinâmica

Organizamos essa seção em duas partes principais: na primeira investigaremos o histórico e desenvolvimento das duas vertentes agroecológicas identificadas na produção de cacau na área de estudo e na segunda trataremos de questões referentes à certificação dessa produção.

As primeiras tentativas de implementação da agricultura orgânica no Sul da Bahia surgem no momento histórico em que se observa, em nível mundial, a crescente legitimidade dos movimentos agroecológicos, as preocupações com a responsabilidade ambiental e social das atividades econômicas e a criação e ampliação dos mercados verdes.

No âmbito regional, muitos autores relatam que uma vez identificado um novo período de crise na cacauicultura, alguns produtores investiram na produção orgânica como forma de explorar novos nichos de mercado e superar a crise. Desde então vários produtos passaram a ser cultivados organicamente: horticultura, frutas, flores, insumos, sementes e mudas. Dentre os produtos orgânicos destacamos o cacau que, tem sido o *sustentáculo* da formação territorial do Sul da Bahia nos dois últimos séculos.

O histórico da agricultura orgânica do cacau nesse território demonstra que, diferentemente do manejo convencional (cultivos tradicional e moderno), que historicamente foi (e ainda é) induzido, financiado e amparado pelo Estado, a implementação do cultivo orgânico do cacau é fruto de iniciativas não-governamentais com destaque para o associativismo e para a atuação da iniciativa privada.

Já no início dos anos 80, ocasião na qual já eram identificados alguns dos eventos que culminariam na crise (CHIAPETTI, 2009) mas que ainda não se antevia essa possibilidade no território do cacau, identificamos uma iniciativa pioneira de implantação do manejo agroecológico desenvolvida pela Cooperativa Agrícola de Ilhéus Ltda (COOPERCACAU). Em 1980 essa cooperativa "criou um departamento voltado para a introdução e disseminação da agroecologia no município de Ilhéus e em alguns municípios vizinhos" (PORTELA, 2009, p. 30-31).

De acordo com Portela (2009) essa iniciativa tinha como principal objetivo desenvolver tecnologias que causassem menor impacto ambiental. O autor registra que o diretor da COOPERCACAU nessa época relatou que a cooperativa contratou um técnico agrícola especializado em agroecologia para orientar os associados que desejassem implantar esse tipo de cultivo em suas propriedades além de "estimular práticas agroecológicas através de palestras, distribuição de folhetos e venda de insumos" (PORTELA, 2009, p. 31).

Portela (2009, p. 31) indica que "O projeto durou cerca de dois anos e, por falta de apoio e estímulo das entidades regionais e dos agricultores, terminou sem atingir as metas propostas".

Quase 10 anos depois a agricultura orgânica voltou a ser cogitada no território do cacau, porém já com foco no mercado de orgânicos. Correia relata essa experiência que se desenvolveu durante a I Conferência Internacional dos Trabalhadores da Cadeia Produtiva do Cacau, realizada em 1989 em Ilhéus

> De um lado, a Central Única dos Trabalhadores – CUT Regional Cacaueira, com a tarefa de organizar os pequenos produtores para operar o sistema de produção e, na ponta do consumo, o Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação da Holanda, que mediante realização de pesquisa de mercado, apontava a sua viabilidade na Inglaterra e Holanda, com a marca 'Cacau Gabriela'. Essa experiência, apesar do protocolo assinado entre associações de produtores e Fundação Max Havelaar, holandesa, não chegou a se consumar (CORREIA, 2003, p. 04).

No início dos anos 1990 teve início uma experiência mais duradoura de agricultura orgânica, comandada pela Tala Produtos Orgânicos, empresa exportadora e misturadora de insumos, sediada em Ilhéus. Correia (2003) indica que no período em que operou na região (de 1990 a 1996) a Tala teve dezenove propriedades certificadas com exportação média de quinze toneladas mensais de produtos orgânicos de cacau (liquor, manteiga e pó) para mercados da Europa e Estados Unidos.

Avaliamos que se essa iniciativa tivesse persistido ela poderia significar não só a consolidação de um novo tipo de cultivo do cacau no território sul-baiano – o cultivo agroecológico – como também representar um passo importante na agregação de valor com a exportação de derivados do cacau, rompendo assim com a tradição secular de exportação exclusiva de amêndoas. No entanto, em 1996 a Tala teve seu reconhecimento negado pela certificadora e deixou de operar na produção de orgânicos.

Segundo avaliação de Correia, mesmo na época em que a empresa estava certificada não era capaz de promover uma consciência sócio-ambiental porque

> Prevaleceu a visão produtivista e de substituição de insumos [...] Por outro lado, não fortaleceu processos agroecológicos, sobretudo de autonomia dos produtores, deixando de atender requisitos tecnológicos e sócio-ambientais essenciais à manutenção dos níveis de confiança e continuidade do selo de certificação (CORREIA, 2003, p. 05)

Somente a partir dos anos 2000, com a crise já instaurada é que observamos a efetiva implantação do cultivo orgânico no território do cacau, desta vez observando adequadamente os princípios agroecológicos. No centro dessas novas experiências estão as ações do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB), entidade não-governamental fundada em Ilhéus no ano de 1996 por um grupo de estudantes, professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) "com o objetivo de reunir e institucionalizar algumas das ações e projetos que já vinham em andamento, bem como o de apoiar e incentivar novos projetos e iniciativas voltadas para a conservação e desenvolvimento" (IESB, 2012).

As atuações dessa entidade estavam concentradas na realização de pesquisas para levantamento de plantas e animais silvestres, no fortalecimento do associativismo rural e desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, no incentivo à criação e gestão de reservas particulares, no monitoramento da cobertura florestal, na realização de atividades de educação ambiental junto à comunidade escolar e na participação em favor de políticas públicas que influenciam a conservação e o desenvolvimento (IESB, 2012).

Segundo Correia (2003, p. 6), o apoio do IESB no fomento da produção orgânica como alternativa ao padrão tecnológico convencional e como meio de conservação de remanescentes florestais atlânticos foi importante na consolidação de diversas parcerias em várias escalas

> a exemplo das associações de pequenos produtores dos municípios de Ilhéus, Una, Itacaré, Itabuna e Camamu; da Universidade Estadual de Santa Cruz, apoiando pesquisas de resultados e da Almirante Cacau no apoio à análise de viabilidade econômica. No plano nacional interagiu-se com o IDB [Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento], entidade certificadora sediada em Botucatu (SP) e no âmbito internacional com a *Organic Commodity Project* (OCP) através de apoio logístico e comercial, dada a sua atuação consolidada com comunidades tradicionais da América Central e com a

> *Conservation Internacional* (CI) que acreditou na proposta e bancou um projeto inicial de apoio a este segmento da produção.

Em 1998 foi fundada em Ilhéus a Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia (COOPASB), marco do ingresso dos integrantes de movimentos sociais na produção agrícola orgânica do cacau, uma vez que essa cooperativa reúnia produtores de assentamentos de reforma agrária, além de agricultores tradicionais.

O IESB também foi responsável direto por fomentar duas das maiores cooperativas que atuam/atuaram no segmento cacau orgânico, embora não restrinja sua atuação a esse produto. São elas: a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Una (COOPERUNA), fundada no município de Una em 1999 (sem atividade atualmente) e a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCA), fundada em Ilhéus no ano 2000 e em plena atividade.

Olalde e Dias (2004, p. 82) avaliaram que no seu período de atividade a COOPERUNA reunia "150 agricultores familiares, mas apenas um subgrupo de 21 cooperados vem desenvolvendo a produção orgânica e está atualmente em processo de conversão", enquanto que a CABRUCA "é formada por 34 produtores certificados, além de 82[57] em processo de conversão para o orgânico".

Essa cooperativa, fundada no ano 2000, é a principal instituição responsável pela produção orgânica certificada de cacau no Sul da Bahia, com cooperados distribuídos em sete municípios, quais sejam: Ilhéus, Itacaré, Una, Uruçuca, Barro Preto, Buerarema e Pau-Brasil, todos com certificação orgânica pelo IDB e alguns também com certificação biodinâmica pelo Demeter.

Também no ano de 2000 o Assentamento Terra Vista optou pelo manejo orgânico de sua produção e após anos de transição agroecológica o assentamento também alcançou certificação orgânica pelo IBD. Entretanto, recentemente o assentamento passou a priorizar a certificação participativa emitida pela Teia dos Povos, findando o vínculo com o IBD, instituição na qual esteve cadastrado durante anos.

No setor privado[58], o destaque para a produção orgânica do cacau é o projeto da Barry Callebaut, multinacional que opera no ramo do cacau com sede em Ilhéus. De acordo com

---

[57] Como veremos com maiores detalhes adiante, a maioria desses 82 cooperados abandonou o processo de conversão e a Cooperativa Cabruca mantém praticamente o mesmo grupo de cooperados desde a sua fundação.
[58] A despeito de nossos esforços não conseguimos acesso às empresas privadas para realização da pesquisa.

Souza (2005, p. 65) “A iniciativa do projeto começa em 2000, com a então *Chadler* interessada num programa de conversão de propriedades para o manejo orgânico do cacau”.

Conforme analisaremos no próximo capítulo, a Cooperativa Cabruca chegou a negociar várias safras orgânicas com a empresa nos primeiros anos de sua existência.

Apesar de o cultivo orgânico do cacau estar sendo desenvolvido a quase vinte anos no território do cacau, Olalde e Dias (2004, p. 83) avaliam que no âmbito estadual “não existem ações coordenadas para fomentar a produção orgânica”.

Uma perspectiva comum de análise do contexto histórico de implantação da agricultura orgânica no território Sul da Bahia tende a salientar questões econômicas, conforme desenvolve Uzêda (2004, p.129, grifo nosso)

> Em função da difícil situação em que se encontra a agricultura da região, muitos foram os produtores que foram atraídos pelo **sobre-preço** que substituiria a larga margem de lucro proporcionada pelo cacau nos áureos tempos.
> Na busca da consolidação de alternativas de exploração agropecuária economicamente aceitas pelo mercado, surgiram diversas **organizações não governamentais** desenvolvendo atividades com as comunidades, objetivando o desenvolvimento de modelos que permitam o alcance da certificação.

Desse trecho reproduzido da obra de Uzêda (2004) extraímos duas questões centrais, ambas diretamente associadas à tese que defenderemos no próximo capítulo: a busca pelo sobrepreço e a atuação de organizações não-governamentais.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos que investigam a produção agroecológica destaca a questão do sobrepreço como um importante elemento que atuaria tanto no poder decisório do produtor (que culminaria na orientação agroecológica da sua produção) quanto na composição da renda do produtor, com a comercialização de seu produto por um valor acima do mercado – sobretudo no caso do produto apresentar certificação.

Entretanto, os resultados de pesquisa que analisaremos no quarto capítulo nos indicam que, num primeiro plano, o sobrepreço pode se apresentar como um fator de atração dos produtores mas que, por si só, não sustenta a manutenção das práticas agroecológicas no cultivo do cacau no Sul da Bahia. Essa constatação, somada a outras dimensões que se destacaram no conjunto de dados primários e que serão melhor analisadas adiante, levou à elaboração da tese de que elementos associados à subjetividade dos produtores são muito mais

importantes na opção e manutenção pelo manejo não-convencional do que questões produtivas – sobretudo as questões econômicas.

Essa tese se relaciona diretamente com o outro elemento em destaque no excerto da autora que são as organizações não-governamentais. Identificamos poucos trabalhos sobre a produção agroecológica local que, à semelhança da autora, reconhecem a importância das organizações não-governamentais na busca de alternativas econômicas viáveis para recuperar a economia da região cacaueira. Em grande parte, os trabalhos apresentam o Estado como o principal vetor de desenvolvimento, sobretudo no tocante à produção cacaueira, vista ainda hoje como "vocação regional".

Acreditamos que esse fato se deve à relevância histórica da intervenção do Estado na cacauicultura sul-baiana. Entretanto, conforme analisamos no capítulo anterior, a atuação do Estado no fomento e apoio à cacauilcultura mais significativa apenas na terceira fase da cacauicultura sul-baiana, englobando o período compreendido entre 1930 a 1980.

Avaliamos que sobretudo após 1989, em plena quinta crise do cacau, as inúmeras tentativas do Estado (particularmente nas instâncias estadual e municipal) de revitalizar a atividade cacaueira refletiram não só sua ineficiência do ponto de vista técnico em solucionar o problema e/ou propor alternativas viáveis, como sua gradual retirada do centro de decisões, seguindo as tendências de orientação neoliberal notadamente vigentes na política nacional a partir da década de 1990.

Resumindo a atuação do Estado na produção cacaueira podemos afirmar que observamos sua participação desde os anos 1930 mas a forte intervenção estaria concentrada no período que se estende da implantação da lavoura modernizada, nos anos 1950, até o final da década de 1980, seguida da gradativa redução de sua participação a partir dos anos 1990.

Desde a criação do ICB em 1931 os cacauicultores do sul da Bahia – particularmente os grandes proprietários de terra – contaram com crédito fácil e subsidiado que lhes permitia superacumulação. A partir dessa histórica relação entre os produtores e o Estado, Chiapetti (2009, p. 78) avalia que "a alteração dos mecanismos de financiamento favoráveis e a conseqüente queda na oferta de crédito agrícola, no final da década de 1980, transformaram-se num 'duro golpe' para a economia regional".

O autor comenta ainda os impactos da transformação do papel do Estado para a região

> Assim, mesmo o Estado viabilizando a instalação no território de um sistema de ações (científica e instrumental) e um sistema de objetos (de engenharia e de transporte) eficazes, que deram suporte para a reorganização,

> especialização da produção e incremento da produtividade, a atividade cacaueira do Sul da Bahia, que na safra de 1984/85 contribuiu para que o Brasil alcançasse a posição de segundo produtor mundial com 400 mil toneladas, iniciou a década de 1990 com uma expressiva diminuição da produção […]
> A expressiva diminuição da produção de amêndoas de cacau na Região Cacaueira da Bahia, a partir dos anos 1990, causou grande desemprego na área rural, reduzindo também o ritmo e a dinâmica das atividades urbanas ligadas ao circuito espacial produtivo do cacau: sistema de transportes, empreendimentos da construção civil, o próprio comércio urbano e o consumo, a circulação de dinheiro e conseqüentemente, a arrecadação municipal (CHIAPETTI, 2009, p. 79-80).

No caso do cultivo orgânico do cacau, podemos afirmar que sua implementação e desenvolvimento é fruto mais da omissão do Estado que de suas ações propriamente ditas, uma vez que com a gradativa retirada do Estado no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial local têm crescido a influência de outros agentes na definição dos rumos da produção cacaueira.

Conforme podemos avaliar pelo exame do histórico da produção orgânica no território Sul da Bahia, as diversas tentativas de implantação do cacau orgânico nas décadas de 1980 e 1990, bem como seu efetivo desenvolvimento a partir dos anos 2000, foram fruto de ações não-governamentais[59] com destaque para o associativismo e para a atuação da iniciativa privada, sobretudo estrangeira.

A atuação do Estado se resume, grosso modo, à criação do Comitê Estadual de Agricultura Orgânica, em 2001, cujo objetivo era regulamentar a produção orgânica (OLALDE & DIAS, 2004). Mesmo sem grande apoio do Estado observamos, por meio da análise da literatura especializada e pesquisas de campo, que a agricultura agroecológica (primeiro orgânica e mais recentemente biodinâmica) do cacau encontra-se em franca expansão, embora não sem algumas dificuldades.

Em 2004, período no qual o cultivo orgânico já estava consolidado no território do cacau, Mascarenhas avaliou que

[59] Altieri (2008, p. 41) identificou o contexto no qual a agroecologia despertou o interesse de Organizações Não Governamentais e sintetizou os princípios que norteiam a ação dessas entidades "A urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos países em desenvolvimento, a buscar ativamente novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura. O trabalho das ONGs está inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem 'de baixo para cima', utilizando os recursos já disponíveis: a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais autóctones".

> No âmbito da Região Sul da Bahia, há a necessidade de certificação de um maior número de produtores no intuito de obtenção de uma escala mínima de oferta com a regularidade e os requisitos exigidos pelo mercado. Algumas empresas chocolateiras já manifestaram interesse em adquirir a produção local de cacau orgânico e alguns produtores pioneiros já fizeram exportações de lotes do produto certificado (MASCARENHAS, 2004, p. 27).

O autor enumerou as maiores dificuldades encontradas pelos produtores na conversão da produção convencional para a orgânica, quais sejam: a) a escassez de conhecimento; b) o custo da certificação e o tempo necessário para conversão; c) o imediatismo, a descapitalização e a necessidade de arcar com maiores custos por alguns anos; d) a profunda mudança de mentalidade que o processo demanda; e) a necessidade de mudanças nas relações de trabalho (MASCARENHAS, 2004). Quanto à escassez de conhecimento para o manejo orgânico o autor indica o reduzido número de instituições de pesquisa que se voltam para essa finalidade.

Nossa pesquisa relevou a importância crucial do IESB na produção do conhecimento sobre o manejo agroecológico no Sul da Bahia e na articulação de entidades de diversas naturezas (cooperativas, associações, assentamentos, etc). Outra instituição que tem grande relevância nessa temática é o Instituto Cabruca que, diferentemente do IESB que encerrou suas atividades, ainda atua na região.

Além dessas instituições, destacamos ainda a produção de conhecimento dentro das próprias entidades dedicadas ao cultivo do cacau e no âmbito das principais entidades públicas de ensino da região, particularmente a UESC, IFBAIANO, IFBA e UFSB, embora nessas últimas as várias pesquisas desenvolvidas sobre a agricultura orgânica costumam ser muito mais voltadas para o meio acadêmico, pouco contribuindo na assistência ao produtor.

É importante registrar que a CEPLAC, principal instituição de apoio à cacauicultura, não conta com nenhum setor especificamente voltado para assessorar a produção orgânica de cacau no território Sul da Bahia.

Em relação à certificação orgânica, os produtores são unânimes em afirmar que seu custo é muito alto e que só é viável a certificação por auditoria[60] de forma coletiva. Se considerarmos as condições econômicas dos produtores de cacau do Sul da Bahia *pós-crise da vassoura-de-bruxa* e a predominância do cultivo orgânico em pequenos e médios

[60] Conforme veremos ainda nesse capítulo são três tipos de certificação da produção: por auditoria, participativa e controle direto.

estabelecimentos[61], veremos que esse custo é muito alto para os pequenos produtores, fato que pode ajudar a explicar tanto os raros produtores que possuem a certificação do tipo por auditoria quanto a existência de uma série de produtores que se auto declaram orgânicos mas que não possuem qualquer tipo de certificação.

A atual situação de descapitalização provocada pela quinta crise do cacau pode explicar a dificuldade de inserção de muitos produtores no cultivo agroecológico. Além do alto custo da certificação, o período de conversão da produção também se apresentou como um importante elemento, pois nesse período é necessário que o produtor arque com os custos da propriedade. Sem qualquer política pública voltada exclusivamente para a agricultura agroecológica, é difícil para o produtor – sobretudo o pequeno produtor ou o produtor em condição de vulnerabilidade econômica – investir nesse tipo de manejo.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, identificamos alguns casos em que produtores que se declararam interessados em algum momento pelo manejo agroecológico, teriam iniciado o processo de conversão mas, não dispondo de condições financeiras, acabaram abandonando esse tipo de cultivo, priorizando a busca de renda que lhes garantisse a sobrevivência familiar e a integridade patrimonial.

No que tange o tempo de necessário para conversão, Altieri (2008, p. 77) explica "o processo de conversão pode durar de um a cinco anos, dependendo do nível de artificialização e/ou degradação do sistema original".

Durante o processo de conversão pode haver uma perda de produção, sendo que muitas vezes essa perda pode ser minimizada pela substituição de insumos. Ao final do processo de mudança do manejo convencional para o orgânico a rentabilidade do produtor dependerá da bonificação da produção

> **Se** a conversão leva a uma bonificação sobre o valor da produção, pode resultar em um aumento substancial na renda líquida da propriedade, apesar

[61] No que se refere ao tamanho das propriedades rurais dedicadas à agricultura agroecológica identificamos uma realidade também bastante diversa, variando de 2,5 ha até 400 ha – sendo que, no caso da maior parte dos estabelecimentos investigados poderíamos indicar uma média de 60 ha. Grande parte dos municípios do Sul da Bahia têm o módulo fiscal fixado em 20 ha. O INCRA define como pequena propriedade estabelecimentos com tamanho entre 1 e 4 módulos fiscais, ou seja, no caso sul-baiano entre 20 e 80 ha: o órgão define como média propriedade aqueles imóveis rurais que tem entre 5 e 15 módulos fiscais, isto é, entre 81 e 300 ha (INCRA, 2018). Com base nesses critérios, podemos afirmar que as propriedades orgânicas da maioria dos sujeitos entrevistados podem ser consideradas pequenas e médias propriedades, tendo sido identificados apenas três casos nos quais o tamanho das propriedades não atingiram um módulo fiscal, e sendo inferiores à 20 ha são considerada pelo INCRA como minifúndios.

> de ser necessária **mão-de-obra extra** para se adequar à nova realidade, como a integração animal. Se não forem obtidas as bonificações, o resultado pode ser uma redução significativa na renda líquida da propriedade (ALTIERI, 2008, p. 78, grifo nosso).

Conforme podemos compreender pelo excerto do autor, o processo de conversão é repleto de insegurança; consiste, em essência, numa "aposta" do produtor que, dependendo de fatores geralmente alheios ao seu alcance podem ou não tornar a atividade sustentável/lucrativa.

Considerando um cenário favorável ao produtor, Altieri resume a dinâmica econômica do processo de conversão na figura que reproduzimos a seguir (Figura 21).

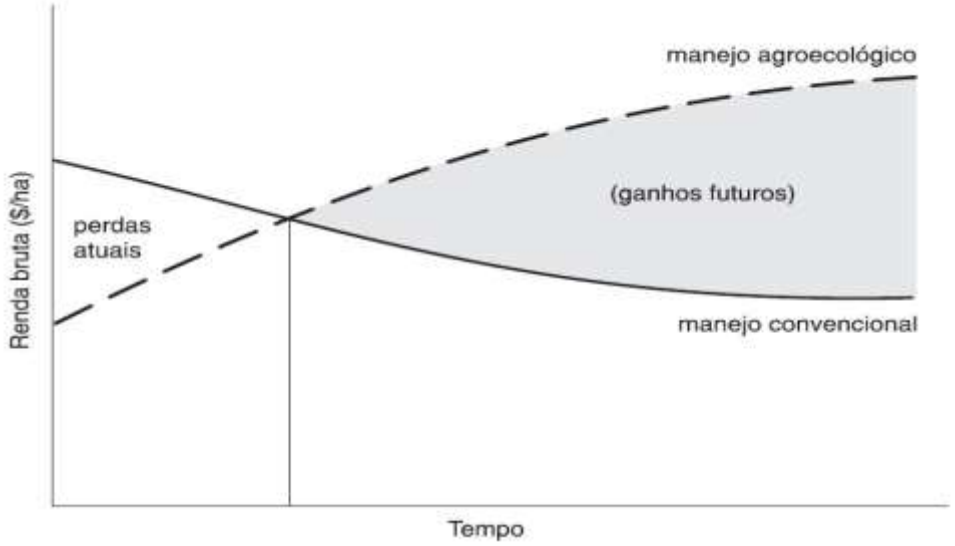

Figura 21 – Modelo ilustrativo da dinâmica da renda do agricultor durante a conversão para o manejo agroecológico (em dólares por hectare).

Fonte: ALTIERI (2008, p. 78).

No Sul da Bahia identificamos três sujeitos que abandonaram o processo de conversão do manejo convencional para o manejo orgânico. Nos três casos, o fator mão-de-obra foi crucial para a definição dos rumos da produção. Sem outra fonte de renda além da proveniente do imóvel rural, os sujeitos alegaram impossibilidade de manter mão-de-obra nos padrões definidos pela agricultura orgânica e abandonaram o processo de conversão e a possibilidade antes almejada de certificação da produção.

Dois dentre esses sujeitos alegam continuar a produzir a partir das práticas orgânicas, sem utilização de insumos químicos mas não tem nenhuma certificação, pois utilizam outras

formas de trabalho na produção – meagem, diárias, parcerias, etc – enquanto o terceiro retornou o cultivo para o manejo convencional alegando que "produz mais e apresenta praticamente o mesmo rendimento, uma vez que o orgânico não tem mercado na região. Tem muito cacau orgânico bom sendo moído junto com o que não presta e os dois produtores recebem a mesma coisa... Não vale a pena não [conclui com uma expressão decepcionada]" (CALABACILLO, 2018).

Com relação às duas últimas dificuldades listadas por Mascarenhas (2004) para a conversão do manejo convencional para o orgânico, quais sejam: a profunda mudança de mentalidade e a necessidade de mudanças nas relações de trabalho, atribuímos as maiores contribuições da agricultura agroecológica para o território do cacau até então dominado pelas relações coronelistas.

A introdução desse novo paradigma de exploração agrícola, associada obviamente à progressiva perda do poder econômico e político da elite cacaueira, veio contribuir para a emergência de novas concepções de produção e trabalho, criando uma nova face para a vocação regional, qual seja a cacauicultura desenvolvida com responsabilidade social e ambiental. É nesse sentido que identificamos as práticas agroecológicas como revolucionárias no território do cacau, por estar no âmago da transformação das bases sob as quais se produzia cacau no Sul da Bahia.

A transformação nas relações de trabalho historicamente consolidadas na lavoura do cacau é ponto nevrálgico dessa análise e para discuti-la utilizamos como principal referência o trabalho desenvolvido por Rangel, Jacinto e Tonella (2010). Os autores analisam a atual crise cacaueira por duas óticas: a dos produtores e a dos trabalhadores. Para eles, a crise instaurada a partir da década de 1980 representou a perda do poder aquisitivo e político para os produtores e a perda dos empregos para os trabalhadores.

Rangel, Jacinto e Tonella (2010) avaliam a *crise dos trabalhadores* em dois momentos: o primeiro, que se estenderia de 1980 a 2000, foi caracterizado por grande miséria e intensa migração, devido à perda dos postos de trabalho:

> Neste processo de desterritorialização acelerada, muitos trabalhadores abandonaram as fazendas de cacau sem reclamar os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Diante da falência dos seus patrões, se solidarizaram com estes – o apadrinhamento justificaria isto – e simplesmente partiram (RANGEL; JACINTO; TONELLA, 2010, p. 12).

Um segundo momento da *crise dos trabalhadores* teria tido início próximo aos anos 2000, quando o movimento migratório alcançou certa estabilidade e foram observadas melhorias nos indicadores sociais, embora a riqueza permaneça concentrada. Analisando uma série de dados estatísticos os autores concluem que

> Tem-se que durante a crise cacaueira, em seu auge (década de 90), os índices como renda, longevidade e educação melhoraram em todos os municípios da Costa do Cacau. Isto revela a negação ao atendimento as necessidades básicas dos trabalhadores do campo. Afinal para o 'árduo trabalho na colheita, na poda, no cocho ou na barcaça', não há a necessidade do letramento e o trabalhador viver ou morrer não faria muita diferença para os produtores de cacau, pois poderiam ser facilmente substituídos (RANGEL; JACINTO; TONELLA, 2010, p. 18).

A precariedade do trabalho persiste ainda hoje no território do cacau. Não só nas relações formais, referente ao respeito aos direitos do trabalhador rural, mas sobretudo na sua remuneração. Chiapetti (2009) analisou os rendimentos dos trabalhadores da atividade rural para o ano de 2000 e concluiu que 71,3 % das pessoas economicamente ativas na microrregião Ilhéus-Itabuna recebiam até um salário mínimo.

A esse cenário de empobrecimento regional da classe trabalhadora, o autor acrescenta o fato de que a situação de precariedade dos trabalhadores rurais dedicados à atividade cacaueira "não está presente apenas nos baixos níveis salariais, mas também presente nas condições de moradia, nas relações de trabalho e no próprio acesso aos serviços sociais" (CHIAPETTI, 2009, p. 96). Diante dessas constatações o autor conclui que "para a grande maioria da população, ou nunca houve crise, ou a crise do lugar é permanente" (CHIAPETTI, 2009, p. 96).

Assim, seja sob a forma de cultivo orgânico ou biodinâmico, avaliamos que o desenvolvimento da agroecologia do cacau na área de estudo é outro importante elemento, ao lado da chamada *crise da vassoura-de-bruxa*, para a compreensão das recentes transformações no território do cacau, uma vez que as práticas e princípios do cultivo agroecológico pressupõem modificações na estrutura das relações de produção, trabalho, comercialização e consumo que têm orientado a cultura hegemônica cacaueira.

Antes de discutirmos as questões da certificação da produção cacaueira agroecológica, ainda nos resta discorrer um pouco sobre a recente história da agricultura biodinâmica na região Sul da Bahia. Ainda não identificamos trabalhos publicados especificamente sobre o

assunto, por tratar-se de um fenômeno muito recente. Mas, a partir das pesquisas de campo e da realização de entrevistas, pudemos identificar o histórico dessa prática agrícola até o presente momento.

Aparentemente, esse conjunto de práticas passou a ser difundido na região quando, no ano de 2000, a recém-criada Cooperativa Cabruca, promoveu uma palestra com a Professora Ana Primavesi (Universidade Federal de Santa Maria) e com o Professor Todeshi (Universidade de Tóquio) para aprofundar questões relacionadas ao manejo agroecológico com os produtores.

As discussões promovidas nesse evento embasaram práticas que foram implementadas na região e, a partir daí, o conhecimento da pessoa e da obra da Professora Primavesi tiveram, como resultados indiretos, uma visita ao Assentamento Terra Vista e a formação de um produtor – *Trinitário* – no curso de Especialização em Agricultura Biológica Biodinâmica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), que tem parceria com a Associação Biodinâmica.

O produtor em questão, associado à Cooperativa Cabruca relatou que ainda no período de formação (2011-2013) passou a aplicar as práticas biodinâmicas em sua propriedade com grandes resultados (TRINITÁRIO, 2012).

Segundo seu relato, alguns produtores, cientes das melhorias que as técnicas da biodinâmica podem promover na produção orgânica do cacau e tendo verificado os progressos conseguidos na propriedade de *Trinitário*, se mostraram interessados em aplicar, também eles, essas técnicas em seus cultivos orgânicos (TRINITÁRIO, 2012).

De acordo com o produtor, as maiores dificuldades nesse momento inicial era o custo elevado dos preparados biodinâmicos e a escassa rede de comercialização desses insumos na Bahia (TRINITÁRIO, 2012).

Aparentemente essas dificuldades foram rapidamente superadas, pois durante o evento de biodinâmica realizado na Fazenda Almada, em janeiro de 2017, um dos argumentos utilizados para a divulgação das práticas biodinâmicas foi justamente o baixo custo dos preparados biodinâmicos.

Além disso, os dados coletados em visitas à Cooperativa Cabruca e entrevistas com os sujeitos de pesquisa nos apontaram que até o início de 2018 cinco produtores associados à Cooperativa Cabruca possuíam a certificação biodinâmica, além da certificação orgânica.

Outros fatores que podem ter contribuído para a difusão das práticas biodinâmicas referem-se tanto à existência de consultoria técnica especializada prestada pelo sujeito de

pesquisa identificado como *Trinitário*, quanto por meio de projeto desenvolvido pela cooperativa para difusão da biodinâmica entre os produtores do Sul da Bahia (COOPERATIVA CABRUCA, 2017).

Para encerrarmos nossa análise referente ao histórico e desenvolvimento das práticas orgânicas e biodinâmicas no cultivo do cacau, consideramos importante destacar que existem duas diferentes perspectivas de agricultura agroecológica. Assis e Romeiro (2002, p. 74) citam Canuto[62] para diferenciá-las:

> uma empresarial, orientada pela lógica do capital com ênfase para a produção de produtos para o mercado externo e uma familiar, que produz basicamente alimentos para o mercado interno, orientada por uma lógica familiar de organização da produção.

Em nossa pesquisa identificamos o desenvolvimento da agricultura orgânica tanto sob a perspectiva empresarial quanto familiar; enquanto que a agricultura biodinâmica certificada nos pareceu ser apenas desenvolvida sob a perspectiva empresarial.

Para finalizar esse capítulo, trataremos brevemente dos aspectos relacionados à certificação. O produtor que adequa suas práticas agrícolas aos parâmetros definidos para a produção orgânica e/ou biodinâmica pode requerer certificação do seu produto. Conforme explica Neves (2005, p. 240)

> Certificação é o procedimento de verificação e de confirmação da conformidade do produto ou do processo com relação a padrões estabelecidos. É um meio de assegurar, ao consumidor, o cumprimento desses padrões. A confirmação pode ser feita pelo produtor, diretamente ao consumidor. É o caso das vendas de cestas entregues à domicílio, onde uma relação de confiança é estabelecida entre o produtor e o consumidor. A confirmação também pode ser feita pelo distribuidor. O melhor exemplo é a garantia apregoada por algumas empresas sobre a origem dos produtos expostos em seus supermercados. Entretanto, quando a cadeia de produção se torna complexa, mais distante fica o consumidor do produto, surgindo a necessidade de uma confirmação feita por uma terceira pessoa, a certificadora. Normalmente, quando se fala em certificação, entende-se que os procedimentos são feitos por essa terceira pessoa, a certificadora, baseada no sistema independente do sistema de verificação de confirmação da conformidade.
>
> Tanto os produtos como processos e serviços podem ser certificados, e cada tipo de certificação deve desenvolver seus próprios procedimentos de

[62] Os autores fazem referência à obra: CANUTO, J. C. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. *Raízes*, Campina Grande, n. 16, p. 13-24, 1998.

> verificação, bem como punições resultantes da não-observação dos padrões estabelecidos.

Além do controle social na venda direta que, como o texto esclarece, funda-se numa relação de confiança entre o produtor e o consumidor e normalmente estão associados à circuitos curtos de comercialização; identificamos no Brasil outros dois tipos principais de certificação da produção orgânica: a certificação participativa e a certificação por auditagem.

Fonseca e Nobre (2005) explicam as distinções entre as duas afirmando que a certificação participativa é operada por redes de credibilidade ou de confiança (realizada por ONGs e associações) junto às comunidades, enquanto a certificação por auditagem é realizada por empresas que não se envolvem diretamente com a formação, a organização e o assessoramento aos agricultores. Enquanto a certificação participativa está normalmente ligada aos mercados locais e regionais, a certificação por auditoria geralmente atua em mercados para exportação.

Na área de estudo identificamos as três principais formas de certificação – a venda direta e a participativa, que serão melhor apresentadas no quarto capítulo – e a certificação por auditoria, que analisaremos nesse capítulo, pois geralmente está associada à produção agroecológica.

No que tange especificamente à certificação por auditagem, identificamos 11 certificadoras cadastradas atualmente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018) atuantes no segmento orgânico. Dentre elas, destacamos o IBD Certificações Ltda, identificada como única empresa de certificação por auditoria atuante no Sul da Bahia[63].

Segundo informações do IBD, essa é única certificadora brasileira de produtos orgânicos com credenciamento IFOAM, ISO/IEC 17065, Demeter, USDA/NOP e INMETRO/MAPA e que também oferece certificações sócio-ambientais: RSPO, UEBT, RAS-Rain Forest Alliance, 4 C Association, UTZ e Fair Trade Ecosocial[64], fato que garante a inserção no mercado interno (selo Produto Orgânico Brasil) e no mercado internacional(selo IFOAM), com destaque para o Mercado Comum Europeu (ISO/IEC 17065) e Mercado Norte Americano (USDA/NOP) (IDB, 2018).

---

[63] Além do IBD, maior certificadora da América Latina, com sede em Botucatu (SP), as outras 10 certificadoras cadastradas no MAPA são: Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) (PR); Ecocert Brasil Certificadora Ltda (SC); IMO Control do Brasil Ltda (MG); Agrocontrol OIA Ltda (GO); Instituto Nacional de Tecnologia (RJ); Instituto Chão Vivo de Avaliação de Conformidade (ES); Instituto Mineiro de Agropecuária (MG); Cugnier Certificadora (SC); KIWA BCS ÖKO-GARANTIE DO BRASIL LTDA (SC); Savassi Certificações de Serviços Administrativos Ltda (MG) (BRASIL, 2018).

[64] Para maiores informações acerca dos selos de certificação consultar Neves (2005).

Uma pesquisa nos dados da certificadora nos revelou a distribuição espacial dos clientes cadastrados em todo Brasil (Figura 22).

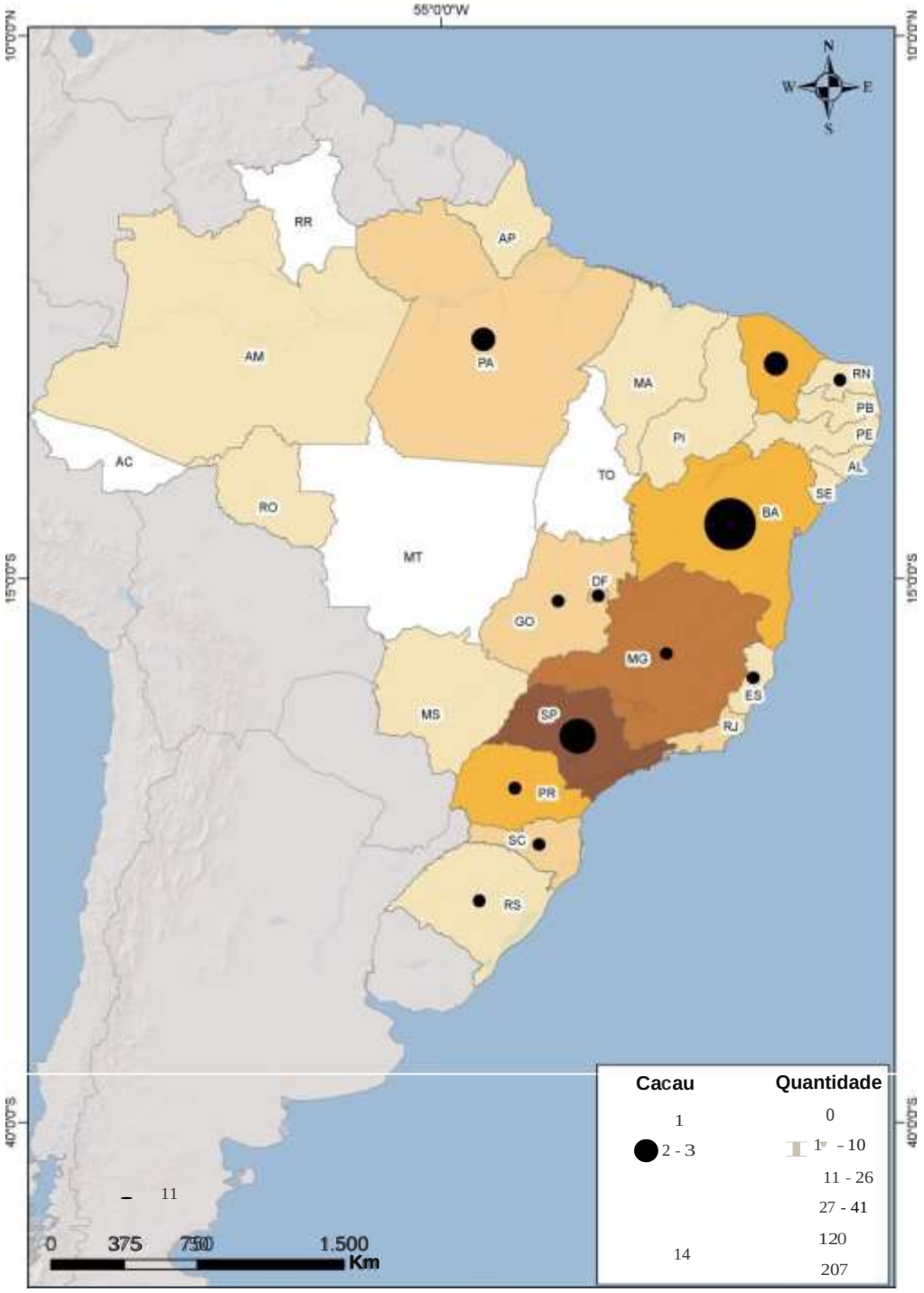

Figura 22 – Mapa dos clientes certificados por auditoria pelo IBD Certificações LTDA, com destaque para o produto cacau.

Fonte: IBD (2018).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Conforme podemos verificar pela análise da figura 22, há maior concentração de clientes cadastrados na Região Sudeste, com destaque maior para os estados de São Paulo e Minas Gerais que apresentam respectivamente 207 e 120 clientes cadastrados na certificadora. A Bahia está na 5ª posição dos clientes cadastrados pelo IBD, apresentando 36 clientes cadastrados estando na mesma classe dos estados do Paraná (41) e Ceará (37) (IBD, 2018).

No que se refere a esses dados, é importante ressaltar que não se trata do número total de propriedades orgânicas, mas sim de clientes cadastrados. Para exemplificar, a Cooperativa Cabruca está listada entre os clientes do Estado da Bahia e tem, como associadas, 36 propriedades rurais orgânicas certificadas.

Feita essa observação, procuramos especializar, no âmbito nacional, os clientes cadastrados que apresentavam certificação para o produto cacau. Identificamos 12 estados com certificação para o produto sendo os mais significativos o da Bahia, com 14 clientes cadastrados (dentre eles a Cooperativa Cabruca) e o estado de São Paulo.

A esse respeito, também é necessário fazer uma nova ressalva. No Capítulo 2, investigamos os principais estados produtores de cacau e São Paulo (assim como muitos outros estados que estão identificados no mapa da figura 22) não figurava entre os estados produtores.

Podemos explicar essa discrepância pelo fato de que há dois processos de certificação distintos na certificadora – *Plant Production – Export* e *Processing – Export,* ou seja, um processo de certificação para produção do cacau e outra para o processamento do cacau e derivados; embora haja a possibilidade de obtenção dos dois processos de certificações: *Plant Production – Procession – Export*, como é exemplo do cadastro da própria Cooperativa Cabruca (IBD, 2018).

Analisando especificamente os estados produtores de cacau – Bahia, Pará, Espírito Santo, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais e Roraima, nessa ordem de importância em relação ao volume de produção nacional – percebemos o grande destaque do estado da Bahia na produção orgânica certificada com 14 clientes cadastrados pelo IBD.

O estado do Pará, segundo maior produtor, apresenta apenas 3 clientes cadastrados com certificação orgânica, demonstrando que, até o presente momento o foco da produção do estado é o manejo convencional.

Espirito Santo e Minas Gerais apresentam apenas um cliente cadastrado para certificação orgânica do cacau em cada estado, enquanto os demais estados não apresentam nenhum cliente cadastrado pela certificadora no que se refere ao produto cacau.

Dois dos estados produtores de cacau – Roraima e Mato Grosso não apresentam nenhum cliente cadastrado no IBD que, como vimos, é a maior certificadora da América Latina (IBD, 2018).

Seguimos nossa investigação da distribuição dos clientes certificados pelo IDB detalhando a escala estadual para compreender, no âmbito da produção orgânica do estado, qual é o papel do cultivo do cacau.

Na análise da produção orgânica certificada pelo IBD no estado da Bahia procuramos fazer a distinção entre empresas/propriedades e associações, justamente por termos a clareza de que as associações reúnem diversos produtores e, neste caso, não se resumem a apenas um ponto no mapa, mas a uma área maior que, entretanto não temos acesso pelos dados disponíveis na certificadora. No mapa da figura 23 o ponto correspondente à cada associação refere-se à localização da sede, disponível por meio de endereço cadastrado.

Para cada cliente cadastrado, checamos os produtos certificados como forma de disntinguir entre aqueles que tem certificação para o cacau – seja certificação de produção ou processamento – e aqueles que tem outros produtos certificados. Ao lado de cada ponto colocamos um código composto pelas letras BA seguidas de 3 algarismos que corresponde ao código de matrícula do cliente na certificadora.

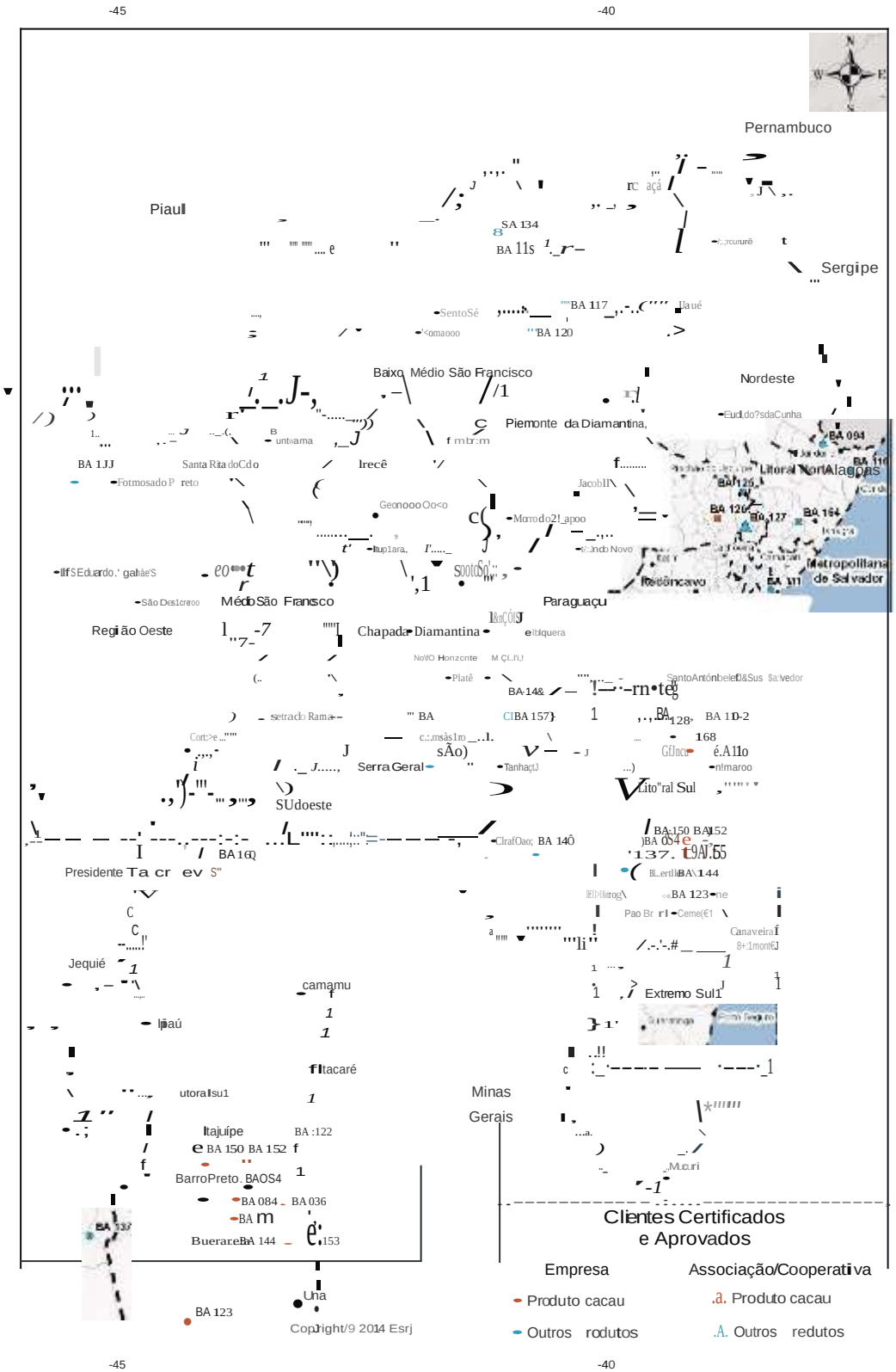

Figura 23 – Mapa dos clientes certificados por auditoria pelo IBD Certificações LTDA, no estado da Bahia, com destaque para o produto cacau.

Fonte: IBD (2018).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Conforme podemos verificar pela análise da figura 23, o produto cacau é muito relevante quando se trata do conjunto da produção orgânica certificada por auditagem no estado da Bahia: são 36 clientes cadastrados no IBD, sendo que desses 14 são certificados para o produto cacau, sendo uma delas do tipo associação/cooperativa – a Cooperativa Cabruca.

Por fim, a análise da espacialização dos clientes cadastrados no IBD nos levou a tentativa de identificar o território do cacau agroecológico certificado, que como podemos visualizar pela figura 24, está concentrada no Sul da Bahia.

Conforme veremos no próximo capítulo, existem outras práticas de agricultura não-convencional, algumas delas também certificadas através de organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica além de algumas feiras orgânicas, cuja dinâmica as aproximam do que é definido como o processo de certificação por venda direta. Entretanto essas práticas ainda são muito incipientes no território e difíceis de mapear.

Daí nossa opção pela análise dessa espacialização nesse capítulo e por sua denominação como território do cacau agroecológico certificado por auditoria (Figura 24) e não Território do Cacau Não-Convencional que é, em primeiro plano, o objeto de estudo desse trabalho.

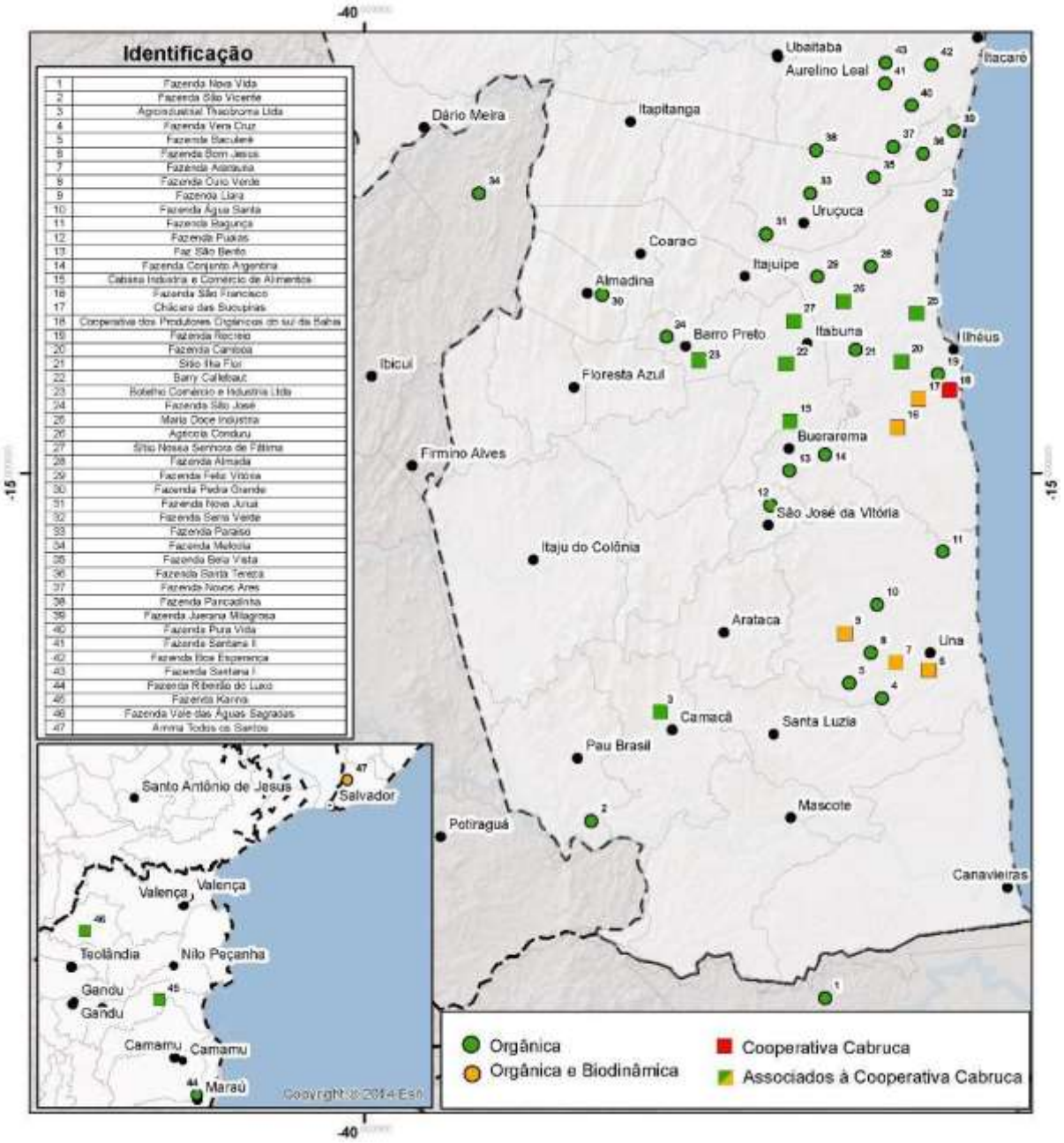

Figura 24 – Mapa do território do cacau agroecológico certificado por auditoria no estado da Bahia (2018).

Fonte: IBD (2018).
Elaboração: SPANGHERO (2018).

Conforme podemos visualizar pela análise da figura 24, são 47 estabelecimentos certificados, sendo 36 deles associados à Cooperativa Cabruca, fato que demonstra a importância dessa instituição para o cultivo agroecológico no Sul da Bahia.

Na figura 24 podemos visualizar que no atual território do cacau agroecológico certificado (2018) existe tanto a certificação orgânica quanto a certificação biodinâmica, sendo que esta última modalidade de certificação também pode ser utilizada para demonstrar o papel da Cooperativa Cabruca, cujos associados detém 5 das 6 certificações, sendo essa biodinâmicas deste território (IBD, 2018).

A outra certificação biodinâmica é da AMMA, empresa mundialmente conhecida do ramo chocolateiro com sede na capital, Salvador. Apresentando a certificação orgânica e biodinâmica a empresa não concedeu informações precisas para localizarmos as fazendas produtoras de amêndoas, indicando apenas que estão situadas nas imediações dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Itacaré.

Pela análise da espacialização do território agroecológico do cacau podemos verificar que os estabelecimentos rurais que desenvolvem práticas orgânicas e biodinâmicas estão concentrados na microrregião Ilhéus-Itabuna, pulverizados em vários municípios.

Tendo finalizado a análise geral das práticas agroecológicas passaremos a discorrer no quarto e último capítulo sobre as diversas faces da agricultura não-convencional no Sul da Bahia.

4. QUINTA FASE DA CACAUICULTURA SUL-BAIANA (2000 - DIAS ATUAIS): DIVERSAS FACES DA PRODUÇÃO NÃO-CONVENCIONAL

> Embora a crise cacaueira tenha representado uma ‘grande depressão’ regional, a importância histórica e os altos níveis de renda outrora gerados por este produto, aliados à sua identificação com as condições edafoclimáticas regionais, induzem à manutenção da produção que continua ocupando a maior parte da área agrícola na microrregião Ilhéus-Itabuna. Este quadro é fomentado, em grande parte, pelas alternativas em estudo para a viabilização da produção de cacau e que se relacionam, principalmente, a um produto de melhor qualidade (por isso chamado ‘fino’), à verticalização da produção (até o chocolate) e à remuneração do ativo ambiental preservado pelo sistema cabruca (MIRA, 2015, p. 293).

No capítulo anterior, investigamos os fundamentos da Agroecologia, o histórico e desenvolvimento das duas principais vertentes da produção agroecológica do cacau no Sul da Bahia – a agricultura orgânica e a agricultura biodinâmica – a investigação de questões relacionadas às modalidades de certificação e a espacialização dos clientes certificados por auditoria pelo IDB Certificações Ltda, maior certificadora da América Latina. Neste último tópico nossa ênfase foi na análise e espacialização da produção certificada no estado da Bahia e no Brasil.

Neste quarto e último capítulo, apresentamos as análises dos dados primários obtidos através de observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas ao longo dos anos de 2016, 2017 e início de 2018. Esses dados nos revelaram uma série de informações não apreensíveis por meio de análise documental ou pesquisa bibliográfica.

Alguns desses dados nos levaram a compreender melhor e mais profundamente algumas questões que havíamos investigado anteriormente, na primeira fase da pesquisa, que fora fundamentalmente bibliográfica. Outras informações que emergiram dos dados primários pareciam destoar ou até contradizer os dados levantados a partir de fontes secundárias. Foram justamente essas discrepâncias que nos levaram a questionar e aprofundar a investigação de certos elementos e, a partir deles elaboramos nossa tese que será enunciada e defendida nesse capítulo.

Também por meio desse conjunto de dados pudemos perceber que as práticas agrícolas observadas no cultivo do cacau transcendem a mera classificação entre o manejo convencional e o manejo agroecológico. Os dois extremos estão certamente bem demarcados: existem os produtores que fazem uso regular de insumos químicos em suas lavouras – os produtores convencionais – e os que comprovadamente não os utilizam – os produtores orgânicos e biodinâmicos certificados – que passam por uma série de inspeções para garantir a adequação da sua produção aos critérios de certificação.

Mas, entre esses dois tipos de manejo existem uma série de nuances que englobam desde produtores que comumente evitam o uso de insumos químicos mas que eventualmente recorrem a eles para uma ação específica – inseticidas para controle de pragas ou herbicida para exterminar o mato que circunda os cacaueiros – até produtores que, embora não tenham certificação, se auto-identificam como naturais ou orgânicos, afirmando nunca recorrer aos insumos químicos.

Interessante destacar que nesse último conjunto de produtores identificamos tanto aqueles não têm interesse na certificação, valorizando mais as práticas do que a diferenciação da produção quanto aqueles que alegam que o custo da certificação é muito alto e/ou que devido a alguma limitação não estão aptos à conversão nesse momento, mas que teriam interesse no processo.

Diante do reconhecimento de diferentes práticas agrícolas no cultivo do cacau no Sul da Bahia na atualidade, optamos por classificar os manejos dessa atividade agrícola como convencional e não-convencional.

No capítulo anterior, investigamos questões relacionadas ao manejo agroecológico do cacau, compreendendo que esse tipo de manejo, quer sob a vertente orgânica, quer sob a vertente biodinâmica requer o conhecimento e a utilização de uma série de práticas agrícolas fundamentadas na Agroecologia, que consiste em uma ciência.

Nesse capítulo, reunimos os principais resultados de pesquisa baseados na análise dos dados primários e sua triangulação com os demais procedimentos metodológicos definidos para essa pesquisa. Assim, para finalizar esse trabalho, analisamos as diversas faces da produção não-convencional no Sul da Bahia, ou seja, analisamos não somente as práticas agroecológicas como também outras práticas que, certificadas ou não, procuram respeitar – intuitiva ou conscientemente – alguns dos princípios básicos da Agroecologia.

Organizamos a exposição desses resultados em duas seções: a primeira mais relacionada a investigação de aspectos produtivos associados à investigação do tema e a segunda destinada a identificar e aprofundar outras dimensões envolvidas no desenvolvimento das práticas não-convencionais de cultivo do cacau.

4.1. Caracterização da produção não-convencional de cacau no Sul da Bahia

Os sujeitos de pesquisa[65] que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho podem ser distribuídos em três grupos:

I) produtores de cacau, sobretudo produtores não-convencionais;

II) responsáveis pelas diversas instituições, cooperativas, associações e assentamentos ligados direta ou indiretamente à produção não-convencional de cacau;

III) profissionais diversos ligados à cacauicultura sul-baiana.

Como forma de resguardar a identidade dos sujeitos de pesquisa, adotamos o seguinte critério para identificar as informações, análises, relatos e avaliações que consideramos relevantes destacar ao longo do texto:

- Para cada sujeito do grupo I (produtores de cacau) atribuímos o nome de uma variedade de cacau (exemplos: *Trinitário, Forastero, Criollo, Ocumare 61, Bonanza 14* etc);

[65] No Apêndice A listamos todos os sujeitos entrevistados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

- Para cada sujeito do grupo II (responsáveis por instituições, cooperativas, associações e assentamentos ligados direta ou indiretamente à produção não-convencional de cacau) associamos o nome de uma variedade de clone utilizados na cacauicultura (exemplos: *CCN 10, PH 15, TSH 1188, CEPEC 2002* etc);
- E para cada sujeito do grupo III (profissionais ligados à produção de cacau) utilizamos o nome de um país produtor mundial de cacau (exemplos: *Costa do Marfim, Equador, Gana, México, Nigéria* etc).

Importante destacar que durante a etapa de pesquisa bibliográfica havíamos levantado uma série de instituições que considerávamos importante entrevistar. Entretanto percebemos que grande parte dessas instituições diretamente relacionadas ao período de implantação do cacau orgânico (primeira vertente implantada no Sul da Bahia) encerraram suas atividades. Foram os casos da Cooperativa Agrícola de Ilhéus Ltda (COOPERCACAU), da Central Única dos Trabalhadores – CUT Regional Cacaueira, da Tala Produtos Orgânicos, do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB) e da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Una (COOPERUNA).

Diante dessa realidade, concentramos nossos esforços em identificar as instituições, cooperativas, associações, assentamentos que atuam no ramo da produção não-convencional no território do cacau e, a partir dessa lista atualizada, estabelecemos contato com as lideranças responsáveis por diversas instituições e com os produtores como forma de elucidar questões relacionadas ao período de implantação dessas práticas, mas sobretudo, compreender o desenvolvimento desse cultivo ao longo do tempo .

Assim, procuramos identificar as diferentes modalidades de produção não-convencional, analisar os pontos nos quais essas práticas se assemelhavam e aquelas nas quais pareciam divergir mas, sobretudo, procuramos caracterizar esse tipo de produção no território do cacau.

Vale destacar que estabelecer esses contatos foi um processo bastante delicado. Há, em geral, certa "desconfiança" inicial por parte dos sujeitos de pesquisa, atitude essa que tende a desaparecer conforme o diálogo vai se estabelecendo e a presença da pesquisadora nos espaços vai tornando-se mais frequente e familiar.

Entretanto, esse não foi o caso dos espaços mais formais – sobretudo no caso das empresas privadas e estabelecimentos rurais não-associados. No caso, por exemplo, das grandes empresas multinacionais do ramo de chocolates por inúmeras vezes, e mesmo com

intermediação de sujeitos trabalhadores dessas empresas ou prestadores de serviço, tentamos, sem sucesso, estabelecer contato.

Os dados primários obtidos por meio das observações e entrevistas nos revelaram tanto informações a respeito do trato cultural do cacau e aspectos ligados à sua produção e comercialização, quanto questões de outras naturezas que julgamos pertinentes para a compreensão do tema. Tendo sido a maioria dessas informações incorporada no texto nos capítulos anteriores, neste capítulo enfatizamos particularmente as avaliações macroestruturais realizadas pelos sujeitos e dados relacionados com aspectos da subjetividade dos produtores, dada sua relevância para a defesa da tese.

No que se refere às avaliações macroestruturais dos sujeitos acerca da cacauicultura, coletamos informações importantes para compreender o dinamismo do mercado, assistência técnica e perspectivas da atividade. Grande parte dessas avaliações serão apresentadas ao longo desse último capítulo, como forma de ilustrar ou debater aspectos específicos. No entanto, nesse momento, julgamos importante destacar ao menos três questões desse conjunto de informações, quais sejam: a liquidez do cacau; questões relacionadas à agregação de valor e verticalização da cadeia produtiva e a avaliação dos sujeitos acerca da produção nacional de cacau.

Com relação à liquidez do cacau, todos os entrevistados – produtores convencionais, orgânicos/biodinâmicos, não-convencionais; agricultores familiares, empresariais ou assentados; certificados ou não – foram unânimes em afirmar a facilidade de vender cacau. Talvez esse seja um importante elemento para compreender a insistência no cultivo deste produto no território sul-baiano, para além das questões óbvias ligadas à história local.

Catie-R1, responsável pela Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFASULBA) explica que

> O cacau até hoje é um produto que você não tem dificuldade de vender. Se você tiver uma sacolinha de cacau, você vende. Se você tiver uma carreta de cacau, você vende também. Você não tem essa dificuldade... Talvez por conta dessa cultura o cooperativismo não deu certo no passado. As administrações, diferentes gestões, tentaram montar mas não deu certo. Mesmo depois dessa cooperativa montada tivemos dificuldades. O cacau é uma cultura individualista! [...] Os cooperados sempre venderam para esses compradores... os grandes, os médios compradores [chamados comumente de atravessadores]... quando a gente [a Cooperativa] tentou comprar o cacau, foi um desafio e tanto porque, na sua grande maioria, os nossos agricultores tinham uma relação de confiança com aquele comerciante (CATIE-R1, 2016).

Após uma extensa investigação econômica, Mira (2015, p. 191) conclui “sob a ótica do produto e da renda agregados, fica claro que o cacau em amêndoa não mais capitaneia a economia da microrregião Ilhéus-Itabuna”. Mesmo assim, reconhece o próprio autor, é inegável a importância da produção de cacau no conjunto das atividades agropecuárias dessa região (MIRA, 2015). A liquidez do cacau, ou seja a velocidade e facilidade de converter o produto em dinheiro (ainda que considerando a desvalorização histórica do produto) pode ser explicar a insistência na manutenção do cultivo.

O segundo ponto de análise das avaliações macroestruturais dos sujeitos de pesquisa, se refere à agregação de valor e à verticalização da produção. Por meio da análise do discurso dos sujeitos de pesquisa percebemos que conforme os produtores passaram a reconhecer que a *crise da vassoura-de-bruxa* não era apenas mais uma fase da cacauicultura, mas uma nova realidade desse cultivo, muitos deles passaram a procurar formas de agregar valor à sua produção formal ou informalmente. Os casos mais comuns são aqueles em que o produtor processa a matéria-prima e realiza a venda direta eliminando a figura do “atravessador” que, conforme relatam, costumam concentrar grande parte do lucro da produção agropecuária. Entretanto verificamos também a existência de microempresas (geralmente familiares) destinadas a comercialização dos produtos agroindustrializados.

As principais iniciativas de agregação de valor por meio da agroindustrialização que identificamos no território do cacau foram: a produção de polpas de fruta (cacau e outras consorciadas - sobretudo cupuaçu, graviola, cajá); a fabricação de geleias; a produção de frutas desidratadas; o tratamento das amêndoas de cacau: amêndoas torradas, amêndoas caramelizadas, amêndoas crocantes, amêndoas saborizadas (com ervas finas, por exemplo), nibs, cocada de cacau[66] etc.

Mais recentemente, tem se desenvolvido a verticalização da cadeia produtiva do cacau. No âmbito da a]gricultura familiar *Catie-R1* (2016) nos explicou que eles conseguiram instalar, com parceria da CEPLAC, a primeira agroindústria de achocolatado da agricultura familiar. No Assentamento Terra Vista, *PH 15* explica que há anos eles produzem o chocolate, de mesmo nome, que até ano passado (2017) tinha o selo orgânico do IBD.

A Cooperativa Cabruca também ingressou neste mercado com o lançamento de seu chocolate denominado CABRUCA. Conforme *TSH 1188* havia nos indicado durante a entrevista concedida no ano de 2016 a nova sede da cooperativa já foi construída prevendo a

[66] A cocada de cacau é uma espécie de chocolate rústico, obtido por meio da mistura de amêndoas trituradas e açúcar, sem adição de gordura extra.

instalação futura da fábrica de chocolate. Naquela época ele nos havia informado que os cooperados estavam estudando as opções de equipamentos, avaliando o mercado e discutindo questões organizacionais antes de darem início à produção. O chocolate passou a ser produzido em abril deste ano (2018) com certificação biodinâmica.

Desde 2012 observamos inúmeras iniciativas no território do cacau de produção de chocolate – convencional e orgânico – no sistema mundialmente conhecido como *bean-to-bar* (do grão à barra), que são chocolates produzidos artesanalmente diferindo-se do processo industrial que caracteriza as práticas das grandes multinacionais do setor que atuam no nosso país.

No Brasil, e particularmente no Sul da Bahia, são observadas duas variações deste sistema, ambos relacionados a uma qualidade superior do chocolate, se comparados ao setor industrial: o *craft bean-to-bar* (grão à barra artesanal) e o *tree-to-bar* (da árvore à barra), sendo o primeiro referente às pequenas produções artesanais de chocolate e o segundo sistema relacionado à verticalização do setor: da produção agrícola, aos processos de beneficiamento, culminando com a produção e comercialização do chocolate.

Essa nova atividade da cacauicultura sul-baiana só se tornou possível graças ao desenvolvimento de equipamentos em escala reduzida para processamento de amêndoas oleaginosas (não apenas o cacau). Conhecidos como *melanger* (do francês *misturar*), o equipamento promove, no caso da fabricação do chocolate, as três etapas simultâneas – moagem, conchagem e mistura.

Entrevistamos *Choroni* (2017) que foi o primeiro produtor a desenvolver a produção de chocolate sob essas novas bases. Ele, que é produtor orgânico ligado à Cabruca, nos revelou como se deu esse processo:

> [Entrevistadora] Eu gostaria que o senhor detalhasse um pouco mais a sua história de produção de chocolate aqui na região. Não só por ser a primeira marca de chocolate orgânico, mas porque o senhor faz parte desse novo capítulo da história que é a produção de chocolate no Sul da Bahia. Quando o Senhor começou já havia algumas das marcas de chocolate que hoje estão consolidadas na região, ou ainda não?
> [Entrevistado] Só havia a [cita uma marca de chocolate local].
> [Entrevistadora] Que é uma produção mais industrial, não é produção artesanal...
> [Entrevistado] Não é!
> [Entrevistadora] Então a gente pode dizer que a sua é a primeira marca de produção de chocolate no sistema *bean-to-bar*?
> [Entrevistado] Eu acredito que sim. Porque o pessoal fazia cocada, outros

> tipos de trabalhos artesanais. A gente já fazia há muito tempo a agregação de valor: a gente fazia fruta desidratada... ainda fazemos: fruta desidratada, banana-passa, jaca-passa e minha mulher fazia também geleia, geleia de cacau, geleia de cacau com gengibre, geleia de cacau com pimenta... Então, e isso foi crescendo, crescendo tanto no que se refere à agregação de valor quanto no aproveitamento dos produtos da fazenda né? Então com essa agregação de valor começamos a fazer polpa. Mas polpa é congelada, tem uma dificuldade de comercialização em outras praças. Por exemplo: os custos de um produto congelado para sair daqui com destino o sul/sudeste é muito alto... Foi então que um amigo meu da Cooperativa Cabruca me mostrou esse *melanger*, que é essa maquininha americana, até desenvolvida pelos indianos, que nos proporcionou isso [a produção de chocolate]. É porque ele tinha uma filha nos Estados Unidos, ia sempre à feira lá, então, ele viu e me passou. E eu pensei em comprar porque é relativamente barato. Compramos a primeira, aí depois a segunda, e hoje estamos com cinco *melanger*. Esse amigo foi o grande responsável por eu começar a fazer o chocolate (CHORONI, 2017).

Atualmente são mais de 30 marcas de chocolate *bean-to-bar* direta ou indiretamente ligadas à produção do Sul da Bahia. Muitos desses produtores do ramo de chocolates finos estão ligados à Associação dos Produtores de Chocolate de Origem do Sul da Bahia, fundada durante o 8º Festival Internacional de Chocolate e Cacau (2016).

Outra associação significativa no âmbito regional é a Associação Cacau Sul da Bahia (ACSB) que reúne 14 associações, cooperativas e instituições setoriais que representam cerca de 3000 produtores de cacau. Em 30 de janeiro de 2018, a associação conquistou a indicação de procedência (IP) do cacau sul-baiano, que é uma das modalidades de IG (indicação geográfica). A IP Sul da Bahia se tornou a maior IG do Brasil, englobando 83 municípios (ACSB, 2018).

Figura 25 – Marca da IP Sul da Bahia.

Fonte: ACSB (2018).

Segundo a ACSB (2018), na marca selecionada para representar a IP Sul Bahia (figura 25) estão elementos que sintetizam a produção de cacau dessa região: o pé de cacau debaixo

de uma árvore frondosa, representando o sistema cacau-cabruca e o mico-leão da cara dourada (espécie em extinção) sobre a árvore, imagem que remete ao poder de preservação da cabruca em área de Mata Atlântica.

Por fim, desejamos destacar uma última questão relacionada às avaliações macroestruturais realizadas pelos sujeitos durante as entrevistas, qual seja: sua compreensão acerca de questões relacionadas à produção nacional de cacau.

Em geral, os sujeitos de pesquisa demonstraram não ter muito conhecimento acerca das práticas que caracterizam a produção de cacau em outros estados. Afirmam saber do crescimento da produção de cacau no Pará mas não identificamos um clima de "concorrência" entre a produção dos estados. Ao contrário, enaltecem o cultivo, sobretudo quando associado às práticas preservacionistas e reconhecem o sistema cacau-cabruca como o diferencial da produção do Sul da Bahia não só no contexto nacional como também mundial

> Está provado que em todo lugar que produz cacau a renda do povo é melhor do que nas regiões vizinhas. Na África, na Ásia, em todo lugar que planta cacau. Se vive melhor com o cacau: o produto tem uma boa rentabilidade, tem uma liquidez fantástica... Se você tem uma trouxa de cacau você vende e recebe dinheiro na hora; se você tem um caminhão de cacau você entrega e recebe também na hora. Se você não avisar a ninguém, vai ter gente brigando para comprar o seu produto... é um produto que tem uma liquidez instantânea digamos assim, em qualquer lugar, aqui, no Pará, no Espírito Santo, aonde quer que se produza cacau no mundo (TRINITÁRIO, 2016).

Como dissemos anteriormente, outros aspectos da avaliação macroestrutural dos sujeitos serão apresentados ao longo do capítulo, na análise de tópicos específicos. Passaremos então a expor aspectos relacionados à subjetividade dos produtores, aspectos esses revelados durante as entrevistas e que consideramos essenciais para a ampla compreensão do tema de estudo.

A análise dos aspectos subjetivos dos produtores nos forneceu uma leitura diferenciada do processo histórico de implantação do cultivo agroecológico do cacau e uma compreensão mais abrangente acerca do desenvolvimento da agricultura não-convencional no Sul da Bahia. Nesse conjunto de dados consideramos cruciais para a compreensão do tema dois tipos de informação: a trajetória dos sujeitos de pesquisa e o processo de decisão de produzir de forma não-convencional.

No que tange ao primeiro conjunto de informações referentes à trajetória dos sujeitos de pesquisa investigamos:

- a naturalidade dos sujeitos de pesquisa;
- o contexto no qual adquiriram ou assumiram a propriedade da terra[67];
- a existência ou não de experiências prévias com atividades agropecuárias (e mais especificamente com o cultivo do cacau);
- o conhecimento prévio (ou não) sobre o manejo agroecológico.

Uma primeira diferenciação que se revelou significativa nesse conjunto de dados diz respeito a questões de naturalidade dos produtores. Identificamos três categorias distintas:

1) produtores naturais da região Sul da Bahia – grande parte deles já tinham uma relação prévia com o cacau (quer como trabalhadores quer como familiares de produtores) antes de adquirirem ou assumirem a unidade produtiva;

2) produtores nacionais advindos de diversas regiões – dentre eles poucos apresentavam experiência com o cultivo do cacau antes de adquirirem ou assumirem a propriedade pela qual são atualmente responsáveis.

3) produtores estrangeiros – todos eles sem experiência alguma com o cacau até chegar à região sul da Bahia.

A discussão em torno da naturalidade dos produtores nos parece relevante sobretudo porque têm uma íntima relação com as práticas – sócio-culturais, econômicas e de produção – associadas à cacauicultura.

Consideramos, com base na análise dos discursos dos sujeitos de pesquisa, que devido à importância histórica do cacau os produtores naturais do Sul da Bahia apresentavam, via de regra, já consolidadas certas referências – empíricas (relacionadas ao trato cultural da lavoura), interpessoais e institucionais – que influenciam na condução de sua unidade produtiva.

Essa primeira categoria de produtores, na qual estão reunidos os produtores naturais do Sul da Bahia é, sem dúvida, a mais heterogênea. Nela pudemos identificar produtores hoje dedicados ao cultivo do cacau que:

I) tiveram experiência prévia com o cacau;

II) não apresentavam nenhuma experiência prévia com esse cultivo antes de tornarem-se produtores.

---

[67] Estamos utilizando as expressões *adquirir* ou *assumir* a propriedade da terra por termos identificado duas realidades distintas de acesso à terra entre os produtores entrevistados: existem aqueles produtores que adquiriram suas propriedades por meio da compra da terra ou do processo de assentamento e existem aqueles que assumiram o controle da propriedade que pertencia à sua família após a aposentadoria ou falecimento de um familiar.

Na subcategoria I – produtores que tiveram experiência prévia com o cacau – ainda podemos identificar dois tipos de produtores:

a) os produtores que têm um histórico familiar ligado à produção de cacau, isto é, cujas gerações anteriores eram produtoras de cacau;

b) produtores que têm um histórico pessoal e/ou familiar ligado ao trabalho no cultivo do cacau, ou seja, pessoas que conheciam o manejo dessa cultura pelo trabalho mas que não possuíam o controle da produção em outras épocas.

No caso dos produtores do primeiro tipo (a) é importante destacar que nem sempre observamos uma linha temporal contínua na transmissão do controle da unidade produtiva. Muitos herdeiros da terra seguiram outras atividades em outras regiões do Brasil, e alguns até em outros países, até assumirem o controle da propriedade familiar. Nesse meio tempo outros membros da família ou até administradores contratados ficaram responsáveis pela propriedade.

Outro aspecto importante para compreender esse subtipo (a) de sujeitos é que nem todos os produtores que apresentam histórico familiar ligado à produção do cacau assumiram a propriedade ancestral de sua família ou porções desmembradas dela. Muitos produtores, por diversas razões, acabaram por adquirir sua própria propriedade, propriedade essa sem qualquer relação com o histórico de sua família.

Dentre os produtores reunidos no segundo subtipo (b) identificamos desde trabalhadores braçais que alcançaram condições econômicas para adquirir sua própria terra até antigos “encarregados” (administradores de propriedades de outrem, com ou sem qualificação acadêmica) e também alguns profissionais de nível superior (sobretudo agrônomos e professores universitários) principalmente os que atuaram direta ou indiretamente junto às fazendas de cacau antes de tornarem-se eles próprios proprietários de terras e produtores de cacau.

Na subcategoria II, estão enquadrados os produtores naturais do sul da Bahia que não apresentavam experiência prévia com o cacau. Nele estão reunidos tanto produtores rurais com experiências anteriores com outras atividades agropecuárias quanto os trabalhadores/habitantes urbanos, sem qualquer relação anterior com o espaço agrário.

Na categoria 2, agrupamos os produtores atualmente dedicados ao cultivo não-convencional do cacau mas que são naturais de outras regiões – da Bahia e do Brasil – que não o Sul da Bahia, tradicionalmente dedicada a esse cultivo.

Dentre os produtores dessa categoria encontramos tanto aqueles que, ao chegar na região, se integraram ao cultivo – quer como trabalhadores, quer como proprietários – quanto aqueles que só tiveram contato com a cacauicultura ao adquirirem uma propriedade e optarem por essa atividade.

Entre os produtores nacionais atualmente dedicados ao cultivo não-convencional do cacau – tanto da categoria 1 quanto da categoria 2 – praticamente todos produziram de forma convencional antes de optar pelo manejo agroecológico.

Identificamos apenas um produtor – *Rio Caribe* – que ao adquirir sua propriedade optou pelo manejo não-convencional (orgânico). Analisaremos o caso específico desse produtor pouco mais adiante pois ele se enquadra num contexto específico, de grande relevância para essa pesquisa.

Entre os produtores nacionais também é característica comum a falta de conhecimento prévio do manejo não-convencional. Grande parte deles apenas veio a conhecer o manejo agroecológico pouco antes da opção por esse tipo de manejo e de realizar o processo de conversão agroecológica (nos casos em que esse processo foi necessário).

Por fim, na categoria 3 reunimos os inúmeros produtores de origem estrangeira[68] (Suíça, França, Itália, entre outras) dedicados ao cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia. Dentre os produtores entrevistados nessa categoria todos alegaram não possuir qualquer experiência com o cacau até se adquirirem propriedades e tornarem-se cacauicultores na região Sul da Bahia[69].

Outra característica comum aos produtores dessa categoria é que todos alegam ter conhecimento prévio das práticas agroecológicas – sobretudo no tocante aos produtos orgânicos. Alguns desses produtores se identificaram como filhos ou netos de produtores orgânicos em seus países de origem; outros relataram suas próprias experiências agropecuárias de produção orgânica antes de se estabelecerem no Sul da Bahia e, ainda identificamos um caso no qual um dos atuais produtores alegou ter amplo conhecimento do manejo agroecológico não por histórico familiar, nem por suas próprias experiências, mas pela ampla divulgação nos meios educacionais e de comunicação em seu país natal, fato que o levou a ser consumidor exclusivo e de longa data de produtos de origem orgânica.

---

[68] A respeito da nacionalidade dos integrantes da Cooperativa Cabruca *Gana* (2016) nos informou que quase metade dos cooperados são de origem estrangeira.

[69] Dois dos atuais produtores não-convencionais de origem estrangeira – *Ocumare 61* e *Forastero* – atuaram por anos na região Sul da Bahia mas em outras áreas que não a cacauicultura.

Com exceção de dois produtores – *Ocumare 61* e *Forastero* – todos os demais produtores estrangeiros declararam ter se estabelecido na região Sul da Bahia já com o intuito de dedicar-se ao cultivo orgânico do cacau. Alguns desses produtores estrangeiros chegaram a ser associados da Cooperativa Cabruca antes mesmo de se estabelecerem na região, como é o caso dos produtores *Canereno* e *Chuao*:

> A gente chegou aqui porque *Ocumare 61* era um amigo de infância do *Chuao*. Eles vinham da mesma cidade. [...] chegamos um pouco depois [da criação da Cooperativa Cabruca], mas *Ocumare 61* ligava ou enviava fax para *Chuao* pedindo informações... porque *Chuao* já estava dentro do mundo orgânico. Então ele estava sempre explicando para o *Chuao* que ele queria criar algo aqui com a ajuda do IESB é claro, com o Peninha, que infelizmente não está mais conosco, mas que ajudou muitíssimo... Então: [...] nós somos os primeiros sócios da cooperativa, não somos exatamente sócios fundadores, porque ainda nem estávamos no Brasil, mas ao mesmo tempo somos porque estivemos envolvidos desde o início! (CANERENO, 2016).

Os produtores estrangeiros reunidos na categoria 3 tem ainda uma outra característica comum: todos eles demonstravam interesse específico por propriedades rurais que apresentavam roças de cacau formadas (lavouras com plantas adultas) mas que não realizavam há um bom tempo os tratos culturais.

Dois dos profissionais entrevistados – *Costa do Marfim* e *Camarões* – denominaram esse tipo de propriedade como "fazendas largânicas", em referência ao fato de que essas propriedades estavam "largadas", sem manejo.

A conjuntura de crise econômica pós-1989 associada aos altos custos dos insumos para combate da doença da vassoura-de-bruxa, a progressiva desconfiança dos produtores quanto à eficácia das recomendações técnicas da CEPLAC e as dificuldades de acesso ao crédito (no caso dos pequenos e médios proprietários) e/ou dificuldades para quitação das dívidas (no caso dos grandes proprietários) levaram os cacauicultores a progressivamente "abandonar" suas fazendas. Esse abandono a que nos referimos obviamente não se refere à propriedade e/ou à posse da terra, mas sim em termos do manejo das lavouras de cacau. Até porque, com a instauração da crise, uma das primeiras e mais comuns medidas de corte de custos era a dispensa de trabalhadores[70].

[70] Aqui utilizamos intencionalmente a palavra dispensa e não demissão, pois como vimos sobretudo na discussão de Rangel, Jacinto e Tonella (2010) grande parte dos trabalhadores do cacau não tinham qualquer vínculo trabalhista e nesse sentido foram apenas dispensados do trabalho e das fazendas, sem qualquer direito trabalhista.

Como vimos no primeiro capítulo a partir da obra de Santos (1957) a cacauicultura é uma atividade que demanda intensa utilização de mão-de-obra para os tratos culturais – limpeza, podação, adubação, tiragem de enxerto, abertura de valas para escoamento de água, cuidados contra os parasitas – além da necessidade de replantio de cacauais e espécies de sombreamento.

Com a persistência da crise e a reduzida mão-de-obra que permaneceu empregada nas fazendas os produtores passaram também a abandonar a aplicação de insumos a exemplo do que nos relatou o produtor *Criollo*

> A lavoura começou a ter o problema de preços, o cacau começou a desabar... Começou o declínio com a presença da vassoura-de-bruxa... foram poucos que tinham recurso [financeiro] e por força disso, de não ter o recurso, a gente começou a abandonar mesmo a aplicação [de insumos]. E não tinha... não estava tendo resultado nenhum... E praticamente grande parte das fazendas foram abandonadas mesmo! (CRIOLLO, 2016).

Da falta de manejo básico com a cultura do cacau e da ausência da utilização de insumos químicos nas lavouras tomadas pela vassoura-de-bruxa surgiu a expressão "fazenda largânica" utilizada por dois dos sujeitos de pesquisa – *Costa do Marfim* e *Camarões.*

Costa do Marfim é agrônomo atuante na região e explica que essa realidade persiste ainda hoje mas ressalta que o fato de determinada propriedade agrícola não utilizar insumos não faz dela uma produtora orgânica (como muitos produtores nessas condições se declaram) ou agroecológica pois, nesse caso, não há preocupação com o manejo da produção (COSTA DO MARFIM, 2017).

Calabacillo foi um dos produtores cujo caso citamos no capítulo anterior que durante alguns anos tentou o processo de conversão do manejo convencional para o manejo orgânico. Ele e outros dois produtores aos quais tivemos acesso acabaram desistindo principalmente por conta do custo da mão-de-obra. Questionado sobre a natureza da sua produção ele respondeu prontamente que sua produção era orgânica, mas logo em seguida, reavaliou

> Não! Orgânico não! Não posso dizer... Sou convencional! Entenda: eu não uso nenhum tipo de tóxico, de veneno na minha propriedade; de jeito nenhum... Mas o orgânico não é só isso... Tem a questão do trabalho também; por isso não posso dizer que sou orgânico: porque não sou! Não tenho condições de registrar o trabalhador, pagar todos os direitos como o sistema orgânico manda. Condição nenhuma. Trabalho com parceiros,

> Como vimos no primeiro capítulo a partir da obra de Santos (1957) a cacauicultura é (CALABACILLO, 2018).

Outro entrevistado – *Carenero* – ao analisar os casos das propriedades que adquiriu no Sul da Bahia – todas fazendas que *Costa do Marfim* e *Camarões* denominaram como "largânicas" – afirma que o que se praticava nessas propriedades antes que ela assumisse o controle não era agricultura, era praticamente extrativismo: "Não tinha o manejo... já tinha anos que um funcionário estava lá, mas para catar o que tinha... Quer dizer, ele não estava fazendo trabalho diferente do que pegar o que a natureza dava para ele" (CARENERO, 2016).

Não conseguimos dados para precisar a quantidade de estabelecimentos rurais com essas características no Sul da Bahia, mas percebemos que esse tipo de propriedade era preferida no processo de aquisição por produtores estrangeiros, como é o caso de Carenero. Isto porque, adquirir propriedades sem manejo facilita em muitos aspectos a produção não-convencional do cacau – no caso da maioria, a produção orgânica.

Em primeiro lugar porque essas propriedades já tem cacauais formados e, sendo o cacaueiro um cultivo permanente que embora comece a se desenvolver a partir do segundo ano de vida demora de quatro a seis anos para iniciar a produção econômica, o proprietário que adquire esse tipo de propriedade e deseja ser cacauicultor ganha tempo.

Em segundo lugar, essas propriedades que não apresentavam manejo representam um ótimo investimento por apresentarem valor de mercado inferior a de uma propriedade produtiva, com manejo convencional.

E, por fim, essas propriedades sem manejo potencializam a implantação da produção não-convencional do cacau pois, por não apresentar uso de insumos químicos, dispensam o período de transição agroecológica que é, em média, de dois a três anos, permitindo assim que o produtor que deseja desenvolver um cultivo não-convencional obtenha a certificação quase imediata de sua produção.

Assim, embora esse tipo de propriedade apresente menor valor de mercado ela tem maior valor para o produtor que tem a intenção de dedicar-se ao cultivo não-convencional do cacau, pois ele pode obter quase que instantaneamente a certificação, organizar rapidamente a produção no manejo agroecológico e usufruir do sobrepreço, nos casos em que a conjuntura permitir (exploraremos esse tópico de forma mais aprofundada mais adiante).

Importante destacar que embora a busca por esse tipo de propriedade seja uma característica comum a todos os produtores estrangeiros, não é uma prática exclusiva dessa

categoria de produtores. Identificamos um produtor nacional, natural da região Sul da Bahia, que adquiriu intencionalmente esse tipo de propriedade.

O produtor *Rio Caribe* – aquele único produtor da categoria 1 que identificamos sem experiência de produção convencional com o cacau – nos sinalizou que procurou uma dessas propriedades sem manejo para comprar por conta do baixo preço de mercado.

Diferentemente dos produtores estrangeiros, ele nos relatou que inicialmente planejava realizar o cultivo convencional do cacau, como faziam seus antepassados, mas foi apresentado por um dos membros da Cooperativa Cabruca (com quem também tem laços familiares) ao manejo orgânico e acabou optando por esse tipo de cultivo, rapidamente associando-se à Cooperativa e obtendo a certificação orgânica

> Eu sou de uma família agrícola: meu pai, meus avós, toda a minha família é da agricultura. Nasci na cultura do cacau. Andei o mundo, tive que sair, viajei e no retorno tive a intenção de ter uma roça também de cacau. Eu tive a felicidade de comprar uma roça [...] Lá eu tenho cinquenta e cinco hectares na beira do Rio de Contas, e, quando eu comprei, eu pensava em usar *roundup*[71], pensando em fazer uma produção de números... Quando pensei melhor... essa roça já estava há trinta anos abandonada e fiz uma reflexão... Vi que se fosse usar o *roundup* e ir atrás de números [referência à produtividade] nós teríamos um comércio com [o sujeito cita algumas empresas multinacionais ligadas à produção de chocolate] que representa hoje assim... o trabalho escravo no cacau (RIO CARIBE, 2016).

Rio Caribe ainda fez questão de destacar que na época em que foi abordado por esse produtor orgânico (que também é seu familiar) havia um projeto da Cooperativa Cabruca de difusão do conhecimento sobre as práticas orgânicas direcionado exatamente aos produtores que possuíam propriedades "abandonadas" do ponto de vista do trato cultural, fazendas "largânicas".

Citamos aqui esse caso do produtor *Rio Caribe* pois ele evidencia um aspecto recorrente no Sul da Bahia no que se refere à propagação das práticas agroecológicas: *o significativo papel das redes interpessoais*, elemento que retomaremos mais adiante.

---

[71] O *roundup* é um herbicida não seletivo dos mais utilizados na cacauicultura convencional sul-baiana. Pudemos perceber também, a partir das avaliações de outros sujeitos de pesquisa – *Trinitário* e *Costa do Marfim* - que muitos produtores que se auto-identificam como orgânicos (embora não possuam certificação alguma) acabam fazendo uso ao menos dessa substância esporadicamente, para controle do mato. Compreendemos assim, que a citação desse produto em específico pelo sujeito *Rio Caribe* nesse trecho reproduzido acima quer se referir não apenas ao produto em si, mas ao conjunto de práticas convencionais na agricultura do cacau, práticas essas hegemônicas no Sul da Bahia.

Havíamos dito que identificamos dois grupos de informações distintos que se relacionavam a aspectos da subjetividade dos produtores, informações essas que se revelaram durante a coleta de dados primários e que consideramos essenciais para a plena compreensão do tema de estudo. Tendo explorado o primeiro conjunto de informações – a trajetória dos sujeitos – passaremos agora a analisar o processo de decisão do produtor em optar pelo manejo não-convencional.

A triangulação dos dados primários obtidos em entrevistas e observações reali zadas nos últimos três anos e dados secundários provenientes da extensa pesquisa bibliográfica que realizamos nos expuseram algumas discrepâncias significativas. Passamos então a orientar a investigação científica para identificar e compreender essas discrepâncias e, a partir do aprofundamento dessas questões enunciamos e defendemos nossa tese.

Como pudemos perceber no capítulo anterior, geralmente os trabalhos acadêmicos desenvolvidos acerca de práticas agroecológicas focam em questões produtivas – com destaque para a dimensão econômica – identificando o sobrepreço extraído pelos agricultores por conta da observância de práticas de valor ecológico e social como um elemento de grande relevância no poder decisório do produtor em sua opção pelo manejo agroecológico e outros procedimentos posteriores associados (conversão da propriedade, transição agroecológica, certificação da produção e busca por nichos de mercado para comercialização do produto).

Entretanto uma análise mais meticulosa da produção cacaueira não-convencional do Sul da Bahia nos revelou que, especificamente quando se trata do estudo de caso que investigamos, *o sobrepreço não é um elemento significativo*, como procuraremos demonstrar.

Especificamente acerca dessa temática analisaremos três aspectos que avaliamos como centrais: o sobrepreço como atrativo; o sobrepreço para cacau fino e a influência das flutuações de preço no sobrepreço.

O primeiro aspecto importante a ser analisado é o de que a expectativa de sobrepreço é, sem dúvida, um grande atrativo que desperta o interesse inicial dos produtores, podendo certamente influenciar no processo decisório de conversão da propriedade. No entanto, como veremos, no estudo de caso em questão, a decisão de manter-se produtor não-convencional parece não depender do sobrepreço, nem ao menos de condições financeiras muito favoráveis.

Para melhor exemplificar nossa avaliação, destacamos, em primeiro plano, a fala de *TSH 1188*, atual presidente da Cooperativa Cabruca. Ele afirma, ao resgatar o histórico da Cooperativa, que os produtores não tinham muita consciência do processo macroestrutural

quando começaram suas atividades. Segundo ele, nos primeiros oito ou nove anos da Cooperativa as instituições governamentais e não-governamentais realizaram a intermediação entre os produtores e os compradores. Foi assim que teriam conseguido o primeiro cliente da Cooperativa que se tratava de um cliente americano interessado em adquirir amêndoas de cacau orgânicas certificadas, fato que estimulou a produção inicial. Em suas palavras:

> A gente estava inicialmente sem pensar em se meter em mercado...
> O primeiro momento foi:
> _Vamos fazer agricultura, cacau orgânico! Tem esse cara que vai comprar tudo!
> Então a gente nem pensava em mercado. Isso foi bom durante dois, três anos, até o americano deixar sem pagar um contêiner e a gente ficou no prejuízo... (TSH 1188, 2016).

Apesar dessa fluidez inicial *TSH 1188* salienta que as primeiras safras orgânicas certificadas foram negociadas praticamente com o preço de cacau convencional . Apesar da organização entre os cooperados, a falta de consciência de todo o processo de comercialização os deixava sem grandes condições de interferir nas variáveis e melhorar o poder de negociação.

Depois dessa primeira experiência, ainda com intermediação de diversas instituições, as próximas safras de cacau orgânico certificado foram comercializadas com multinacionais do mercado do cacau – a Cargill e a Barry Callebaut – que atuam na região.

Para *TSH 1188* (2016), a Cargill teve "um comportamento estranho", retirando-se subitamente sem qualquer explicação aos produtores enquanto que a relação com a Barry Callebaut foi mais duradoura, principalmente porque havia um projeto de cacau orgânico que tinha iniciado naquela época. Nesse contexto favorável é que apareceu de forma significativa o sobrepreço, atraindo grande número de produtores para a Cabruca.

TSH 1188 explica que a cooperativa foi fundada com o mínimo obrigatório de vinte produtores e rapidamente subiu para trinta e depois trinta e cinco produtores cooperados

> e nunca saiu disso [...] **teve mais de cem pessoas que passaram pela cooperativa**, que entraram, participaram achando que ganhariam um preço mais elevado e não teve motivação... Porque às vezes é difícil você julgar isso... O cara mostra interesse, mas na realidade o interesse dele é mais o preço melhor... E quando ele vê o trabalho que isso dá, abandona... (TSH 1188, 2016, grifo nosso).

Examinando melhor essa questão do sobrepreço pago pela multinacional Barry Callebaut nesse período, *TSH 1188* explica que era da ordem de *quinhentos dólares por arroba*, valor acima do preço negociado em bolsa de valores. Entretanto, ele explica melhor esse contexto: "era um período de 'super auge' da produção cacaueira aqui na região. O que os cooperados produziam na época era cacau orgânico certificado, mas sem origem, sem qualificação [referência a atual produção voltada para cacau fino]" (TSH 1188, 2016). Ele explica que só chegaram nesse patamar porque a empresa "fazia o esforço de colocar o preço acima do auge para ainda assim a gente comercializar com eles" (TSH 1188, 2016) porque, na época, a produção orgânica era cotada apenas em cerca de *200 dólares acima do valor negociado na bolsa*, ou seja, valor de *commodities*, de cacau convencional.

TSH 1188 (2016) explica que os cooperados perceberam que um sobrepreço de 200 dólares não justificava o movimento da cooperativa:

> tornou muito complicado a vida da cooperativa, porque você faz um cacau certificado, com esforço, tem um armazém próprio, uma cooperativa, uma estrutura mínima para manter um produto que, na realidade não é valorizado (*TSH 1188*, 2016).

Essa constatação foi decisiva para a definição dos rumos da cooperativa a partir de então: longe de pensar em desistir do manejo orgânico, os cooperados compreenderam que deveriam transformar o processo produtivo mais uma vez (TSH 1188, 2016).

Nesse contexto oportuno, iniciou-se o contato da cooperativa com uma empresa francesa. *TSH 1188* (2016) faz questão de ressaltar que o contato foi iniciado pela empresa após a mesma tomar conhecimento da cooperativa por meio do site. Ele relata que a empresa francesa tinha um interesse muito específico e por meio de uma busca na internet se deparou com a página da CABRUCA e entrou em contato: "pode digitar lá no Google: cacau orgânico no mundo e você vai ver que nossa página vai aparecer. Somos uma referência nesse tipo de produção" (TSH 1188, 2016). A empresa apresentou sua demanda de cacau fino para a cooperativa e os cooperados passaram a se qualificar para orientar suas atividades para essa produção que ainda hoje caracteriza a atividade da CABRUCA.

Santos, Santos e Santos (2015, p. 233) explicam que "Para distinguir o cacau fino de outros tipos de cacau (*bulk*) são utilizados parâmetros físicos, genéticos, geográficos, químicos e organolépticos". De acordo com os autores, os parâmetros organolépticos são os

associados ao aroma e sabor do cacau; esses são os principais critérios utilizados pelas indústrias processadoras que buscam produtos diferenciados.

O sujeito de pesquisa *TSH 1188* explica que a empresa que estabeleceu contato com a Cooperativa Cabruca

> [...] foi a primeira empresa francesa que tratou o cacau com os mesmos critérios, ou critérios similares à uva na produção de vinho. **Montaram todo um conhecimento sobre a parte sensorial do cacau**. Chegaram aqui, falavam de registro, de beneficiamento... tudo que a gente não tinha nem ideia e aí a gente começou a trabalhar a questão da qualidade... Praticamente nesse mesmo tempo, entrou uma empresa suíça também. Foi outra que, em escala menor fez a mesma coisa que a empresa francesa fazia. Até que, em certo ponto, nós tínhamos esses dois clientes para atender e a gente conseguia expor mais nossa problemática com as empresas menores que as multinacionais e conseguimos barganhar preços, diferenciais de preços mais interessantes [...] Agora, olhando para trás, pode-se dizer que a gente sabia o que fazia, mas na verdade as coisas aconteceram a nosso favor! (TSH 1188, 2016, grifo nosso).

Conforme veremos mais adiante, atualmente a Cooperativa Cabruca só trabalha com cacau fino e, nesse sentido, esse contato relatado pelo sujeito *TSH 1188* (2016) parece ser crucial para compreender a atuação da Cooperativa na atualidade.

A respeito da última afirmação do sujeito que, de forma muito honesta avalia que de certa forma os rumos iniciais da cooperativa não foram deliberadamente racionalizados, recorremos à avaliação de *Trinitário*[72] sobre sua própria trajetória como produtor e, depois, como cooperado.

Esse relato é interessante pois revela como uma aspiração individual de produtor, baseada em valores e princípios pessoais – mas pouco fundamentada em conhecimentos teóricos e empíricos da Agroecologia – encontrou ecos numa organização coletiva; e como, a partir daí, produtor e coletivo de produtores passaram por um lento e progressivo processo de desenvolvimento de idéias, de práticas, de relações internas e externas até que, apenas nos últimos anos, parecem ter atingido a maturidade, refletindo-se na plena articulação coletiva e na otimização da produção e comercialização e, ainda mais recentemente, na verticalização do processo produtivo com a fabricação e comercialização de chocolate biodinâmico certificado.

[72] *Trinitário* é um dos sócios fundadores da Cooperativa Cabruca. Sujeito nascido na região Sul da Bahia, com experiência prévia em produção de cacau e outras atividades agropecuárias de manejo convencional.

Reproduzimos a seguir, trechos da entrevista de *Trinitário* que resumem grande parte desse processo:

> A gente [se referindo a ele próprio] sempre teve essa coisa né – um desejo, interesse pela produção mais natural – mas sempre ficou no meio do caminho e sempre apanhou muito por isso, por não ter conhecimento e querer fazer uma coisa que não sabe [...] Para mim tem duas transições: uma transição que não foi uma transição oficial, que demorou quinze anos. A gente se batendo aí, meio que sozinho, meio que tentando parcerias, mas ninguém sabia nada mesmo [...] A gente era 'agroloucura'! A gente tentava fazer alguma coisa e via que estava tudo errado e que a gente precisava fazer alguma coisa a respeito... a gente foi se batendo em quinze anos [...] perdemos muito, perdemos muito dinheiro com isso, fizemos muitas coisas erradas, erramos muito, mas assim, a cada erro a gente respirava e a gente achava que era o caminho [...] Depois nos anos 2000 juntamos com o grupo da cooperativa [Cabruca]. Aí foi uma coisa mais concreta, já tinha um grupo, você tem mais pessoas para trocar experiências... só que as experiências também são muito cruas [...] Daí veio a transição da certificação, aí foi oficializando a coisa. Mas então vem outras dificuldades, porque agora você só pode usar produtos certificados... o que usar? [...] você precisa ter o equipamento certo, você precisa ter o conhecimento... e o que faltou na gente foi esse conhecimento [...] Hoje você tem uma série de coisas que facilitam muito, o seu manejo, a rapidez desse processo, então não precisa mais aquele sofrimento de anos [...] De uns três, quatro anos para cá... Três anos! A gente acertou: conseguimos melhorar a produtividade, conseguimos controlar a vassoura-de-bruxa, conseguimos controlar a podridão parda a níveis bem razoáveis, conseguimos nutrir melhor nossas plantas (TRINITÁRIO, 2016).

Conforme nossa avaliação das diferentes narrativas dos sujeitos de pesquisa, percebemos que ao longo dos quase vinte anos de produção não-convencional do cacau no Sul da Bahia, *o sobrepreço foi tornando-se paulatinamente menos importante no processo de decisão e manutenção do manejo agroecológico.*

Embora, como vimos, o sobrepreço tenha sido almejado por grande parte dos produtores que em algum momento procuraram a Cooperativa Cabruca e embora tenha sido, de certa forma, uma meta da produção orgânica de cacau da cooperativa em parte de sua história, o sobrepreço parece não justificar, por si só, as práticas desses sujeitos.

Apesar do sobrepreço da produção certificada ainda pairar no meio acadêmico como um fato relevante para compreensão das práticas agroecológicas dos produtores e de o selo orgânico permear o imaginário popular como mito do "retorno garantido", nossa pesquisa revelou que, nos diferentes coletivos de sujeitos dedicados ao cacau não-convencional, a questão do sobrepreço parece minimizada diante de questões de outra natureza.

Aprofundando a discussão da temática do sobrepreço identificamos, em segundo lugar, que não obstante o aumento de propriedades certificadas (certificação orgânica e certificação biodinâmica) no Sul da Bahia, uma parcela considerável da produção continua a ser comercializada no mercado comum com cotação de cacau convencional. Na maioria dos casos em que ocorre a remuneração diferenciada da produção (em geral decorrente da negociação no mercado internacional), o sobrepreço está relacionado ao fato da produção ser de cacau fino, e não somente ao fato de ser certificada.

A investigação desse tópico, que está intimamente relacionado à elaboração da nossa tese, será apresentada a partir de quatro perspectivas: Cooperativa Cabruca, Assentamento Terra Vista[73], dois casos de propriedades com certificação participativa e produtores não-convencionais.

Iniciando pela exposição do caso da Cooperativa Cabruca constatamos que atualmente a cooperativa só negocia cacau fino, isto é, amêndoas que apresentam alto padrão de qualidade. *Gana* nos relatou que quando a produção dos cooperados chegada à Cabruca, amostras de cada saca de amêndoas são testadas sob inúmeros critérios e os lotes que não atingem *todos* os rígidos padrões de qualidade estabelecidos pela cooperativa são recusados (GANA, 2016).

Para se ter uma ideia, o primeiro teste é o do aroma (como vimos, aroma e sabor são parâmetros essenciais para a avaliação de cacau fino na indústria de processamento). Cada saca que chega à cooperativa é testada e as que apresentam odor de fumaça não são sequer admitidos para os outros testes que acontecem no armazém, pois, apresentando cheiro de fumaça o lote pode contaminar as sacas que já foram admitidas previamente (GANA, 2016).

Outra análise importante consiste na avaliação da umidade relativa. Uma pequena quantidade de amêndoas é retirada de cada saca e é realizado o maceramento dessas amêndoas e a aferição da umidade por meio de um equipamento próprio. De acordo com *Gana* (2016), a umidade registrada não pode ultrapassar 8% pois, na eventualidade de ter que ficar estocado no galpão por muito tempo, as amêndoas com umidade superior a esse patamar podem mofar e contaminar as demais sacas.

[73] Esclarecemos que em nosso estudo investigamos de forma muito aprofundada o Assentamento Terra Vista pois ele era o único cliente certificado por auditoria para o produto cacau proveniente de Movimento Social. Há menos de 4 meses da finalização da pesquisa, descobrimos que o processo de certificação havida mudado, conforme expomos adiante. Entretanto, visto a relevância ímpar do assentamento na propagação dos conhecimentos e práticas agroecológicas entre agricultores familiares, assentados e populações tradicionais e na criação da Teia dos Povos, Jornada de agroecologia e Rede dos Povos da Mata, optamos por manter as análises no texto.

Por fim, o terceiro teste consiste na avaliação do interior da amêndoa. São selecionadas aleatoriamente cerca de 50 amêndoas de cada saca e elas são distribuídas em um equipamento com espaços específicos para cada uma. Ao ser fechado o equipamento corta ao meio simultaneamente as 50 amêndoas, pois apresenta uma espécie de navalha disposta sobre cada uma[74]. A amostra então é analisada com relação à textura e à coloração.

Gana (2016) explica que "se a amêndoa tiver muito compacta ela não chegou no ponto certo de fermentação... isso significa que o fruto foi colhido antes de estar maduro". Com relação à coloração ela explica que "se a amêndoa está com uma cor diferenciada, se apresenta pontos de cor diferenciados, significa que não passou de forma adequada pelo processo de de fermentação" (GANA, 2016).

Todo esse processo é apenas para a aceitação, pela Cabruca, da produção dos cooperados. Novos processos de avaliação são realizados entre os consumidores e a cooperativa, geralmente com envio de amostras para análise dos compradores interessados (GANA, 2016).

Santos, Santos e Santos (2015, p. 239) explicam essa e outras características do mercado de cacau fino

> A diferença do método de comercialização do cacau comum e do cacau fino é que a transação realizada com este último se baseia no exame de uma amostra do lote, pelo comprador, antes da entrega. O comprador avalia o aroma para determinar se o cacau satisfaz suas necessidades específicas; e, caso não atenda, a aquisição da amêndoa não ocorrerá. Essa situação leva muitos fornecedores a manter estoques altos ou baixos, dependendo do comportamento do mercado e da aceitabilidade do seu produto pelos compradores. Assim, os componentes de custos de amostras e avaliações determinam os preços de cacau fino, sendo esses mais altos quando comparados ao cacau convencional.

Questionados acerca da comercialização da produção com a cooperativa, todos os cooperados entrevistados relataram que realizam uma pré-avaliação de sua produção ainda nas suas propriedades. Os frutos originários de plantas doentes (que apresentem vassoura-de-bruxa ou podridão parda), os colhidos em áreas de barreira (áreas de contato com vizinhos que praticam a agricultura de manejo convencional) ou frutos que são colhidos precoce ou

[74] No primeiro semestre de 2016, quando *Gana* concedeu essa entrevista e explicou esse processo de avaliação da produção pela cooperativa ela explicou também que esse equipamento era uma inovação na região. De acordo com ela, é um equipamento de cerca de seis mil reais que foi trazido da Suíça por um dos cooperados – *Ocumare 61*. Esse processo de avaliação da coloração das amêndoas é praxe, no entanto, é realizado normalmente cortando as amêndoas uma a uma, fato que demanda muito tempo.

tardiamente passam por beneficiamento em locais separados dos frutos colhidos de plantas saudáveis e colhidas no tempo ideal de maturação.

Ao final de todas as etapas de processamento – que envolvem a quebra do fruto ainda na lavoura, remoção e transporte das sementes, fermentação e secagem – as amêndoas que não apresentam excelência sequer são encaminhadas à cooperativa. Todo esse cacau, que embora não seja classificado como cacau fino é cacau orgânico e/ou biodinâmico e certificado é vendido no mercado local, *por preço de cacau convencional*.

Forastero (2016) avalia essa questão da venda de cacau certificado ao mercado convencional. Para ele, praticamente não existe mercado nacional para o cacau orgânico, portanto o produtor orgânico tem que vender a parte da sua produção que não é cacau fino para o mercado convencional. "O problema é que o mercado convencional 'nivela os preços por baixo'; não se interessa e logo não oferece uma melhoria no preço para o cacau orgânico que tem uma qualidade muito superior ao convencional".

Esse nível de preço é estabelecido segundo ele porque o mercado convencional "mistura tudo, não tem cuidado nenhum! Por isso o mesmo preço: quem fizer um cacau bom, quem fizer um cacau ruim, vai receber o mesmo preço no mercado convencional. É triste, mas é assim!" (FORASTERO, 2016).

Assim, com base nos depoimentos dos sujeitos de pesquisa – tanto o presidente da Cooperativa quanto os inúmeros cooperados entrevistados – podemos afirmar que embora a produção dos associados à Cooperativa Cabruca possua certificação – orgânica, e em alguns casos também biodinâmica – a extração do sobrepreço, quando ocorre, está relacionada à produção fina de cacau e não genericamente à produção orgânica, conforme apontam os estudos sobre o tema (UZÊDA, 2004, GOMES & PIRES, 2015).

Antes de passarmos à análise dos outros casos que confirmam a venda de cacau não-convencional pelo preço de *commodities*, apresentamos o caso de *Soconusco* que reforça essa afirmação que realizamos acima. *Soconusco* é um produtor convencional de cacau que afirma conseguir comercializar o cacau com preço acima da cotação de *commodities*. Conforme explica, apesar de ser produtor convencional, ele possui o selo UTZ[75], que é um indicador de sustentabilidade. Os produtores que têm esse selo tem que seguir um código de conduta –

[75] Sobre o selo, o IBD (2018) explica "Se compra café, cacau ou chá da UTZ, contribui para construir um futuro melhor. Porque UTZ representa a agricultura sustentável com melhores perspectivas para os agricultores, suas famílias e nosso planeta. Graças ao programa UTZ, os agricultores aprendem melhores práticas agrícolas, criam melhores condições de trabalho e podem cuidar melhor de seus filhos(as) e da natureza".

principalmente referente às condições de trabalho – além de manter rígidos registros acerca da procedência e quantidade de todo e qualquer insumo aplicado na lavoura (SOCONUSCO, 2016). O resultado, segundo ele, é um cacau de qualidade superior, que apresenta rastreabilidade do processo de produção, garantia de não utilizar trabalho escravo (que infelizmente é uma realidade comum na produção mundial de cacau), fato que o permite negociar a produção por um preço acima do mercado.

Passando à segunda perspectiva de análise da temática do sobrepreço na negociação de cacau, verificamos que no caso do Assentamento Terra Vista toda a produção orgânica é comercializada pelo preço de cacau convencional. Embora sua produção seja certificada, os assentados comercializam com atravessadores locais e são remunerados de acordo com o preço do cacau *commodities.*

O Assentamento Terra Vista, localizado no município de Arataca, é um dos assentamentos mais antigos do estado da Bahia. Até o presente momento é o único produtor orgânico certificado de cacau e de chocolate no Sul da Bahia oriundo de movimento social.

Ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Assentamento Terra Vista iniciou sua história em 1992 quando cerca de 300 pessoas ocuparam uma antiga fazenda de cacau de 904 hectares. O assentamento teve a emissão de posse em 1995, sendo que até meados dos anos 2000 os assentados se dedicaram, entre outras atividades, ao cultivo convencional do cacau.

PH 15, liderança do assentamento, explica que o acampamento que mais tarde daria origem ao Assentamento Terra Vista era composto sobretudo por pessoas das periferias de 26 municípios do entorno que apresentavam um índice de analfabetismo de cerca de 70%. A grande maioria dos acampados, embora residentes urbanos, já tinham experiência como trabalhadores de cacau e a fazenda que foi ocupada já apresentava lavouras essas constituídas, lavouras que, de acordo com PH 15 (2017) “estavam sendo dizimadas pela vassoura-de-bruxa”. Assim, diante dessa realidade parecia lógico para os assentados implementar o cultivo do cacau, sob o manejo convencional, que era a única forma de manejo conhecido por eles até então.

Após anos de produção convencional, sem muito conhecimento de mercado, em meados de 2000 o assentamento passou a apresentar sérias dificuldades financeiras. Nesse contexto de descapitalização os assentados optaram pela conversão da produção do assentamento para o manejo orgânico (PH 15, 2017).

Amelonado é um dos produtores assentados pioneiros no manejo agroecológico da produção. Ele relata que bem antes da decisão tomada em assembleia, ele, sem nenhuma experiência, implantou um sistema agroflorestal (SAF) em seu lote após contato com a obra de Ana Primavesi. Pouco tempo depois, as boas condições de produção do seu lote passaram a atrair o interesse de outros assentados. Entretanto, de acordo com ele, foi só a partir das parcerias firmadas entre o assentamento e uma série de instituições é que foi possível estabelecer a produção agroecológica no assentamento.

PH 15 destaca, entre as inúmeras parcerias e importantes projetos de educação desenvolvidos no assentamento, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que promoveu cursos de agroecologia no assentamento, e o Instituto Cabruca, organização não-governamental sediada em Ilhéus e com projetos desenvolvidos na Bahia, no Pará e no Espírito Santo, que auxiliou os assentados no processo de transição agroecológica e certificação orgânica.

Em entrevista, o presidente do Instituto Cabruca relatou que quando da criação do Instituto Cabruca, o foco maior da instituição era auxiliar os produtores interessados na transição agroecológica. Nesse contexto, "desponta o Assentamento Terra Vista em Arataca [...] que abraçou isso e acabou sendo um grande difusor, ali naquela região e para outras regiões também" (CEPEC-2002, 2016).

Catongo (2017) esclarece que toda produção do assentamento – cacau, café, frutas, psicultura, criação de pequenos animais (silvestres e pecuária), extrativismo sustentável e chocolate – é certificada. Por muitos anos a produção do assentamento foi certificada pelo sistema de auditoria, pela certificadora IBD. Atualmente a produção é certificada pelo processo participativo[76].

Um elemento de grande destaque no assentamento é a estrutura educacional que assiste não só aos assentados mas também toda região e ainda parceiros de várias regiões do Brasil oriundos de movimentos sociais e populações tradicionais[77]. Mas mesmo antes dessa

[76] *PH-15*, em entrevista concedida em julho de 2017, já havia nos sinalizado que há tempos as discussões dos assentados pareciam apontar para a mudança no processo de certificação. Essa mudança estaria não só relacionada ao custo da certificação por auditoria mas sobretudo ao amadurecimento das relações e ações da Teia dos Povos que, por sua vez, esteve envolvida na associação Povos da Mata que passou a atuar também como um organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica.

[77] Em evento realizado no assentamento em junho de 2017, foi apresentado um balanço do perfil educacional dos assentados através do qual identificamos que, até aquela ocasião, existiam 45 técnicos formados em áreas estratégicas como agroecologia, agroindústria, pecuária e informática e ainda 6 agrônomos (ENCONTRO ATV +25, 2017).

estrutura educacional estar montada, havia a preocupação em capacitar os assentados para o manejo agroecológico.

Cundeamor (2017) relata que teve familiares que estiveram envolvidos com o Terra Vista ainda no contexto de acampamento (1992), mas que ela só chegou ao assentamento no ano de 2006, portanto já no contexto em que o assentamento era certificado como orgânico. Sem qualquer experiência com atividades agropecuárias foi capacitada no próprio assentamento, não apenas por meio da orientação dos outros assentados nas práticas cotidianas mas também por meio de cursos promovidos em parceria do assentamento com diversas instituições.

Segundo ela, o conhecimento produzindo nesses cursos, associados às suas vivências no assentamento, permitiram a ela e sua família se apropriar das práticas e princípios do manejo agroecológico. Mais tarde, já com a escola técnica Milton Santos funcionando, fez o curso técnico em Agroecologia (CUNDEAMOR, 2017).

No caso específico do cacau, *Cundeamor* (2017) explica que o processo de produção é individual: cada assentado produz organicamente no seu lote, realiza a quebra do fruto e a separação das sementes ainda em seu lote e depois transporta até a estrutura coletiva, localizada na entrada do assentamento.

Foto 6: Área coletiva de beneficiamento do cacau do Assentamento Terra Vista.

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nessa área coletiva são realizadas as etapas de fermentação e secagem das amêndoas de cacau e, apesar da estrutura ser coletiva, as amêndoas não são misturadas, sendo preservados por controle social dos diversos assentados:

> [Entrevistadora] Para esclarecer... Como fica o gerenciamento da produção? Pois a estrutura de beneficiamento é coletiva.

> [Entrevistada] Acho que é automático... Você coloca lá e aí todo mundo já sabe que aquele ali foi você que colocou e outro não mexe! Quer dizer, até mexe, porque tem a revira da fermentação, da secagem e quem pode faz para todos... Abre a barcaça... Fecha... Sempre quando precisa! Quando vai secar, junta um grupo, pega lenha... Fica a noite toda lá... Mas automaticamente o pessoal já sabe já... quando é de alguém: 'Olha: esse é de fulano, esse é de sicrano'. Já tem uma divisão assim, automática... Todo mundo respeita (CUNDEAMOR, 2017).

Após finalizado o beneficiamento das amêndoas, cada assentado recolhe, armazena e vende individualmente sua produção aos atravessadores. A venda da produção é realizada quase sempre no próprio assentamento, entre o produtor assentado e o atravessador. *Cundeamor* (2017) demonstra consciência do valor diferenciado de sua produção orgânica mas relata

> a gente recebe o mesmo valor [com expressão desapontada]. Produz orgânico mas para o atravessador a gente vende como cacau convencional. Eles não pagam a mais [...] É triste porque para nós é mais trabalhoso no caso... o nosso produto é mais caro! E eles compram pelo preço do convencional (CUNDEAMOR, 2017).

Os produtores desconhecem o destino final de suas amêndoas. Alguns, em conversa informal, cogitaram que podem ser compradas por alguma cooperativa; outros acreditam que são negociadas no mercado internacional; outros ainda especulam que devido à qualidade das amêndoas, essas podem ser negociadas com empresas chocolateiras na Europa.

Em entrevista, *PH 15*, explica que o assentamento ainda não tem capital para comprar o cacau de seus produtores assentados com o objetivo de centralizar a produção e assim ter melhores condições de negociação da produção. Diante dessa situação, o coletivo do assentamento optou por não interferir na individualidade dos assentados, deixando cada assentado livre para comercializar sua produção.

Mas *PH 15* faz questão de destacar que ele acredita que a agregação de valor da produção orgânica quando se trata de amêndoas de cacau é muito pouco significativa. Por isso, ele complementa, é que o assentamento está investindo em outros canais a curto, médio e longo prazo para valorizar sua produção, no que se refere ao cacau (PH 15, 2017).

Na ocasião da realização da entrevista *PH 15* havia relatado que a principal ação curto prazo seria a criação de uma Escola de *Chocolatier* no assentamento que estaria servindo à capacitação para a produção de chocolate. Ele relatou ainda que os equipamentos necessários

já estavam sendo adquiridos e que deve as parcerias para seu funcionamento já estavam sendo discutidas (PH 15, 2017).

Pouco tempo depois, no início de 2018, entrou em funcionamento o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos (CEEPFCCMS), com diversos cursos nas modalidades ensino médio técnico, PROEJA Médio e cursos em regime de alternância.

A médio e longo prazo, *PH 15* afirma que os assentados planejam tanto a capitalização do assentamento – para poder centralizar a produção, garantir o fluxo e negociar melhor os preços – quanto a profissionalização da colheita e pós-colheita do cacau, para investir na produção de amêndoas de alta qualidade, voltada para negociação externa e também para a produção de chocolate fino.

No que se refere a este último objetivo discriminado verificamos que já há movimentação dos assentados. Chegou ao nosso conhecimento que teria sido implantada uma área experimental dentro do assentamento com o objetivo de adequar a produção de cacau orgânica já existente para a produção de cacau orgânico fino.

Conforme dissemos a pouco, o assentamento optou pela mudança no processo de certificação. Por decisão coletiva, o Assentamento Terra Vista abandonou a certificação por auditagem e optou pela certificação participativa.

Fonseca e Nobre (2005) explica que o embate entre os modelos de certificação remonta ao processo de discussão e elaboração da IN 7/99 – que estabeleceu as normas para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos. De acordo com os autores,

> Com a publicação da IN 7/99, foi mantida a possibilidade dos dois modelos de certificação. Entretanto, com a publicação da IN 6/02, que trata das exigências que os organismos certificadores têm de cumprir para serem acreditados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa -, e continuarem certificando os processos e produtos das comunidades rurais, foi preconizado o processo por auditagem.
> Com isso, a dificuldade da certificação participativa aumentou, pois haverá a necessidade de se adaptar aos processos burocráticos e custosos, que envolvem o trabalho de registro dos compromissos não previstos numa rede de geração de credibilidade (FONSECA & NOBRE, 2005).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), estão atualmente cadastrados 24 organismos participativos de avaliação de conformidade, os quais estão reunidos no quadro abaixo.

Quadro 12 – Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica

ORGANISMO PARTICIPATIVO	CIDADE	ESTADO
Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)	Campinas	SP
Associação Ecovida de Certificação Participativa	Três Cachoeiras	RS
Associação dos Agricultores biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)	Rio de Janeiro	RJ
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)	Botucatu	SP
OPAC – Cerrado / Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS/DF	Brasília	DF
Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)	Glória de Dourados	MS
Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI)	São Raimundo Nonato	PI
Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA)	Quixeramobim	CE
Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamus/Crateús (ACEPI)	Crateús	CE
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe (ECOARARIPE)	Ouricuri	PE
Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas)	Inconfidentes	MG
Associação OPAC Litoral Norte	Itati	RS
Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA)	Apodi	RN
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC)	Goiânia	GO
Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS)	Porto Alegre	RS
Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX)	Brasília	DF
Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa	Sacramento	MG
Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama)	Porto Alegre	RS
Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa	Uruçuca	BA
Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ADB-Sul)	Florianópolis	SC
Rede Borborema de Agroecologia	Itabaiana	PB
Orgânicos Jequitinhonha – Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina	Turmalina	MG
Associação Barroca de Cima – ABC Orgânico	Senhor do Bonfim	BA
Associação Maniva de Certificação Participativa – OPAC MANIVA	Manaus	AM

Fonte: BRASIL, 2018.

O Estado da Bahia apresenta dois organismos participativos, sendo um deles de abrangência local e outro de abrangência regional. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (BAHIA, 2018), a Comunidade Barroca de Cima, responsável pela associação, é composta por agricultores familiares do município de Senhor do Bonfim. Seu credenciamento junto ao MAPA (BRASIL,2018) lhe garante apenas a avaliação da conformidade orgânica de produção primária vegetal.

Primeiro organismo de certificação participativa da Bahia, a Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa apresenta escopos para produção

primária animal, produção primária vegetal, processamento de origem animal, processamento de produtos de origem vegetal e extrativismo sustentável orgânico (MAPA, 2018). É formada por "produtores da agricultura familiar, agricultores assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, agricultores em geral e consumidores co-produtores" (POVOS DA MATA, 2018).

A instituição reúne 700 famílias em quatro núcleos regionais (Ibirapitanga, Serra Grande, Ilhéus/Itabuna e Arataca) e já certificou cerca de 50 famílias desde seu credenciamento no MAPA, em agosto de 2016 (POVOS DA MATA, 2018).

Ainda não há dados disponíveis acerca das propriedades certificadas por esse processo. Mas identificamos dois sujeitos de pesquisa – *Arriba* e *Parazinho* – que são certificados pelo organismo. Suas propriedades estão localizadas no município de Ilhéus mas eles estão vinculados ao núcleo regional de Serra Grande.

Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE ORGÂNICA

Certificado Nº [redacted]

A Comissão de Avaliação do Núcleo Serra Grande da Rede de Agroecologia Povos da Mata Atlântica do Sul da, declara que a Unidade de Produção Familiar de [redacted] pertencente ao grupo agroecológico [redacted] filiado a este Núcleo, está em conformidade com as normas e princípios estabelecidos pela ASSOCIAÇÃO POVOS DA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA, e pela Lei 10.831/03 e seus dispositivos complementares.

Validade deste certificado: UM ANO.

Serra Grande, 13 de dezembro de 2017.

Coordenador da Comissão de Avaliação do Núcleo

Foto 7 – Certificado de conformidade orgânica emitido pela Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia de Certificação Participativa.

Fonte: Acervo pessoal (ARRIBA, 2018).

Esses dois produtores com certificação participativa fazem parte de uma associação de agricultores familiares que reúne 35 famílias no município de Ilhéus. Todos, com exceção dos dois, são produtores convencionais. Eles indicam que não há qualquer interesse da associação em assumir a produção agroecológica, em suma, porque esse tipo de manejo dá muito mais trabalho e não consegue remunerar melhor o produtor. Entretanto, para eles, o manejo agroecológico ultrapassa a questão da produção, estando relacionado à saúde deles e de suas famílias – tanto como produtores quanto como consumidores – e de seus clientes.

Arriba (2018) nos relatou que após um período de dois anos como agricultora convencional de cacau, a descapitalização a obrigou a abandonar o uso de insumos e que nesse processo, a família reconheceu a viabilidade e a qualidade da produção

> a gente não tinha condição de comprar os produtos [insumos químicos]! E aí a gente começou a deixar: parou de jogar o herbicida, o adubo e os inseticidas e, **ao contrário do que a gente imaginava**, a gente observou que a roça deu uma melhorada. Assim: os produtos começaram a ficar melhor, mais bonitos, mais saborosos e aí a gente chegou a um ponto, a partir de dois anos que a gente estava lá que decidimos não jogar mais nada (ARRIBA, 2018).

Estabelecida há 14 anos como produtora rural, 12 como não-convencional e apenas a 1 ano como produtora orgânica certificada por organismo participativo ela conclui:

> Mesmo se eu não fosse mais participar da rede orgânica eu não jogaria mais nada nas minhas coisas porque o agrotóxico além de prejudicar as plantas, prejudica a nossa saúde e prejudica os animais (ARRIBA, 2018).

Essa perspectiva vai de encontro com o que *PH 15* (2017) nos falou ao anunciar que provavelmente o Assentamento Terra Vista deixaria a certificação por auditagem para migrar para o sistema participativo. Ele afirmou: “Nós queremos, aos poucos, deixar de ser orgânicos e nos tornar agroecológicos e a Agroecologia é muito mais do que a questão da produção , é uma forma de viver”.

Se a realidade de grande parte dos produtores agroecológicos certificados – por auditoria ou certificação participativa – é a comercialização de cacau orgânico a preço de cacau convencional, essa é a regra entre os produtores não-certificados.

Identificamos alguns produtores que alegam não utilizar insumos químicos em suas propriedades mas não tem qualquer tipo de certificação. A esse conjunto de produtores

denominamos genericamente não-convencionais. Além de serem produtores familiares, esse conjunto ainda mantém em comum o fato de ter a propriedade como única fonte de renda.

Eles também destacam a importância de

> viver uma vida saudável, longe desses tóxicos que não faz bem nenhum... Contaminam a terra, poluem as águas, atacam a saúde de quem aplica e também de quem come os produtos. Se pararmos para pensar, qual o sentido disso? Ninguém ganha, tirando as empresas que vendem [insumos químicos] (MARANHÃO, 2018).

Pará (2017) é o produtor que mais se aproxima do que poderíamos compreender como uma espécie de certificação por venda direta, compreendendo esse processo, como explicou Neves (2005), como uma relação de confiança entre o produtor e o consumidor.

O produtor afirma que mantém compradores no estado do Rio de Janeiro que conhecem sua produção, testaram a qualidade e a procedência de suas amêndoas e demandam quantidades regulares para a produção de chocolate[78]. De acordo com ele, a remuneração é "feita sobre o preço de cacau convencional, mas eles conhecem bem o meu produto, sabem que não tem veneno e compram o ano todo. Por isso negocio mais com eles. É difícil [raro] entregar cacau em armazém" (PARÁ, 2017).

Outra realidade diferenciada nesse grupo é a de *Almeida* (2016). O produtor tem uma agroindústria onde produzem e comercializam o cacau caramelizado, nibs de cacau e sua própria marca de chocolate. De acordo com sua avaliação "a gente processa para não vender em armazém. Se não fosse essa agregação de valor, a gente não sobreviveria só do cacau."

Os demais produtores não-convencionais afirmam, em uníssono, que comercializam seu produto sob a forma de amêndoas com preço de cacau convencional.

Finalizamos aqui a análise do segundo aspecto do sobrepreço – que trata da comercialização de cacau não-convencional (certificado ou não) com o mercado convencional. Nos inúmeros casos analisados constatamos que *a maior parte da produção não-convencional de cacau é negociada com o mesmo preço de cacau convencional*.

Um terceiro aspecto relevante para a análise da temática do sobrepreço diz respeito às flutuações de preço do cacau no mercado internacional. Nossa pesquisa apontou que ainda há

[78] Durante três edições do Festival Internacional de Chocolate e Cacau (2015, 2016 e 2017) entrevistamos os expositores de chocolate quanto à procedência das amêndoas. A maioria das marcas de chocolate de estados não produtores de cacau negocia com o Sul da Bahia, através de relações interpessoais com os produtores e visitação das fazendas como atividade integrante do referido festival.

discrepâncias no que tange a avaliação da relação de preço entre o cacau não-convencional (no caso o orgânico, mais comum no território Sul da Bahia) e o cacau convencional. Essas discrepâncias se aplicam tanto no âmbito da produção do conhecimento quanto na relação teoria-prática.

Para exemplificar, enquanto autores como Noia, Midlej e Romano (2015, p. 35) afirmam que "No mercado de cacau, o produto orgânico não se aplica à formação de preço convencional, ou seja, não é influenciado pela cotação da *commodity* na Bolsa de Valores de Nova Iorque"; outros autores, como Rosado et. al. (2015, p. 129) evidenciam a existência dessa relação

> O preço externo do cacau convencional foi a variável que apresentou maior efeito nos preços do cacau orgânico. Alterações nesse preço afetam diretamente o preço doméstico do cacau orgânico e, por conseguinte, a renda do produtor e o nível tecnológico empregado na produção. Portanto quanto **maior** o preço do cacau no mercado externo, **maior** o preço pago ao produtor de cacau orgânico e **maior** a renda do produtor (grifos nossos).

Numa terceira perspectiva de análise dessa temática, alguns sujeitos de pesquisa, avaliando as práticas de negociação da produção na cooperativa indicam uma relação **contrária** à exposta no excerto acima

> agora o cacau teve uma alta bem significativa! Esse ano de 2015, o ano passado, então, o cacau deu um salto de sessenta [reais a arroba] para cento e cinquenta [reais a arroba] pela demanda mundial [...] Quando o cacau estava de sessenta [reais a arroba] a gente tinha um sobrepreço de praticamente cem por cento, vendia de cento e vinte [reais a arroba]. Hoje o cacau está de cento e cinquenta, cento e sessenta [reais a arroba]! E a gente está vendendo a 180 [reais a arroba]... Então a gente está com o sobrepreço de vinte por cento (TRINITÁRIO, 2016).

Assim como muitos outros sujeitos entrevistados, *Forastero* (2016) destaca a grande variabilidade no valor do sobrepreço da produção agroecológica em relação à produção convencional. Questionado sobre essa temática ele afirma: "O sobrepreço existe? Claro que ele existe! Mas ele é variado... ele pode ir do trinta, a cinquenta ou até a cem por cento, **vai depender do nível de mercado que você vai conseguir lá fora** (grifo nosso)" (FORASTERO, 2016).

Independente de existir ou não uma relação entre o preço do cacau convencional e o preço do cacau orgânico, ou, no caso dessa relação existir, de ela ser positiva ou negativa,

assumimos, como *Forastero* que *a extração do sobrepreço está fundamentalmente ligada à capacidade de negociação da produção.*

Nesse sentido, verificamos que a Cooperativa Cabruca apresenta, até o presente momento, melhores condições de negociação pois toda produção é centralizada e a venda é mediada pela cooperativa. No entanto, devemos lembrar que nem sempre foi assim: foi necessário um longo percurso de desenvolvimento organizacional para que essas condições fossem conquistadas.

Percurso esse que as lideranças do Assentamento Terra Vista parecem ter clareza que devem trilhar – em médio e longo prazo – em busca de melhores condições de comercialização com o desenvolvimento da excelência na produção e pós-produção, regularidade da oferta e centralização da produção.

Da mesma forma, os produtores certificados pelo organismo Povos da Mata têm se articulado para garantir mecanismos de comercialização da produção, como por exemplo o sistema de cestas[79].

No caso dos produtores não-convencionais não-certificados avaliamos que, de forma geral, eles desenvolvem suas práticas individualmente, fato que os torna o grupo mais vulnerável no que tange à negociação de sua produção. Avaliamos ainda que, diante dessa falta de articulação dos sujeitos, não há indícios de que essa condição vá se alterar em curto e médio prazo, diferentemente de outros casos analisados em que, deliberadamente as organizações coletivas almejam orientar suas ações na perspectiva de mudança dos mecanismos de comercialização.

Essa questão da *organização coletiva* é muito relevante na negociação da produção. O presidente da Cabruca, *TSH 1188* (2016), nos explicou que "nos primeiros **oito ou nove anos** da cooperativa a situação era bem desfavorável. O produtor entregava o cacau na cooperativa e tinha que esperar a cooperativa vender para receber o dinheiro" (grifo nosso). Atualmente o mecanismo mudou

> A gente estipula um preço no início do ano porque a gente vai pagar o cacau na hora da compra. A gente tem hoje um capital de giro o que nos permite

[79] "A Rede acredita que o estreitamento de laços do agricultor e o consumidor final torna-o CO-PRODUTOR do processo. A dinâmica dos pedidos das cestas orgânicas através das lojas Estação Orgânica ou redes sociais, garantem uma Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Orgânicos, chamado Circuito de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos. Os consumidores estão totalmente ativos, contribuindo conscientemente com os agricultores que, por sua vez, garantem a segurança alimentar facilitando o acesso social e monetário a alimentos ecológicos (POVOS DA MATA, 2018).

> comprar o cacau e pagar na hora que nem os grandes. Então a gente fixa um preço e só altera ele se o mercado faz umas manobras absurdas durante o ano, aí a gente ajusta para ajudar o produtor a não esconder a produção da gente. Então a gente faz um cálculo de todas as vendas; faz uma média de preço de venda e paga a diferença no final do ano ao cooperado. Fazemos a retenção, por volta de dez por cento... a gente tem uma assembleia, uma reunião para definir isso e de acordo com os números mostrados, a gente decide... O pessoal decide se vai ser uma retenção de oito, dez, doze por cento, normalmente é em torno disso, dez por cento. E a diferença vai para o próprio cooperado, para pagar o décimo terceiro e todo mundo fica feliz... (TSH 1188, 2016).

Nossas descobertas acerca da temática do sobrepreço – fruto tanto da investigação bibliográfica quanto da pesquisa de campo – e a constatação da prática ordinária de comercialização de cacau não-convencional, inclusive certificado, pelo preço de cacau convencional no sul da Bahia, além de outros aspectos que se revelaram intrigantes a partir do diálogo com os sujeitos, nos levaram ao seguinte questionamento: *se o sobrepreço do cultivo não é significativo o suficiente para contribuir com a manutenção das práticas agroecológicas dos sujeitos quais são os outros fatores responsáveis por essa manutenção?*

Esse questionamento nos levou a direcionar nossa investigação para compreender a ótica do produtor. Por que os cooperados da Cabruca permaneceram oito ou nove anos em condições desfavoráveis de negociação da produção, conforme relato de *TSH 1188*? Ou então, por que *Arriba* afirma que mesmo se abandonasse a Rede (e assim a certificação) não utilizaria mais insumos químicos em sua produção? Por que *Almeida, Calabacillo, Maranhão, Pará* e tantos outros produtores não-convencionais, familiares e, muitas vezes descapitalizados, fazem a opção por não utilizar insumos químicos mesmo que isso implique maior quantidade de trabalho a ser empregado na produção?

Esses e outros questionamentos que passamos a fazer pareciam contrariar as análises comumente desenvolvidas no meio acadêmico no que se refere à produção agroecológica. Essas análises priorizam a dimensão produtiva sobretudo articulando-a a questões macroeconômicas – como nichos de mercado, sobrepreço, certificação da produção – enquanto nosso estudo parecia indicar que dimensões não-produtivas estariam mais fortemente relacionadas à consolidação de uma agricultura não-convencional do cacau no Sul da Bahia.

Se assumirmos essa perspectiva ao revisitarmos o histórico da produção orgânica do cacau no território sul-baiano poderemos perceber que ao longo dos anos 1990 inúmeras

tentativas de implantação da produção orgânica não obtiveram sucesso, mesmo apresentando fortes articulações interescalares que garantiriam, em tese, o fluxo inicial da produção.

Em nossa avaliação, essas tentativas, embora muito bem planejadas não surtiram efeito porque eram ações verticalizadas. Avaliamos que, tanto no caso da Cooperativa Cabruca, quanto no caso do Assentamento Terra Vista e Rede dos Povos só houve a consolidação da produção não-convencional a partir do momento em que as ações foram articuladas horizontalmente.

Diante da análise que realizamos a partir do estudo de caso da produção de cacau não-convencional no Sul da Bahia **defendemos a tese de que elementos associados à subjetividade dos sujeitos são muito mais importantes na opção e manutenção pelo manejo não-convencional do que questões produtivas**.

Ao contrário do que costumamos ler nos estudos acadêmicos sobre Agroecologia, não nos parece que o produtor não-convencional de cacau do Sul da Bahia racionaliza sua produção visando a extração do sobrepreço, a certificação dos produtos e a inserção em nichos de mercado. Embora essas e outras questões possam atrair os produtores num momento inicial nosso estudo de caso revelou que essas práticas não se sustentariam apenas ancoradas aspectos produtivos. Diante disso, dedicamos a última seção deste trabalho para aprofundar outros aspectos que nos parecem significativos para a compreensão do tema de estudo.

4.2 Para além de questões produtivas: integrando outras dimensões na análise da produção não-convencional de cacau no Sul da Bahia

Para defender a tese que enunciamos, agrupamos nossa argumentação em três dimensões principais: econômica, antropológica e tecnológica. Na dimensão econômica aprofundamos a análise do sobrepreço explorando elementos que emergiram das avaliações macroestruturais dos sujeitos de pesquisa e que apresentam análises significativas acerca desta temática sobretudo quando consideramos o sobrepreço do cacau certificado (orgânico e biodinâmico) com relação ao cacau convencional. Na dimensão antropológica, identificamos os elementos que influenciaram a decisão do produtor pelo manejo não-convencional. E na dimensão tecnológica, abordamos as dificuldades enfrentadas no manejo agroecológico, as

estratégias utilizadas para superá-las e ainda a persistência da decisão de produzir de forma não-convencional mesmo em condições de adversidade (inclusive financeiras).

Iniciamos nossa argumentação aprofundando questões acerca da **dimensão econômica** que, como vimos, costuma ser o foco das análises quando o assunto é a produção agroecológica, sobretudo no caso da produção certificada.

Excetuando-se os casos que já foram analisados anteriormente sobre a temática do sobrepreço – casos esses nos quais a produção de cacau certificado é vendida pelo preço de cacau convencional –, constatamos que produtores orgânicos e biodinâmicos associados a Cooperativa Cabruca têm conseguido, nos últimos anos, extrair sobrepreço de sua produção.

Entretanto, as diversas avaliações dos sujeitos de pesquisa, além de revelar a grande flutuação no valor desse sobrepreço a cada safra, revelam outros elementos que sinalizam para o fato de que, numa análise mais estrutural, *o sobrepreço real não existe ou é insuficiente.*

Os sujeitos de pesquisa aprofundaram diversas questões durante as entrevistas para justificar essa análise, dentre as quais destacamos as falas dos sujeitos: *TSH 1188* que avalia a produção orgânica do cacau em relação à produção de cacau fino; *Carenero* que avalia questões relacionadas ao custo de produção do cacau; *Bonanza 14* que avalia questões de produtividade entre o manejo convencional e o manejo orgânico; e *Rio Caribe* que avalia que não há sequer um preço justo, quanto mais sobrepreço da produção.

Iniciamos pela fala de *TSH 1188* (2016), presidente da Cooperativa Cabruca, que uma vez questionado a respeito do sobrepreço da produção orgânica do cacau em relação à produção do cacau convencional exclamou: “A gente tem que tomar cuidado para falar do orgânico, né?”. O sujeito fez questão de esclarecer que há sim um sobrepreço na comercialização da produção da Cooperativa Cabruca, mas que esse sobrepreço não é devido apenas ao fato de ser cacau orgânico e biodinâmico certificado. O sobrepreço que eles têm conseguido nos últimos anos está relacionado à alta qualidade das amêndoas de cacau orgânico, e não apenas ao fato de ser orgânico certificado. Diante disso ele é categórico ao afirmar:

> O cacau só entra aqui com um padrão de qualidade e a gente procura clientes que pagam a mais no diferencial do orgânico [...] O sobrepreço do orgânico, ele não justifica [...] a gente está trabalhando para ter o mínimo... (TSH 1188, 2016).

Essa perspectiva vai de encontro ao que *PH 15*, liderança do Assentamento Terra Vista nos relatou: que quando se trata de amêndoas de cacau, ainda que sendo um produto orgânico certificado, o sobrepreço não compensa. Ele aponta que "já existem estudos que mostram que na cadeia do chocolate, o valor destinado ao produtor é de cerca de 6%" (PH 15, 2017).

Carenero (2016) ressalta outras questões nessa análise do sobrepreço, mais relacionadas ao custo real de produção do cacau. De acordo com ela, há algum tempo foi realizado na Cooperativa Cabruca um estudo de cerca de um ano para calcular o custo real de produção do cacau e ao final desse estudo os cooperados chegaram à conclusão de que o valor que o cacau é vendido no mercado nacional está muito abaixo do custo de produção. Obviamente a cooperativa têm negociado melhores preços no mercado internacional, mas mesmo assim ela acredita que o valor conseguido está abaixo do que deveria, porque, segundo ela, a matéria-prima não é valorizada.

Para detalhar melhor essa perspectiva ela faz duas comparações importantes. A primeira refere-se ao descompasso entre o reajuste salarial e a lucratividade do cacau.

> Temos um aumento de salário [mínimo] anual de 10% a 12% por cento. Eu não tenho nada contra que o trabalhador ganhe; é direito seu, por mim ele poderia ganhar o dobro... mas o valor do cacau não segue esse aumento. Quando chegamos aqui uma arroba de cacau era R$ 84,00 e um salário mínimo era R$ 162,00... Hoje, o salário mínimo é R$ 880,00, mais décimo terceiro, etc, etc. Na verdade é R$ 1.200,00 contra [aproximadamente] R$ 200,00 que era há quatorze anos atrás. E o [preço do] cacau é R$ 150,00 a arroba! Então a diferença não está em proporção! (CARENERO, 2016).

Para ela, grande parte do problema é que no Brasil, diferentemente de seu país de origem, a prática agrícola orgânica é desassistida de qualquer política de subsídios agrícolas. Além disso, ela destaca também questões referentes à diferença entre o trato cultural do cacau orgânico e do cacau convencional.

> Nós [cacauicultores cooperados], trabalhando com agricultura orgânica, é claro que temos que utilizar mais mão de obra. Um exemplo simples: eu devo roçar uma tarefa ou um hectare e isso vai me custar 'tantas' horas de trabalho de uma pessoa ou de duas pessoas. A pessoa [produtor] que trabalha no convencional vai colocar química... vai ser muito mais rápido! Então o custo de produção dele vai ser menor... vai usar menos horas de trabalho. Então, nosso custo de produção é mais alto! Além disso, nós temos que dividir o cacau que é bom, de alta qualidade, para ser vendido aqui na Cabruca... cacau que depois vai para o exterior ou vai para parceiros aqui brasileiros. Nós estamos fazendo um tratamento de quebra, um tratamento de fermentação, um tratamento de secagem diferenciado. Tem muitas pessoas

> que abrem, faz a fermentação, e secam sem cuidado... a qualidade também é diferente! Nesse caso você ganha tempo não fazendo a fermentação adequada. Nós temos uma pessoa no momento da fermentação que cada dia tem que virar todo esse cacau. Para virar cinco toneladas de cacau, ele gasta três ou quatro horas, então o nosso custo de produção é mais alto. E eu acho que **mesmo com o preço que estamos vendendo para o exterior ainda não compensa**... Não estamos nos cálculos certos! (CARENERO, 2016).

Bonanza 14 também destacou aspectos comparativos entre o manejo convencional e não-convencional. Para ele

> o preço eu acho que tem que ser realmente o preço um pouco maior porque você não trabalha com a planta no limite; você trabalha com a planta normal. Então... ela no estado normal produz menos do que essas que estão trabalhando com produtos químicos, do que essa planta que trabalha sobre estresse de super-adubação... Além disso a gente trabalha na cabruca que é um sistema agroecológico mais perfeito – eu acho – de todas as lavouras porque tem várias plantas de várias estaturas. É um sistema agroecológico perfeito, mas isso também diminui a produtividade da planta, porque a planta não trabalha com aquele sol, que vai fazer a fotossíntese em pleno pique, então tudo isso vai diminuindo o rendimento da planta... Mas **eu acho que deveria ter um valor além de agregação orgânica, uma agregação de um valor de preservação da mata** [...] tem que manter a mata como a gente vem mantendo, a gente preserva todas as nascentes, a gente preserva toda a parte de sistema de floresta e não ganha nada por isso, então, deveria ter um valor, eu acho que isso seria muito importante para o produtor. Nos Estados Unidos eu vi uma reportagem que o pessoal... que as nascentes que eles preservavam eles tinham um valor para isso, eles recebiam um dinheiro, aqui a gente não recebe absolutamente nada (BONANZA 14, 2016, grifo nosso).

O trecho em destaque está presente de forma mais ou menos explícita nos discursos de todos os três grupos de sujeitos que entrevistamos. Eles reconhecem que as práticas agrícolas não-convencionais associadas à prática cultural da cabruca (especialmente a produção de cacau) presta um serviço ecológico à sociedade brasileira e, como tal, deveria ser valorizada (inclusive monetariamente) pelo Estado. Nas palavras de *Rio Caribe*,

> Eu digo que **nós não temos um sobrepreço... nós não teríamos ainda nem o preço justo...** Como eu lhe falei, o preço do cacau é meramente uma parte de todo, de um sistema... Se avaliar quanto o país está gastando para despoluir rios, quanto o país está gastando para revitalizar áreas totalmente degradadas... Quando você vê uma Samarco que faz uma estupidez daquela [referência à tragédia de Mariana]... Quanto vai custar para o governo? É nesse sentido que eu acho que nós não temos nem o mínimo do preço mínimo que nós deveríamos ter (RIO CARIBE, 2016, grifo nosso).

Como podemos verificar pela reprodução de trechos das falas dos sujeitos, *em termos econômicos, sob vários aspectos o sobrepreço não justifica o manejo não-convencional*.

Isto posto, passaremos então a investigar a **dimensão antropológica** que nos pareceu muito relevante para a compreensão do fenômeno e para a sustentação de nossa tese.

No processo de diálogo com os sujeitos de pesquisa fomos capazes de identificar que o principal fator responsável pela consolidação e expansão das práticas não-convencionais seria *a propagação do conhecimento por meio das redes interpessoais.*

Identificamos também algumas ações pontuais promovidas por instituições – sobretudo o extinto IESB, a Cooperativa Cabruca e o Instituto Cabruca – mas mesmo essas ações dependiam das redes interpessoais para atingirem novos produtores no território do cacau.

Excetuando-se o caso dos produtores orgânicos pioneiros – aqueles que iniciaram o cultivo orgânico do cacau no Sul da Bahia – os demais produtores nacionais conseguem identificar com total clareza a primeira vez que tomaram conhecimento das práticas não-convencionais e geralmente identificam uma pessoa (um outro produtor que já utilizava essas práticas) como difusor do conhecimento.

Mesmo no caso dos produtores estrangeiros, que já conheciam o manejo não-convencional de experiências anteriores ao seu estabelecimento no Sul da Bahia, também podemos averiguar essa relação. Todos os entrevistados de naturalidade estrangeira apontam os contatos pessoais e/ou profissionais com o sujeito *Ocumare 61* e, em alguns casos também com o sujeito *Forastero*, como imprescindíveis para seu estabelecimento na região e seu pleno desenvolvimento como produtores orgânicos de cacau.

Nesse processo de difusão do conhecimento das práticas não-convencionais alguns argumentos parecem particularmente poderosos no processo de influenciar a decisão do produtor pelo manejo ecológico. O mais evidente é a valorização do sistema cacau-cabruca de produção. A tomada de consciência da importância ecológica desse sistema – que consiste numa prática agrícola ancestral do cultivo do cacau no Sul da Bahia – associados a outras experiências mais recentes – como a descapitalização e o reconhecimento teórico e empírico dos impactos ambientais envolvidos na produção convencional – parece reverberar na subjetividade dos sujeitos, sobretudo nos produtores naturais da região, despertando interesse em conhecer outras formas de produzir que preserve as condições de produção das

propriedades para gerações futuras ao mesmo tempo em que resgate e valorize elementos importantes relacionados ao histórico familiar/regional do cultivo do cacau.

Importante destacar que é traço comum entre os produtores nacionais que hoje se dedicam à produção não-convencional do cacau o que poderíamos chamar de uma "consciência ambiental intuitiva", que poderia ser explicada pelo fato de que, conforme descrevem, reconheciam que o uso de insumos químicos contaminava os recursos naturais, comprometia a saúde do trabalhador e, hoje, alguns afirmam ter condição de avaliar, que alterava inclusive a qualidade do produto.

São inúmeros relatos que poderiam ser reproduzidos aqui como forma de demonstrar a importância dessa valorização do sistema cacau-cabruca no processo de decisão do produtor pelo manejo não-convencional. Optamos por transcrever o pequeno trecho abaixo que, ao nosso ver, confirma essa proposição.

Um dos questionamentos direcionados aos sujeitos de pesquisa dizia respeito ao início do processo agroecológico do cacau na região. Todos os sujeitos que responderam essa pergunta contextualizaram-na nos fenômenos recentes, datados a partir da década de 1980/1990, que culminaram com a implantação do cultivo orgânico a partir dos anos 2000. Entretanto, *Rio Caribe*, questionado sobre esse ponto, resgatou o histórico do cultivo do cacau na região. Em sua resposta, ele afirma

> Eu acho que quem começou [a agricultura orgânica] foram os primeiros plantadores de cacau há 100, 150 anos atrás. Porque, em primeiro lugar, você pode ver que as fazendas foram feitas na cabruca... Então eles já estavam respeitando o meio-ambiente. Segundo: toda fazenda tinha uma reserva de mata. Todo agricultor inconscientemente sabia que tinha que ter uma reserva de mata. Eu ando pelo país e eu vejo que plantadores de soja, de trigo e de criação de gado que não respeita isso [...] É tudo agricultura do jeito que eles querem. Então eu acho que os primeiros plantadores de cacau já eram orgânicos (RIO CARIBE, 2016).

No caso dos produtores estrangeiros notamos também que a produção de cacau associado ao sistema cabruca, por si só, parece exercer certo fascínio por conciliar certas práticas preservacionistas com uma produção agrícola economicamente rentável, além de i r de encontro com certos princípios – de vida e de consumo – que alguns, como *Carenero* denominam "filosofia de vida":

> Antes de vir aqui [no Brasil] meu esposo já trabalhava com agricultura orgânica. Nossa filosofia de vida era natural e a gente continua com esse

> pensamento aqui também: a gente se cuida com produtos homeopáticos, cuida dos animais assim também... A gente acredita muito nisso! Não só para nós, mas para a natureza mesmo... para o mundo... essa bolinha... esse planeta... Esse é um pensamento profundo (CARENERO, 2016).

Alguns desses produtores estrangeiros afirmam que implantar uma cultura orgânica/biodinâmica nesse sistema cacau-cabruca é "o lógico" (expressão que se repetiu em várias entrevistas), pois é mais natural e vai de encontro com as práticas preservacionistas que caracterizam essa região, preservando esse legado. Ao contrário, o cultivo convencional contraria a lógica da região e do próprio cultivo por consistir em acrescentar "veneno" (outra expressão bastante utilizada para se referir aos insumos químicos) que contamina as plantas, o solo e as águas, comprometendo o futuro da atividade.

Na constituição de uma nova forma de articulação dos sujeitos que passa a caracterizar o território não-convencional do cacau no Sul da Bahia reconhecemos a Cooperativa Cabruca como a principal difusora de conhecimento sobre as práticas agroecológicas entre os produtores familiares e empresariais e o Assentamento Terra Vista como o centro da difusão do conhecimento dessas práticas entre as comunidades tradicionais, populações assentadas e pequenos produtores familiares.

Tendo discorrido sobre as dimensões econômica e antropológica, resta-nos ainda abordar a **dimensão tecnológica** que, acreditamos, também nos fornece importantes elementos para defender a tese que elaboramos.

Dentre as inúmeras dificuldades relatadas pelos produtores no manejo não-convencional destacamos a falta de assistência técnica. Praticamente não existem ações do Estado que orientem as práticas agroecológicas dos produtores[80]. Entretanto, identificamos inúmeras *ações horizontais* que permitem a capacitação dos sujeitos no manejo orgânico e biodinâmico.

Dentre essas ações destacamos o "Dia de campo" promovido pela Cooperativa Cabruca e a Teia dos Povos iniciada pelo Assentamento Terra Vista dentre as ações mais

[80] Apenas um sujeito de pesquisa – *Arriba* – afirmou receber assistência técnica regularmente. De acordo com ela, um agrônomo do Governo do Estado designado para o atendimento dos pequenos produtores familiares a tem orientado em algumas práticas orgânicas: "Agora esse ano que apareceu um [agrônomo] que disse que vai dar assistência técnica, mas a preferência dele é ajudar [orientar] o [produtor/cultivo] convencional, né? Mas como ele sabe que eu não uso nada na roça, ele se propôs a ajudar. Ele conhece o orgânico... Ele inclusive compra os produtos orgânicos, ele faz parte de uma rede que compra cestas de produtos orgânicos [a rede dos Povos da Mata]" (ARRIBA, 2018).

significativas justamente por consistirem em iniciativas horizontais de organização dos sujeitos e suas demandas.

O "Dia de campo" da Cooperativa Cabruca é muito emblemático para compreendermos a articulação horizontal dos sujeitos em várias perspectivas. Trata-se de atividades organizadas pelos cooperados para enfrentar um grave problema: a ausência de assistência técnica para o manejo agroecológico.

Com exceção de *Arriba* (2018), os demais produtores entrevistados são unânimes em afirmar que não há qualquer ação do Estado que ofereça suporte, assistência ou capacitação específica para o cultivo não-convencional do cacau. A CEPLAC, principal instituição ligada ao cacau não tem sequer um profissional especializado para atender essa demanda que já existe a quase 20 anos na região.

Trinitário explica que mesmo uma orientação técnica voltada para o cultivo convencional poderia, em determinados pontos, auxiliar o produtor agroecológico:

> Assistência técnica não existe na região! A CEPLAC tem uns quatro anos que veio aqui na fazenda. Eu quero! Experiência é sempre bom trocar. Eu aceito, mesmo convencional: tem a questão da poda, tem a questão da genética, eles têm coisa boa, iriam ajudar... mas tem quatro anos que eu peço e não sou atendido (TRINITÁRIO, 2016).

Particularmente no que diz respeito à atuação da CEPLAC, *Choroni* (2017) explica que

> A CEPLAC está um pouco desestruturada: tem vinte e poucos anos que não tem um concurso para a CEPLAC! Então, todo esse patrimônio técnico-científico que a CEPLAC tem, não está sendo passado e o pessoal está esperando somente o tempo de se aposentar. São pessoas competentes, mas já tem uma certa idade, e não estão conseguindo passar... Uma pena porque têm nomes, assim, fantásticos lá na CEPLAC.

Diante da constante necessidade de capacitação dos produtores e da ausência de ações públicas voltadas para assistência técnica a Cooperativa Cabruca passou a promover atividades voltadas à troca de experiências, capacitação e aprofundamento de questões práticas do manejo agroecológico. *Bonanza 14* relata que

> Então, a CEPLAC não tinha também nenhuma coisa voltada para o orgânico. Aí a gente teve que se virar entre a gente mesmo. Então começou aqui com a própria cooperativa, a gente ter dia de campo. Nele a gente tinha essa conversa entre produtores: às vezes um estava tendo um pouco de sucesso

> mais com determinada maneira de trabalhar... Então a gente começou a ter essas aulas de campo e começou a ter um melhoramento muito grande. Através de reuniões [decisões em assembleias] contratamos pessoas para nos orientar, para voltar a aprender a fazer a fermentação do cacau de modo correto, por exemplo... Isso foi muito importante! Tivemos várias palestras que foram fundamentais para gente ter uma boa qualidade de cacau. Porque hoje além do orgânico nosso cacau tem um nível de qualidade muito boa (BONANZA 14, 2016).

Acerca do dia de campo *Forastero* (2016) ainda nos oferece algumas informações cruciais para compreender a potencialidade e o alcance dessa ação horizontal. Em primeiro lugar destaca que a cooperativa fomenta a participação externa "cada um [cooperado] tem direito a trazer um convidado, um vizinho, um amigo, seus conhecidos que estão sabendo e que tem certo interesse; eles são convidados e participam. E cada vez algum se interessa e é assim vai que aumentando" (FORASTERO, 2016).

Em segundo lugar, Forastero nos destaca a importância dos dias de campo para padronizar as ações dos cooperados ao longo da produção. Para ele, uma vez que toda produção é centralizada na cooperativa e negociada coletivamente "é necessário padronizar as operações. Não adianta cada cooperado ter forma de trabalhar muito diferente. Nós estamos tentando padronizar para ajudar os produtores e para não alterar a forma do produto final" (FORASTERO, 2016).

Por fim, o sujeito reconhece que a iniciativa da cooperativa em criar os dias de campo surgiu da necessidade de dar apoio aos produtores uma vez que o Estado não o fazia e , enfatiza, ainda não o faz. De nacionalidade estrangeira, ele criticou muito o fato de que o estado brasileiro não valoriza as práticas agroecológicas e que, especificamente no caso do Sul da Bahia, não reconhece a importância do cultivo orgânico/biodinâmico do cacau para a preservação dos recursos naturais, para a recuperação da economia e para a valorização dos trabalhadores da região cacaueira (FORASTERO, 2016).

Questionado se ele considerava a falta de assistência técnica do estado como uma dificuldade para a produção agroecológica do cacau no Sul da Bahia, ele realiza uma avaliação que consideramos fundamentalmente importante para a defesa de nossa tese

> **Não! Não é dificuldade. É justamente para argumentar que quem quer ser orgânico não depende e não vai ficar esperando pelo poder público de jeito nenhum**. Quem quer ser orgânico vai procurar e vai tentar ser, estudar, vai procurar conselho, vai procurar a Cabruca, no caso a gente... E então a gente vai procurar orientar, vamos tentar ajudar, vamos analisar o

> histórico dele e vamos tentar colocar ele dentro do rumo de um produtor orgânico pela cooperativa. Dentro da cooperativa nós temos uma certa ajuda técnica, estão fazendo bastante dia do campo... (FORASTERO, 2016, grifo nosso).

Avaliamos que a progressiva retirada do Estado na gestão e planejamento da lavoura cacaueira a partir dos anos de 1990, em plena crise do cacau, obrigou a articulação dos sujeitos na busca por soluções. Os movimentos agroecológicos que surgiram nesse contexto passaram a se articular em redes fundadas sobretudo nas relações interpessoais. Essas redes passaram a ser elementos centrais de difusão do conhecimento sobre a teoria e a prática do manejo agroecológico no sul da Bahia.

Importante destacar que trata-se, em primeiro plano, de conhecimentos não-formais, baseados sobretudo nas práticas cotidianas dos sujeitos. Posteriormente e graças às iniciativas dos sujeitos, esse corpo de conhecimento foi sendo ampliando por meio de palestras, eventos, consultorias e, no caso do Assentamento Terra Vista abarca até a educação formal, em várias modalidades e níveis de ensino.

Avaliando, por exemplo, a organização curricular do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Santa Cruz, principal referência em ensino superior na região, verificaremos que o mesmo não oferece uma formação voltada para o manejo agroecológico (fato bastante criticado pelos produtores não-convencionais[81]).

Em entrevista, *CCN 10* (2016), responsável pelo Núcleo UESC Rural e ligado ao colegiado do curso de Agronomia, explica que não há disciplinas específicas na grade curricular para abordagem desse manejo, embora haja discussões relacionadas ao tema da Agroecologia, na ementa de outras disciplinas e nas atividades promovidas pela Semana de Agronomia, evento anual promovido pela instituição.

Durante as inúmeras visitas que fizemos à Cooperativa Cabruca identificamos um estudante do curso de Agronomia da UESC que atuava como estagiário da cooperativa. Questionado sobre a trajetória que o levou a escolher a cooperativa para realizar o estágio obrigatório para a conclusão do curso de graduação, *Nigéria (2016)* explicou que durante o período de sua formação acadêmica teve poucas oportunidades de se aprofundar nesse tipo de

[81] A instituição de ensino que nos parece mais próxima dos produtores, suas demandas e necessidades é o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), Campus Uruçuca. A instituição foi criada a partir da antiga EMARC, (que muitos produtores frequentaram) e ainda mantém cursos voltados para o meio rural como: Agropecuária e Agrimensura no curso técnico subsequente; Agroecologia como curso superior, além de dois cursos superiores *Lato Senso:* Desenvolvimento Regional e Sustentável e Ciência e Tecnologia de Alimentos com ênfase em cacau e chocolate.

manejo e como é de seu interesse atuar profissionalmente nessa área ele optou pelo estágio na Cooperativa Cabruca que é referência na produção orgânica e biodinâmica do cacau.

Já havíamos destacado em outros momentos a importância dessa cooperativa e seus cooperados na consolidação e expansão das práticas agroecológicas do cacau. Mas aqui também destacamos o duplo papel da cooperativa na criação de redes. De um lado, temos ações institucionais promovidas pela cooperativa – dias de campo, projetos temáticos, Seminários de Agricultura Orgânica e Biodinâmica – responsável pela divulgação das práticas agroecológicas entre os produtores e a comunidade como um todo. E, de outro, temos os membros da cooperativa que por sua própria atuação individual como produtores tornam-se propagadores das práticas agroecológicas em suas redes interpessoais – entre familiares, vizinhos e demais produtores.

Se, de um lado, temos a Cooperativa Cabruca como uma referência no cultivo orgânico e biodinâmico e na constituição de redes entre produtores regidos mais pela lógica empresarial, definida por Assis e Romeiro (2002), o Assentamento Terra Vista tornou-se referência entre pequenos produtores familiares, comunidades tradicionais e populações assentadas não só pela relevância de sua produção orgânica certificada e pelas ações de formação e capacitação promovidas pelo assentamento mas também por seu envolvimento na criação da Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e Mata Atlântica.

Mais conhecida como Teia dos Povos essa rede foi formada durante a I Jornada de Agroecologia em 2012, promovida pelo Assentamento Terra Vista com o objetivo de

> atuar de forma permanente enquanto uma rede que reconstrói a solidariedade entre os povos negros, indígenas, assentados, juventude e crianças e dá um sentido mais amplo à agroecologia, tão distorcida pelo excesso de academicismo, teoricismos e tão pouco prática. Nós, da teia, rompemos o tecnicismo perigoso para defender uma agroecologia que une os povos e saberes para garantir saúde para as nossas relações sociais, para nossa identidade cultural, espiritualidade e ancestralidade.
> Estamos construindo uma forma de organização entre os povos que busca autonomia política e financeira, através das ações de fortalecimento das experiências agroecológicas em cada território que compõe a teia, na busca de autogestão e autofinanciamento (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2013).

Além da reunião anual dos povos integrantes da Teia dos Povos na Jornada de Agroecologia que, no ano de 2017 teve sua quinta edição, a Teia organiza, durante todo o ano, mutirões e atividades de formação nos diferentes territórios que a compõe.

Durante o evento ATV +25, realizado no Assentamento Terra Vista em 2017, tomamos conhecimento de práticas constantes de trocas de sementes – sobretudo sementes crioulas – entre as diversas comunidades. Além disso foi anunciado a criação de novos cursos, com aprovação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Conforme já expusemos, já encontra-se em funcionamento cursos técnicos em regime de alternância no CEEPFCCMS sediado no assentamento Terra Vista, destinados aos estudantes acima de 18 anos que não tem disponibilidade para o curso regular. A proposta é beneficiar toda a Teia e município do entorno num sistema de ensino diferenciado, semelhante ao Escola Família Agrícola. Esse modelo fundamenta-se na Pedagogia da Alternância e é desenvolvido em módulos presenciais concentrados num período de cerca de quinze dias, no qual os jovens ficarão hospedados no local de formação. Depois disso, dirigem-se às suas comunidades por um ou dois meses para auxiliar no trabalho das comunidades/propriedades e colocar em prática os novos conhecimentos.

Como pudemos observar tanto o dia de campo quanto a Teia dos Povos são ações horizontais que partem das necessidades dos sujeitos e são por eles promovidas criando verdadeiras redes que acabam por fomentar, manter e expandir as práticas agroecológicas de produção no cultivo do cacau.

A existência dessas redes parece integrar anseios, valores e expectativas capaz de fomentar o interesse pelas formas não-convencionais de produção. Além disso, são fundamentais no processo de difusão do conhecimento sobre as práticas agroecológicas e capacitação/orientação sobre o manejo, uma vez que, na maioria dos casos, os produtores alegam não ter acesso à assistência técnica específica disponibilizada pelo Estado.

A natureza e a dinâmica das redes de produção não-convencionais associados a elementos da subjetividade do produtor e a valorização de questões ecológicas associadas ao cultivo de cacau no Sul da Bahia podem explicar a persistência do produtor em manter sua decisão de produção não-convencional a despeito do sobrepreço e mesmo em condições de adversidade financeira

> [Entrevistadora] Com relação a esse preço que você falou... ao fato de que você comercializa o cacau orgânico com preço de cacau convencional... Mesmo assim você está confortável com a opção que a senhora fez?
> [Entrevistada] Estou. Nunca voltaria no convencional. Nunca!
> [Entrevistadora] Por quê?
> [Entrevistada] A gente que tem o cultivo feito de forma natural, a gente vai lá e cuida... Planta, cuida... Se ele resolve produzir bonitinho a gente consegue

> tirar para vender o alimento. Mas também se ele resolve dizer: ‘Não, eu quero morrer’, ele pode morrer. A gente está conseguindo sobreviver com o que tem, com qualidade. Para a gente já é certo: nada de quimíco, nada de agrotóxico, nada de inseticida. E olha que a gente perde muita produção: perde alface, perde muito coentro, porque eles dão praga... é uma região que dá muito praga. Mas mesmo assim dá para viver (ARRIBA, 2018).

Tendo analisado elementos relacionados às dimensões econômica, antropológica e tecnológica do cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia, finalizamos nosso trabalho salientando que reconhecemos que elementos como a tomada de consciência da importância ecológica do sistema cacau-cabruca, aspectos ligados à subjetividade dos produtores e a horizontalidade na articulação dos sujeitos foram, sem dúvida alguma, muito mais importantes na constituição de um território não-convencional do cacau do que questões de mercado, que são normalmente o foco dos estudos sobre agroecologia, sobretudo quando se trata de produção certificada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o cultivo do cacau no Sul da Bahia iniciou-se no ano de 1746, implantado ainda como um cultivo experimental. Graças à excelente adaptação do cultivo às condições naturais típicas da Mata Atlântica, à crescente demanda por amêndoas no mercado internacional e ao colapso das principais atividades econômicas desenvolvidas na então Província da Bahia o cultivo rapidamente se tornou cultura hegemônica cuja relevância se estendeu do final do século XIX até o final dos anos 1980, quando se instaurou uma grave crise conhecida como *crise da vassoura-de-bruxa.*

A hegemonia do cacau influenciou não só a organização do espaço – formando e articulando as aglomerações urbanas, instrumentalizando o território para a produção e hierarquizando diferentes porções do espaço sul-baiano – mas também a organização social, pois as relações de poder estabelecidas a partir do cultivo consolidaram historicamente certas práticas e valores que passaram a mediar as relações interpessoais, políticas, culturais e espaciais.

Fundamentados pelo conceito de território e pela categoria da formação territorial (MORAES, 2000) revisitamos o histórico da cacauicultura no Sul da Bahia e investigamos, no amplo período 1534 – dias atuais, o desenvolvimento do cacau como “um resultado e uma possibilidade” (parafraseando o autor) do desenrolar particular da história brasileira.

Por meio de uma abordagem geo-histórica desenvolvemos nosso estudo procurando caracterizar a cacauicultura sul-baiana ao longo do tempo, identificar as relações de poder envolvidas na hegemonia dessa atividade em âmbito local e definir as diferentes configurações do território do cacau no período estudado reunindo elementos capazes de nos subsidiar na tarefa de compreender a recente transformação na atividade.

Nosso problema de pesquisa foi formulado no sentido de evidenciar quais seriam os elementos sociais, políticos, culturais e espaciais essenciais para a compreensão do tema de estudo, qual seja: a implantação e expansão da produção e comercialização do cacau não - convencional no território sul-baiano.

Consideramos que o trabalho foi capaz de responder esse questionamento e que fomos capazes de avançar pois, no processo da pesquisa, conseguimos reunir dados suficientes para defender uma tese original, tese esta que evidencia elementos relacionados à subjetividade dos sujeitos até então ignorados ou tratados de forma periférica na produção do conhecimento sobre o tema.

Avaliamos, no momento de finalização da pesquisa, que a percepção da significância desses elementos só foi possível devido a abordagem geo-histórica e pesquisa de campo. Sendo o fenômeno da agricultura não-convencional capítulo recente da história da cacauicultura sul-baiana, implantada em contexto de crise do cultivo até então hegemônico, a análise desse tema tende, em primeiro plano, a destacar questões produtivas, sobretudo aquelas relacionadas à busca do sobrepreço do cacau certificado. Sem ter amplo conhecimento de todo processo histórico da cacauicultura sul-baiana, do contexto de implantação da agricultura não-convencional e sem dialogar com os sujeitos de pesquisa – cacauicultores (convencionais e não-convencionais), responsáveis por instituições e profissionais ligados direta ou indiretamente ao cultivo – dificilmente reconheceríamos a importância de questões não-produtivas no manejo não-convencional do cacau.

Tendo percebido, que as análises comumente desenvolvidas no meio acadêmico não se aplicavam no estudo de caso em questão porque o sobrepreço do cultivo não-convencional do cacau (incluindo o agroecológico certificado) não era significativo o suficiente – em termos econômicos – para contribuir com a manutenção das práticas agroecológicas dos sujeitos, passamos a investigar outros fatores que poderiam explicar a notável expansão desse cultivo no Sul da Bahia.

Tentando compreender o tema orientamos nossa investigação para abarcar o ponto de vista do produtor e identificamos que, no contexto específico deste estudo de caso, diversos aspectos, tais como a tomada de consciência da importância ecológica do sistema cacau-cabruca e a horizontalidade na articulação dos sujeitos, teriam sido cruciais para a consolidação da agricultura não-convencional do cacau.

A partir dessas análises elaboramos a tese de que elementos associados à subjetividade dos sujeitos são muito mais importantes na opção e manutenção pelo manejo não-convencional do que questões produtivas e a defendemos aprofundando análise de três dimensões principais – econômica, antropológica e tecnológica – por meio das quais avaliamos questões como: o "sobrepreço real" da produção certificada de cacau; os principais elementos envolvidos no processo decisório de conversão do manejo convencional para o não-convencional, e, a constituição de redes de propagação do conhecimento a partir de articulações horizontais dos sujeitos.

Avaliamos que a metodologia que selecionamos para o desenvolvimento desse estudo foi suficiente para alcançar os objetivos definidos, responder a questão de pesquisa e reunir elementos para a elaboração da tese. Entretanto indicamos que, uma vez identificada a real importância de aspectos ligados à subjetividade dos sujeitos para a compreensão do tema, se considere, em estudos futuros, a possibilidade de utilização de entrevistas em profundidade para acessar outros dados que possam ser significativos para o tema mas que não foram revelados por meio das entrevistas semi-estruturadas.

No tocante aos objetivos específicos apresentados na introdução desse trabalho avaliamos que foram plenamente atingidos no desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, no que se refere ao primeiro objetivo de pesquisa, qual seja: *Identificar e caracterizar os estabelecimentos rurais que realizam o cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia* indicamos possibilidades de ampliações em estudos futuros sobre o tema.

Nesse estudo, fomos capazes de identificar e caracterizar estabelecimentos rurais que realizam o cultivo orgânico e biodinâmico certificado por auditoria, orgânico certificado por organismo participativo e não-convencional, que consiste em produtores que alegam evitar ou não utilizar insumos químicos em suas práticas agrícolas, apesar de não apresentarem nenhum tipo de certificação.

Embora tenhamos conseguido identificar e mapear o território do cacau agroecológico certificado por auditagem (figura 24), não fomos capazes de fazer o mesmo no caso da

produção certificada por organismos participativos e no caso da produção por venda direta ou não-certificada. Nesses casos, avaliamos que ainda não há dados suficientes para espacializar esses estabelecimentos sem incorrer em erro. Isso porque a certificação participativa ainda é relativamente recente na área de estudo e pelo fato de que os demais produtores, denominados nessa pesquisa como não-convencionais, são praticamente invisíveis no território sul-baiano, por não apresentarem nenhuma forma de organização coletiva.

Em ambos os casos – certificação participativa e venda direta/não-certificado –, conseguimos acesso a esses produtores por meio de mediações realizadas por sujeitos entrevistados e, embora tenhamos recolhido dados significativos para compreensão da atividade, julgamos que esse mecanismo de acesso não seria suficiente para ensaiarmos uma espacialização, devido à sua parcialidade. Estudos posteriores, que se interessem pela investigação do tema poderão avançar nesse ponto e procurar mapear todos os estabelecimentos no Sul da Bahia que praticam diferentes modalidades de agricultura não-convencional do cacau.

No que tange o território do cacau agroecológico certificado por auditoria é importante destacar que, embora tenhamos conseguido localizar os estabelecimentos envolvidos na produção e processamento do cacau no estado da Bahia, uma limitação de nossa pesquisa é que, a despeito de nossos esforços, não tivemos amplo acesso a todos esses estabelecimentos, sobretudo em se tratando de empresas privadas e estabelecimentos rurais independentes, ou seja, aqueles não-associados.

Na introdução havíamos apresentado duas justificativas para a realização deste trabalho, quais sejam: o enfoque geográfico no tema de estudo e a utilização do território como conceito central de análise. Como principal resultado de pesquisa relacionados às justificativas supracitadas, apontamos a espacialização do cultivo do cacau em diferentes marcos temporais como uma iniciativa pioneira e significativa para a compreensão do tema.

Entretanto, acreditamos que a principal contribuição acadêmica de nossa pesquisa à ciência geográfica e ciências afins, concentra-se sobretudo na identificação da relevância de dimensões não-produtivas no desenvolvimento da agropecuária não-convencional.

Tal qual tem ocorrido no cultivo não-convencional do cacau no Sul da Bahia, acreditamos que, em outras realidades que desenvolvem atividades não-convencionais, aspectos da subjetividade dos sujeitos e movimentos de horizontalidade possam estar sendo invisibilizados por análises macroestruturais, sobretudo as de foco mais econômico, que são

comuns nos trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Do ponto de vista epistemológico, avaliamos que o estudo da formação territorial de dada área de estudo, associado à uma abordagem geo-histórica de uma determinada atividade econômica e acrescida de uma intensa investigação qualitativa de diferentes classes de sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na atividade econômica de interesse pode ser capaz de evidenciar elementos que subjazem às estruturas produtivas, permitindo analisar dimensões mais sutis mas igualmente ou até mais importantes para a compreensão abrangente do fenômeno do que aqueles perceptíveis pela análise macroestrutural.

Por fim, a guisa de conclusão, avaliamos que no estudo de caso que desenvolvemos a produção não-convencional cumpre um importante papel: de forma revolucionária, nos termos discutidos particularmente no terceiro capítulo, essas práticas consolidaram no território do cacau um novo modelo de produção, fundado na responsabilidade ambiental e na responsabilidade social – ambos pilares da Agroecologia definidos por Altieri (2008).

Entretanto, no que tange o terceiro pilar referente a constituição de uma organização produtiva que garanta desenvolvimento sócio-econômico justo, vemos os maiores e mais desafiadores problemas.

Mesmo com todas as dificuldades, os produtores conseguiram organizar o processo produtivo não-convencional de cacau. Entretanto, a maior parte da produção, mesmo quando certificada, é comercializada com valor de cacau convencional.

Avaliamos que seriam necessárias políticas públicas que, além de prestar assistência aos produtores atuais, fomentassem a conversão da produção, a concessão de crédito, a capacitação para a formação de cooperativas e associações, a intermediação nos processos de exportação... E que, talvez, essas políticas públicas pudessem avançar ainda mais no reconhecimento dessas práticas, remunerando os serviços ambientais que elas promovem e que acabam beneficiando todo território do cacau.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

ASSOCIAÇÃO CACAU SUL BAHIA (ACSB). Dados gerais. Disponível: <www.cacausulbahia.org.br>. Acesso em: 01 fev. 2018.

AMELONADO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Arataca (2017).

ARRIBA. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2018).

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALVES-MAZZOTTI Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. In:_____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL, EXTREMO SUL E SUDOESTE BAIANO (AMURC). **Dados gerais.** Disponível em: http://amurc.com/. Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. Municípios associados. Disponível em: < http://amurc.com/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. Municípios associados. Disponível em: < http://amurc.com/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: EMBRAPA, 2005.

ARAÚJO, A. C.; SILVA, L. M. R.; MIDLEJ, R. R. Valor da produção de cacau e análise dos fatores responsáveis. In: **CEPLAC/Radar Técnico**, Ilhéus: 2012. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Valor%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de20Cacau%20-%20SOBER.pdf>. Acesso em: 27. set. 2012.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.

BAHIA. **Secretaria de Desenvolvimento Rural.** Salvador; 2018. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br>. Acesso em: 20/03/2018.

BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus.** 3 ed. Ilhéus: Editus, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Caderno do Plano de Manejo Orgânico**. Brasília: MAPA/ACS, 2011.

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BLANES, Joaquim et. al. Associativismo, sistemas agroflorestais e produção orgânica: uma estratégia para conservação e desenvolvimento no contexto da região cacaueira da Bahia. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

BONANZA 14. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CALABACILLO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2018).

CANERENO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CANUTO, João Carlos. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

CARMO, Maristela Simões do. Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

CATIE-R1. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CATONGO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Arataca (2017).

CCN 10. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CEPEC 2002. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia.** 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DA BAHIA (CABRUCA). **Dados gerais.** Disponível em: <http://www.cabruca.com.br/#!a-cooperativa/cjn9>. Acesso em: 18 jun. 2016 e 10 fev. 2018.

_____. **Curso sobre práticas biodinâmicas na agricultura do cacau do Sul da Bahia**. Ilhéus: Fazenda Almada, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos básicos. In: CASTRO, Iná Elias et. al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREIA, Elieser B. **Certificação orgânica em agrossistemas cacau: a sustentabilidade agrícola em construção no âmbito da Mata Atlântica Sul Baiana.** 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

COSTA DO MARFIM. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2017).

CRIOLLO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

CUENCA, Manuel A. Gutiérrez; NAZÁRIO, Cristiano Campos. **Importância Econômica e Evolução da Cultura do Cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

CUNDEAMOR. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Arataca (2017).

ENCONTRO ATV+25. **Encontro Assentamento Terra Vista 25 anos**. Assentamento Terra Vista: Arataca, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, Denison da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.9, n. 17, p.111-135, abr. 2014.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. O patrimônio histórico de Ilhéus em sites de turismo. 5. Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0697-1.pdf>. Acesso em: 14. out. 2008.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; NOBRE, Fabiana Góes de Almeida. Tensões, negociações e desafios nos processos de certificação na agricultura orgânica. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: EMBRAPA, 2005.

FORASTERO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus, (2016).

FREITAS, Antônio F. Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940.** Ilhéus: Editus, 2001.

GANA. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura (Orgs.). **Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas.** Ilhéus: Editus, 2015.

GONÇALVES, Clarice. Itabuna e Ilhéus – Processo de Industrialização. **Palestra**. Ilhéus: UESC, 14 jun. 2007.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo:** Hucitec, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgrafia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

_____. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IBD. IBD Certificações. **Dados gerais**. Disponível em: <http:www.idb.com.br>. Acesso: 13 fev. 2018.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Dados gerais**. Disponível em: <http:www.incra.gov.br>. Acesso: 10 jan. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA (IESB). **Dados Gerais.** Disponível em: <http://www.iesb.org.br/apresentacao.php>. Acesso em: 20 jul 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal: 1985 – Regiões Norte e Nordeste**. vol. 12, t. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Produção agrícola municipal: 1992 – Bahia**. vol. 19, pt. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. **Produção agrícola municipal: 2001 – Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Brasil: Microrregiões**. Brasil, 2010. 1 cartograma. Sem escala. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ho-me/geociencias/cartogramas/microrregiao.html>. Acesso em: 21 mar. 2010.

_____. **PIB dos Municípios: 2005-2009.** Brasil, 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>. Acesso em: 30 set. 2012a.

_____. **Produção agricola municipal 2010.** Brasil, 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>. Acesso em: 30 set. 2012b.

JESUS, Eli Lino. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: EMBRAPA, 2005.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. 2., 2013. **Teia Agroecológica dos Po**vos da Cabruca e da Mata Atlântica. Assentamento Terra Vista/Arataca-BA: 2013.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MASCARENHAS, Carlos da Silva. O Pólo de Informática e o desenvolvimento sustentável. In: JORNAL BAHIA ON LINE. Disponível em: <http://www.jornalbahiaonline.com.br/index.asp?noticia=18>. Acesso em: 11. out. 2012.

MASCARENHAS, Gilberto C. C. A atual conjuntura socioeconômica e ambiental da região Sul da Bahia e a agricultura sustentável como uma alternativa concreta. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede".** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARANHÃO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Itacaré (2018).

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Expressões da re-territorialização do campo brasileiro.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

MELLO, Durval Libânio Netto; GROSS Eduardo (Orgs.). **Guia de Manejo do Agroecossistema Cacau Cabruca**. vol 1. Ilhéus: Editora Instituto Cabruca: 2013.

MIRA, Elson Cedro. **Mudança institucional e reconversão produtiva no Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.** São Paulo, Hucitec, 2000.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

NASCIMENTO, D. M. C.; RODRIGUEZ, J. M. L.; SILVA, S. C. B. M. Mudanças na ocupação econômica do litoral sul da Bahia: os exemplos de Belmonte e Canavieiras, Bahia. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 10, p. 07-28, mar. 2009.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001.

NEVES, Karina F. T. V. **Relação cidade-campo: Estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos anais dos encontros nacionais de geografia agrária (ENGA).** 2010. 254 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

_____; SUZUKI. ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS. 7. Anais Eletrônicos... Rio Claro: UNESP, 2013.

NEVES, Maria Cristina Prata. Certificação como garantia da qualidade de produtos orgânicos. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: EMBRAPA, 2005.

NIGÉRIA. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

NOIA, Angye Cássia; MIDLEJ, Moema Maria B. C.; ROMANO, Jorge Osvaldo. A cacauicultura na região Sul da Bahia: trajetórias, crises e perspectivas. In: GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura (Orgs.). **Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas.** Ilhéus: Editus, 2015.

OCUMARE 61. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

OLALDE, Alícia R.; DIAS, Bruno de O. Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia: atores e experiências. In: UZÊDA, Mariella Camardelli(Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2011.

PARÁ. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2017).

PARANHOS, Marcelo G. F. Organização comunitária como ferramenta para uma agricultura sustentável. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

PIRES, Mônica de Moura et. al. Dinâmica e análise econômica da viabilidade dos sistemas de produção de cacau orgânico do Sul da Bahia. In: GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura (Orgs.). **Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas.** Ilhéus: Editus, 2015.

PH 15. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Arataca (2017).

POVOS DA MATA. Rede de Agroecologia Povos da Mata. **Dados gerais.** Disponível em: <http.www.povosdamata.org.br>. Acesso em 14 mar. 2018.

PORTELA, Luciano T. S. **Análise dos sistemas agrícolas orgânico e convencional no território do Litoral Sul da Bahia.** 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, M. C; JACINTO, J. M.; TONELLA, C. Crise cacaueira do trabalhador e do produtor na Costa do Cacau: poder local e políticas públicas. In: In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 20., 2010, Francisco Beltrão. **Anais eletrônicos...** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010. p. 1364.

RIO CARIBE. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

ROCHA, Lurdes Bertol. **O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados.** Ilhéus: Editus, 2003.

_____. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação.** Ilhéus: Editus, 2008.

ROSADO, Patrícia Lopes et. al. Eficiência, rentabilidade e formação de preço do cacau orgânico na região Sul da Bahia. In: GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura (Orgs.). **Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas.** Ilhéus: Editus, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Campo-Território: considerações teórico-metodológicas.** Campo-Território, Uberlândia, v. 1, n. 1, p 60-81, fev. 2006.

_____. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan-jun 2007.

_____; SPÓSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de território.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Abordagens e concepções de território e territorialidade.** Revista Geográfica de América Central. Costa Rica. Número Especial EGAL, pp. 1-16, II Sem. 2011.

SANTOS, Almir Martins; SANTOS, Givago B. Martins; SANTOS, Priscila B. M. Cacau fino: produção, consumo e tecnologia. In: GOMES, Andréa da Silva; PIRES, Mônica de Moura (Orgs.). **Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas.** Ilhéus: Editus, 2015.

SANTOS, J. P. C.; SILVA, K. M. G. C.; PEREIRA, S. B. M. Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada. **Textos para Discussão**. Salvador: SEI, 2011.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau: Introdução ao Estudo Geográfico.** 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____; SOUZA, Maria Adélia A. SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SECRETARIA DE TURISMO (SETUR). **Dados gerais sobre a atividade turística no estado da Bahia**. Bahia, 2012. Disponível em: <www.setur.ba.gov.br>. Acesso em: 30. set. 2012.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO (SICM). **Dados gerais sobre os setores secundário e terciário da economia baiana.** Bahia, 2012. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em 08. out. 2012.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Bárbara-Christine et. al. **Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Roberis Ribeiro da. O alimento orgânico como uma oportunidade de negócio e sua perspectiva de mercado. In: UZÊDA, Mariella Camardelli(Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

SOUZA, Aline Conceição. **Diagnóstico e análise do mercado de produtos orgânicos no eixo Ilhéus e Itabuna, Bahia.** 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et. al. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Por uma abordagem territorial. SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOCONUSCO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus, (2017).

SOUZA, Rita C. M. de; BRAY, Sílvio Carlos. Algumas considerações sobre o uso de agrotóxicos nos assentamentos rurais de Casa Branca e Araras – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 325.

SPANGHERO, Pedro. **Elaboração de materiais cartográficos**. Campinas: 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002.** vol. 2. Salvador: SEI, 2003.

_____. **Estrutura do Produto Interno Bruto segundo atividades econômicas na Bahia: 2008-2010**. Bahia, 2012a. Disponível em: <www.sei.gov.br>. Acesso em: 09. out. 2012a.

_____. **Principais segmentos das exportações baianas (2010)**. Bahia, 2012b. Disponível em: <www.sei.gov.br>. Acesso em: 09. out. 2012b.

_____. **Ranking dos produtos agrícolas segundo o valor bruto da produção: Bahia 2009/2010**. Bahia, 2012c. Disponível em: <www.sei.gov.br>. Acesso em: 15. out. 2012c.

SUZUKI, Júlio César. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TRINITÁRIO. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2012).

_____. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

_____. **Curso sobre práticas biodinâmicas na agricultura do cacau do Sul da Bahia**. Ilhéus: Fazenda Almada, 2017.

TSH 1188. Entrevista concedida a Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. Ilhéus (2016).

UZÊDA, Mariella Camardelli. Agroecologia: nova forma de análise no resgate da diversidade. In: _____ (Org.) **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX.** Ilhéus: Editus, 2001.

VITURINO, Osvaldo. **Elaboração de fluxogramas**. Ilhéus: 2018.

ANEXO A

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ROTEIRO I: INSTITUIÇÕES

1) INVESTIGAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO NO MOMENTO DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Qual foi o histórico da instituição?

Quais eram as influências da instituição no momento de sua criação?

Você seria capaz de identificar o foco de dissipação da agricultura orgânica na região?

2) DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Quais foram os agentes envolvidos e atividades realizadas pela instituição ao longo do tempo?

Qual é o atual panorama do movimento orgânico (cacau e outros) na região?

Quantos são os produtores orgânicos ligados a instituição?

3) PRODUÇÃO ORGÂNICA

A produção é certificada?

Tem sido registrado sobre-preço em relação ao cacau convencional?

4) COMERCIALIZAÇÃO

Como é negociada a produção?

Quais são as parcerias estabelecidas para a comercialização do cacau orgânico?

Quais são as perspectivas para o futuro desse produto?

5) SONDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CACAU DO SUL DA BAHIA E A REGIÃO NORTE

Verificar a avaliação dos sujeitos sobre essas duas áreas de produção de cacau.

6) OUTROS TÓPICOS RELEVANTES

Elementos a serem aprofundados e/ou complementados.

ANEXO B

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ROTEIRO II - PRODUTORES

1) IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR, DA(S) PROPRIEDADE(S) E SUA HISTÓRIA PRÉ-ORGÂNICO

Apresentação do produtor e da(s) propriedade (s).

Qual é a história do produtor antes da experiência orgânica?

Qual a primeira vez que você ouviu falar em agroecologia ou produção orgânica?

2) "A DECISÃO", ASSOCIATIVISMO E/OU COOPERATIVA

Em que momento você decidiu ser orgânico? Porque?

Quando, como e porque foi estabelecido um vínculo associativo/cooperativo?

3) A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Quanto tempo durou a transição?

Como se desenvolveu esse processo?

4) A PRODUÇÃO ORGÂNICA

Como foram negociadas as primeiras safras orgânicas?

A produção é certificada?

Como o produtor avalia a questão do sobrepreço no cacau orgânico?

O produtor tem outras fontes de renda?

5) A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DO CACAU

Como é o processo de comercialização da produção orgânica?

Como o produtor analisa a produção de cacau na Região Norte?

6) OUTROS TÓPICOS

Quais são os aspectos mais relevantes da assistência técnica e educação para a agricultura orgânica?

Quais são as principais dificuldades na produção/comercialização do cacau orgânico no Sul da Bahia?

Você seria capaz de identificar o foco de dissipação da agricultura orgânica na região? Qual?

Quais são as perspectivas para o futuro desse produto no mundo, no Brasil e no Sul da Bahia?

APÊNDICE A

LISTA COMPLETA DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

PRODUTORES DE CACAU	RESPONSÁVEIS POR INSTITUIÇÕES	PROFISSIONAIS DIVERSOS
Variedades de cacau	**Clones de cacau**	**Países produtores de cacau**
Almeida	CATIE-R1	Brasil
Alto Amazonas	CCN10	Camarões
Amelonado	CEPEC 2002	Costa do Marfim
Angoleta	TSH 1188	Equador
Arriba	PH 15	Gana
Bonanza 14		Indonésia
Calabacillo		México
Carenero		Nigéria
Catongo		Papua-Nova guiné
Choroni		Peru
Chuao		República Dominicana
Criollo		Togo
Criollo Andino		Uganda
Cundeamor		
Esmeralda		
Forastero		
Ocumare 61		
Maranhão		
Pará		
Parazinho		
Pentágono		
Porcelana		
RIM		
Rio Caribe		
SGU		
Soconusco		
Trinitário		